

# ÁSKESIS

Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos



**VOLUME 3 | NÚMERO 2**  
**[AGOSTO / DEZEMBRO 2014]**  
**ISSN 2238-3069**

---

**Áskesis:** Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

**Volume 3 | Número 2**

Agosto / Dezembro de 2014

ISSN 2238-3069

---

**Universidade Federal de São Carlos**

**Reitor**

Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

**Vice-Reitor**

Prof. Dr. Adilson Jesus Aparecido de Oliveira

---

**Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)**

**Diretora**

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Wanda Aparecida Machado Hoffmann

**Vice-Diretor**

Prof. Dr. Arthur Autran Franco de Sá Neto

---

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**Coordenadora**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Sinhoretto

**Vice-Coodenador**

Prof. Dr. Richard Miskolci

---

**Coordenação do Dossiê**

Beatriz Patriota Pereira, Giulianna Bueno Denari, Gregório Zambon Diniz, Helton Luiz Gonçalves Damas, Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel.

---

**Corpo Editorial**

Beatriz Patriota Pereira, Giulianna Bueno Denari, Gregório Zambon Diniz, Helton Luiz Gonçalves Damas, Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel.

---

**Revisores**

Evelyn Louyse Godoy Postigo, Luana Dias Motta, Roselene de Lima Breda, Cleiton Ferreira Maciel, Felipe Rangel Martins, Giulianna Bueno Denari, Sarah Celestini, Yasmin Lucita Rodrigues Miranda, Henrique de Linica dos Santos Macedo, Letícia Canonico de Souza, Luiz Henrique Miguel, Felipe André Padilha, Keith Diego Kurashige, Tarcísio Perdigão Araújo Filho, Gregório Zambon Diniz, Aysha Costa Rangel, Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel, Mariana Bombo Perozzi Gameiro, Charles dos Santos, Carla Fernandes da Conceição Mesquita, João Paulo da Silva, Beatriz Patriota Pereira, Helton Luiz Gonçalves Damas, José Ricardo Marques dos Santos, Jéssica Cardoso, Luiz Fernando Costa de Andrade

---

**Conselho Científico**

Afrânio Garcia Júnior, Alice Anabuki Plancherel, Anibal Quijano, Aristoteles Barcelos Neto, Berenice Ben-to, Bernard Lahire, Daniel Cefai, Ethel Volfzon Kosminsky, Gisele Rocha Cortes, Jacob Carlos Lima, John Comerford, José Lindomar Coelho Albuquerque, Jose Maria Valcuende del Rio, Lucas Cid Gigante, Lucila Scavone, Lucio Oliver, Luiz Antonio Machado da Silva, Márcia Ochoa, Maria da Gloria Bonelli, Michel Misse, Miriam Adelman, Miriam Cristina Marcillio Ribeiro, Odaci Luiz Coradini, Paulo Sergio Peres, Paulo Tavares, Simone Bateman, Ricardo Mayer, Sílvia Portugal, Vera Telles, Veronica Gimenez Béliveau

---

**Apoio**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

---

**Endereço Áskesis**

<http://revistaaskesis.wordpress.com/> | email: [revista.askesis@gmail.com](mailto:revista.askesis@gmail.com)

---

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

---

**Foto de Capa**

Acervo da Past. dos Migrantes

---

**Projeto Gráfico**

Marco Antonio Liu Targa Mancini

## **— Editorial**

Corpo Editorial | p.5 - 7 |

## **— Agradecimentos**

Corpo Editorial | p.8 |

## **— Dossiê**

**Apresentação do Dossiê: Passado e presente: a contemporaneidade das lutas sociais no campo**

Tainá Reis | p. 9- 11 |

**“A coragem, ela vem também da consciência”: Entrevista com Padre José Domingos Bragheto**

Maria Aparecida de Moraes Silva | p. 12 – 30 |

**A construção da categoria política Sem Terra**

Ramon Torres Araujo | p. 31 – 43 |

**Imagens que relampejam: reminiscências das lutas sociais dos canavieiros nos imaginários sociológicos de estudantes secundaristas, Leme/SP**

Rafael Aroni | p.44 – 56 |

**La estatalización del campesinado ¿cooptación o simbiosis política?**

Dr. Pablo Díaz Estévez | 57– 66 |

**As entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo: algumas considerações sobre o corte da cana-de-açúcar no noroeste paulista**

Ana Carina Sabadin | p. 67 – 74 |

## **— Artigos**

**Da vontade de verdade à democracia racial: um estudo de caso sobre racismo e injúria qualificada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**  
Mari Cristina de Freitas Fagundes; Marcus Vinicius Spolle | p. 75 – 90 |

**Juventude, grupos de referência e memórias**  
Ricardo Cruz Macedo | p. 91–102 |

**Os conflitos socioambientais à luz de uma articulação teórica entre Pierre Bourdieu e Serge Moscovici**  
Rafaella Egues da Rosa | p. 103 - 116 |

**A etnografia como recurso para relativizar conceitos e categorias identitárias: uma análise do trabalho de Cláudia Fonseca e a influência de Malinowski em sua prática etnográfica – Vilas Cachorro Sentado e São João**  
Daygles Maria Ferreira de Souza | p. 117 - 133 |

**Polimento literário do marxismo, aferição marxista da arte: a casa de farinha, de João Cabral de Melo Neto**  
Francisco José Ramires | p. 134 - 149 |

**Africanidade, exclusão e leis no Brasil.**  
Roberto Carlos Simões Galvão | p. 150 - 161 |

**Gênero, Poder e Vocação Religiosa: Um Breve Ensaio**  
*Vanessa de Faria Berto* | p. 162 - 170 |

**Continuidades e discontinuidades entre trabalho de cuidado não remunerado e remunerado: por uma análise a partir da desvalorização e das demandas emocionais do trabalho**  
Anna Bárbara Araujo | p. 171 - 184 |

# Editorial

É com grande satisfação que o Corpo Editorial da *Áskesis* – Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar – apresenta sua terceira edição (Volume 3, número 2, julho-dezembro 2014), organizada em torno de dois eixos de exposição da pesquisa social: um dossiê e uma seção de artigos livres.

O dossiê, apresentado por Tainá Reis e intitulado *“Passado e presente: a contemporaneidade das lutas sociais no campo”*, é composto por três artigos, um relato de pesquisa e uma entrevista, tendo como proposta trazer aos leitores o debate acerca das lutas sociais no campo, a relação do estado com os movimentos sociais, bem como as contradições que tem permeado, desde o século XX, o trabalho no setor sucroalcooleiro.

A abertura do dossiê fica por conta da entrevista realizada pela Prof. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, da Universidade Federal de São Carlos, com o Padre Bragheto, em 1989, e relata as primeiras greves de cortadores de cana no interior de São Paulo em que o padre participou ativamente.

Em seguida, o artigo apresentado por Rafael Aroni também segue os rastros das lutas sociais que se desenrolaram no meio rural brasileiro na segunda metade do século XX. A partir do método de pesquisa que prioriza a memória coletiva de estudantes secundaristas da cidade de Leme/SP, resgata para o presente as lutas sociais empreendidas no ano de 1986 pelos trabalhadores canavieiros que, objetivamente, desencadearam várias greves na região.

O segundo artigo, de Ramon Torres Araújo, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, também propõe uma análise que prioriza a voz dos que “historicamente foram silenciados” no campo, no caso, os trabalhadores rurais sem terra. A construção do argumento do autor gira em torno do surgimento da categoria política sem terra. Sob este aspecto, ele demonstra que o termo foi forjado pelos movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária em meados de 1950, e não pelo Estado.

O terceiro artigo traz uma reflexão feita por Pablo Diaz Estévez, docente da Universidad de la Republica do Uruguay. A partir do conceito de simbiose política, o autor analisa a relação entre o Estado e os movimentos sociais em Santiago Del Estero, Argentina. Sua proposta segue a direção de que a relação entre ambos está baseada em uma rede de reciprocidade e alianças que indicam formas de relações horizontais com a existência de certos espaços de autonomia nas ações dos movimentos sociais.

Finalizando, o relato de pesquisa apresentado por Ana Carina Sabadin traz uma análise sobre as contradições presentes no trabalho do setor sucroalcooleiro, apontando para a coexistência do trabalho manual e do trabalho mecanizado no corte de cana-de-açúcar no Noroeste Paulista.

Na seção de artigos, o leitor e a leitora encontrarão uma coletânea de textos com temas relevantes na abordagem sociológica, como o racismo, juventudes, conflitos socioambientais, gênero e religião, e uma discussão sobre o trabalho do *care*.

No artigo "Da vontade de verdade à democracia racial: um estudo de caso sobre racismo e injúria qualificada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul", Mari Cristina de Freitas Fagundes e Marcus Vinicius Spolle discutem a invisibilidade do crime de racismo pelo preconceito de cor nas decisões do

Tribunal referido.

Em seguida, Ricardo Cruz Macedo traz um artigo baseado em uma pesquisa desenvolvida entre os jovens do município de Juazeiro no Norte/CE. Em "Juventude, grupos de referência e memórias", o autor utiliza o método das memórias coletivas e sociais para postular que na construção das memórias juvenis há, no trânsito geracional, influências significativas de grupos de referências. Analisando a influência exercida pelas heranças geracionais nas experiências dos sujeitos jovens, o artigo mostra como os processos sociais são atualizados por uma complexidade de fatores.

Rafaella Egues da Rosa, no artigo "Os conflitos socioambientais à luz de uma articulação teórica entre Pierre Bourdieu e Serge Moscovici", articula as diferentes perspectivas dos autores para focar na dimensão simbólica do conflito socioambiental e nos diferentes significados do termo meio ambiente.

Daygles Maria Ferreira de Souza, em "A etnografia como recurso para relativizar conceitos e categorias identitárias: uma análise do trabalho de Cláudia Fonseca e a influência de Malinowski em sua prática etnográfica – Vilas Cachorro Sentado e São João", discute como as categorias identitárias e as noções de honra e gênero abordadas no trabalho de Cláudia Fonseca sofrem influência da etnografia de Malinowski.

Em "Polimento Literário do Marxismo, aferição marxista da arte: a casa de farinha, de João Cabral de Melo Neto", Francisco José Ramires analisa o poema referido e conclui que o autor usa do marxismo como método de trabalho. Sua abordagem demonstra as possibilidades de interconexão entre os campos da arte e da ciência.

Roberto Carlos Simões Galvão, em seu artigo "Africanidade, exclusão e leis no Brasil", evidencia, em um primeiro momento, a exclusão histórica dos afrodescendentes no Brasil desde a abolição da escravidão até a contemporaneidade e, em um segundo momento, analisa as recentes iniciativas do governo brasileiro que visam por meio de uma série de leis fazer um resgate cultural da africanidade no país.

Vanessa de Faria Berto, em "Gênero, Poder e Vocação Religiosa: Um Breve Ensaio", propõe uma reflexão teórica entre as principais categorias utilizadas em sua tese de doutorado em andamento, quais sejam, gênero, poder e vocação religiosa.

Por fim, Anna Bárbara Araújo, em "Continuidades e descontinuidades entre trabalho de cuidado não remunerado e remunerado: por uma análise a partir da desvalorização e das demandas emocionais do trabalho", busca discutir as implicações do trabalho do *care* (o cuidado), priorizando na sua abordagem a articulação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo. Para tanto, a autora utiliza como base de sua argumentação dados de uma pesquisa realizada com cuidadoras de instituições de longa permanência de idosos (ILPs) do Distrito Federal, entre os anos de 2008 e 2010.

Essa edição mantém o compromisso acadêmico da revista de ser um espaço de vinculação de diferentes ideias e pesquisas que articulam correntes teórico-metodológicas do Brasil e da América Latina. Essa é a proposta etimológica da palavra que dá nome à revista.

Dito isso, cabe destacar que por a *Áskesis* ser um projeto realizado pelo corpo discente do PPGS-UFSCar, a atuação de mestrandos e doutorandos na elaboração da revista tem possibilitado experiências que, somadas às atividades de ensino e de pesquisa, vem constituindo-se enquanto fator fundamental para a formação acadêmica dos estudantes.

Agradecemos aqui a estrutura disponibilizada pelo Departamento de Sociologia da UFSCar, o apoio dos professores na continuidade desse projeto e aos colaboradores que enviaram trabalhos para compor essa edição, o nosso muito obrigado. Aproveitamos, ainda, a oportunidade para convidar a todas e a todos. A chamada para o próximo número, janeiro-junho de 2015, encontra-se aberta, e a seção temática

k

---

do dossiê tratará de saberes e sexualidades queer.

**Boa leitura!**  
**Corpo Editorial Askesis.**

# Agradecimentos

Agradecemos imensamente à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Moraes pela colaboração imprescindível e importantíssima para realização do "Passado e presente: a contemporaneidade das lutas sociais no campo". Agradecemos pela entrevista e pela foto concedidas.

Agradecemos pelos esforços e dedicação da Irmã Inês, Padre Bragheto e a todos trabalhadores que fizeram e fazem história cotidianamente, registrada nesta foto que compõe a capa da revista.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelos seus pareceres e à Taína pela apresentação do Dossiê.

**Corpo Editorial**

# Apresentação do Dossiê

## Passado e presente: a contemporaneidade das lutas sociais no campo

A Revista *Àskesis* – revista dos discentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar, apresenta sua quarta edição, segunda composta por um dossiê temático. Para mim é de grande alegria redigir essa apresentação. Participei da criação da revista em 2011 e de seu comitê editorial nos primeiros dois números. Alegro-me saber que os discentes do PPGS-UFSCar mantêm viva a proposta de discutir e divulgar trabalhos acadêmicos, fomentando a *prática* do exercício crítico de pesquisadores. Agradeço por poder continuar contribuindo neste projeto, e parablenizo os membros do comitê editorial pela realização de mais um número.

Difícil o trabalho de apresentar um dossiê. A necessidade de reduzir a totalidade dos textos em poucos parágrafos me causa constrangimento, principalmente pela possibilidade de pecar em sua apresentação. Os pontos aqui destacados tentam cativar o leitor a adentrar num debate sobre a contemporaneidade das diversas lutas sociais no campo, pensando passado e presente sob diferentes perspectivas. A questão agrária e as ruralidades fazem parte da realidade social, não como resquício de um passado esquecido, mas como expressão contemporânea das transformações no mundo social, na qual passado e presente estão em constante relação. Cada detalhe de cada trabalho aqui apresentado é capaz de trazer compreensão sobre os processos sociais contemporâneos. Tratam-se de uma entrevista, três artigos e um relato de pesquisa.

A edição inicia com a entrevista de Padre Bragheto<sup>1</sup>, que apresenta relatos de momentos históricos de luta no campo. Há 30 anos ocorriam no Estado de São Paulo as primeiras greves de cortadores de cana, nas quais Padre Bragheto, ainda recém ordenado, teve participação crucial. Acompanhou trabalhadores rurais na luta por direitos sociais e por terra, ocupando papel de grande engajamento social dentro da Igreja Católica. Como sinalizado pela Prof<sup>a</sup> Maria Moraes, que gentilmente fez a apresentação da entrevista, “o conhecimento deste fragmento do passado é de suma importância para a compreensão da situação social atual dos trabalhadores rurais, suas lutas e também do processo de exploração e dominação, cujas marcas ficaram gravadas em seus corpos e almas”.

Na mesma via de “escovar a história a contrapelo” que pode ser observada na entrevista de Padre Bragheto, o artigo de Rafael Aroni apresenta a retomada de uma memória subterrânea. O objetivo do trabalho é “perscrutar a memória coletiva sobre as lutas sociais” dos cortadores de cana grevistas do município de Leme/SP. Busca compreender de que forma a greve, que ocorreu em 1986, permanece no imaginário das novas gerações. A pesquisa foi realizada com estudantes do Ensino Médio de uma escola pública do município em questão e, por meio de um projeto escolar, visou a rememoração como maneira de construir conhecimento. Aroni realizou uma série de atividades com os estudantes, como leitura e produção de textos, e coleta de relatos orais. As atividades tinham por fundamento consolidar

---

<sup>1</sup> Realizada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida de Moraes Silva em 1989, no âmbito da investigação do projeto Mulheres boias-frias. Natureza ou anomalia.

o conhecimento dos fatos a partir de diferentes dinâmicas, como o conhecimento sobre a metáfora do anjo da história, proposto por Walter Benjamin [...] para compreensão da alegoria de que a ideologia do processo no capitalismo traz incutida a ideia de marcha ou avanço linear, e que pouco se busca rememorar caminhos não trilhados, mas que foram iniciados, no embate com forças que busca apagar vestígios dessas outras trilhas.

Aroni problematizou os efeitos do processo de silenciamento e o sentido das lutas dos trabalhadores rurais nas gerações de secundaristas, contando com o debate sociológico sobre memória. Ouvir aquilo que foi emudecido, a versão “não-oficial” da História, é isso que estabelece relação entre os textos deste Dossiê.

O artigo seguinte, A construção da categoria política sem-terra, de Ramon Torres Araújo, analisa as publicações do jornal Terra Livre, instrumento de divulgação política do Partido Comunista Brasileiro - PCB no campo. Demonstra como a categoria sem-terra foi sendo forjada pelos movimentos sociais desde a década de 1950, e não pelo Estado ou pelo MST nas décadas de 1970/1980, como afirmam alguns autores. Com a compreensão do contexto de disputa entre Ligas Camponesas, PCB e Igreja Católica pela hegemonia da organização dos camponeses, e por meio da análise das edições do jornal Terra Livre, entende-se que “a categoria sem terra foi forjada pelos movimentos sociais na luta pela reforma agrária e em oposição ao latifúndio, [...] antes do golpe de 1964, apresentando autonomia relativa ao Estado”. Entretanto, as lutas pela terra não ignoravam a importância do Estado para a efetivação da Reforma Agrária. O Estado aparece nesse cenário como aquele que reconhecera como legítima a reivindicação pela reforma agrária.

Na via de compreensão sobre o papel dos Estado frente os movimentos sociais, o artigo de Pablo Diaz Estévez apresenta uma reflexão que vai além da visão dicotômica acerca da relação entre tais atores. Distancia-se das análises “*movimentistas*” - que apontam o Estado como ente dominador das iniciativas sociais, e das “*estatalistas*” - que compreendem os atores sociais como acessórios de um poder central estatal. A partir do estudo de um conflito agrário na Província de Santiago del Estero, Argentina, o autor questiona a clássica ideia de cooptação preventiva, propondo o conceito de simbiose, uma associação entre os atores sociais que legitimam suas ações de maneira complementar. Existiria, então, uma nova modalidade de relação entre Estado e movimento social, não mais de cooptação ou de subordinação, mas de reciprocidade e alianças horizontais (o que pode, ou não, ter efeito de dominação).

Se Estévez propõe uma compreensão que extrapola a perspectiva da dominação, não é possível negar que existe uma categoria social que ainda opera sob a égide da exploração e da dominação. Os trabalhadores rurais, cortadores de cana, colhedores de laranja, de café, dentre tantos outros, estão submetidos a condições indignas de trabalho e de (sobre)vivência. Um pouco disso pode ser observado no relato de pesquisa de Ana Carin Sabadin, que estudou a coexistência do trabalho manual e mecanizado no corte de cana-de-açúcar em municípios do Noroeste Paulista. Contando com a noção de “mercado de trabalho migratório ordenado”, apresenta reflexões sobre seu trabalho de campo, que contribuem para fundamentar a afirmação de que existem “outras dimensões que norteiam as estratégias do setor sucroalcooleiro que não a econômica”.

Seja em 1950 nas primeiras organizações camponesas por terra, seja na década de 1980 nas greves de trabalhadores rurais, seja na Argentina ou no Brasil, seja no corte de cana manual ou mecanizado, as lutas sociais no campo permanecem como elemento relevante de compreensão da atual realidade social. Percebe-se com a leitura deste dossiê da Revista Àskesis que o presente só

k

---

pode ser entendido em sua relação com o passado, e a retomada da memória – não qualquer memória, mas aquela silenciada, a subterrânea, a não-oficial – tem o potencial de realização de perspectivas de um vir a ser, “um futuro do passado que ainda não se realizou no presente”. Boa leitura!

**Tainá Reis**

# “A coragem, ela vem também da consciência”: entrevista com Padre José Domingos Bragheto<sup>2</sup>

Maria Aparecida de Moraes Silva<sup>3</sup>

## Apresentação

Em junho de 1989 realizei uma entrevista com o Padre Bragheto em São Paulo. Foi possível recuperar, por meio de um longo relato, os primórdios de seu envolvimento com os trabalhadores rurais, bem como seus desdobramentos. Seu testemunho se constitui num subsídio extremamente importante para a memória e a história dos trabalhadores rurais *vis-à-vis* a construção social da consciência de classe e também de gênero. Ainda muito jovem, recentemente ordenado padre, Bragheto, em 1975, deu início a sua atuação religiosa em Bebedouro/SP. Em 1979, a convite de um padre da CPT participou de uma reunião com Carlistas e, desde então, foi despertado para as questões sociais. Em seguida foi transferido para Santa Ernestina, e, depois, para Dobrada, duas cidadezinhas habitadas majoritariamente por trabalhadores rurais, migrantes de várias regiões do país. Os campos – religioso e político – tinham terra fértil para produzir bons frutos. No entanto, o quê fazer e como fazer? Seu depoimento registra os caminhos tortuosos da construção de uma práxis, assim descrita: celebrando durante as madrugadas “missas nos pontos” de saída dos caminhões, que transportavam os trabalhadores aos locais de trabalho; frequentando bares, bailes, casas; enfrentando policiais durante várias greves; organizando as mulheres para que assumissem a direção de sindicatos; realizando a *bênção dos facões* durante as missas; participando de atos de ocupações de terra.

Em 2014, quando são comemorados os 30 anos das Greves de Guariba - um verdadeiro levante dos trabalhadores em busca dos direitos, contra a fome e o desespero - trazer à luz a voz de um narrador que participou ativamente daqueles acontecimentos, é importante não apenas para o conhecimento das greves e formas de resistência, como também para a (re) significação da história e memória social dos oprimidos no sentido benjaminiano. É uma maneira de compreender o processo de *escovar a história a contrapelo*, ou seja, desvelar os elementos de uma memória subterrânea que incomoda e desarranja a ordem social.

<sup>2</sup> Esta entrevista foi realizada em 26/06/1989, no âmbito da investigação, Mulheres boas-frias. Natureza ou anomalia. Coordenada pela professora Maria Aparecida de Moraes Silva. Apoio: Fundação Carlos Chagas. Fez parte também dos entrevistadores, os (então) seguintes estudantes da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Araraquara: Graziela Lima, Édson Antônio da Silva, Luiz Antônio Barone. A revisão para a presente edição foi realizada por Alexsandro Arbarotti, Tainá Reis e Beatriz Medeiros de Melo.

<sup>3</sup> Professora visitante sênior da CAPES junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil. Pesquisadora do CNPq – maria\_moraes@terra.com.br

Desta sorte, o conhecimento deste fragmento do passado é de suma importância para a compreensão da situação social atual dos trabalhadores rurais, suas lutas e também do processo de exploração e dominação, cujas marcas ficaram gravadas em seus corpos e almas.

**Pergunta: Como começou esse trabalho de base em Dobrada? O senhor teve alguma predileção em trabalhar com as mulheres?**

Resposta: Olha, o trabalho de base consistiu, numa primeira fase, numa empatia. Primeiro, visitar o pessoal. Eu queria conquistar a simpatia do pessoal. Não só a simpatia, mas um entrosamento, porque como a gente sentia a Igreja muito distante do povo, e até a paróquia também, que ficava muito longe do povo, eu comecei fazendo visitas nos bairros de periferia, nas casas dos boias-frias. E cheguei a ir na roça, subir em caminhão, fui junto com eles. Eu queria conhecer o trabalho. A questão das mulheres, ela é muito, acho que é um pouco específico de Igreja. Porque você vê que a maior parte, a maior participação nas Igrejas são as mulheres. Por uma questão, talvez, cultural, não sei analisar isso muito bem, profundamente. Você vai em uma missa, por exemplo, numa Igreja, a maior parte do público que está ali é feminino! Uma minoria que é masculina. Então, talvez, por isso, que o trabalho com mulheres foi, assim, mais forte. Um dia chegou uma mulher, uma negra boia-fria em Dobrada...

**P: O senhor se lembra o nome?**

R: Dona Maria. Agora, Maria do quê, você me aperta. [risos] Porque tem tantas “Marias”, mas eu sei identificar perfeitamente quem é! Hoje ela trabalha com o marido num bar, ela tem um bar. Então, ela chegou para mim e falou: *“Olha padre, eu fiz uma promessa de fazer uma missa. E, só que eu queria que senhor fosse lá no ponto do caminhão, fazer essa missa lá!”* Eu, em princípio, fiquei meio assim. Eu falei: *“Missa no ponto!? Vai ser aquela missa super corrida, porque o pessoal, todo mundo vai chegar...”* Mas, enfim, eu tentei! Eu falei: *“Ah, vamos lá”*. Eu já estava querendo mesmo me entrosar com o pessoal, eu ia de manhã nos pontos e tal, ia conversar com a turma. Levantava bem cedo. *“Então, vamos lá”*. E ela se entusiasmou, convidou o pessoal. E lá tinha uma vantagem, porque o pessoal se concentrava a maioria tudo num ponto só. A cidade era pequena. Então, a gente fez essa primeira missa. Na frente do ponto tinha uma sede que era da banda antiga, antiga sede da banda, hoje é do BANESPA. Estava vazio, então a gente fazia dentro. Eu fazia missa dentro dessa sede. E foi interessante. Depois o pessoal pediu novamente e a gente foi. Depois os pontos começaram a se diversificar, começou a ficar mais difícil. E eles pediram para a gente ir em vários pontos! E a gente ia, dava uma benção nos pontos. Eu acho que a partir daí que foi uma coincidência sistemática. Quando a gente percebeu que havia um certo clima, a gente convidou o pessoal para ir no salão paroquial para um bate-papo assim mais sobre a vida deles. Então, todos os domingos a gente começou a se reunir. Já foi uma segunda fase. A primeira era mais uma coisa sistemática, pessoal. A segunda já foi mais grupal, quando a gente começou a discutir os problemas que eles estavam enfrentando, transporte, salário, sistema de corte de cana, o metro<sup>4</sup>, a tonelada, essas coisas todas. E na discussão a maior parte que participava eram mulheres, no grupo. Aí que constatamos as dificuldades também da organização! Era inconstante, entendeu? Mudava muito as pessoas. Hoje o cara era boia-fria, amanhã já era pedreiro, já não se interessava mais por aquilo. Então, era um rodízio!

<sup>4</sup> A cana cortada é medida, a princípio, em metros. Posteriormente, na usina, faz-se a conversão de metros em toneladas de cana. Os cortadores frequentemente são lesados nessa conversão, “pois o preço é definido por toneladas cortadas diariamente e eles têm apenas o controle medido em metros. Através de cálculos feitos pela usina, os metros transformados em toneladas não correspondem, segundo os depoimentos de muitos trabalhadores, baseados na experiência laboral, aos totais exatos, o que comprova um verdadeiro roubo por parte das empresas” (SILVA, Maria Ap. Moraes. *Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas*. InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. v.3, n.2. abr-ago/2008.2008, p.04).

Mas sempre tinha mais mulheres firmes. Um grupinho de três, quatro, estava sempre permanecendo nas reuniões. Bom, aí, surgiu dessa discussão toda a ideia do Sindicato. Porque lá não tinha, pertencia a Matão! E o Sindicato de Matão era pelego! E eu acho que ainda continua até hoje pelego e não estava nem aí com as reivindicações dos trabalhadores. Então, eu comecei a utilizar uns livrinhos da CPT [Comissão Pastoral da Terra] sobre Sindicato. O que era Sindicato, para que servia, as funções do Sindicato e começamos a estudar isso aí, discutir. Na missa a gente convidava, quando tinha missa. Eu celebrava também nos bairros e também convidava. Mas era muito difícil. Era muito difícil, uns nem acreditavam, outros criticavam, mas a gente foi! A ideia do Sindicato, depois, acabou caindo por terra. Aí, a gente começou a pensar na ideia de uma cooperativa de boias-frias, mas também não foi para frente a ideia. Eu sei que foi uma série de atropelos. Aí, eu falei: *“Eu não vou mais entrar na questão do Sindicato porque o pessoal não quer, não vai sair.”*

**P: Eles de jeito nenhum queriam o Sindicato?**

R: Não é que não queriam. A gente jogou a semente, mas parece que a coisa não estava virando. Então, eu também não quis forçar a barra, porque eu achei que não poderia forçar. Aí, o povo começou a diminuir demais e eu comecei a perguntar por que é que estava diminuindo assim. Aí, o pessoal: *“Ah, porque não se fala mais em Sindicato.”*. Aí, eu falei: *“Bom, então, vocês estão querendo o Sindicato, mesmo?”*. *“Queremos!”*. Então, partimos mesmo para organizar o Sindicato! Aí a coisa pegou fogo novamente. Ganhou fogo de novo! E aí, o que fizemos? Inauguramos o Sindicato. Foi uma grande assembleia, encheu o salão paroquial de boia-fria.

**P: Quando?**

R: Acho, que, se não me engano, foi num primeiro de maio de oitenta e três [1983]. Dentro das comemorações do primeiro de maio. E na diretoria tinham oito mulheres! E foi dureza montar a diretoria! Porque eram doze pessoas. O pessoal não tinha muita experiência, só que na presidência ficou um homem, né!? Senhor Severino! Inclusive já faleceu. E, oito mulheres e quatro homens. Aí, foi aquela luta, aí vieram as dificuldades burocráticas. Leva papel, manda papel. Eu acho que foi um ano eleitoral. Aí, vieram as dificuldades internas, de entendimento. Houve choque das mulheres com um cara que era presidente. Aí, foi uma luta para a gente conseguir também alugar uma sede, pagar aluguel. Nós começamos funcionando no salão paroquial, porque não tinha nem dinheiro para alugar um quartinho sequer! E a gente pôs até uma placa “SEDE PROVISÓRIA”, o pessoal começou a funcionar ali. A gente chamou ajuda da FETAESP [Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo] para dar algumas orientações. Eles foram na parte mais burocrática. E começou assim. Esse trabalho de base começou dessa forma.

**P: Quem da FETAESP?**

R: O Élio Neves<sup>5</sup>, chegou aí na oportunidade, e outros, que agora eu não me lembro o nome. Eram dois ou três. Um advogado chegou aí, para dar orientação jurídica. Depois não tinham advogados, tinha que conseguir de Araraquara. Não tinha ninguém, então chamamos um de Ribeirão Preto, que era o Leopoldo Paulino que chegou lá algumas vezes de Ribeirão Preto. Depois chegou um outro que agora eu não me recordo, que era ligado a CUT [Central Única dos Trabalhadores]. E o Sindicato eu acho que está lá firme até hoje. Me parece que agora mais consolidado. Houve eleições e depois ele renunciou, o Severino. Entrou a vice que chamava Maria também. Mas a Maria não tinha muita liderança. Aí, eu deixei a paróquia, aí a gente não pôde acompanhar muito, assim, mais de perto.

---

<sup>5</sup> Atual presidente da FERAESP - Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo.

---

**P: Como é que foi montar um Sindicato com o Élio Neves? Houve atritos(...)?**

R: Não, não houve tanto atrito, porque ele também estava começando a despontar ainda. Ele não tinha toda a liderança que ele tem hoje. Ele estava interessado que saísse o Sindicato. Houve alguns problemas com o [Sindicato] de Matão. Mauro é que ele chama, não sei se ainda ele é o presidente. Ele inventou uma série de dificuldades locais, por causa desse trabalho, claro. Para começar, a pequena burguesia da cidade, os comerciantes, os remanescentes de descendentes dos italianos, porque ali tem muito pernambucano, muito cearense. Então, há uma nítida divisão social na cidade. A maioria é menosprezada. E fora da Igreja sem espaço quase, em termos de liderança e comando. E dominados por uma pequena minoria que fazia toda uma discriminação social em cima das pessoas [da cidade]. E eu, durante oito anos que eu fiquei em Dobrada, eu consegui reverter o processo social, sabe!? De modo que as festas paroquiais, a participação na Igreja, quando eu deixei, os ministros eram todos do povo! Eram nordestinos, eram boias-frias, mas isso foi um processo de oito anos que me custou muito sofrimento! Porque o pessoal não aceita assim, a parte dominante, ela não aceita facilmente ceder seus privilégios! Vocês sabem disso! Houve muitas calúnias. O prefeito me processou junto com um deputado do PDS, pôs umas manchetes no jornal de Matão dizendo que eu era subversivo! Eu taquei um processo em cima do cara! Até a própria comissão da Igreja é dominada por pessoas ligadas à Usina Bonfim. Aquela destilaria do Ximbó<sup>6</sup> lá, de Aguardente do Nonato lá. Então, para fazer uma reviravolta nesse processo, nossa Senhora, foi um Deus nos acuda! Esses cabelinhos brancos aqui contam muitas histórias! Porque foi um parto. Doloroso! O pessoal não aceitava a participação desse povo! O Sindicato, então, surge. É mais uma ameaça! No bar, um dia no bar, um cara me agrediu! Foi em Santa Ernestina, inclusive.

**P: Quem quase o agrediu?**

R: Um gato<sup>7</sup>.

**P: Um gato!**

R: É! *“É, você vem trazer esse negócio para Santa Ernestina também!”* Eu falei assim: *“Se Deus quiser Santa Ernestina vai ter, no mínimo, uma delegacia sindical”* Porque a gente tinha jornalzinho também, que a gente analisava as coisas. Vixe! O cara ficou louco! Começou a discutir comigo no bar. Enfim, foi uma situação assim que, eu acho que foi bom. Eu acho que teve muito, muito ponto positivo, mas teve também toda uma contrariedade.

**P: Em relação ao trabalho com as mulheres, no Sindicato, tem um processo, quase natural, da participação delas. De início organizadas pela Igreja! Mas, em conversa com mulheres em Dobrada, o que elas citam é que as mulheres são mais corajosas do que os homens, que elas são mais aguerridas, mais batalhadoras. Essa é a difusão que elas fazem. Que os homens são covardes. Isso eu ouvi muito! Então, como é que o senhor avalia isso?**

R: É, pelos contatos que eu tive, naturais em termos de Igreja, de uma aproximação, deu para perceber realmente que em Dobrada especificamente as mulheres eram mais corajosas! Agora, explicar para você o porquê, eu não consigo explicar! Eu não sei por que que lá elas são mais corajosas que os homens. Mas, na verdade, foi uma constatação também. Eu concordo que a participação delas se deu. Eu não sei se elas captaram melhor a mensagem. Naquele tempo a gente tinha mais contato com elas. Então, a conscientização se deu, mais assim, de perto. Eu acho que foi um pouco isso. A liderança delas se

---

<sup>6</sup> Antiga destilaria situada na região de Araraquara/SP

<sup>7</sup> “Gato” é uma expressão nativa, utilizada também em diversas outras regiões, para se referir ao arregimentador de mão de obra, o intermediário entre a Usina e o trabalhador no momento da contratação.

despontou também, porque o processo de contato da CPT com a gente foi mais próximo. Então, a coragem, ela vem também da consciência. Elas se conscientizaram primeiro do que a maioria dos homens. Porque os meus contatos com os homens eram menores do que com as mulheres. O meu contato com eles era na rua, era no bar, eu entrava no bar, tomava cerveja com eles, entende? Era no ponto, que era uma coisa muito rápida. Era nas casas. Mas com elas era, além disso, também na Igreja. Então era, assim, uma supremacia. Tinham mais oportunidade de se conscientizar do que eles.

**P: O senhor lembra a origem dessas mulheres? Em geral eram pernambucanas, cearenses(...)**

R: A maioria.

**P: E na sua lembrança existe, assim, alguma coisa no sentido dessas mulheres terem tido terra lá no Nordeste?**

R: Sim, algumas tinham famílias. Não eram todas, que tinham o pedacinho de terra e foram forçadas a vender, ou alugar, ou por causa da seca, ou más condições, também, de vida. E vir para São Paulo. Eram migrantes na maioria. A maioria delas. Havia senhoras e jovens também.

**P: E nesse trabalhado de base, de conscientização, a questão da terra aparecia?**

R: Olha, não aparecia tanto quanto as questões imediatas. Porque o sonho da terra ele é um pouco distante, né? A gente nem tocava muito no assunto. Ela não aparecia tanto, aparecia mais as condições de trabalho mesmo, de salário. Eram as coisas que mais espantavam. A terra, ela aparecia assim num segundo plano. Quando você cutucava, ela aparecia.

**P: Queria que o senhor falasse um pouco da organização da CPT, nesse período que antecede oitenta e quatro [1984](...). Porque em oitenta e três [1983] teve a questão das sete<sup>8</sup> ruas que o pessoal perdeu(...)**

R; Bom, a questão da região lá, em termos de CPT, foi paralelamente ao trabalho que a gente fazia em Dobrada. Porque a presença mais forte da gente era em Dobrada, especificamente junto ao Sindicato de Jaboticabal que era o Benedito ainda, o Magalhães, a gente começou a ter a ideia de fazer comemorações no primeiro de maio, fugir um pouco daquilo que as usinas fazem: aquelas festas, de pau de sebo, dar pirulito para as crianças. Então, ele tinha mais condições em termos de estrutura de fornecer condução, transporte. A gente começou a fazer encontros no seminário de Jaboticabal. Eu convidava as paróquias, embora nunca tivesse muito apoio do clero local, da diocese. Mas a gente mandava sempre convites para que mandassem caravanas de boias-frias para participar do primeiro de maio em Jaboticabal. E a gente conseguia reunir realmente quinhentos boias-frias, seiscentos, setecentos boias-frias.

**P: Quem eram os mais próximos da CPT?**

R: Padres?

**P: Padres!**

R: Simpatizantes assim, olha, tinha o padre Lanza<sup>9</sup> de Jaboticabal, que era mais, assim, aberto. Tinha o padre José Pinhos que, embora tivesse uma ideologia totalmente de direita, ele se interessava um pouco

---

<sup>8</sup> O sistema do corte da cana era feito da seguinte forma: as canas são plantadas em fileiras (ruas). Cada trabalhador era obrigado pelo feitor a cortar um eito de cinco ruas. Assim, na rua do meio (a terceira), eram lançadas as canas cortadas e devidamente arrumadas para facilitar o carregamento pelos guinchos. Este sistema implicava em dispêndio de energia por parte do trabalhador que, além de cortar as canas, necessitava carregá-las nos braços, deslocando-se das fileiras laterais para a central. Com o intuito de aumentar a produtividade do trabalho, as usinas impuseram a mudança do sistema de cinco para sete ruas, o que correspondia ao maior dispêndio de energia dos trabalhadores. Não sendo remunerados pela intensificação do trabalho, as greves começaram a pipocar a partir de 1984 em várias usinas do estado de São Paulo.

<sup>9</sup> Padre José Lanza Neto, hoje bispo de Guaxupé/MG

assim, porque não tinham ainda os novos, que chegaram depois. Porque eram muito poucos aqueles que mostravam uma certa simpatia.

**P: Além do clero havia outras pessoas que participavam?**

R: Havia, depois a gente contactou o Gebara<sup>10</sup>. Fiquei conhecendo o Gebara que era da Faculdade de Agronomia, o Bacarini<sup>11</sup>. A gente começou a montar uma pequena equipe de(...). Ah, o padre João, o padre João de Taquaritinga<sup>12</sup> também. No começo ele começou a participar, era simpático também à causa.

**P: De partido?**

R: Partidos não. Naquele tempo a gente não mexia muito com partido ainda. O PT [Partido dos trabalhadores] estava surgindo naquela época. Nenhum dos PCs [Partidos comunistas], nada! Era mais a Igreja e o Sindicato de Jaboticabal.

**P: Naquele tempo tinham seminaristas em Dobrada?**

R: Acho que você deve ter sabido que em oitenta [1980] foram para lá dois seminaristas Carlistas<sup>13</sup> que hoje são parte de Santa Ernestina, o Antenor e o Alfredo<sup>14</sup>. Então, para mim foi uma mina quando eles ficaram sabendo do trabalho da gente e se ofereceram para ficar um tempo lá. Eu estava sozinho pedindo socorro! Eu falei: *“Caiu do céu, pode vir voando”*. Só que eles foram para lá não mais como seminaristas. Eles cortaram ligação com a congregação porque a congregação não permitia que eles fizessem um ano, assim, de contato com a realidade. Então, eles foram para lá e começaram a trabalhar como boias-frias. lam no campo, cortavam cana, todas essas coisas. E foi muito bom para eles porque hoje eles estão aí na luta também nessa parte.

**P: E como eram os encontros promovidos?**

Então, nesses encontros, a gente falava muito na questão dos direitos dos boias-frias. Porque tudo que aconteceu, aconteceu depois, em termos de Guariba. O movimento social acho que teve aquele impacto, um germe. Eu diria que setenta a oitenta por cento teve uma influência desse comecinho de trabalho que a gente fazia. Porque o Sindicato de Jaboticabal também não tinha muito trabalho [de base]. Em Barretos a gente tentou também. Montamos uma equipe em Barretos, embora o Bispo de lá fosse conservador também. Criou problemas para gente e ainda continua lá. Ele é meio ligado com a UDR [União Democrática Ruralista]. Então, foi assim. Agora, em Guariba, especificamente a gente não chegou a fazer um trabalho, assim, de base local. A gente não ia em Guariba fazendo todo esse trabalho de base.

**P: E não tinha gente, nem tinha uma equipe?**

R: Tinha um seminarista que é o Adão, que hoje está no Acre, que era de Guariba. Isso depois do movimento de Guariba, que ele começou fazendo um trabalho lá. Porque nem tinha ninguém da CPT lá! Não tinha gente da CPT. Eu cheguei a fazer algumas reuniões em Guariba a convite do Sindicato de Jaboticabal, por incrível que pareça! Então, o Benedito (Magalhães)<sup>15</sup>, de vez em quando ele ia lá e me convidava. Eu ia porque eu queria aproveitar todos os espaços. E era onde a gente chegava a discutir direitos, problemas. A última reunião que a gente fez em Guariba, antes do movimento de Guariba, que foi um mês antes da eclosão do movimento, tinham umas quinze pessoas só. Se falava de greve, mas eles mesmos achavam que não tinham as mínimas condições de fazer uma greve em Guariba. Porque o

---

<sup>10</sup> Prof. Dr. José Jorge Gebara, economista, UNESP Campus de Jaboticabal.

<sup>11</sup> Prof. Dr. José Giacomo Baccarin, agrônomo, UNESP/Jaboticabal.

<sup>12</sup> Padre João Francisco da Silva

ão membros da Congregação dos Missionários de São Carlos, fundada em 1961, também conhecidos scalabrinianos.

<sup>14</sup> Antenor Dalla Vechia e Alfredo Gonçalves

<sup>15</sup> Presidente do Sindicato de Jaboticabal.

peçoal não se unia, aquela velha história! Que o peçoal era muito desunido, que não dava para juntar o peçoal. Quando juntava mais gente de Guariba mesmo era quando a gente fazia reuniões em Jaboticabal no seminário. A gente botava uma faixa lá!

**P: Nessas reuniões já se tocava no assunto das sete ruas?**

R: Ela foi denunciada numa reunião que nós tivemos com a microrregião de Ribeirão Preto da CPT, um encontro que foi em oitenta e três [1983]. E, inclusive, quem colocou a questão mais claramente foi o senhor Manuel de Barrinha<sup>16</sup>. Ele era um antigo líder sindical. Ele se levantou na reunião, na assembleia que nós estávamos fazendo, porque a gente convidava trabalhadores das várias dioceses e fazia a reunião da micro, encontro da micro região. E ele se levantou, e me parece que ele usou assim uma expressão: *“Está acontecendo algo que é pior que o demônio”*. Ele usou uma expressão muito forte assim. Eu não me lembro exatamente quais foram as palavras dele. E ele foi lá para frente, e aí, descambou um discurso em cima das sete ruas, sabe? Denunciando as sete ruas. E foi quando nós, baseados na denúncia dele e de outros trabalhadores, que também fizeram coro, a gente botou na imprensa a coisa. Então, a CPT foi a primeira na região que levantou a voz do trabalhador para denunciar essa questão toda.

**P: Houve um trabalho específico, quer dizer, um acompanhamento do Sindicato, por exemplo, para se discutir a questão das sete ruas?**

R: Não, não! Não houve muito não! Depois dessa denúncia do senhor Manuel é que a gente começou a acordar mais! Aí vem o Gebara, faz um estudo, compreendeu? E a gente começa a debater nas reuniões. E depois, as questões das usinas. Já os usineiros estavam com toda uma propaganda montada. Porque, inclusive, na usina Tamoio, eu assisti a um filme para os operários da usina Tamoio. Eu acho que a Delegacia do Trabalho esteve lá para resolver a questão da usina. Aquele peçoal da IMAGEM, aquela firma IMAGEM de Ribeirão Preto, levou um filme que mostrava todas as vantagens das sete ruas. Todo um esquema já montado, mostrando para os operários da usina as vantagens das sete ruas.

**P: Além das sete ruas houve, assim, a bandeira de outros direitos dos trabalhadores também?**

R: Condições de transporte, a questão salarial, eu acho que a questão das sete ruas puxou todas as outras reivindicações. Foi uma coisa assim, a gente até espantou, porque foi uma coisa tão espontânea. Ele se levantou, e a gente nem tinha se dado conta das sete ruas! Ele se levantou e jogou, porque nem eu estava sabendo, até aquela altura, da implantação do sistema das sete ruas. O peçoal não comentava muito. Foi muito no comecinho de oitenta e três [1983]. Estava começando o implante das sete ruas. Porque eles estavam trabalhando mais, se desgastando mais e ganhando menos! Economia de combustível para o patrão e tudo isso aí. A questão de Guariba também pegou a gente, todo mundo de calça curta, porque eu nunca esperava que acontecesse isso. Eu nem estava na região. Eu estava em Vilhena naquele dia, acompanhando uma ocupação de terra no Mato Grosso do Sul. E quando eu recebi, no dia posterior à eclosão, no dia dezesseis de manhã, o Osvaldinho, esse que morreu, me ligou lá em Vilhena. *“A coisa está pegando fogo aqui em Guariba, estourou uma greve”*. Aí ele me contou, eu fiquei doido, né!?

**P: Isso em oitenta e quatro [1984]?**

R: É! No dia que explodiu a greve, no dia quinze de maio! O Osvaldinho, ele me liga no fim da tarde me contando: *“Ah, está acontecendo isso”*. Imagina, que estado que eu fiquei lá querendo vir embora e não tinha mais ônibus. Quer dizer, eu peguei um ônibus à noite, eu cheguei em Jaboticabal no dia posterior, cedinho. Quando eu cheguei na rodoviária de Jaboticabal, a primeira coisa que eu fiz foi comprar o jornal.

---

<sup>16</sup> Líder sindical de Barrinha.

E o primeiro jornal que eu achei foi o Estadão. E quando eu vi o meu nome na primeira página do jornal? [risos] Aí, cáí duro! [risos]. Eles deram um corpo de matéria desse tamanho<sup>17</sup>, uma chamada para as páginas internas, bem grande! E dizia no final da chamada que o padre Bragheto já tinha reunido os trabalhadores em Guariba. Quer dizer, seria um ângulo, que era eu que estava por baixo da greve. E eu nem estava lá! Como é que eles sabiam que a gente tinha algum tipo de contato com o pessoal de Guariba? Quer dizer: *“O padre Bragheto vem reunindo os trabalhadores, vai fazer um ano, em Guariba”*. Eu fiquei louco! Eu fiquei possesso quando vi aquilo! Aí, fui imediatamente para lá. Eu peguei o primeiro ônibus e fui para Guariba. Eu cheguei lá e estava todo aquele clima! Aquela tensão, sabe? Encontrei o Chicote na rua, o pessoal indo para a delegacia, o Chicote mais o pessoal, o Benedito. Eu me juntei a eles e fomos para lá. Aí, eu fui para o Sindicato, para a delegacia sindical. Aí, tinha uma assembleia e eu fui para o campo de futebol, estava lotado de trabalhadores! O pessoal já estava, nessas alturas, na administração do Sindicato rural em Jaboticabal. E eu fui para o campo. O campo cheio.

**P: Lá no João de Barro<sup>18</sup>?**

R: Não! No campo de futebol! Nunca na praça. Aquela pracinha que tem ali. E eles só tinham dois funcionários do Sindicato de Jaboticabal, que não sabiam o que fazer e nem o que dizer para aquele povo que estava lá. *“Aí, padre, pelo amor de Deus, pega o microfone aí! Fala alguma coisa!”* [risos] E eu lá, chegando assustado com aquele clima. Eu fui obrigado a pegar o microfone. Aí, o Estadão deitou e rolou né? Eles gravaram tudo o que eu falei! E eu me empolguei, também, com o movimento! Imagina! [risos]. Soltei lá umas palavras de ordem e tal [risos]. Aí, no dia seguinte, pronto! A imprensa, o Estadão, quatro, cinco dias o meu nome na primeira página. Quatro, cinco dias! No fim da greve, eles deram assim: *“Padre queria que a greve continuasse!”* Endoidou! Então, eu fiquei muito arisco com a imprensa, porque a imprensa me queimou muito! A Veja chegou para mim e falou: *“Eu venho aqui com a incumbência de provar que a CPT está por baixo desse movimento”*. *“Você está muito enganado! Porque aqui não tem nem CPT”*. Aí eu fui falando para ele.

**P: E o Dom Luís<sup>19</sup>?**

R: Ah, o Dom Luís ficou na dele, ficou assim(...)

**P: Não procurou ajudar o pessoal?**

R: Nada, não estava nem aí! Ficou lá, eu de vez em quando ligava: *“Está havendo isso(...)”*. A minha atitude com ele sempre foi essa: *“A polícia está fazendo isso. A repressão está assim. E as negociações estão assado.”* Só para informá-lo, porque Bispo é assim, se você não informa, se eles ficam desinformados e acontece alguma coisa, aí que eles lavam as mãos mesmo. Então você tem que estar sempre informando, porque, se acontecer alguma coisa, eles tomam alguma posição. Que não é o caso do nosso. Na explosão ele não teve muita atuação. Nenhuma, eu acho!

**P: Padre, você poderia, assim, resumir o que você falou nessa primeira empolgação que deu tanta margem ao Estadão e aos demais? Porque, veja bem, o ano passado, fazendo uma entrevista numa Usina da região com um engenheiro de segurança, ele se manifestou com um verdadeiro ódio a você! Ele colocou o seguinte: que você foi o grande insuflador da greve de Guariba. Então, nas entradas, em todos os piquetes você estava presente, você não deixava os trabalhadores irem trabalhar(...). Então, eu gostaria que você falasse um pouco disso. Se realmente você estava nos**

<sup>17</sup> O informante mostra com um gesto, esticando os dois braços, o tamanho da matéria do jornal.

<sup>18</sup> Bairro da periferia do município de Guariba/SP, onde viviam, e ainda vivem, muitos dos trabalhadores do corte da cana.

<sup>19</sup> Bispo de Jaboticabal.

## **piquetes, se você incentivava esse pessoal a continuar em greve?**

R: Olha, é o seguinte, eu vou te falar realmente o que eu penso, o que é verdade. Agora, se há acusações nessa linha, sempre houve e sempre vai haver! Mas era um momento histórico determinado. A coisa estava assim, desencadeada com uma fúria muito grande. Nós não tínhamos nenhum controle e nem tínhamos pretensão de ter controle sobre os trabalhadores! Agora, realmente, eu achei que era um momento histórico importantíssimo. Em todo o trabalho que a gente tinha feito, de conscientização, de conquistar alguma coisa, de qualquer jeito, sabe? Os trabalhadores tinham escolhido os meios! Eles tinham botado fogo no canavial, eles tinham destruído não sei o quê. Eles encontraram o meio deles. Eu nunca, nós nunca discutimos violência, o uso da violência, jamais discutimos esses meios. Eles acharam que tinham que partir para isso e fizeram! Eu acho que até conquistaram alguma coisa por meio disso! Naquele momento histórico, por meio da violência. Embora, eu não seja a favor da violência desenfreada, mas eu acho que há momentos históricos que ela se faz valer! Como uma escolha, uma escolha soberana dos trabalhadores. No momento eu não vou questionar. Não tenho consciência nenhuma de ter incentivado a violência no meu discurso. Naquela assembleia eu procurei fazer o quê? Repetir quais eram as reivindicações dos trabalhadores! *“Bom, então, o que nós estamos querendo aqui?”* O pessoal falava: *“É isso!”* Então, eu repetia no microfone: *“Melhores condições de transporte(...)!”* *“É, melhores condições de transporte!”* *“Então, tá! O que mais?”* *“Melhores salários!”* *“Melhores salários! Então, quem quer melhores salários levanta a mão!”* E a turma levantava a mão! *“Então, a greve continua, ou não continua?”* A turma: *“Continua!”* Então, eu falei: *“Vamos falar, então, todo mundo junto: A greve continua!”* Eu soltei palavras de ordem. Agora, eu sentia que aquilo era uma coisa que vinha de baixo para mim. Eu sentia toda uma energia, se eu posso dizer assim. Eu não me julgo um agitador. Eu, naquele momento, eu me senti como um canal, um tipo de um eco daquilo que eles estavam querendo. E daí a greve continuou, mesmo nas reivindicações. Agora, é claro que a gente é tomado, em um momento assim, também, pela emoção! Você vê um campo lotado de boia-fria! Coisa que nunca tinha acontecido! Que você sempre sonhava com aquilo! Eu sempre sonhava com uma movimentação de massa, de boia-fria, reivindicando os direitos! E a gente nunca deslumbrava quando poderia acontecer. De repente, acontece! Você está ali, na frente do pessoal. É claro que o aspecto emocional também toma conta da gente! Então, eu me inflamei mesmo no discurso! O meu sangue um pouco Italiano também. Não deixei de falar um pouco duro contra aqueles que estavam explorando o pessoal! Falei mesmo! *“Vocês tem que botar esses patrões nas mãos nossas. Nas mãos de vocês. E vocês é que estão conquistando. E já estão negociando, já estão em Jaboticabal. É isso mesmo, vocês vão conseguir”.* Eu incentivei mesmo o movimento! Porque eu acho que tinha aquele momento histórico! E eu tinha que aproveitar a oportunidade da classe conquistar algumas coisas! Eu achei que poderia ajudar nesse sentido. E foi isso que eu fiz! Agora, nos piquetes, eu participei mesmo, não nego que eu participei. Eu ia aos piquetes. Porque o pessoal estava desorganizado. Queiramos ou não queiramos, era um movimento desorganizado! Eu acho que a gente tinha esse dever, esse papel de estar junto, um papel de apoio, de assessoria. Então, havia uma necessidade de uma assessoria direta! Não era uma assessoria de gabinete. Porque ficava dentro de Sindicato, dando conselhinhos para cá, dando conselhinhos para lá. Eu achava que devia ir em frente da luta mesmo, junto com eles, na frente! Eu ia num piquete, eu ia no outro, levava gente para um piquete. Sempre fiz isso! E nas outras greves subsequentes também! Eu estava de carro, e eles não tinham carro, então eu levava gente de um piquete para o outro. Um que estava mais forte, um fortalecia o outro. Eu levava lanche, ajudava a carregar lanche. Fiz mesmo esse papel, eu não me arrependo! E se eu estivesse naquela situação eu faria tudo de novo! É que eu fui

muito mal compreendido. Não vou falar, não vou dizer que eu acertei em tudo. Eu posso ter falhado, eu posso ter me exaltado um pouco. Eu acho que isso é normal em uma pessoa humana! Mas eu achei que era aquele o momento histórico. Tinha que ter uma atuação daquela! Fiz! Fui um pouco mal compreendido, inclusive, dentro da própria CPT, posteriormente. Porque quando você está no calor de uma batalha é diferente de você estar longe e analisar! Tem muita diferença! Você está lá, *in loco*, no lugar, sabe? Na situação das pessoas! Vendo a aflição, vendo esse povo. É muito diferente, quando você está lá e quando você está aqui em São Paulo, mirando (...)

**P: Vendo o jornal(...).**

R: “*Ah, está acontecendo tal coisa*”, lendo no jornal. É muito diferente! Eu acho que fui muito mal compreendido, inclusive pelos próprios camponeses. E depois, de certa forma, até houve uma marginalização sobre a minha pessoa, porque eu tive essa atuação.

**P: Você recebeu pressões por parte dos usineiros, ameaças?**

R: Isso veio posteriormente. Na greve de Guariba eu não recebi nenhum tipo de ameaça, nenhuma pressão. Só da imprensa! Realmente a imprensa acabou comigo, me deu imagem péssima. Teve uma foto minha na reportagem, dizendo que eu estava insuflando, esse negócio que a imprensa burguesa faz, O Estadão. A Folha foi mais comedida, deu uma coisa assim bem, bem simples. Agora, nas greves subsequentes, que eu também participei, tive a mesma atuação, porque achava que o momento histórico ainda merecia, principalmente a greve de oitenta e cinco [1985], em janeiro de oitenta e cinco [1985], foi uma reprimida. Vocês lembram disso? Os soldados eram muito fortes! A greve foi assim, uma coisa que eu jamais vi, assim, eu nunca tinha participado. Inclusive, fui surrado duas vezes, numa mesma manhã! Pela PM! Tropa de choque! Essa greve, eu acho que até merece a gente comentar, porque foi uma greve(...)

**P: E depois disso você continua na região [de Dobrada]?**

R: Continuo na região até oitenta e seis [1986]. Até agosto de oitenta e seis eu estou na região. Eu fui no meio do ano para Barrinha. Aliás, foi uma conquista eu ir para Barrinha, porque o clero não queria me deixar ir para Barrinha. E eu estava sem paróquia e eu estava achando que eu estava muito sem a base, eu estava muito mal só viajando. Eu falei: “*Eu preciso ter uma base!*” E Barrinha, tinha morrido o padre de lá. Eu falei: “*Puxa, Barrinha seria ótimo, porque lá tem boia-fria, uma cidade estratégica!*” Eu comecei a raciocinar assim, aí eu comecei a fazer uma luta para conquistar Barrinha. Coisa que não acontece normalmente no clero. Vagou uma, o bispo não vê a hora que aparece um padre para botar lá. Comigo foi diferente por causa da minha condição. E discutiram no Conselho Presbiterial a minha situação. Então, veio o bispo e falou assim: “*Você pode ir para Barrinha, mas sob duas condições: primeiro você vai diminuir, vai moderar a sua atuação social. Isso é uma coisa que os padres estão pedindo. Segundo, você vai cobrar as espórtulas.*” Porque eu não cobrava espórtulas. Eu sempre fui contra, em princípio, a cobrança do sacramento. Porque eu acho que é uma venda, *you me dá, eu te dou*. Em Dobrada e Santa Ernestina eu nunca cobrei e nunca passei fome, muito pelo contrário, a geladeira estava sempre cheia. Eu tinha carro e tudo. Então, eu achava que nunca ia cobrar! Mas como eu queria ir para Barrinha eu tive que fazer uma concessão com muito sacrifício, eu tive que ceder esse princípio das espórtulas. E para mim foi muito duro. Para mim principalmente foi uma violência muito grande. Mas, eu falei: “*Tudo bem, eu vou moderar, eu vou ser mais comportado.*” Eu não ia falar que não também, né? [riso]

**P: Mas na greve de oitenta e cinco [1985] você não estava ainda em Barrinha?**

R: E, a história dessa greve fora de hora, ninguém esperava também. Eu acho que ela veio um pouco no bojo, foi espontânea! Ela veio um pouco no rastro de Guariba. O pessoal entusiasmado com as vitórias

todas, aquela diária mixa. Então, a reivindicação em cima da diária, de aumento da diária, de empregos, o pessoal desempregado, aquela história e tal, e tal (...). Aí, pipoca, começa a pipocar! Antes foi só Guariba. A televisão também teve um papel, a Globo. Porque deu na televisão. Eu acho que a Globo influenciou a estourar também.

**P: O tiro saiu pela culatra!**

R: Por isso que eles mesmos pararam. Agora, tem um negócio muito selvagem, muito selvagem, porque a gente não conseguia nem fazer direito as assembleias, porque abaixou toda a tropa!

**P: E era a polícia do Montoro<sup>20</sup>?**

R: É, era polícia do Montoro que abaixou de uma forma assim violenta em Guariba! Porque Guariba tinha tido aquela fama. Guariba ficou cercada, ficou tomada por PMs! E aquela tensão, aqueles PMs na rua. E a gente negociando com o comando da tropa: *“Olha, é melhor vocês tirarem essas tropas daí, porque está irritando o pessoal!”* Mas eles não queriam saber! Tinha um tal de capitão Pink, esse foi famoso! Ele que era de Araraquara inclusive. O nome inteiro eu não sei, Milton Pink!

**P: O regimento veio de Ribeirão?**

R: É. Mas Guariba pertencia a Araraquara. Mas certamente tinha tropa de outros lugares. Mas era comando de Araraquara, desse capitão Pink de Araraquara, que era um verdadeiro, para mim, era um demônio! Porque ele era um verdadeiro lobo em pele de cordeiro, sabe? Ele sabe falar muito bem, batia nas costinhas, mas depois ele mandava descer o cacete! Era filho da(...). Quando eu me lembro desse cara eu fico possesso! O pessoal não conhece direito helicóptero. Então, quando nós estávamos em assembleia, os helicópteros passavam com voo rasante, *pá, pá, pá, pá(...)*. Tinham uns eucaliptos assim, espalhava galhos para todo o lado, poeira. Então, a gente não conseguia nem conversar direito com os trabalhadores, porque não tinha condições.

**P: Além de helicóptero o que mais tinha? Tinham cachorros?**

R: Não, cachorros eles não usaram dessa vez.

**P: Cavalaria?**

R: Cavalaria, tinha brucutus mesmo! Tinha carros, caminhão passava sempre. Era um verdadeiro clima de guerra mesmo! Naquela manhã da repressão violenta eu tinha ido para o piquete. Eu levantava cedinho. Eu dormia pouquíssimo, diga-se de passagem. Eu comia pouquíssimo. Porque cedinho eu já tinha que ir para o piquete. E aquele trabalho de ajudar na infraestrutura. E, cedo, a gente estava lá no João de Barro. Porque o forte de repressão foi no João de Barro mesmo, em Guariba. Eles chegaram e começou a haver um tipo de um tiroteio. Não de arma de fogo, eles jogaram bombas de gás lacrimogêneo, soltavam em cima do campo. Soltavam em cima ali. Um monte de boias-frias! E os guardas pegavam em baixo! Aí, eles jogavam bombas, através de um tipo de uma bazuca que eles têm. Eu não sei como é que chama aquilo. E o pessoal jogava fogos de artifício neles. [risos] Então, virou aquele tiroteio! E aí, pronto! Aí gente foi negociar com ele, porque a polícia tinha que sair dali. Porque quanto mais ficasse ali era pior. Mas olha, sem mais nem menos eles avançaram. Aí, me pegaram para valer mesmo, me deram uma tremenda surra de bordoadas e cacete: *pá, pá, pá, pá* [som da pancadas]. Deu nas costas, na mão, na cabeça! E não teve jeito! Aí, eu fiquei sentado ali no chão. Quando os soldados iam voltando - porque eles invadiram o bairro - quando eles vinham voltando, vieram dois para o meu lado. Eu não me esqueço esse detalhe porque me deixou furioso. Um falou para o outro: *“Olha, a ordem é para voltar! É para se recolher!”* Aí, o soldado veio para o meu lado e falou: *“Mas esse aqui é por minha conta!”*, e me deu uma cacetada aqui na

---

<sup>20</sup> André Franco Montoro, governador do Estado de São Paulo de 1983 até 1987.

perna que ficou roxo! Eu não podia reagir, porque se eu reagisse era pior. Aí, eu fiquei tão furioso, que eu fui lá na delegacia de Guariba. Aí, eu tive uma discussão lá, com esse capitão Pink. Eu falei: *"Puxa, a gente está querendo contornar a situação, a gente está querendo dar uma força"*. Mas eles não encaram a gente assim, eles encaram como inimigos! *"O pessoal está desmoralizado, eu estou querendo dialogar com eles, para controlar um pouco, para não ter violência. Mas vocês atacam, vocês agredem, com a presença de vocês. Com bombas e tudo. Vocês têm que se recolher."* Tinha uma repórter presenciando a discussão, foi uma discussão muito áspera. E eu voltei de novo para o bairro, lá para o João de Barro. Imediatamente eu voltei para lá. Eu fui para o hospital, eles fizeram exame lá de corpo delito e tal. Não sei se fizeram B.O. Sei lá eu, eu não entendo nada dessas coisas. Porque depois houve o inquérito, me chamaram em Ribeirão Preto. Aí eu contei tudo, eu narrei tudo! Disseram que iam fazer comissão. Que nada! Foi encenação, tudo pago, né!? A repressão acabou por um momento. Eu fui para o Sindicato, pela segunda vez. Fiquei no Sindicato, aí eu desmontei. Sentei naquelas macas que eles fazem consulta, eu não tinha mais ânimo para nada. Nem fisicamente mais! Estava todo marcado, todo roxo! Aí, tinha uma menina que era da APOIO da LIBELU<sup>21</sup>. Naquela época a LIBELU chegou lá: *"Ah, estão invadindo o João de Barro!"* Foi quando saiu até na Globo aquela vez, lembra? *"Ah, estão invadindo o João de Barro! Coisa está feia!"* Eu falei: *"Gente, eu não vou para lá! Porque se eu for para lá eles me matam dessa vez!"* Porque eles já estavam me marcando, sabe? Os policiais me conheciam! Os soldados me conheciam. Eles falaram, assim para mim, quando passavam perto: *"É padre, é assim que você está pregando o evangelho para os seus pobres?"* Me xingaram. *"Seu corno, não sei o que"*. Gozado que eles usavam muito essa palavra corno, mas eu nem casado sou! [risos]. Então, eles não podiam me xingar disso [risos]! Mas eles tinham ódio de mim! Se eu fosse lá a terceira vez eles me matavam. *"Uma bala perdida"*. Então, eu falei: *"Eu não vou, porque senão eu vou irritar mais eles ainda"*. E fiquei lá, sabe? Aí, houve todo aquele estardalhaço da imprensa, mas o Montoro ficou na promessa. Inclusive, uma vez, nós tivemos uma audiência com ele, eu cobreí, lá no Palácio dos Bandeirantes, com a imprensa presente e tudo, mas ele saiu pela tangente: *"É, se houve excesso vai ser apurado"*. Mas nunca foram apurados os excessos! No Estado, nunca foram! Depois, houve outras greves, que eu participei, na região, ligada mais ao pessoal da laranja. Em dezembro de oitenta e cinco [1985] eu participei de outra greve, mas em Bebedouro! Quando eu fui detido por uma noite, também, num piquete. Eu sempre estava nos piquetes.

**P: Agora, nessas duas greves de Guariba, qual o grau de participação das mulheres? É possível diferenciar de alguma forma?**

R: Não deu muito para destacar não!

**P: Nos piquetes havia?**

R: Havia mulheres, mas a presença majoritária era de homens. Mas também havia mulheres ali, havia crianças, entendeu? As crianças participavam muito! Quer dizer, eles funcionavam como espíões para a gente. Eles ficavam perto dos carros de rádio patrulha e ouviam o rádio. As crianças ouviam no rádio e depois vinham contar para a gente: *"Olha, no rádio eles estão falando assim, assim, assado"*. Então, contavam as coisas, funcionavam como espíõezinhos, eles participavam dos piquetes também. Vários deles usaram de violência também, o pessoal quebrou ônibus, chegou a jogar pedra. Mas isso tudo era uma resposta a uma violência maior que estava sendo feita em cima deles!

**P: Por que, a violência contra a mulher, ela é específica, quando mulher ela é tratada como vagabunda, ela tem alguns termos bem pejorativos!**

---

<sup>21</sup> Liberdade e Luta, tendência do movimento estudantil, de orientação trotskista, que atuou na década de 1970.

R: Olha, eu não presenciei, assim, pessoalmente, eu não vi, nada nesse sentido. Por parte da repressão você fala? Não! Eu não vi! Eu não vi! Mas eu acredito que haja isso!

**P: Agora, mesmo em relação aos maridos, assim, aos próprios companheiros, eles, de uma certa forma, eles, não deixam as mulheres participar de piquetes, justamente porque falam(...).**

R: É, eles segurem um pouco! Mas agora, eu já vi casos de marido e mulher, viu? No piquete, e apanhar os dois, e ainda querendo continuar depois! Eu vi casos assim em Pitangueiras quando teve uma greve lá. Houve uma repressão, também, um estado de sítio na cidade, onde o pessoal era preso dentro do próprio bar. E apanharam e tal, marido e mulher, e queriam continuar aquilo. Esse fato me revoltou muito em termos de Igreja. Essa greve que houve naquela região, em Pitangueiras, porque a cidade estava totalmente sitiada! E houve nesse dia uma reunião do clero daquela região em Pitangueiras. Eu cheguei na casa paroquial, eu fui para a reunião, eu nem participei da reunião. Eu não tinha condições por causa do regimento. Eu perguntei: *“Escuta, vocês tomaram alguma posição? Dessa situação grave que está aí?”* O padre virou para mim, falou assim: *“Olha, tinha tanto assunto na pauta que não deu nem para a gente discutir!”* Ah, mas aquilo ali me deixou possesso, eu falei: *“Padre, uma coisa mais importante está acontecendo aqui. Vocês vão me discutir tudo, menos(...).”* Então, para mim foi confirmada cada vez mais a alienação dos padres da Diocese! Aí, eu fui para a Guariba, aliás, para Barrinha. Em agosto de oitenta e cinco [1985] eu conquistei Barrinha. Eu chamo isso de conquista. Uma situação muito favorável, para mim, em termos sociais e religiosos, porque o povo estava muito afastado da Igreja. Era um padre velho e botaram um nem tanto quanto ele. Lá só tinha mais participação de boias-frias, por incrível que pareça. Era uma Igreja mais de boias-frias. A classe comerciante, isso tudo, não ia à Igreja. Os imigrantes, assim, os sírios, os italianos, quase que não participavam. Daí, eu levei mais gente ainda para a Igreja. Mais boia-fria para a Igreja. E os ministros eram boias-frias. Era uma situação inversa de Dobrada, em termos religiosos de Igreja. Aí, começou, o Sindicato peleguíssimo (sic). E a gente começou a reunir os boias-frias. Eu comecei a fazer missas na periferia, coisa que não tinha. E juntava os boias-frias no centro comunitário da prefeitura e lá a gente começou a ter reuniões, discutir problemas e tal. A mesma proposta de discutir os problemas, reunir um grupo de boias-frias. Aí já passou o inverso, o pessoal já tinha mais consciência das situações, já tinha mais conscientização. Já tinha participado em algumas lideranças de greve. E, então, começou a surgir a ideia de oposição ao Sindicato. O Sindicato era muito ruim, não apoiava a greve, mandava até chamar a polícia. Ele chamava a polícia para mandar prender o trabalhador. Só que eu fui muito duro com eles. Alguns trabalhadores formaram chapa de oposição e na primeira reunião eu disse o seguinte: *“Olha, a coisa aqui é sigilosa. Ultra sigilosa! Quem é casado aqui não conta nem para a mulher, nem para o marido, porque eu acho que é muito tático. Porque se lá do Sindicato [alguém] souber que vão montar uma chapa de oposição vocês vão para o olho da rua amanhã e vão ficar sem emprego! Porque eu vejo nuvens negras. Sabe, já está havendo muita perseguição”.* E é importante que o pessoal arrisca. Foi uma surpresa geral quando a chapa chegou no Sindicato com toda a documentação pronta! Aí, a turma da FETAESP ajudou a montar a chapa e levaram a papelada, eu viajei. A coisa vai ter que ir devagar, senão, vai sair meu nome, né? Fui para Araraquara, e quando voltei a chapa já estava registrada. Para a surpresa do pelegão (sic) que jamais esperava que estava sendo montada um chapa! Desde de que se registra a chapa, ninguém mais pode ser mandado embora. *“Ô gente, agora nós temos que ganhar. Porque se perder(...). Aí, pronto! Aí, a possibilidade de emprego para vocês vai ser dura também. Tem que garantir também, não só a vitória do Sindicato por tudo que vocês acreditam, mas também pelo próprio emprego de vocês!”* Aí, o pessoal se desdobrou, sabe? Ia na briga para a cana. Eu

ajudei bastante também, diretamente. No dia da votação ia com o meu carro para lá e para cá. Enfim, além da prefeitura, o pessoal da prefeitura também deu apoio. Então, a gente conquistou. Eles conquistaram a posição do Sindicato e estão continuando. Tem boas lideranças. Aí, eu comecei a receber muitas ameaças! Uma noite, o telefone tocou a meia noite, eu fui atender. Uma voz muito cavernosa de homem falou assim: *“Quem está falando?”* Eu falei: *“É o padre Braghetto.”* *“Seu comunista, subversivo!”* Uma voz muito ameaçadora, sabe? *“Você fugiu de Guariba, mas nós vamos te pegar ainda!”* *“Quem está falando?”* *“Não te interessa.”* Aí, eu falei: *“Ô seu covarde, por que não se identifica?”* *“Não te interessa!”* Aí, eu botei o telefone no gancho! E para dormir? Não dava sono! Virava para cá, virava para lá [riso]. Agora, para dormir não ia ser fácil, mas seja o que Deus quiser. Aí, começou, o pessoal jogava bomba junina na varanda da casa paroquial. No mínimo para intimidar, soltaram foguetes, me quebraram o relógio da Igreja, entendeu? Recebi ameaça pessoal de morte. Esse povo daí do Sindicato que perdeu me ameaçou também na rua! *“É, você vai ver!”*

**P. Você poderia falar um pouco sobre a bênção dos facões?**

Bem, mas o trabalho com os migrantes era bem mais isso, bate-papo, celebrações... Um dia eu levei o bispo lá no meio da roça. Foi lá com a mineirada.

**P: E nesse momento já existia o serviço da Pastoral dos Migrantes?**

R: Não, não! Estava começando! Não tinha ainda. Eu fazia a bênção do facão. Essa era interessante. Eles levavam o facão Até tenho aqui uma foto que é muito bonita. Eu pedia para eles levarem, todo mundo levantou o facão para o alto assim, ficou uma imagem muito bonita! De quinhentos homens levantando o facão assim. Eu tentei fazer em Barrinha e não deu certo. porque eu falei: *“Vocês podem, inclusive, à noite, vocês vem com aquela roupa de trabalho de vocês, traz o facão de vocês.* Não, não era uma invenção! Era valorizar a figura do trabalhador. Era uma boa intenção! Valorizar! Então, que viesse mesmo com a sua roupa típica de trabalho e com seu instrumental de trabalho! Eles, além de não irem com a roupa deles, a roupa de trabalho Porque eles jamais vão sair na cidade com a roupa do trabalho. Desde que for limpa! E não levaram as ferramentas também! Aí, foi um fracasso. Um ou outro que levou e assim mesmo embrulhado em um jornal. E facão novo! O que eu fiquei danado. Eu queria o facão que eles estavam usando. Eles me levaram um facão novinho. Isso a gente não entendeu direito. Depois, que eu fui reavaliar e falei: *“Foi bola fora, não é?”*

**P: E em relação às situações de tensões vividas por você, fale sobre o episódio do dia das mães.**

R: Aquilo foi dose! [riso]. Eu fiquei puto da vida com a PM. É, talvez, até um pouco de preconceito, porque também não tinha motivos para aquilo. Depois de toda essa repressão, era Dia das Mães! Eu tinha missa às oito horas da manhã, e eu vi umas pessoas com botões de flor na mão. Eu falei: *“Mas quem que está dando esses botões de flor para vocês?”* E tinham uns *cartazinhos* em cada botão, [dizendo] que era doação dos comerciantes da cidade. Os caras doavam as flores e a polícia distribuía! Eu falei: *“Qual é a doação?”*. *“É um soldado que está dando na porta!”* Eu falei: *“O quê? Um soldado está dando flor na porta da Igreja?”*. Naquela hora o sangue já me subiu, eu falei: *“Vou ver esse negócio!”* Eu cheguei lá na Igreja, realmente, tinha uma kombi com dois soldados distribuindo, para quem entrasse eles davam uma rosa, eu falei: *“Escuta, vocês podem distribuir flores! Tudo bem. Eu não sou contra, mas eu queria que vocês se retirassem da frente da Igreja, aqui é propriedade da Igreja, a praça é da Igreja. E vocês distribuam as flores lá na rua! Por favor!”*. Isso estava quase na hora da missa das nove [horas da manhã]. E o soldado falou: *“O sargento falou para eu ficar aqui!”* Eu disse: *“Então você diz para o sargento que eu não quero que vocês fiquem aqui!”* *“Ah, mas ele não está aqui!”* *“Então, vá procurar!”* E eu já estava furioso.

Procurando para não agredir o soldado. Aí, foram buscar o tal sargento e o sargento não chegava! E eu, na hora de começar a missa, eu tive que entrar, eu não ia ficar esperando! Aí, eu entrei. Eles continuaram ficando lá! Então, eu entrei furioso, pisando alto, pensando: *“Vocês batem nas mãos dos boias-frias! Uma mãe barriguda e depois vem e dá flores? Na porta da Igreja?”* E no meio da missa entrou o tal sargento, fardado, e ficou lá no fundo da Igreja. Eu pensei comigo: *“Você veio aqui para escutar, você vai escutar! Você vai escutar! Você entrou aqui para escutar!”* Aí, chegou no final, no sermão, eu acho que foi uma missa super tensa para mim, porque o cara ficou o tempo todo lá nos fundos fardado. E eu vendo aquele cara ali, foi uma missa super tensa para mim. Porque eu tremia até de nervoso! Mas eu não aguentei! Eu fiquei em dúvida se falava ou não falava. Se eu denunciava ou não denunciava. *“Mas eu tenho que denunciar! A minha missão é denunciar!”* Aí, chegou na hora dos avisos, no final da missa, eu larguei a brasa! Aí, falei: *“Olha, está acontecendo aqui uma coisa muito, muito, muito(...).”* Eu não sei o termo que eu usei. *“Mas muito chata, muito ruim! É uma farsa que está acontecendo aqui! Está acontecendo o seguinte: na porta da Igreja, a PM está distribuindo flores e amanhã eles descem o cacete nas mãos dos boias-frias. Isso para mim é uma falsidade”.* Aí, larguei o [inaudível] em cima da PM. Falei o bicho e o cara ficou lá. Acho que deve ter feito um relatório. E eu falei: *“Se o senhor está aí atrás escutando, faça um bom relatório, viu?”* Falei assim! Eu atentava. *“Ah, que filho da mãe”* [risos]. Atentava sim! Porque eu não aguentava mais. Então, foi até uma provocação assim da minha parte, sabe? *“Escuta direitinho, tudo que eu estou falando, faça um bom relatório e mande para lá, porque eu acho isso um absurdo. Essas vozes aí, derramam sangue nas mãos, nas mãos de outras pessoas”.* Eu usava termos fortes, sabe? Usava mesmo! Eu não tinha medo! Eu nunca tive medo mesmo! O único dia que eu fiquei com um pouco de medo foi na usina Tamoio. A finada usina Tamoio. Aquela vez eu fiquei assustado e eu vou contar.

**P: Eu vou retomar um pouquinho, onde o senhor estava por essa época?**

R: Eu estava em Dobrada!

**P: Você ia lá [na usina Tamoio]?**

R: Não, eu nunca fui nessa usina Tamoio. Eu vou te contar. O episódio da Usina Tamoio foi o seguinte, eu sabia que estava tendo problema na Tamoio, mas nunca me interessei em saber os pontos que(...).

**P: Só para situar, oitenta e três [1983]?**

R: Oitenta e dois [1982]. Então, foi o seguinte, eu nunca me interessei pela questão porque estava fora da minha jurisdição. Era Araraquara. E eu já tinha problemas de sobra. [risos]. E eu nem conhecia ninguém em Araraquara, era outra diocese inclusive. Mas eu sabia que tinham problemas lá. A usina estava parada, os trabalhadores reivindicando. Agora, quando houve a ocupação, daquele pessoal, eu fiquei sabendo por telefone. Quem me ligou eu não me lembro! Tinha havido uma ocupação lá, e que o pessoal precisava de apoio. Isso, o pessoal tinha ligado num sábado de manhã, bem cedo. O pessoal tinha ocupado da sexta para o sábado. Não lembro a data. *“Bom, isso deve ser um grupo de Sem Terras. Deve ser um pessoal pobre”.* Aí, eu falei: *“Ah, os pobres, estão precisando de alguma coisa. Então, vamos ver o que está acontecendo!”* [risos]. Foi bem assim, sabe? Eu nem sabia que era um grupo organizado. Eu nem sabia quem era, quem tinha organizado, nada. Eu sabia que era um pessoal pobre e que tinha ocupado uma área da usina Tamoio, e que precisava da ajuda de alguém. E que tinham me ligado lá pedindo essa ajuda! Eu peguei o meu carrinho muito tranquilo e me mandei para lá num sábado de manhã. Que eu chego lá, eu já tinha estado uma vez na usina Tamoio, então, por isso que eu sabia qual o caminho. Então, em oitenta e seis [1986], foi aquela ocupação mesmo. Então, eu fui lá! Quando eu cheguei lá o segurança já me conhecia. O segurança me recebeu muito mal! Eu fui direto para a usina, eu sabendo onde estavam os

trabalhadores. O cara olhou para mim, um cara forte, quando eu desci do carro, ele já veio agredindo verbalmente: *“Você pode tirar aquele ônibus de lá, hein?”* [risos]. *“Tira seus homens de lá, porque senão vai sair na marra!”*. Falava bravo, desesperado. Eu falei: *“Calma, moço! Que ônibus? Não tem ônibus aqui não!”* *“Claro que tem! Foi você que mandou os caras vir aqui! Ocupar as terras aqui da usina!”* Eu falei: *“Calma, eu não estou sabendo de ninguém, eu só estou sabendo que eles estão(…)”*. Aí, eu comecei, eu maneirei com o cara e o cara maneirava também. Acho que ele percebeu que eu não estava tão envolvido. Eu cheguei, o grupo estava meio espantado. Não tinha ninguém apoiando. Eles estavam sozinhos! E já tinham recebido pressão, na mesma manhã, da usina. Na véspera, inclusive, foi o jornal de Araraquara lá, fez foto. A polícia tinha apreendido todo o material de trabalho deles. Tem até uma foto no jornal de Araraquara, não sei se vocês viram, os caras cavando terra, cavando o chão? Eu ainda tenho essa foto da época. Porque é muito interessante essa foto! Os caras cavando a terra com a mão! Cavando com a mão! Então, me receberam assustados. Eu falei: *“Olha gente, eu sou padre e vim aqui para saber se vocês estão precisando de apoio.”* Os caras no começo [estavam] desconfiados, mas depois eles(...). Então falei assim: *“Se vocês precisarem de apoio”. “Ah padre, então, por favor, vai conversar com os homens, porque eles estão bravos com a gente!”*. Então, eu peguei e voltei onde estava o segurança lá de novo. *“Ah, porque tem que sair, porque eu comuniquei com não sei quem, porque tem que sair até tal hora. Nós vamos lá tirar na marra!”* Então, eu fiquei sendo moleque de recado, indo para lá e vindo para cá. *“Não, pessoal, tem que sair mesmo! Deu prazo até tal hora!”* *“Ai, padre, fala que não dá! Nós temos que arrumar tudo, fala para eles dar mais tempo!”* Então, o pessoal queria ganhar tempo. Aí, eu voltava novamente e falava: *“Olha, o pessoal está pedindo mais tempo(…)”*. Aí, eu voltei! *“Qualquer coisa eu vou ficar junto com eles, vou ajudar eles em qualquer coisa.”* Aí, fui para lá e fiquei lá junto com eles. Quando a gente olha, vinha chegando várias caminhonetes da usina e caminhão pipa. Botaram esse segurança em cima do caminhão pipa com uma cartucheira na mão! Eu falei: *“Nossa, é agora!”* Eu nunca me senti tão perto da morte quanto naquele momento! Eu até me emocionei assim e rezei um pai nosso! *“Porque é agora que vai sair a bagaceira aqui! É agora, porque ele vai matar o pessoal aqui! O pessoal vai reagir, não sei se tem arma ou não tem. E eu não vou embora! Vou morrer junto aqui com eles. Eu não saio do lugar”*. E lá na frente eles pararam a uns cem metros do acampamento. Ou uns cinquenta metros de distância. Eu desci! Eu tinha uma foto na máquina, eu bati a foto meio de longe, mas os caras viram que eu tinha uma foto na máquina! E eles vieram ao meu encontro, sabe? A gente se encontrou no meio do caminho, entre o acampamento e os caminhões. A gente se encontrou no meio, no clima tenso. *“É, porque os caras têm que sair mesmo”. “É, eles vão sair, mas eles pedem para sair só à noite, porque eles tem arrumar a(…)”*. *“É, porque não pode ficar lá, porque não sei o quê. Aliás, o senhor tirou uma fotografia, não é?”* Falou um deles! Eu falei, eu fiquei meio assim: *“Não(…)”*. *“Onde é que está essa foto? Essa máquina?”*. Estava no meu bolso, era uma maquininha, daquelas bem fraquinhas. Cabia dentro do bolso. *“Está aqui!”*. *“Dá essa máquina aqui, nós vamos olhar!”* Eu falei: *“Não! Eu não vou dar! A máquina é minha e eu não vou dar!”*. *“Se você não der nós vamos pegar na marra!”*. *“Vocês é que sabem! Mas eu não vou dar!”*. Aí, não teve outra, vieram dois caras, me seguraram por trás e o outro me tomou na marra mesmo! Tirou do meu bolso. Aí, eles não conseguiram abrir, porque a máquina não abria! Porque o cara queria velar o filme! [risos]. *“Abre essa porcaria!”*. Eu falei: *“Não vou abrir, se quiser vocês abram! Que se dane com essa máquina aí!”*. Aí, o cara deu um tiro! No chão, assim! Esse que estava com a cartucheira, que era o segurança. Pegou a cartucheira e pá. O tiro pegou uns dois metros de distância do meu pé! Aí, ele falou: *“Olha, se você não abrir nós vamos arrebentar você, essa máquina e(…)”*. Desse jeito! Aí, eu fiquei com medo, eu pensei: *“A coisa agora, ficou realmente*

*séria.* "Eu peguei essa máquina, abri essa máquina. E eles viram a máquina. E eu dei a máquina para eles. Eu nunca mais vi essa máquina e nem o filme, mas eu já tinha outro filme no bolso. [risos]. Porque ninguém me revistou e eles não viram. Eu fiz um outro filme, tinha tirado umas duas chapas dessa situação. E aí, a gente entrou em negociação. Realmente consegui que o pessoal ficasse até à noite! Houve entendimento. E aí, chegou alguém, eu acho que chegou um vereador de Araraquara que era do PT. Chegou logo em seguida! Ele chegou lá e queria ver se arrumava mais alguém para(...). *"Ah, eu não sei de ninguém!"* Estava só eu e os caras, só! Sem ninguém para negociar nada. O PT veio com nada! Aí, passei como sendo chefe dos Sem Terra, sendo que eu nem conhecia o pessoal! À noite foi liberado para ocupar outra área. Aí eu fui com eles. Foi em Araras. O mesmo grupo foi para lá. Aí eu fiquei com eles, eu fiquei cinco dias no acampamento com eles em Araras. E aí, também foi um despejo, foi uma coisa que para mim ficou muito marcada na minha vida, porque foi uma coisa muito violenta. Eu nunca tinha visto uma coisa, eu chorava de derramar lágrima. Depois de cinco dias de ocupação, os caras já tinham feito uns barracos de barro. Era um grupo muito especial aquela gente. Era um grupo, assim, muito organizado, joia mesmo! Eu nunca tinha visto um grupo tão bacana! Eles rezavam juntos, tinha católico. Eles não faziam separação de religião nenhuma.

**P: De onde que surgiu?**

R: Era um grupo de Sumaré. Agora, eu fiquei mais danado com o pessoal que ajudou a preparar o grupo, que na hora "h" não estavam presentes. Abandonaram o pessoal e depois que eles vieram, depois que a vaca tinha ido para o brejo, depois que a coisa ficou preta é que eles apareceram. À noite! Aí já tinha passado. Mas foi interessante isso. Foi uma experiência muito bacana. Só que a polícia foi lá e fez o maior despejo depois de cinco dias. Derrubaram tudo no chão! Foi, assim, uma coisa muito(...). Não bateram neles, mas(...). Só a violência, prenderam todo o material. Aí o pessoal fez uma romaria de lá até a cidade. Chovendo! Eu larguei meu carro no lugar, no local. A polícia furou todos os pneus do meu carro. Porque eu falei: *"De carro eu não vou. Vou com o pessoal á pé, acompanhando até a cidade!"* Eram doze quilômetros! Chovendo, sabe? O pessoal carregando um cruzeiro enorme, que eles tinham feito de madeira. Um crucifixo enorme de madeira.

**P: Quantas pessoas eram?**

R: Aquele grupo? Olha, era um grupo pequeno! No máximo uns cinquenta!

**P: Homens, mulheres e crianças?**

R: Eram só uns homens. Depois eles iam levar as famílias, se desse certo. Eles eram todos famílias de Sumaré. Era um grupo muito paciente. Tanto assim, que eles conquistaram, depois, uma outra área. Continuaram organizados, e conquistaram uma área no próprio município de Sumaré mesmo, e estão assentados hoje. Eu não acompanhei, depois, o processo.

**P: É, então, você fala que fez a caminhada até a cidade.**

R: Fizemos a caminhada até a cidade.

**P: E depois?**

R: Depois eu fui junto. Eu fiquei. Inclusive, eu não tinha levado roupa, nem nada. O padre da cidade, que depois faleceu, comprou roupa para mim, me trouxe. E eu fui junto com eles! Porque eu fiquei morando junto com eles lá no acampamento. Dormindo no chão com eles lá. Passando até as dificuldades que eles estavam passando. Comendo com eles, entendeu? Porque eles mesmos cozinhavam. Ia descascar batatinha. Então, uma convivência muito legal. Foi uma experiência muito interessante. Também foi a única experiência que eu tive, assim, com os Sem Terra mesmo. Depois, outras ocupações a

gente não acompanhou muito.

**P: Diante de todas essas lutas, como ficou a sua relação com a CPT?**

R: Então, a situação foi ficando muito difícil. E foi a época, também, que mataram o padre Josimo<sup>22</sup>. Eu comecei a receber pressão da CPT nacional, da estadual também e amigos. Diz que eu tinha que sair de lá, sair da região. Eu não sei se eles exageraram um pouco. Que iam acabar me matando, que não sei o quê. O ex-prefeito de Barrinha estava muito no meu pé. Eu não me lembro o nome dele, ele foi um dos que me ameaçou de morte. Pessoalmente!

**P: Então, era o poder local, o próprio Sindicato e o usineiro?**

R: E o usineiro! Porque ele era muito ligado a usineiros. Eu recebi um usineiro na minha casa, da usina Balbo. Ali, indo de Barrinha para Sertãozinho. Mandou perguntar se eu o recebia. Eu falei: *“Lógico! Pode vir aqui, eu converso com todo mundo!”* E o cara foi lá. Tinha uma postura assim, muito liberal. Que a usina dá assistência, bem estar, tem isso, tem aquilo. Também saiu numa boa, sabe? Sem discussão, sem nada! Era um cara jovem, eu não me lembro o nome dele agora. E falou: *“Olha, podemos até conversar, só que você está de um lado e eu estou de outro. Isso aí tem que ficar muito claro. Isso aí, eu não abdicó dessa posição. São duas posições irreconciliáveis, praticamente!”* Mas foi tudo num papo amigável, não teve problema nenhum. E ele, eu soube mais tarde, que ele mandava espiões na Igreja para ouvir o meu discurso. Que no começo ele mandava, mas depois desistiu. Até porque ele viu que eu era comunista mesmo! Não tinha jeito! [risos]. Aí, o dia dessa pressão, desses amigos meus, mostraram a necessidade de um trabalho aqui em São Paulo, em nível de América Latina, em direitos humanos. Mostrando também a perspectiva de eu continuar na CPT como assessoria. Eu peguei e vim para cá. E continuei ainda na CPT, continuei mais um ano ainda. Exatamente em oitenta e sete [1987] eu senti, assim, que dentro da CPT já não me cabia mais, não tinha mais muito espaço na CPT. Eu já vim comissionado para o trabalho da CPT. Assim, eu já vim limitado na assessoria da CPT de algumas regiões onde eu era bem aceito, não tinha tanto problema. Então, eu achei, já vim um pouco humilhado na CPT. Ter fugido do trabalho. Mas eu aceitei porque, vendo a situação toda, eu vim para cá [São Paulo]. Depois, eu saí [da CPT]. Eu achei que ia criar atrito interno e eu achei que não devia criar. Porque essas entidades são tudo divididas, né? E não vai ser por mim que vai criar mais uma divisão aqui. Então, fiquem aí, continuem o seu trabalho que eu vou para outro canto. Depois entrei na GEN<sup>23</sup> e fui tocando o barco. Perdi contato, praticamente, com a CPT. Fiquei muito magoado com a CPT porque eu achei que não deviam fazer o que fizeram. Eles não me agrediram, não me fizeram nada, mas me cortaram o barato, cortaram os meus passos. Quando você não se sente mais dentro de uma organização, a sua obrigação, antes que seja demitido, é se demitir. Eu senti que eles acharam que eu extravasei a minha tarefa. Eu fui além daquilo que era para ser feito de uma assessoria. Eu comentei um dia, que de um modo geral, que não tinha uma assessoria, que ninguém toma a frente, sabe? Mas eu não sei se estou errado ou se estou certo. Mas eu acho que a história vai julgar. Naquele momento histórico de Guariba, eu tinha que estar junto. Eu não podia, eu não conseguia, nem que eu quisesse, ficar em casa, eu não conseguia ficar. Eu tinha que ficar na rua, eu tinha que estar com eles, apanhar com eles! Eu me alegrava com eles, sabe? Eu tenho um jeito assim que não dá para ficar de longe assistindo, de vez em quando dando umas orientações. Eu tenho que estar junto, é um feitio pessoal! Eu acho que o pessoal não entendeu, não aceitou. Eles acham que eu posso ter imaculado o nome da CPT.

<sup>22</sup> Padre Josimo Moraes Tavares foi assassinado em 10 maio de 1986, no Bico do Papagaio, Tocantins, a mando de fazendeiros. Era coordenador da Comissão Pastoral da Terra.

<sup>23</sup> GEN - Geração Nova do Movimento Focolare, um movimento laico, ecumênico, que tem como princípio a unidade e fraternidade universal.

Imaculado entre aspas, né? Não aceitaram. Então, eu acho que falaram: *“Você vem aqui para São Paulo e você fica aassistindo Assis, Limeira e onde não há tanto problema. Para outras regiões é melhor você não ir, porque vai criar problema”*. Então, eu aceitei porque tinha que ganhar um pouco para sobreviver, não é? Eles me pagavam o salário. Porque eu não tenho intenção nenhuma de criar polêmica. Não criei na hora e não vou criar agora. Para mim é muito triste. Porque eu que fui um dos fundadores desse negócio. Inclusive, eu quase dei a vida nisso daí. Porque um dia teve um acidente e eu quase morri em função da CPT estadual. E eu achei também que a CPT nacional pouco se empenhou no meu caso, eu achei que eles poderiam dar mais apoio. Ela [CPT nacional] não quer saber da CPT estadual. Mas também eles falam diferente. De modo que eu guardo um pouco essa mágoa. Mas eu não quero levar isso adiante, não! Ele solicitou a minha volta porque eles me pediram que eu escrevesse um pouco a minha experiência. Porque esse ano faz dez anos da CPT estadual. De setenta e nove [1979] a oitenta e nove [1989]. Ele está fazendo um livro de memórias. Sei lá eu! Eles pediram para eu escrever um pouco como é que foi a minha participação e tal. Eu me recusei a escrever! Eu não estou a fim de escrever e eu não vou escrever! Estão insistindo para eu escrever, mas eu não vou escrever! Mas eu acho que é sacanagem. O que fizeram para mim não tem nome! E não vou ajudar nesse ponto. Se precisar ajudar em outra coisa, eu ajudo. Não estou com vontade, não vou fazer! Eu tive oportunidade, inclusive, de escrever um livro sobre isso, porque a editora me pediu, e também nem fiz, foi por preguiça, sabe? Não tem nada a ver com a CPT. Foi falta de querer sentar mesmo e escrever. Mas isso aí, eu acho que a coisa está continuando. Eu perdi um pouco o contato dessa região.

**P: Eu só gostaria de agradecer muitíssimo, pela conversa(...). A sua disposição de nos receber e(...).**

R: Eu é que agradeço, porque deu para mim reviver bons momentos [risos]. E a gente quando conta, assim, todas essas histórias a gente revive também. A gente volta àquelas imagens do passado. E é muito bom, porque ajuda, também, a gente não esquecer as pessoas todas, é lógico que não esqueci. Mas é diferente quando a gente conta tudo, nos mínimos detalhes, tem muitos detalhes que ficaram para trás. Se fosse contar tudo aqui ia o dia inteiro. Mas eu acho que o essencial está por aqui, tudo que eu disse. Os detalhes eu acho que não interessa tanto. Talvez até foram esquecidos, mas eu agradeço a oportunidade, quando precisar da gente, se eu puder ajudar, conte comigo.

**(Final da entrevista.)**

# A construção da categoria política

## Sem Terra

Ramon Torres Araujo<sup>24</sup>

### Resumo

O presente trabalho busca oferecer uma interpretação a respeito do surgimento da categoria política sem terra no Brasil. Utilizou-se como escopo documental, de onde se tirou grande parte do material analisado, as edições do jornal *Terra Livre*, publicadas entre 1954 e 1964. Por meio da ferramenta utilizada para buscar palavras contida no site ([www.armazemmemoria.com.br](http://www.armazemmemoria.com.br)) onde se encontram digitalizadas as edições do *Terra Livre*, buscou-se as palavras *sem terra*, *ocupação*, *invasão* e *acampamento*. A partir da análise dos resultados da busca, concluiu-se que essa categoria política foi forjada pelos movimentos sociais na luta por reforma agrária ainda nos anos 1950 em oposição ao latifúndio compreendido tanto como modelo produtivo, quanto como unidade política.

**Palavras-chave:** sem terra, categoria política, reforma agrária, *Terra Livre*, latifúndio.

### Introdução

A partir da década de 1990, as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) ganharam grande visibilidade nacional e internacional. Tornou-se muito difícil falar em reforma agrária sem mencionar os sem terra. Desde então, autores de diferentes áreas começaram a escrever trabalhos com o intuito de explicar o aparecimento, as formas de ação e os interesses desse sujeito supostamente novo. Autores como José de Souza Martins (1980) e Ariovaldo Oliveira (1991) compreenderam os sem terra como camponeses que foram expropriados com expansão do capital no campo brasileiro. Em outros trabalhos os sem terra foram associados quase que exclusivamente ao MST, como no artigo em que Zander Navarro se refere ao MST como “a organização dos sem terra” (2002, p. 191)<sup>25</sup>. Os artigos de Leonilde Medeiros (2005) e Marcelo Rosa (2009) são dois dos melhores trabalhos que buscaram interpretar o surgimento e as transformações dos sem terra. Os dois autores procuraram explicar por caminhos distintos a origem da categoria sem terra identificando-a diretamente à luta pela reforma

---

<sup>24</sup> Mestrando em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

<sup>25</sup> Entretanto, numa pesquisa bem interessante, Marcelo Rosa (2009, p. 197) constatou que em 2003 havia apenas no estado de Pernambuco 14 movimentos diferentes que reivindicavam a representação dos sem terra.

agrária, sem vinculá-la necessariamente ao MST, apresentando, inclusive, as disputas entre diversas organizações para falar em nome desses sujeitos.

Medeiros discute em seu artigo (2005) a historicidade das categorias “agricultor familiar”, “assentado” e “sem terra”. Para a autora, os “sem terra” emergiram no final dos anos 1970 e início dos 1980 a partir do surgimento de “novos espaços de confronto, trazidos por novos segmentos de expropriados, principalmente no Sul do país, coração do processo de modernização agrícola” (MEDEIROS, 2005, p. 111). No início, os sem terra estavam estreitamente articulados à criação das “oposições” sindicais. Entretanto, à medida que o tempo foi passando, eles, questionando a ação sindical relacionada às questões fundiárias e a própria estrutura organizativa do sindicalismo, constituíram-se num movimento com perfil próprio, que se utilizava das ocupações e dos acampamentos para criar fatos políticos e ter suas demandas atendidas.

Rosa (2009) retorna aos anos que precederam o golpe de 1964 para indicar o surgimento da categoria sem terra. Para o autor, essa categoria apareceu pela primeira vez no governo de Leonel Brizola (1959-1963), mais especificamente em meados de 1961, nos documentos do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Segundo os documentos do IGRA, a política de distribuição de terra teria como objetivo atender especificamente os sem terra, sendo eles os alvos preferenciais das políticas públicas desse governo voltadas para as áreas rurais (ROSA, 2009, p. 201). Apesar de essa categoria ter sido apropriada e seu conceito modificado por diferentes movimentos e organizações ao longo das décadas seguintes, em regiões e situações sociais bastante distintas, ela continuou tendo um sentido semelhante: “orientar políticas de governo para pequenos agricultores” (ROSA, 2009 p. 199). Nesse sentido, o autor defende a hipótese de que, no caso brasileiro, o sem terra não existe como categoria autônoma em relação ao Estado.

Nesse trabalho, também será oferecida uma interpretação para o surgimento da categoria sem terra. Porém, alguns pontos que serão apresentados diferem das interpretações de Medeiros e Rosa.

O primeiro ponto diz respeito ao contexto de aparecimento da categoria. Defenderei que ela começou a ser utilizada e reconhecida por diversos atores no período que antecedeu a década de 1960. Portanto, fora do grau de influência das “oposições” sindicais. Leonilde Medeiros conhecia a existência dessa categoria no pré-1964<sup>26</sup>. Porém, a opção em reconhecer o final dos anos 1970 como o marco para a emergência da categoria se deu pelo fato dela ter se generalizado somente a partir desse período. Realmente, a partir dos anos 1970, os sem terra ganharam uma visibilidade muito maior, ainda mais depois das ações do MST, que tomaram proporções nacionais e internacionais. Entretanto, não podemos desconsiderar a importância do período que precedeu ao golpe para a construção e consolidação da categoria sem terra e do ser sem terra enquanto uma identidade política. Não é mera coincidência que as ocupações de terra, já no final dos anos 1970, que culminaram na criação do MST, tenham sido realizadas no mesmo lugar onde houve uma série de ocupações no início dos anos 1960.

O segundo ponto que procuramos demonstrar é que a categoria sem terra não surgiu desde o Estado e foi, posteriormente, apropriada pelos movimentos sociais, mas surgiu dos movimentos sociais e se impôs ao Estado por meio de um processo complexo de disputa que se dava, entre outros espaços, no interior de suas instituições. Não ignoramos que o Estado passou a cumprir um papel fundamental na consolidação e conceitualização da categoria no momento em que começou a reconhecê-la e contemplá-la em seus documentos oficiais. Mas da mesma maneira que não podemos tratar o Estado como uma arena neutra,

---

26 Ela orientou a dissertação escrita por Cordula Eckert sobre o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER; primeiro movimento a se autodenominar sem terra no Brasil, antes do golpe de 1964.

não podemos desconsiderar que a disputa em torno da construção da identidade política dos sem terra emergiu dos movimentos sociais.

## O jornal *Terra Livre*

Esta pesquisa baseou-se em informações tiradas do jornal *Terra Livre*. Como principal instrumento escrito de divulgação, convocação e mobilização do PCB voltado para o público do campo, o *Terra Livre* constituiu-se como uma importante fonte de informação sobre a luta por terra no Brasil no período que precedeu o golpe de 1964. Em suas páginas podem ser encontradas informações sobre os eventos nacionais e internacionais que adquiriram grande visibilidade. Por meio da ferramenta utilizada para buscar palavras, contida no site<sup>27</sup> onde se encontram digitalizadas as edições do *Terra Livre*, buscou-se as palavras *sem terra*, *ocupação*, *invasão* e *acampamento*. Em todos os números disponíveis, a expressão sem terra apareceu 89 vezes de diferentes maneiras: em matérias sobre eventos e conflitos; cartas de leitores; documentos de entidades; colunas escritas por lideranças políticas. Ao longo de suas publicações foi possível identificar o aparecimento da categoria sem terra e a sua mobilização para construção de uma identidade política forjada na luta pela reforma agrária.

No período histórico que identificamos o aparecimento da categoria sem terra, isto é, na década de 1950, quando as lutas no campo ganharam maior visibilidade, começou a ocorrer uma disputa entre as Ligas Camponesas, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) pela hegemonia da organização dos camponeses que travavam suas lutas de distintas formas e por diferentes motivos em várias partes do país (MARTINS, 1983). Esses três atores, com diferentes concepções de reforma agrária e do que deveria representar as lutas no campo, se impuseram, no pré-1964, como os principais *mediadores* para as lutas camponesas.

As Ligas Camponesas, que tinham como principal porta-voz o advogado Francisco Julião, partia de uma análise sobre o campo muito parecida com a do PCB. Para as Ligas, o latifúndio era compreendido como uma das principais causas da miséria dos camponeses e como um grande entrave para o desenvolvimento do país. Porém, diferentemente do PCB, as Ligas acreditavam que a reforma agrária, acabando com o poder do latifúndio e introduzindo o campesinato como ator político fundamental, constituiria o primeiro passo para a revolução socialista no país, que se daria sem a necessidade de passar por um regime democrático-burguês. Segundo sua concepção, não seria possível contar com nenhum setor da burguesia para realizar a revolução.

A Igreja Católica também não deixava de se posicionar sobre o tema. Reagindo à ameaça representada pela penetração das “ideologias alienígenas” – leia-se: socialistas – no campo, a Igreja passou a denunciar as precárias condições de vida dos camponeses, apoiar o acesso à terra e defender a formação de uma classe média rural. A defesa da estabilidade familiar e o direito à propriedade privada constituíam-se como valores que norteavam as suas ações no campo brasileiro. A partir de um determinado período, a Igreja passou, inclusive, a estimular a criação de sindicatos de trabalhadores

---

<sup>27</sup>Todos os exemplares consultados encontram-se disponíveis no acervo do Armazém Memória (<http://www.armazemmemoria.com.br/>), na hemeroteca da seção “Luta pela Terra”.

rurais. A reforma agrária deveria ser feita através de desapropriações com justa indenização.

Para o PCB, a reforma agrária se inscrevia num programa maior denominado de *revolução democrático-burguesa*. O PCB defendia que o caminho ao socialismo deveria ser trilhado por via pacífica, conduzido por uma *frente única*, nacionalista e democrática, que compreendia segmentos da burguesia industrial. A reforma agrária democrática era um dos passos necessários para concretizar tal programa. De acordo com as teses do Partido, o campo brasileiro estava marcado por restos feudais que atravancavam o desenvolvimento das forças produtivas. A transformação da estrutura fundiária, entendida como eliminação do latifúndio, era, assim, vista como uma das medidas que deveriam ser tomadas para romper com o “atraso”. A reforma agrária possibilitaria o desenvolvimento das forças produtivas, tanto no campo como na cidade, e somente a partir daí se criariam condições para uma revolução socialista<sup>28</sup>.

“O *Terra Livre*<sup>29</sup> foi o principal instrumento escrito de propaganda das bandeiras do PCB entre os trabalhadores do campo e de apoio às lutas desenvolvidas por esse segmento” (MEDEIROS, 1995, p. 208). Era através desse jornal que o Partido divulgava as teses da *revolução democrático-burguesa* para o público do campo. Seu primeiro número foi publicado em 1949, mas, atualmente, só encontram-se disponíveis para consulta as publicações a partir de 1954. O periódico, extinto após o golpe de 1964, não contava com uma periodicidade regular. Às vezes saía mensalmente e em outros períodos quinzenalmente. Nos momentos mais críticos, como os vividos nos anos 1957, 1958 e 1959, causados pelo aguçamento da falta de recursos, pela constante perseguição ou por reajustamentos políticos no interior do PCB, as publicações eram ainda mais espaçadas. Sua tiragem chegou a 30 mil exemplares. A cobertura dos conflitos era ampla, assim como a sua divulgação, abrangendo diversas regiões do país.

Em relação à forma, o *Terra Livre* possuía uma linguagem simples, acessível aos camponeses, em sua maioria, com baixa escolarização. Grande parte do público a quem o jornal se dirigia era analfabeta. Para contornar esse problema, estimulava-se a leitura coletiva, feita em voz alta por quem sabia ler para os demais organizados em pequenos grupos. Histórias em quadrinho bastante didáticas eram publicadas regularmente. Nelas eram retrados aspectos da vida camponesa, enfatizando a exploração, o sofrimento e a superação conquistada através da luta coletiva; eram expostas questões da história universal (como o surgimento do feudalismo e do capitalismo) e da história brasileira (como a situação dos escravos e a Coluna Prestes); apresentados perfis de lideranças e resumos de romances.

Uma das funções do jornal era servir de instrumento de divulgação de direitos. Em 1956 passou a ser publicada a coluna chamada *Conheça os seus direitos*, escrita por Lyndolpho Silva, presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade criada em 1954 e ligada ao PCB. Nela procurava-se afirmar os direitos existentes que eram sistematicamente negados aos trabalhadores: férias, repouso remunerado, salário mínimo, salário igual para homens e mulheres etc. A publicação dessa coluna demonstra como as organizações e os trabalhadores rurais próximos ao PCB amparavam-se nas legislações trabalhistas para realizar as suas reivindicações, o que nos oferece indícios para avaliarmos a importância que essas organizações davam à disputa no interior do Estado.

---

<sup>28</sup> Mais informações sobre as diferentes concepções de reforma agrária encontram-se no artigo de Leonilde Medeiros (1994).

<sup>29</sup> Mais informações sobre o *Terra Livre* encontram-se na tese de doutoramento de Leonilde Medeiros (1995).

## Os sentidos de ser Sem Terra

A perspectiva através da qual o historiador Edward Thompson analisou o surgimento da classe operária inglesa (1987) nos oferece chaves interessantes para compreender o surgimento dos sem terra. Para ele, as classes aparecem na história quando algumas pessoas, partilhando de experiências comuns, que são determinadas, em grande medida, pelas relações de produção, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outras pessoas que compartilham interesses opostos. A consciência de classe é a forma como essas experiências comuns são tratadas em termos culturais. Se a experiência é determinada pelas relações de produção, a consciência, isto é, a forma como a experiência se expressa culturalmente, não é.

Analisando o surgimento da classe operária inglesa, Thompson rompe com dois problemas que Bourdieu (2001, p. 133) apontou: com um determinismo economicista, que compreende as classes como um simples reflexo mecânico de relações econômicas, e com uma ilusão intelectualista, que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real efetivamente mobilizada. Para o historiador, tanto a determinação da experiência, quanto a consciência, não são separadas das classes, não são um *vir a ser* previamente definido intelectualmente. Elas constituem as classes num processo inacabado de relações conflituosas entre classes antagônicas. Não são posições “estruturais” passíveis de serem universalizadas e nem meras categorias idealistas. Elas ocorrem efetivamente, o que pode ser demonstrado nas relações humanas.

Nessa perspectiva, não trataremos o sem terra como uma categoria idealista e seu surgimento como um simples reflexo de relações econômicas e condições materiais. Não possuir terra ou ser expropriado dela não implica necessariamente em ser um sem terra.

No Brasil, ser sem terra significa partilhar de experiências que se expressam numa identidade política que se faz na luta pela reforma agrária, contra a concentração fundiária e, por consequência, contra aqueles que se beneficiam dela. Os camponeses expropriados que foram para cidade e que por lá ficaram, não participando da luta por terra, não viraram sem terra, mas operários, desempregados, migrantes, além de várias outras identidades. Compreendida como uma mera condição material a categoria adquire uma validade universal, isto é, adquire uma capacidade de definir um grupo social independentemente do tempo e do espaço. Dessa maneira, tal categoria poderia ser utilizada como um trunfo que possibilitaria ao pesquisador tratar de uma série de grupos e fenômenos que se deram ao longo da história, mas a sua abrangência seria proporcional a sua indefinição, inconsistência e confusão.

Rosa (2012), comparando dois movimentos que se identificam como sem terra – *Landless Peoples Movement* (LPM), da África do Sul, e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, do Brasil –, demonstra como o sentido de ser sem terra não é universal.

No caso sul-africano, o sentido de ser sem terra está completamente ligado à questão racial e às práticas discriminatórias de remoção e opressão. Os sem terra são os negros que, por causa do colonialismo e do *apartheid*, sofreram remoções forçadas dos campos, foram submetidos à opressão nas fazendas e passaram a viver em situações de miséria nas áreas rurais. A luta do LPM é para que toda a população negra da África do Sul que precise de terra tenha o direito à *reforma da terra*, pois todos os negros sofreram com o colonialismo e o *apartheid*. Encontra-se, de um lado dessa luta, os proprietários

brancos que defendem uma política agrária que salvasse seus interesses comerciais, e, do outro, os negros sem terra.

No caso brasileiro, utilizando mais especificamente o MST como exemplo, os sem terra são aqueles que tiram seu sustento trabalhando na terra, mas que não possuem ou possuem pouca terra. Assim, tanto o trabalho agrícola, quanto a terra como espaço produtivo para a agricultura, são essenciais para definição de ser um sem terra. Seus principais objetivos são, portanto, a realização da *reforma agrária* – e não *reforma da terra*, como no caso sul-africano – que faça parte de um novo modelo agrícola para o país. O sentido de ser sem terra no Brasil se constrói em contraposição ao latifúndio, o que, como veremos, possui uma ligação muito clara com o surgimento das primeiras lutas dos sem terra no Brasil.

## O aparecimento da categoria Sem Terra

Num primeiro mapeamento, pudemos identificar que a categoria “sem terra” apareceu pela primeira vez no 46º número do jornal *Terra Livre*, publicado na primeira quinzena de agosto de 1954, num artigo de autor desconhecido intitulado: “É preciso conquistar uma vida melhor para nossas crianças”. Nele, são descritas as “inúmeras dificuldades e sofrimentos que enfrentam as mães camponesas no Brasil”. Uma delas estaria relacionada à falta de creches para deixar os filhos no período de trabalho na lavoura. Outra dificuldade estaria relacionada à impossibilidade dos “camponeses sem terra” pagarem médicos e remédios (*Terra Livre*, agosto de 1954, p. 2). Nesse caso, o ser sem terra está expressando unicamente uma determinada condição material compartilhada, segundo o jornal, por grande parte do campesinato brasileiro, isto é, condição de não ser proprietário de terra. A categoria sem terra ainda não se encontrava vinculada a nenhuma luta.

Entretanto, no mesmo número do jornal, na página seguinte, foi publicada em quadrinhos a biografia do líder camponês e militante do PCB, Geraldo Tiburcio, que se tornou o vereador mais votado de Anápolis, GO, nas eleições de 1962. Segundo a pequena biografia, Tiburcio era “um legítimo representante dos milhões de camponeses sem terra” e teria dedicado toda sua vida à luta por melhores dias para os trabalhadores agrícolas (*Terra Livre*, agosto de 1954, p. 3). Por isso ele era “estimado por milhares de camponeses” e “odiado pelos latifundiários”, situação que evidenciava uma oposição que ficaria muito mais acentuada nos números seguintes do jornal: a luta dos sem terra contra o latifúndio e os latifundiários<sup>30</sup>. Através da história individual de um militante, contada didaticamente em quadrinhos, a condição de sem terra já assume outra conotação, aparecendo diretamente associada à luta por terra e por melhores dias.

Nos dias 19, 20 e 21 de setembro, no ano de 1954, foi realizada no recém-inaugurado ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, onde foi criada a ULTAB. 303 delegados de 16 estados do Brasil<sup>31</sup> estiveram presentes, além da Federação das

---

<sup>30</sup> A identidade do *latifundiário* não foi forjada pelos próprios sujeitos que eram identificados dessa maneira, mas por aqueles que apoiavam a realização da reforma agrária.

<sup>31</sup> São Paulo; Minas Gerais; Pernambuco; Goiás; Paraná; Rio de Janeiro (estado); Rio Grande do Sul; Distrito Federal (na época, cidade do Rio de Janeiro); Ceará; Bahia; Mato Grosso; Espírito Santo; Alagoas; Pará; Paraíba; Rio Grande do Norte.

Mulheres e de líderes sindicais do Rio de Janeiro, São Bernardo do Campo e Limeira (*Terra Livre*, outubro de 1954, p. 1). Ao final da Conferência os delegados lançaram a *Carta dos Direitos e das Reivindicações*. Nela foram tratados temas como “Direitos civis e democráticos”, “Previdência e Seguro Social”, reivindicações específicas dos “trabalhadores das usinas de açúcar e da lavoura canavieira”, dos “trabalhadores da fazenda de café” e dos “assalariados agrícolas, empreiteiros e contratistas”. Além desses pontos, teve um que, para o propósito desse texto, foi o mais importante: o da “Reforma Agrária – medida de justiça social”. Nesse ponto específico a *Carta* expunha que realização da “reforma agrária democrática” deveria se dar através da “distribuição das terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e aos lavradores sem terra ou possuidores de terra insuficiente” (*Terra Livre*, outubro de 1954, p. 4).

As conferências, congressos e encontros são espaços onde ocorrem discussões, deliberações, produção de demandas, socialização de conhecimentos, identificação de problemas comuns e elaboração de reivindicações coletivas. Num jogo complexo de consensos e divergências entre os diferentes atores, esses eventos se constituem enquanto espaços de socialização e criação de determinadas concepções e comportamentos. São momentos de mobilização que contribuem para produção e divulgação de identidades, impondo seus reconhecimentos no espaço público. Ainda nos processos de preparação desses eventos demandam-se negociações e reconhecimentos. Como vários deles são realizados com recursos públicos, faz-se necessário a negociação, autorização e o reconhecimento do próprio Estado. São momentos de demonstração de força para a sociedade e para inclusive fazer pressão junto ao Estado.

Alguns pontos que foram tratados na II Conferência nos permitem perceber algumas questões importantes.

A primeira diz respeito ao fato dos sem terra serem colocados como um dos principais beneficiários da distribuição de terra feita a partir da reforma agrária. Isso indica o reconhecimento de uma identidade política que se estabeleceu com base em determinadas *experiências*, em que não possuir terra se colocava como um fator fundamental, e com base em determinados *interesses*, onde a realização da reforma agrária era assumida como a principal reivindicação. A oposição entre, de um lado, a *reforma agrária* e os *sem terra* e, do outro, o *latifúndio* e os *latifundiários*, passou a ser cada vez mais acentuada.

O compartilhamento de experiências comuns, determinadas, em grande medida, pelas relações de produção – onde os trabalhadores do campo encontravam-se apartados da terra – e a articulação de interesses para superar os problemas que faziam parte dessas experiências, serviram como base para a constituição da identidade política sem terra, que se constituiu em oposição – e, portanto, como relação – aos interesses dos latifundiários, nos remetendo, assim, a definição de classe social oferecida por Thompson (1987). Essa Conferência aponta que a categoria sem terra não era uma mera categoria analítica, mas uma categoria política que começava a ser efetivamente mobilizada para a luta pela reforma agrária.

A segunda questão diz respeito à necessidade de se disputar o Estado. Temas que foram tratados na *Carta* como “Direitos civis e democráticos”, “Previdência e Seguro Social”, entre outros, demonstram como os participantes da Conferência compreendiam que as instituições estatais tinham certa importância para a luta por terra. Segundo a *Carta*, o Estado deveria promover a entrega de títulos de propriedade plena aos “posseiros, ocupantes e colonos de terras, bem como a todos os lavradores que forem [fossem] beneficiados com a reforma agrária” (*Terra Livre*, outubro de 1954, p. 4). Buscava-se afirmar a reforma agrária enquanto uma reivindicação legítima que deveria ser reconhecida pelo Estado.

A edição de dezembro de 1954, número 51, do *Terra Livre* foi, em grande medida, dedicada à Campanha Nacional pela reforma agrária, levada a cabo em janeiro de 1955. A Campanha, além de ter sido uma das resoluções da II Conferência, foi uma das primeiras atividades desenvolvidas pela ULTAB. Buscava-se colher assinaturas em defesa da reforma agrária. Para seus organizadores, ela só teria êxito se se voltasse para as usinas, os engenhos, as fazendas de cacau e cereais e as vilas onde se encontravam os “10 milhões de lavradores e trabalhadores agrícolas sem terra”. De acordo com o *Terra Livre*, no momento da Campanha pela reforma agrária se juntariam aos “camponeses sem terra” todos aqueles que sofriam com a opressão dos latifundiários e todos aqueles que eram prejudicados “pelo monopólio da terra e pelos restos feudais” (*Terra Livre*, outubro de 1954, p. 1) – leitura essa que seguia as teses *pecebistas* da *revolução democrático-burguesa*.

O fim do latifúndio e a distribuição de terra eram as principais, mas não as únicas medidas previstas pela reforma agrária democrática defendida pelo PCB. Além delas, deveria ser garantido o financiamento a longo prazo e a juros baixos aos trabalhadores agrícolas para que eles pudessem custear o plantio e o trato da lavoura, inclusive para manterem-se até a colheita; preços compensadores deveriam ser assegurados para os seus produtos; o Estado deveria disponibilizar máquinas e ferramentas mais eficientes para o cultivo, além de sementes, adubos, assistência técnica a preços baixos (*Terra Livre*, janeiro de 1955, p. 3).

Em 1959/1960, no município de Santa Fé do Sul, estado de São Paulo, houve um intenso conflito que ficou conhecido como “Arranca Capim”. O pecuarista José de Carvalho Diniz, conhecido como Zico Diniz, arrendou parte de suas terras para centenas de famílias com o interesse de preparar o terreno para o pasto. Depois que os arrendatários derrubaram toda a mata e plantaram o capim para o pasto, Diniz resolveu despejar 800 famílias que, inconformadas, resistiram à expulsão. Muitas dessas famílias eram migrantes e já tinham sido expulsas de suas terras no nordeste. Diante das arbitrariedades do Diniz e da violência policial, os camponeses decidiram arrancar o capim que haviam plantado; ação que ocorreu mais de uma vez. Os arrendatários foram derrotados nos tribunais, sendo, portanto, expulsos da terra, e várias lideranças foram presas<sup>32</sup>.

Uma delas, talvez a mais conhecida, era Jôfre Correa Netto, militante do PCB, também chamado de Capitão Jôfre. Durante os conflitos em Santa Fé do Sul, Jôfre foi preso em 1960 pela Lei de Segurança Nacional. Tanto o conflito quanto a prisão de Jôfre assumiram uma proporção nacional<sup>33</sup>. Diversas entidades e lideranças se manifestaram a favor dos arrendatários. Chegou a ser criada uma campanha de solidariedade que contou com o apoio, inclusive financeiro, de diversas organizações, como Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Bernardo, o Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Metalúrgicos de Santo André, a Assembleia dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, entre muitas outras (*Terra Livre*, janeiro de 1961, p. 4). Uma mensagem de solidariedade que foi enviada pela diretoria da ULTAB ao Capitão Jôfre também nos oferece indícios para construir o quadro de surgimento da categoria política sem terra.

Companheiro Jôfre Correa Netto: a 5ª Reunião do Conselho de Representantes da ULTAB nos incumbiu de fazer chegar ao companheiro sua irrestrita solidariedade, seu inconveniente repúdio às violências praticadas contra tu e os humildes trabalhadores de Santa Fé do Sul e sua convicção de que a luta prosseguirá até a vitória final [...]

<sup>32</sup> Mais informações sobre o conflito “Arranca Capim” encontram-se no livro de Souza Martins (1983).

<sup>33</sup> Mais informações sobre a biografia de Jôfre Correa Netto encontram-se no livro *Retrato da Repressão Política no Campo*. Brasil 1962-1985 (2011, p. 204).

---

Tentaram contra tua vida e te caluniaram, inutilmente. Por esses meios não conseguiram amortecer teu espírito de luta e os lavradores permaneceram do teu lado [...] *A tua bandeira, a bandeira do agricultor sem terra*, do lavrador que deixa sobre a terra alheia o seu suor, seu sangue e a própria vida de seus filhos, *se manterá erguida mais e mais e conduzirá até a vitória total contra o monopólio da terra de cultura, com uma reforma agrária em que a terra passe para as mãos dos que nela efetivamente trabalham* [...] (Grifo nosso; *Terra Livre*, novembro de 1960, p. 7).

Podemos perceber com base nessa passagem como já havia por parte do PCB, além de outros atores, uma tentativa de unificar as lutas por terra que se irrompiam em diferentes partes do Brasil, no pré-golpe, a partir de identidades políticas comuns, sendo uma delas a identidade sem terra. Essas identidades eram mobilizadas para um objetivo também comum: a luta contra o monopólio da terra (latifúndio) e pela sua distribuição para aqueles que nela de fato trabalhavam (reforma agrária). Essas bandeiras demonstram a existência de uma ligação muito forte entre essas lutas e a criação do MST em 1984, como apontamos acima.

## Quando os Sem Terra rompem as cercas

Em novembro de 1961, foi realizado em Belo Horizonte, MG, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas<sup>34</sup>. Nele fizeram-se presentes 1800 delegados e 7000 pessoas, entre elas o presidente João Goulart. Além de autoridades do Estado, das Ligas Camponesas, da ULTAB e de diversos sindicatos, associações e federações de trabalhadores agrícolas, o Congresso contou com a participação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), criado no mesmo ano, na cidade de Encruzilhada do Sul, RS<sup>35</sup>. A presença do MASTER nesse espaço, primeiro movimento social a se autodenominar de sem terra, reforça como a categoria política sem terra já era reconhecida e relevante para luta pela reforma agrária.

O debate central do evento girou em torno do caráter socialista ou democrático-burguês da mobilização camponesa no processo revolucionário brasileiro. A primeira posição foi defendida pelas Ligas Camponesas e a segunda pelas entidades ligadas ao PCB. Essa divergência se expressava, por exemplo, na proposta de regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, um dos temas do Congresso. Enquanto para Julião, o reconhecimento legal desses contratos ia contra a proposta de uma reforma agrária radical, restringindo a luta por terra a conquistas imediatas, para a ULTAB a regulamentação favorecia a dinamização da luta de classes no campo e, conseqüentemente, o fortalecimento da consciência de classe, influenciando positivamente na própria luta pela reforma agrária radical. A discórdia, portanto, tinha a ver com as duas concepções de revolução que expusemos no início do artigo. Entretanto, no que diz respeito à reforma agrária, tanto as Ligas quanto o PCB defendiam a “reforma agrária radical”. Portanto, ao final do Congresso a tese vitoriosa foi a que proclamava a “reforma na lei ou na marra”.

Esse Congresso representa um marco na história de luta por terra do país. As organizações e lideranças mais importantes estavam presentes. Nos debates expressavam-se as posições políticas mais

---

<sup>34</sup>A dissertação de mestrado escrita por Juliana Ferreira (2013, p.16-26) oferece um panorama claro e resumido sobre as posições e os debates que se deram no Congresso. O livro organizado por Luiz Flávio de Carvalho Costa (2010) apresenta um vasto material (documentos, entrevistas, reportagens) sobre o mesmo.

<sup>35</sup>Mais informações a respeito da história do MASTER encontram-se no trabalho escrito por Eckert (1984).

influentes na luta camponesa no contexto pré-1964. As posições que saíram vitoriosas no Congresso não desencadearam as ocupações de terra enquanto forma de ação de luta pela reforma agrária, pois estas já vinham ocorrendo anteriormente em várias partes do país. Porém, muito provavelmente, elas influenciaram o aumento no número de ocupações nos anos seguintes.

A primeira vez que a forma de ação ocupação de terra aparece diretamente associada aos sem terra no *Terra Livre* é numa notícia sobre a luta por terra na Itália (*Terra Livre*, janeiro de 1956, p. 2). Segundo o jornal, no dia 19 de outubro de 1955, os camponeses de *Sezze Romano* ocuparam 320 hectares de terras improdutivas de um latifundiário para pressionar o governo a cumprir a lei que determinava que as terras improdutivas deveriam ser desapropriadas e entregues aos sem terra. É difícil afirmar se essa notícia, acompanhada por uma grande foto, influenciou os sem terra brasileiros a ocuparem terras como forma de demandar ao Estado a reforma agrária, mas, pelo menos, ela demonstra que essa forma de ação era conhecida. Mas somente a partir de 1961 ela começou a aparecer recorrentemente nas páginas do jornal.

Numa mensagem de final de ano enviada pela ULTAB “aos camponeses e suas organizações” lembraram-se diversas lutas por terra que foram travadas pelos posseiros do Paraná, do estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Ceará e de outros estados que, utilizando-se de várias formas de ação, inclusive a mão armada, defenderam vitoriosamente suas terras. “*Em Pernambuco, os camponeses sem terra ocuparam áreas devolutas e na Paraíba, os camponeses do município de Sapé, enfrentaram e derrotaram as balas assassinas dos grileiros*” (*Grifo* nosso. *Terra Livre*, dezembro de 1961, p. 2).

Essa mensagem escrita após o I Congresso demonstra o empenho da ULTAB em construir uma unidade entre as diferentes lutas do campo no país, valorizando a forma de ação direta dos camponeses, seguindo, portanto, a tese da reforma agrária radical. Além disso, a passagem da carta por nós grifada, expressa como os sem terra já se utilizavam da ocupação como forma de ação na luta pela reforma agrária e como que essa identidade política já era reconhecida por organizações relevantes, como a ULTAB.

Em janeiro de 1962 aproximadamente 600 sem terra, vindos de Nonoai, Passo Fundo e Sarandi, ocuparam a terra improdutiva da Fazenda Sarandi, propriedade de um grupo uruguaio. Assim como no exemplo mencionado acima, a ocupação tinha como objetivo reivindicar terra ao Estado. Segundo pessoas que participaram da mobilização e da organização do acampamento, tudo havia sido preparado pelo prefeito de Nonoai, Jair Calixto (ROSA, 2009, p. 203). Esse é um dos elementos que Rosa usa para confirmar a sua hipótese de que a categoria política sem terra surgiu de um jogo de forças que tinha como sujeitos centrais pessoas que ocupavam cargos públicos. No entanto, há outra versão que atribui a ação ao MASTER (ECKERT, 1984). Mas, independente das versões, a ocupação foi uma das ações que contribuiu para desapropriação e distribuição de 25 mil hectares, realizadas pelo governo de Leonel Brizola (*Terra Livre*, janeiro de 1962, p. 6). Em seu discurso onde comunicou pessoalmente a assinatura do ato de desapropriação, Brizola ainda declarou apoiar a criação da Associação dos Agricultores Sem Terra.

Tanto a desapropriação quanto o discurso realizado pelo governador deram ainda mais legitimidade à ocupação como forma de ação e à categoria política sem terra. Após essa conquista, os sem terra divulgaram uma carta proclamando a necessidade de uma *reforma agrária radical* e incitando os agricultores do Rio Grande do Sul a organizarem associações de sem terra em cada município com vista a criar uma federação estadual e uma confederação nacional dos sem terra<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> No número 104 do *Terra Livre*, publicado em outubro de 1961, aparece a seguinte frase: “Apesar de já existirem algumas organizações dos trabalhadores rurais e dos lavradores sem terra ainda não representa uma força que possa

Interessante notar que no início do aparecimento dessa categoria a condição de não possuir terra fundamentava a experiência comum da qual emergiu a identidade política sem terra. No entanto, mesmo com a distribuição das terras de Sarandi, os camponeses que as receberam continuaram reivindicando e estimulando a disseminação dessa identidade. Como os sem terra tinham como principal interesse a realização da reforma agrária, e essa bandeira não compreendia somente a distribuição de terra, tornar-se um pequeno proprietário não gerava um problema para a mobilização da identidade sem terra.

Outro exemplo emblemático, em que os sem terra se organizaram para ocupar um pedaço de terra, ocorreu em Mossoró, Rio Grande do Norte. Após uma reunião, os trabalhadores sem terra resolveram ocupar uma área no Pico Estreito, na fronteira com o Estado do Ceará. Diante da forte reação dos latifundiários contra essa ação, os sem terra, através da União dos Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Norte (ULTAR), apelaram para Justiça, conseguindo marcar uma mesa de reunião com os ditos proprietários e os representantes do Estado. Durante as negociações, os latifundiários resolveram abrir mão das terras. Como elas sofriam de falta d'água, os sem terra começaram a revindicar ao governo medidas que dessem condições deles permanecerem nas terras, como a abertura de um poço, o fornecimento de víveres, entre outras (*Terra Livre*, janeiro de 1963, p. 3).

Os dois casos demonstram como a categoria política sem terra passou a ser reconhecida e legitimada por agentes do Estado importantes, como o governador Leonel Brizola e os membros do judiciário. O caso do Rio Grande do Sul ainda foi mais emblemático, porque, como mostrou Rosa (2009), a categoria sem terra passou a ser utilizada nos documentos de orientação das políticas de governo publicados pelo IGRA.

## Conclusão

Através das publicações do *Terra Livre*, foi possível analisar que a categoria sem terra não começou a ser mobilizada para constituição de uma identidade política apenas no início dos anos 1970 e final dos anos 1980, como apontou Medeiros em seu artigo (2005), mas surgiu, pelo menos, ainda na década de 1950. Provavelmente essa categoria não tinha a capilaridade e a força que ela adquiriu após as ações do MST realizadas, sobretudo, a partir dos anos 1990. No entanto, ela já era mobilizada na luta por terra e reconhecida por diversas organizações como o PCB, Ligas Camponesas, associações, federações e sindicatos de trabalhadores agrícolas, além do próprio Estado. Dessa maneira, o aparecimento dessa categoria política não estaria ligado às “oposições sindicais”, mas a lutas anteriores, pré-ditadura.

Da mesma maneira, podemos perceber como a categoria sem terra não apareceu pela primeira vez num documento oficial de instituições estatais, como afirmou Rosa (2009). Ela surgiu antes da criação do IGRA nos espaços de discussão, divulgação, mobilização e construção de identidades políticas, como os eventos, documentos e jornais, organizados pelos movimentos sociais. Esses espaços eram organizados com o intuito de legitimar as lutas, as reivindicações e as identidades construídas pelos movimentos sociais, e o Estado era considerado um ator importante nesse processo de legitimação. Portanto, uma das disputas era para que os agentes estatais reconhecessem as identidades políticas, mas enquanto alguns agentes tinham uma maior abertura para reconhecê-las e legitimá-las outros ofereciam maior resistência.

---

defender os direitos já constituídos na Carta Constitucional Federal [...]” (p. 5). Essa passagem demonstra como, nessa época, já havia um esforço de se organizar em torno da identidade sem terra.

O governo de Leonel Brizola demonstrou ter maior abertura. Aproveitou a categoria sem terra que já vinha sendo construída pelos movimentos sociais para formular e realizar as suas políticas públicas de reforma agrária. É claro que o fato do governo passar a mobilizá-la para criar suas políticas públicas trouxe implicações para a sua conceitualização. No entanto, a categoria sem terra só foi mobilizada para criação de políticas públicas voltadas à realização da reforma agrária por que ela vinha sendo construída completamente vinculada à luta pela reforma agrária.

As diversas formas de ação de luta por terra não ignoravam a importância do Estado para realização da reforma agrária. Mesmos os movimentos que se utilizavam das ocupações de terra – que podem ser compreendidas como uma das formas de ação mais radicais – buscavam abrir um canal de diálogo com o Estado. A importância que as organizações davam às legislações, tanto para respaldar as suas reivindicações e ações, quanto para reconhecer a legalidade dos sindicatos, a presença das autoridades estatais nos eventos organizados pelos defensores da reforma agrária, e as mesas de negociação abertas após as ocupações de terra, servem de exemplos de como o Estado era visto como ator fundamental desse processo.

Concluiu-se, a partir dos casos apresentados pelo jornal *Terra Livre*, que a categoria sem terra foi forjada pelos movimentos sociais na luta pela reforma agrária e em oposição ao latifúndio, compreendido como modelo produtivo e unidade política, antes do golpe de 1964, apresentando um autonomia relativa ao Estado.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1961-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2ª Edição. Brasília: MDA, 2011.

COSTA, Luiz F. C. (org.). *O Congresso Nacional Camponês (Belo Horizonte, 1961): Trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2010.

ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Rio de Janeiro, Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

FERREIRA, Juliana G. O. *A luta agrorreformista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) – 1964-1974*. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

MACEDO, M.; ROSA, M.; SIGAUD, L. *Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, n. 1, p. 107-142, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Leonilde S. Reforma agrária: concepções, controvérsias e debates. *Cadernos RIAD*, Rio de Janeiro, IBASE, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. Campinas, Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde S. “Sem terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, Norma (org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais do sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Arioaldo de. *A agricultura camponesa no Brasil*

ROSA, Marcelo. Sem-terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. In: *Lua Nova*, São Paulo, vol. 76, p. 197-227, 2009.

ROSA, Marcelo. Reforma Agrária e *Land Reform*: movimentos sociais e o sentido de ser um sem-terra no Brasil e na África do Sul. In: *Caderno CRH*, Salvador, v.25, n. 64, p. 99-114. jan./ abr. 2012.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

# Imagens que relampejam: reminiscências das lutas sociais dos canavieiros nos imaginários sociológicos de estudantes secundaristas, Leme/sp.

Rafael Aroni<sup>37</sup>

## Resumo

Recentemente, no Estado de São Paulo observa-se progressiva diminuição dos postos de trabalho de canavieiros, influenciada pela mecanização e pelo Protocolo Agro-Ambiental do Setor Canavieiro Paulista, de 2008. Frente à ideologia do progresso que opera pelo apagamento de processos de embate entre capital e trabalho, aventou-se o desafio de perscrutar a memória coletiva sobre as lutas sociais, empreendidas por essa categoria, na década 1980. Objetivou-se o processo de rememoração da greve dos trabalhadores canavieiros de 1986, no município de Leme/SP, a partir das imagens sociais aprendidas por estudantes secundaristas, alguns filhos da primeira ou segunda geração de trabalhadores rurais. A metodologia empregada foi a pesquisa e leitura de matérias de jornais do período para a elaboração de painéis de ideias.

Palavras-chaves: greve de canavieiros, rememoração, ensino de sociologia.

## Abstract

Recently, the State of São Paulo there is a gradual decrease in jobs from sugarcane, influenced by mechanization and the Agro-Environmental Protocol of the Sugarcane Industry Paulista, 2008. Front of the ideology of progress that operates by erasing processes clash between capital and labor, has envisaged himself the challenge of scrutinizing the collective memory of the social struggles undertaken by the class, in the 1980s. Aimed to the process of remembering the sugarcane workers' strike of 1986 in the city of Leme / SP, from social images learned by high school students, some children of the first or second generation of rural workers. The methodology was the research and reading newspaper reports of the period for development of ideas panels.

**Keywords:** strike sugarcane, memory, the teaching of sociology.

---

<sup>37</sup> Curriculum Vitae: Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2010), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2008), Professor de Sociologia Efetivo (PEB II) na Rede Pública do Estado de São Paulo (2011), Estudante de Direito Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), 5 semestre.

## I – Introdução

A década de 1980 foi marcada por lutas sociais no meio agrário paulista, dentre elas, a revolta popular dos trabalhadores rurais canavieiros de Guariba, em 15 de maio de 1984. Fato social abordado na sociologia rural pela perspectiva de proletarianização e sindicalização dos trabalhadores rurais. Entretanto, aventa-se a hipótese da necessidade de estudos sobre como a tradição de lutas camponesas, por exemplo, nos eventos dos saques as feiras, comuns no interior do Sertão Nordestino, em momentos de carestia, como no final da década de 1970, podem ter influenciado este contexto. Como já dito, é comum aos trabalhos acadêmicos apresentarem a importância daquelas lutas travadas como experiências irradiadoras da sindicalização para a mobilização de outras greves de trabalhadores rurais como as dos municípios de Leme, Araras, Serrana (BERTERO, 1995).

Neste artigo são apresentados resultados do projeto intitulado de Memória Viva das Lutas dos canavieiros de Leme, cuja proposta buscou a rememoração das lutas canavieiras, empreendidas, na década de 1980, no município de Leme, Estado de São Paulo. Amparado no referencial teórico do materialismo histórico de Walter Benjamin, remete-se as reflexões do imaginário sociológico em se acessar formas de se reconstruir a memória, pelas atuais gerações de estudantes secundaristas, deste embate entre capital e trabalho. Ressalta-se que alguns estudantes, são descendentes de trabalhadores rurais que participaram daquelas lutas sociais. Trabalha-se com a hipótese de perscrutar se a greve canavieira ainda permanece no imaginário cotidiano, e quais seriam as contribuições daquele fato para formação do imaginário sociológico de novas gerações de estudantes de em uma escola pública<sup>38</sup>?

Assim, um dos objetivos do presente trabalho é identificar se permanecem reminiscências das lutas sociais ocorridas, e como podem ser construídos processos de mediação de relatos intergeracionais, sobre a greve de 1986, a partir de pesquisa dos estudantes da escola pública em Leme/SP.

Como dito, essas questões e proposições estão fundamentadas teoricamente pelo materialismo histórico de Walter Benjamin, pela rememoração de Paul Ricouer, em que não se nega as reminiscências das subjetivas pesquisadas na objetivação da história, e amparado também pela metodologia da didática de composição de painéis de ideias (ANTUNES 2010).

As atividades pedagógicas realizadas foram: 1) a apresentação e construção do conhecimento sobre a metáfora do anjo da história proposto por Walter Benjamin, a partir da obra *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee; 2) leitura de trecho *Memória Póstuma de Brás Cubas*, de Machado de Assis, sobre o encontro do personagem com Pandora; 3) posterior vinculação dos vídeos: *Califórnia Brasileira e Guariba 1984*, de José Roberto Novaes e Francisco Alves; 4) leitura e análise de texto, de dez reportagens, do jornal *Folha de S. Paulo* e *Processo Judicial*, sobre os fatos, os quais retrataram os fatídicos acontecimentos da greve de Leme, no dia 11 de julho, de 1986. Naquele dia ocorreu o conflito entre aproximadamente 162 policiais militares que cumpriam a ordem de habeas corpus preventivo para livre circulação dos ônibus que transportavam os trabalhadores que não aderiram à greve, frente aos piquetes realizados por aproximadamente 600 trabalhadores canavieiros grevistas. O embate vitimou os jovens Orlando Correa

---

<sup>38</sup>Escola Estadual Newton Prado, estudantes do 2º e 3º colegiais.

(Trabalhador Rural, branco, 22 anos) e Sibebe Aparecida Manoel (Trabalhadora Doméstica, negra, 17 anos), ambos atingidos por projéteis de arma de fogo, que também feriu gravemente 8 trabalhadores. Outros 10 grevistas, entre trabalhadores, dirigentes sindicais e políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores (na ocasião estavam presentes José Genuíno, então deputado estadual, Djalma de Souza Bonn, deputado federal) apresentaram contusões e escoriações.

Assim, ao se sondar a memória coletiva sobre os polêmicos acontecimentos daquele movimento grevista, buscou-se identificar se eles ainda permanecem presentes no cotidiano da memória coletiva da cidade, e como podem ser construídos os relatos intergeracionais, a partir das ações em se despertar o imaginário sociológico de estudantes secundaristas. O percurso relatado caracterizou processos possíveis de como os próprios estudantes puderam construir a história deste fato, com pesquisas junto a fontes primárias, sujeitos que participaram do movimento grevista, e fontes secundárias como reportagens de jornais.

Partiu-se da perspectiva da rememoração da greve, como uma prática pedagógica com potencial de instrumentalizar as novas gerações, principalmente, pelo fato delas estarem desconectadas das memórias dessas lutas históricas. Outra faceta importante deste fenômeno de desconexão são os desafios sociais que se avolumam, com a perspectiva do fim do trabalho canavieiro, e elevação da taxa de desemprego<sup>39</sup> concomitante a situações de precarização de relações de emprego e informalidade, nas famílias de alguns destes estudantes.

## II – Das reminiscências à memória

Nesta apresentação partiu-se da orientação do trabalho do sociólogo, enquanto mediador entre as reminiscências da greve, cristalizadas nos jornais e processo judicial, e as imagens das memórias produzidas pelos jovens de escolas públicas sobre esse acontecimento.

Os fundamentos teóricos para construção deste processo parte da sexta tese proposta por Walter Benjamin, sobre o processo do materialismo histórico em se trabalhar com as reminiscências. Portanto, buscam-se os significados em vestígios do presente, das derrotas e opressões sofridas em lutas sociais do passado. Principalmente, ao reintroduzir conhecimentos dessas memórias que são gradualmente apagadas, mas que ainda estão ocultamente preservadas. Conforme aponta Benjamin, na citação abaixo, a ruptura desses elos das forças sociais intergeracionais é o maior perigo de que as novas gerações sejam subsumidas, enquanto instrumentos para exploração do capital, e que pouco conheçam o histórico de lutas no embate entre capital e trabalho.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem.

<sup>39</sup> Em março de 2008 foi assinado o Protocolo Agroambiental, entre o governo de Estado e a Organização dos plantadores de Cana da Região Centro Sul do País (principal fornecedora de cana do país) o qual estabeleceu o cronograma gradativo de eliminação do trabalho do corte manual da cana com a data de 2014 para mecanização completa de terrenos com menos de 30 graus de declividade, e 2017 para áreas que apresente aquela topografia, o que representará importante impacto no número de postos de trabalhos de cortadores de cana.

---

Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador, ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1940, p.7, grifos nossos).

Quando das primeiras indagações aos estudantes secundaristas, sobre os conhecimentos que detinham da greve dos canavieiros de 1986, de forma unânime, obteve-se a negativa sobre esses fatos. O tema da greve, enquanto instrumento legítimo da classe trabalhadora por reivindicações de direitos políticos, sociais e humanos, apresentava-se apenas como um tópico de história, dentro do conteúdo do currículo de Sociologia, para o Ensino Médio do Estado de São Paulo. Fenômeno conhecido, mas estático em gravuras do livro didático que remetiam à Inglaterra, do século XIX.

Ao se questionar sobre a trajetória de familiares que trabalharam ou trabalham no corte de cana, permitiu-se o início do contato desses jovens, com a materialidade das condições de trabalho e vida dos canavieiros. Posto que alguns as vivenciam e as conhecem, a partir da experiência de seus próprios familiares (pais, mães ou irmãos). Este foi processo de conexão gradual, com uma realidade que não está cristalizada no passado, e que produz efeitos de forma a permanecer no presente. Esse processo pedagógico de reflexão foi o que impulsionou o primeiro pedido de pesquisa aos alunos, para que buscassem artefatos materiais, que ainda preservam a memória da greve dos canavieiros de 1986, na cidade de Leme, o qual será apresentado no próximo tópico.

Assim, inscrito na perspectiva do materialismo histórico de Benjamin, os pontos teóricos que orientam essa ação de rememoração partem do desafio em não se resgatar o passado, exatamente como uma reprodução dos fatos ocorridos. Até porque, ainda permanecem polêmicas as interpretações sobre as intenções das forças sociais envolvidas naquele movimento de greve e os resultados obtidos. Isso por que, ao se consultar os jornais de vinculação nacional do período e o processo judicial, constatou-se que os dois casos de homicídios dos trabalhadores, ocorridos no embate entre policiais militares e canavieiros grevistas, permanecem inconclusos. Mesmo após exames periciais nas armas utilizadas pelos policiais, e que instruíram o processo, ainda não se sabe até hoje de onde partiram os tiros.

Na madrugada do dia 11 de junho de 1986, a morte da empregada doméstica Sibebe Aparecida Manoel (negra, 17 anos) que participava e apoiava o movimento dos piqueteiros, ocorreu quando ao correr da tropa de choque da Polícia Militar que dispersava os canavieiros grevistas, foi atingida na axila esquerda por projétil de arma de fogo, o qual transfixou seu corpo, sendo a causa da morte atestada por hemorragia interna aguda. No caso do trabalhador rural, Orlando Correa (branco, 22 anos), ele encontrava-se afastado por acidente de trabalho, após se ferir na perna esquerda com o podão, no corte de cana. Mesmo, assim, estava apoiando os piquetes. Na ocasião do conflito foi atingido na região do peito à altura do bolso direito da camisa, o projétil transfixou seu coração, sendo a causa da morte também atestada por hemorragia interna aguda.

Assim, cabe indagar o porquê do apagamento ou silenciar sobre aqueles fatos? Por que não existem monumentos que enalteçam a lutados trabalhadores canavieiros, ou mesmo pode-se perguntar por que os trabalhadores mortos não foram eternizados em nomes de ruas na cidade de Leme? Inquietações que reforçam a perspectiva da grande marcha empreendidas pelo progresso capitalista agrário paulista, em tornar vazio e homogêneo o tempo social no qual ele se estrutura, na conservação e no apagamento

constante das histórias das lutas sociais e nos espriamentos dos mares de cana.

Portanto, a busca por imagens de reminiscências pretendeu extrapolar a perspectiva curricular estática, da greve enquanto um instrumento de luta do passado. Justamente ao se apontar as forças sociais e instrumentos de luta anulados provisoriamente como se fossem do passado, mas que permanecem com potenciais de realização e perspectivas de um vir a ser, que constantemente é descreditado no presente. Portanto, um futuro do passado que ainda não se realizou no presente.

Procurando resgatar as intenções que existiram a respeito do nosso presente, enquanto ele ainda era uma perspectiva de futuro, juntamente com as iniciativas malogradas da construção desse possível futuro, que hoje é o nosso presente é que se sabe que o presente, tal como ele é vivido agora, poderia ser outro.

[...]

Na tentativa de resgate dos desejos não realizados, é que o nosso presente pode dar ainda alguma resposta ao passado.

[...] lembranças de situações vividas que foram esquecidas, com a possibilidade de que essas reminiscências tragam significado, luminosidade, para o momento presente (PENIDO, 1989, páginas 64 e 65, grifos nossos).

Corroborando, nesta fundamentação teórica a perspectiva de Paul Ricoeur (2007), ao propor a valorização de elementos subjetivos na objetivação da história. Assim, tem-se a questão de que o processo de rememoração envolve tanto a busca por reminiscências coletivas, mas que explicitem os particularismos da trajetória de cada aluno, para construção de uma interpretação individual e que contribua coletivamente, na elaboração painéis de ideias (ANTUNES, 2010) e interpretações do fato histórico em tela.

[...] os gregos tinha dois termos, *mneme* e *anamnesis*, para designar recordação, *mneme*, para recordação como algo passivo[...]

[...] a abordagem pragmática da *anamnésia* propiciará a transição adequada da pergunta “o que?”, tomada no sentido estrito de uma investigação dos recursos cognitivos da lembrança, para a pergunta “quem?”, centrada na apropriação da lembrança por um sujeito capaz de se lembrar de si. (RICOEUR, 2007, p. 24).

Não se exclui deste processo, que a negativa de conhecimento dos alunos pode ser uma dimensão de um processo de silenciamento traumático empreendido pelos próprios sujeitos que participaram da greve, o que não implica no seu apagamento. Conforme sugerido por Silva “[...] à *negação dos momentos mais traumáticos do passado, sintoma de patologias coletivas ou individuais da memória e que se traduzem não pelo esquecimento, mas pelo silêncio*” (2002, p. 430).

Assim, a metodologia didática adotada implicou em dinâmicas pedagógicas que visaram à rememoração através de situação que permitiram à construção do conhecimento e ao mesmo tempo o acesso à memória, na gradual construção de murais de ideias (ANTUNES, 2010). Metodologia que priorizou a leitura e produção de textos, bem como a coleta de relatos orais. Buscou-se atentar aos estudantes, que esse processo tem por fundamento consolidar o conhecimento dos fatos a partir de diferentes dinâmicas, como o conhecimento sobre a metáfora do anjo da história, proposto por Walter Benjamin, a partir da obra *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee, para compreensão da alegoria de que a ideologia do progresso no capitalismo traz incutida a ideia de marcha ou avanço linear, e que pouco se busca rememorar caminhos não trilhados, mas que foram iniciados, no embate com forças que busca

apagar vestígios dessas outras trilhas, ainda não realizadas.

A leitura de trecho do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1996), sobre o encontro do personagem com Pandora, no relato de seu delírio, propiciou aos alunos a reflexão de que não basta serem expectadores passivos dos fatos históricos, e sim despertarem para suas inscrições enquanto sujeitos que fazem a história de seu tempo, e tem a necessidade de investigar lacunas, de histórias ainda não contadas, sobre o passado das lutas sociais de seu município.

A posterior vinculação do vídeo *Califórnia Brasileira*, de José Roberto Novaes e Francisco Alves permitiu aos estudantes o contato imagético com o passado de lutas e das forças sociais que as mobilizaram.

A leitura e análise de dez reportagens Folha de S. Paulo, que retrataram os fatos do dia 11 de julho de 1986, os quais tiveram repercussões nacionais no cotidiano da vida política brasileira, permitiu aos estudantes dimensionarem a importância de se impulsionarem na rememoração e esclarecimento dos fatos ocorridos durante a greve. Por último, a leitura coletiva do relatório de conclusão que processo judicial sobre os homicídios e repressões ocorridas no embate entre trabalhadores e polícia militar, possibilitaram a busca de narrativas implícitas e ainda não contadas, reforçada pelo processo inconcluso da justiça.

Portanto, atentou-se para permanente reatualização da visão dos sujeitos que investigam as possibilidades de permanência no presente, de elementos simbólicos que marcam a memória do passado da greve, e principalmente, que se buscasse projetar as reminiscências das memórias dos trabalhadores, as quais permanecem silenciadas.

### **III – Imagens que relampejam: a memória das lutas dos trabalhadores canavieiros no imaginário sociológico de estudantes secundarista.**

Como apresentado, o projeto de rememoração das reminiscências das lutas sociais dos trabalhadores canavieiros, ocorreu dentro do projeto intitulado *Memória Viva das Lutas dos canavieiros de Leme*, desenvolvido em uma escola pública do município de Leme, em complementariedade a proposta curricular do Estado de São Paulo, para disciplina de Sociologia. Neste tópico busca-se fazer um relato, no sentido de sistematizar as ações pedagógicas, os principais desafios enfrentados e resultados atingidos.

As atividades desenvolvidas iniciaram em março de 2013, quando ministrava aula de sociologia no terceiro ano do ensino médio, ao se deparar com a proposta curricular de se abordar o texto de Engels: *The great towns*, que compõe o livro *The condition of the working class*, traduzido por Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, sobre a condição do operariado, na Inglaterra do século XIX. A proposta didática da atividade era que os estudantes elaborassem um texto que apontassem os direitos violados e possibilidade de luta política da classe trabalhadora, naquele contexto. Quando inqueridos sobre o conhecimento de lutas sociais empreendidas pelas classes trabalhadoras, do município de Leme, e se conheciam a história da greve dos canavieiros de 1986, houve interesse dos secundaristas. Um jovem relatou que ouvira histórias de seu pai, contudo não sabia explicar o que havia acontecido.

De forma breve, apontou-se que foi um importante movimento grevista de luta por efetivação na melhoria, nas condições de vida e trabalho dos canavieiros do município, com repercussões para vida política nacional. Passados vinte e sete anos, o processo penal com mais de mil páginas, era inconcluso sobre os acontecimentos que vitimaram dois trabalhadores, Orlando Correa e Sibebe Aparecida Manoel, em confronto com a polícia militar, no piquete realizado no dia 11 de julho de 1986. Para além de uma atividade de pesquisa escolar, em se propor que os estudantes buscassem outras informações, foi realizado o seguinte desafio, que os estudantes, iniciassem uma pesquisa social em identificar elementos simbólicos e matérias que ainda preservam as memórias daquele embate.

O primeiro desafio foi investigarem o nome da rua onde ocorreram os piquetes e os assassinatos dos dois trabalhadores. Como dica foi dado o nome do bairro. Para surpresa dos estudantes, os resultados apresentados na semana seguinte, a rua José Baldin, palco do conflito, teve o nome alterado para Joaquim Ortiz de Camargo. Um aluno inquiriu sobre um símbolo religioso, a imagem de uma Nossa Senhora, encrustada em um muro de uma casa na esquina da rua. Ao proceder com a comparação com fotos da época retratado nos jornais, foi possível verificar que tal simbologia é uma reminiscência que permanece como memória daqueles acontecimentos. Muitos alunos ficaram surpresos com essa descoberta, posto que naturalizaram aquela imagem apenas como um símbolo de devoção religiosa do catolicismo. Não sabiam a origem de sua história.

A partir desta experiência, despertou o interesse em se dar continuidade desse processo de rememoração em outras salas, dois segundos e três terceiros colegiais. A pouca maturidade dos adolescentes dos primeiros colegiais, impediu o desenvolvimento da atividade. Cabe destacar que a escola pública, está localizada no início de uma das vias que faz confluência com a rua que foi palco dos piquetes e do trágico conflito com a polícia. Os perfis dos secundaristas são de moradores dos bairros nas proximidades destas vias.

Para estabelecer uma periodicidade neste projeto, foram propostas atividades a cada quinze dias ou no mínimo mensais. Iniciou-se então o projeto com quatro salas, dois segundos colegiais e um terceiro colegial diurnos. Elaborada uma palestra inaugural na qual se apresentaram-se os conceitos de Benjamin sobre o materialismo histórico, principalmente, sobre a metáfora proposta com o anjo da história. Em uma das salas, um aluno ao pesquisar com celular imagens da alegoria do *Angelus Novus*, encontrou além da figura de Paul Klee, uma releitura do artista Graham Budgett, intitulada *The Angel of History, Der Engel der Geschite*, de 1987, a qual foi incorporada na apresentação nas demais salas. Nela a estrutura é mantida, o anjo empurrado violentamente pelo progresso, virado de costas para o futuro, contudo o progresso é simbolizado pela explosão do cogumelo nuclear. Essa simbologia mais forte, que despertou o entendimento crítico da marcha do progresso no capitalismo entre os jovens estudantes.

De maneira subsequente, foi proposto a leitura de trecho do Capítulo 7, da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1996). Como uma síntese desta imagem do anjo da história, no diálogo entre Brás Cubas e Pandora, e a necessidade de se reatar não as origens dos séculos, como proposto na obra literária. Mas em se buscar outros caminhos não trilhados, impulsionados pelas lutas sociais, os motores da história da humanidade.

Outra atividade realizada foi a exibição do vídeo *Califórnia Brasileira e Guariba 1984*, de José Roberto Novaes e Francisco Alves. As imagens, principalmente, do segundo filme, trouxeram inquietações do significado da violência, engendrada pelo aparelho repressor do Estado, contra os movimentos grevistas. Para muitos estudantes foi fundamental a explicação do conceito de repressão nas sociedades

de classes sociais antagônicas. Quando no primeiro filme apareceram imagens da praça da matriz da cidade de Leme e das manifestações dos grevistas. Alguns secundaristas perguntaram da existência de filmes sobre a greve de Leme. Neste momento, foi realizado o convite para realizarem um documentário, já que dispõe de plataformas móveis, as quais permitem gravarem pequenos depoimentos. Entretanto, foi orientado que aguardassem. Para que construíssemos um processo de conhecimento prévio sobre a realidade da memória social que buscamos investigar.

Na etapa da leitura e análise das dez reportagens do jornal Folha de S. Paulo, que retrataram os fatos do dia 11 de julho de 1986. Utilizou-se o entendimento da concepção das forças sociais envolvidas numa situação de greve. E elaborado um pequeno roteiro de questões que orientou os alunos, quando da leitura deste material. Como diagnóstico identificou-se o resultado do questionamento dos secundaristas de qual força social partiu a violência física que desencadeou a mortes dos dois trabalhadores. As leituras de trechos do inquérito policial, no processo judicial, permitiram aos alunos, a composição sociológica de um quadro mais complexo das forças sociais atuantes no movimento grevista, apresentadas no próximo tópico.

#### **IV- A rememoração da luta**

No processo de rememoração em curso além dos referenciais teóricos apontados buscou-se contemplar as diretrizes de habilidade e competências presentes no currículo de sociologia do Estado de São Paulo, em fomentar atividades que desenvolvessem a interpretação e análise crítica de fatos e eventos históricos brasileiros, inscritos numa abordagem regional. Fortaleceu-se também o entendimento de diferentes formas de atuação política da população, as quais continuam legítimas nas lutas sociais. Buscou-se desenvolver a postura crítica frente aos conflitos sociais, as inequidades, de forma a reconhecer e identificar as principais reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos.

A seguir, são apresentados resultados das memórias produzidas pelos estudantes, com base em composições de textos individuais, produzidos da interpretação da leitura coletiva de 10 reportagens do jornal Folha de S. Paulo (12 de julho de 1986) e trechos do relatório final do processo judicial. Também são apresentados os resultados da entrevista realizada por uma aluna com a avó maternal, que vivenciou o contexto, e outra entrevista, com o pai de um aluno, que era trabalhador canavieiro, e participou da greve.

Os resultados da leitura coletiva dos materiais selecionados para composição de ideias se deu através da didática inicial da leitura da explicação sociológica do conceito de greve, no livro "*Sociologia para o ensino médio*" de Tomazi (2007). Logo após, os alunos foram separados em grupos de até cinco, os quais ficariam conforme a sala, com uma ou duas reportagens. A atividade programa era para que respondessem questões:

- A) Quais as causas reivindicadas pelos trabalhadores para greve?
- B) Quais as forças sociais envolvidas?
- C) Por que a greve teve repercussão nacional e internacional?
- D) Por que ocorreram mortes?
- E) Quais os direitos fundamentais que ainda permanecem violados?

Desta dinâmica o quadro coletivo de ideias foi que a greve pautava reivindicações pela mudança na forma de aferição na produtividade do corte, de peso para metro linear.

A interpretação de que a greve ocorreu em três momentos:

- 1) fora iniciada fora de Leme, trazia também forças sociais em prol da reforma agrária;
- 2) a partir do momento que fora declarada ilegal, sugeriram os piquetes e incêndios em canaviais;
- 3) aumento da tensão social e chegada de políticos do Partido dos Trabalhadores com orientações e uso político da situação;
- 4) O direito humano ainda violado é a justiça moral e reparatória para os mortos no conflito, posto o resultado inconcluso do processo.

Da leitura dos trechos do processo judicial a atividade proposta foi a elaboração de um artigo de opinião, no qual buscou instigá-los a produzirem as memórias dos eventos. A seguir são transcritos alguns trechos destas redações:

Neste período a cidade de Leme-SP enfrentava problemas de incêndios nos canaviais, mas não se soube quem eram os autores, se os trabalhadores ou se os usineiros. E até os dias de hoje, 2013, não se desvendou quem foram os verdadeiros autores dos incêndios. [...]

[...] Sabe-se que a mudança dos tempos da ditadura militar para a democracia interferiu de certa maneira na greve, mas não se sabe até hoje de onde partiram os disparos, tanto os que fizeram vítimas fatais como os outros.[...]

[...] O nome da rua José Baldin foi apagado, mudado para apagar a história, por causa de ter ocorrido duas mortes durante o conflito.[...]

[...] Os piqueteiros que estavam em greve começaram as manifestações impedindo os funcionários que queriam trabalhar, colocando-se em frente aos veículos que levavam outros trabalhadores das usinas. [...]

[...] O Partido dos Trabalhadores entrou no meio do movimento da classe dos trabalhadores canavieiros, por que queriam os votos nas eleições, e hoje em dia (2013) não ficam a favor dos trabalhadores. [...]

[...] Usinas poderiam estar pagando para militares reprimir os trabalhadores grevistas. Os militares defendiam os interesses dos usineiros não dos trabalhadores, o que importava era o produto da cana de açúcar, pouco importava se os trabalhadores estavam em uma situação precária e ganhando mal. O importante era a produção. Os militares zelavam pela segurança dos trabalhadores rurais que estavam no ônibus, mas não por bondade e sim por interesse da usina. [...] Quem atirou nesses dois jovens? Um tiro tão perfeito nos dois jovens será que foi ou não um policial militar? Até hoje (2013) não sabemos quem foi o possível atirador! [...]

[...] Concluimos que na década de 1980 ainda havia muita repressão contra aqueles que lutavam por direitos, por isso houve um conflito entre policiais e grevistas, o Brasil estava passando por um processo político, onde havia ainda a ditadura militar, mas que caminhava para a democracia. (Trechos das redações dos estudantes secundaristas, Escola Estadual Newton Prado, Leme/SP).

Da análise a partir da composição de painéis de ideias pelos alunos, relatado, permitiu a composição de um quadro social complexo, que apontou para etapas nesse processo de greve. Primeiro, a greve partiu de fora do município, com influência direta entre os trabalhadores, que paralisaram as atividades no corte

de cana, e lutavam pela alteração na forma de pagamento. A decretação da ilegalidade da greve iniciou outra etapa, com a realização pacífica de disseminada de piquetes. O acirramento da tensão social, com o deferimento de *habeas corpus* favorável aos usineiros, contra os piquetes, e que exigia o aparato policial para impedi-los, levou ao último momento, em que, o conflito acabou ocorrendo.

Dos resultados das entrevistas coletadas produzidas, destaca-se o da T. (afro-descendente, 16 anos), aluna do segundo colegial que entrevistou a avó que presenciou os dias de movimento grevista. Do trecho é marcante sentimento de receio e silêncio. Como apontado na fundamentação teórica (SILVA, 2002, p.430), o silêncio sobre a greve de 1986, entre a população poderia ser motivado por uma negação e ocultação a momentos traumáticos da memória coletiva da cidade. Apontam-se alguns trechos que corroboram com essa perspectiva:

Bom, não me recordo de muito. Por ter sido há muito tempo, de pouca coisa, não me lembro da data, nem o dia da semana, porém me lembro de poucas coisas que vi e vivenciei.

Em um dia, eu minha vizinha Mercedes, estávamos andando à tarde em período de saída dos alunos da escola. Minha filha mais velha estudava na escola Coronel Augusto Cesar. Eu preocupada com minha filha fui ao seu encontro para buscá-la na saída da escola; pois já havia saído o relato que havia morrido um casal que participou da greve, eu fiquei muito preocupada com medo que minha filha sofre-se a repressão.

Não fazia muito tempo havia me mudado para o Bonsucesso, bairro onde moro.

Nessa tarde sai para busca-la; meu marido trabalhava nesse horário, ao invés de cortarmos caminho e ir por outro, resolvemos ir pelo lado de cima, pela a avenida, que levava a praça que estava acontecendo piquetes da greve.

Bom nós achamos que por ser mulher não sofreríamos repressão dos policiais, mas tudo foi um engano, passando pela praça alguns policiais nos cercaram, perguntando onde estávamos indo, eu respondi: "Estou indo ao encontro de minha filha que estava saindo da escola.", pensávamos que haveria compreensão por partes do policiais. Mas não foi o que houve, eles pediram que nos retirássemos imediatamente daquele local, com voz bruta e com arma em punho, pensei na hora como minha filha estava, e se sofreríamos violência, ficamos com muito medo.

Procuramos uma forma de sair dali, mentimos que morávamos ali perto, e disse que achava que meu marido havia ido buscar nossa filha, mas apenas queria garantir isso. Então, por isso que havia dito que ele ia buscá-la, pedi perdão aos policiais, e licença para saímos dali daquele local. Entramos na casa de uma conhecida minha, dizendo a eles (policiais) que ali e era onde morávamos. Ficamos muito assustadas, pois nós não estávamos participando de nenhuma greve. íamos ser punidas e violentadas sem nenhuma necessidade, e graças a uma mentira, que entrava em contradição a primeira história, conseguimos sair daquele local.

Como havia aconselhado meus filhos a não passarem por aquela rua, minha filha atendeu meu pedido e cortou o caminho, mas a preocupação era demais. Para podermos sair de lá, tivemos que sair de mansinho, e vir por outro caminho, ao chegarmos em casa ficamos com a consciência aliviada.

Me senti totalmente desrespeitada como mulher. Medo, não tem como resumir a sensação que tive naquela hora, desespero, mistura de vários sentimentos junto.

Por mais que não tivesse sofrido nenhuma violência, me senti como se tivesse. A gente que vivenciou essa greve sabe como foi, algumas famílias conhecidas dizendo que familiares havia sofrido violência. E chocante, duas pessoas mortas! Eram apenas pessoas lutando pelos seus ideais. (Entrevista D. , avó da aluna T. ,16 anos, afrodescendente, segundo colegial, grifos nossos).

O trecho transcrito aponta para o clima de tensão social que repressão policial impôs ao cotidiano, ao tentar acabar com o movimento grevista. Permanece a memória das mortes ocorridas pelo trágico conflito. Desta memória coletiva aponta a necessidade de se conhecer novos relatos de violências simbólicas sofridas por outras mulheres e crianças e que permanecem.

Outra entrevista realizada com o pai de um aluno do terceiro colegial permitiu acessar relatos de um participante ativo do movimento grevista dos canavieiros de Leme, de 1986. D. (41 anos, branco, paulista)

pai de Y. (17 anos, branco) iniciou no trabalho rural com 14 anos, como coletor de laranja. Aos 17 anos, por incentivo do irmão, começou no trabalho do corte de cana. Relatou que a greve dos canavieiros de 1986 foi deflagrada pela luta pelo pagamento por metro linear e não por peso, como até então era feito. Neste momento o peso não era aferido da cana cortada pelo trabalhador, mas retirado um caminhão do eito, o qual era pesado e servia como referência para todos os trabalhadores. O questionamento dos trabalhadores era que em algumas situações as canas colhidas eram “*pés de rolo*”, ou seja, canas-de-açúcar com pouco peso, e em geral havia sido entrelaçados pelo vento, o que tornava dificultoso o trabalho, e rendia pouco salário.

Na greve de 1986, o pessoal está reivindicando a mudança de tonelada para metro linear a forma de pagamento da cana cortada. Era pesado o caminhão. A usina pesava a cana e fazia uma média do peso, mas os trabalhadores queriam o controle (individual) por metro (da produção de cana cortada). Assim, o trabalhador saberia quanto iria ganhar. Porém se o trabalhador pegasse uma cana pé de rolo (toda deitada) não rendia o trabalho, dava bastante peso, mas o trabalhador não estava na usina para conferir. Outras vezes eles pegavam uma leira mais rala no meio do canavial e que dava menos valor no peso, por isso de lutar pela medição por metro. (D. 41 anos, branco, pai do aluno Y. (17 anos, branco) terceiro colegial).

Em outro trecho, é possível complementar a primeira transcrição, sobre o contexto de agravamento da tensão social. Frente ao acirramento das ações por parte do setor patronal, que conseguiu o posicionamento da ilegalidade da greve pela justiça do trabalho, as ações dos piquetes são narradas, e apresenta importante resistência dos trabalhadores, que difere das greves anteriores, como a de Guariba, quando em 1984, os canavieiros insurgiram em uma revolta popular.

Já tinham vários dias de piquete. Praticamente ficávamos quase toda a noite no piquete, algumas vezes revessávamos, para sempre poder ficar trabalhadores o dia todo no piquete. Às vezes íamos cinco horas da manhã parar os ônibus.

Entrevistador - Então havia vários turnos dos ônibus, ou melhor, os trabalhadores faziam turnos noturnos?

Não os trabalhadores só trabalhavam durante o dia, o piquete é que durava o dia todo. Tinha casos em que nos pousávamos no piquete, para segurar os ônibus irem trabalhar. Os piquetes ficavam nas várias saídas da cidade. Ocorriam vários piquetes simultaneamente. Não havia uma liderança, todos participavam. A gente ia com caminhonete ou os que morassem próximo iam ao piquete. A polícia acompanhou todos os piquetes, até que um dia que começou a invocar, que não podia mais segurar os ônibus, através dos mandantes das usinas (D. 41 anos, branco, pai do aluno Y. (17 anos, branco) terceiro colegial, grifos nossos).

Portanto, havia um estado de vigília constante por parte dos canavieiros. Os piquetes não duravam apenas as primeiras horas da manhã, mas toda a madrugada ou mesmo era contínuo, vinte e quatro horas de vigília, durante o período da greve. Na alvorada de 11 de julho, de 1986, em meio ao nevoeiro de inverno, ocorreram os fatídicos eventos do embate decorrente da repressão aos piquetes, que vitimaram Orlando Correa (Trabalhador Rural, Branco, 22 anos) e Sibeles Aparecida Manoel (Trabalhadora Doméstica, Negra, 17 anos). A representação do ex-trabalhador canavieiro sobre esse dia, pese embora não estivesse presente, aponta outra etapa da greve em que a participação de políticos dos Partidos dos Trabalhadores, ou pela Central Única dos Trabalhadores, buscavam criar elos com essa classe trabalhadora, com vistas ao voto, no pleito para o governo, que ocorreria no ano de 1987.

Eu não estava lá (Piquete de 11 de julho de 1986). Neste dia minha mãe não me acordou. Quando levantei já estava acontecendo. Um primo meu o V. participou até levou um tiro. No caso tinham os piquetes que até envolveram políticos do PT, como Genoíno, Bicuto,

---

Suplicy e até o Lula esteve aqui na cidade.  
Mas quando surgem essas figuras políticas?

Depois que envolveu a polícia, por virem de fora. De Limeira, São Paulo, Sorocaba. No caso do casal que morreu eu não tive contato. Eles não faziam parte da greve. A polícia passava assim, se você estivesse no portão a polícia não pergunta, já partia para a agressão física. Minha mãe neste período ficou muito nervosa, pois eu e meu irmão trabalhávamos no corte, ele é um ano mais novo. No dia que aconteceu de soltarem bombas de gás lacrimogênio aqui no Bonsucesso, foi uma correria, a polícia não respeitava ninguém. Aí virou um conflito (social) todas às emissoras de televisão vieram para cidade. Mas também ocorreram reuniões, assembleias com o pessoal do sindicato, antes de se iniciarem os piquetes, chegaram a reunir mais de mil. Mas teve uma situação em que a polícia invadiu e começou a bater em todo mundo (D. 41 anos, branco, pai do aluno Y. (17 anos, branco) terceiro colegial, grifos nossos).

Interpretar o papel das forças sociais, neste processo, permitiu o avançar na consciência crítica dos estudantes sobre o momento político contemporâneo do país. Conclui-se das entrevistas e do questionamento dos trechos transcritos, que a verdade de possíveis lacunas e memórias ainda não foram acessadas nesta história, por exemplo, a indignação com o fato de que nunca se conseguiu chegar aos assassinos dos trabalhadores. Portanto, não ter havido justiça e sim um processo de apagamento e silenciamento da memória. Processo que impulsionou alguns dos jovens a contatarem pessoas que estiveram diretamente envolvidas com a greve ou presenciaram os acontecimentos do piquete, no trágico dia 11 de julho de 1986.

## V – Conclusão

No presente artigo buscou-se apresentar discussões referentes ao processo de rememoração das lutas sociais dos canavieiros, na cidade Leme/SP. A partir de referenciais sociológicos e da história problematizaram-se os efeitos do processo de silenciamento nas recentes gerações de secundaristas sobre os significados daquelas lutas. Buscou-se fundamentar-se no referencial teórico e metodológico da pesquisa de reminiscências matéricas, simbólicas e de memória em se identificar as forças sociais anuladas provisoriamente no passado, mas que permanecem como potenciais de realização de perspectivas de um vir a ser, que constantemente é desacreditado no presente. Portanto, um futuro do passado que ainda não se realizou no presente. Principalmente, com os desafios que se avolumam, com a perspectiva do fim do trabalho canavieiro, e elevação da taxa de desemprego nas famílias de alguns destes estudantes. Pretende-se dar prosseguimento com a pesquisa, na produção do acesso a novas memórias, coletas em registros imagéticos, e que projetem os conteúdos desses conhecimentos, numa composição intergeracional, no campo de pesquisa da memória dos conflitos agrários no Estado de São Paulo, que envolveram trabalhadores canavieiros.

## VI – Referência Bibliográfica

ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de Dinâmicas de Grupo de Sensibilização de Ludopedagogia.

Editora Vozes, 2010.

ARONI, Rafael. A Memória da greve dos canavieiros nos imaginários sociológicos de estudantes secundaristas no interior paulista. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador Bahia, 2013.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Série Bom Livro. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BERTERO, J. F. . O embate entre o capital e o trabalho: as greves no meio agrário paulista na década de 1980. *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17/18, 1995.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História, In:Obras Escolhidas. Trad. Paulo Sérgio Rouanet, São Paulo, ed. Brasiliense, 1985.

PENIDO, Stella. "Walter Benjamin: a História como Construção e Alegoria". In: O que nos faz pensar. *Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC - Rio*, nº 1, junho 1989.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-018820020002000008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-018820020002000008&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-018820020002000008>.

TOMAZI, N. D. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo, Atual, 2007.

# La estatalización del campesinado

## ¿cooptación o simbiosis política?

Dr. Pablo Díaz Estévez <sup>40</sup>

### Resumen

A partir de un estudio de caso sobre la intervención estatal en el conflicto por la tierra en una provincia del norte argentino, ponemos a prueba el concepto de “simbiosis política” que da cuenta de nuevas relaciones políticas entre gobiernos progresistas y movimientos sociales a raíz de una serie de políticas públicas de extensión rural. Se trata del estudio del conflicto agrario en el Departamento de Figueroa (Provincia de Santiago del Estero, Argentina, del año 2008) que constituyó la tesis doctoral en Ciencia Política del Autor (DÍAZ, 2011).<sup>41</sup> A partir de las nuevas características del ejercicio del poder en el escenario de gobiernos “amigos de los movimientos sociales” se produce la participación directa del campesinado en la cogestión de políticas públicas brindando su propia estructura organizativa y experiencia en la distribución de recursos.

Tomando distancia de los análisis tanto “*movimentistas*” (aquellos que le asignan al Estado una dominación anulante de la iniciativa social), como de los análisis “*estatalistas*” (aquellos que toman a los actores sociales como meros accesorios del poder centralizante del Estado entendido como organizador excluyente del orden público), se caracteriza la nueva relación Estado-movimiento social, yendo más allá de la clásica “cooptación preventiva”.

Se enciende así una alerta metodológica para los investigadores que abordan estas situaciones donde en general la ponderación de las fuerzas socio-políticas tiende a destacar o el protagonismo de los actores institucionales o de los no institucionales, descuidando la compleja dinámica entre ambos y el análisis de los resultados materiales de dicha relación.

**Palabras claves:** extensión rural, movimientos sociales, campesinado.

---

<sup>40</sup> Educador Popular, extensionista rural y docente de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación y del Centro Universitario de Tacuarembó de la Universidad de la República (Uruguay, 2006-2014); candidato a investigador del Sistema Nacional de Investigadores (ANII, Uruguay, 2013-2014). Licenciado en Ciencias de la Educación (Universidad de la República, Uruguay), Magister en Ciencias Sociales (FLACSO/ Sede Argentina) Doctor en Ciencia Política (Universidad de San Martín Buenos Aires, Argentina). Autor de los libros: *Tierra y Educación en el campesinado de Santiago del Estero* (Buenos Aires, Nuestra América, 2007) y *Sociología de las ocupaciones de tierra. La Acción colectiva de los trabajadores rurales del Departamento de Artigas 2005-2008*, (Montevideo, Nordan, 2009). Contacto: [estudiosrurales@fhuce.edu.uy](mailto:estudiosrurales@fhuce.edu.uy)

<sup>41</sup> <http://doctoradopolitica.unsam.edu.ar/tesis/>

## Abstract:

From a case study on state intervention in the conflict over land in a province of northern Argentina , we test the concept of "political symbiosis " that accounts for new political relationships between social movements and progressive governments following a series of public policies for rural extension. It is the study of the agrarian conflict in the Department of Figueroa (Province of Santiago del Estero, Argentina , 2008 ) which was the doctoral thesis in Political Author ( Díaz , 2011). From the new features of the exercise of power in the scenario of governments " friends of social movements " direct participation of the peasantry is produced in co-management of public policies providing its own organizational structure and experience in the distribution of resources .

Taking away both analyzes " movementist " (those assigned the state a anulante domination of social initiative ) , as the analysis " statist " ( those who take social actors as mere accessories centralizing state power understood as exclusionary conduct).In this article the new state-social movement, going beyond the classic "preventive cooptation." is described.

It is so light a methodological warning for researchers to address these situations where overall weight of socio-political forces tend to highlight or prominence of institutional actors or non-institutional , neglecting the complex dynamics between them and analyzing the material results of that relationship.

**Keywords:** rural extension, social movements, peasants.

## De la “cooptación preventiva” a la estatalización

Siguiendo la tesis de la “confluencia perversa” (DAGNINO, 2004), podemos considerar que en diferentes países latinoamericanos asistimos a una despolitización de la idea de participación ciudadana así como a la redefinición de las relaciones entre actores sociales movilizados y Estado. Ante dicha “crisis discursiva” uno de los riesgos posibles sería denunciar la estatalización del campesinado como una “cooptación preventiva” en la actualidad, similar a la que algunos autores estudiaron en la época de los regímenes nacionales-populares de América Latina:

Un caso típico es el de la reforma agraria, frente a la cual el Estado ha adoptado muchas veces políticas tendientes a movilizar al campesinado en apoyo de un programa de transformación de la propiedad agraria y de las formas de explotación rural, mediante expropiación gradual, compra y redistribución de tierras o distribución de tierras fiscales. Antes de la fijación de esta política, el campesinado pudo o no haber estado movilizado, pero aún cuando sea la acción estatal la que logre movilizarlo, el modo de intervención elegido tenderá a prevenir, por ejemplo, el desarrollo de un proceso social alrededor de la cuestión agraria quizás inmanejable de no mediar tal política preventiva. En este caso, el campesinado habrá tomado posición, fijado su política, dentro de los márgenes impuestos por la **política de cooptación preventiva del Estado**. Este, a su vez, habrá logrado encauzar la demanda campesina obteniendo apoyo político de parte del campesinado e incluso de los sectores más progresistas de la burguesía (NOTA: Este ejemplo describe con bastante aproximación la etapa del proceso de reforma agraria chilena bajo el gobierno de

Así como mediante la manipulación estatal del campesinado en la implementación de reformas agrarias, en la actualidad el proyecto político neoliberal podría valerse de herramientas discursivas como la “participación”, la “ciudadanía” y la apelación a la “sociedad civil” a los efectos de domesticar la iniciativa social. Estos conceptos vaciados de su contenido disruptivo o instituyente que portaban cuando acompañaban demandas y propuestas programáticas de los movimientos sociales, pueden ser hoy utilizados para prevenir conflictos y desactivar los desafíos e incertidumbres que el campesinado le imprime al sistema en el conflicto agrario.

En este sentido, Raúl Zibechi (2003) en “*El arte de gobernar los movimientos*” considera que existe un “nuevo tipo de cooptación”. Para este autor la década de los '90 ha mantenido expresiones de “política desde abajo” donde “sociedades en movimiento” han colaborado en derribar gobiernos neoliberales en toda América Latina, y se señala que este proceso también coincidía con la emergencia de nuevas gobernabilidades que buscaban controlar tales movimientos, incluso desde los gobiernos progresistas que los mismos movimientos sociales habían promovido.<sup>42</sup>

Siguiendo a Foucault, se señala que

las clases dominantes deben actuar ahora sobre una multitud de factores, pero ya no en relación de exterioridad...sino en relación de inmanencia respecto de los movimientos que intentan domesticar o mejor, reconducir hacia nuevos modos que beneficien a los grupos dominantes (ZIBECHI, 2003, p.253).

Y por ello el autor se pregunta:

¿Quién mejor para actuar en relación de interioridad respecto a los oprimidos, que los gobiernos surgidos de las entrañas de los movimientos de los de abajo, ya que están en mejores condiciones para aplicar tácticas complejas que representan un verdadero arte de gobernar?, ¿Quién mejor para aplicar estas tácticas que un tipo de personal forjado en la militancia, con experiencia en la relación con los movimientos de los oprimidos? (ZIBECHI, 2003, pp.253-254)

Desde este enfoque se entiende que para impedir el cuestionamiento del movimiento, los grupos dominantes pondrían en juego “ciertos elementos de lo real, para que el fenómeno se anulara a sí mismo”, por lo que existiría una sutileza mayor en las formas de control del movimiento por parte del Estado, entendido como práctica y principio de dominación, como “conjunto de relaciones sociales congeladas” (ZIBECHI, 2003, p.254).

Analiza el caso del Programa de “Fortalecimiento de las organizaciones” y “cooperación para el desarrollo” en el Ecuador, donde hacia mediados de los '90 en el marco de los levantamientos indígenas en el Ecuador y Centro América, surgen algunos Programas de desarrollo rural que se proponen el “fortalecimiento organizativo” como “estrategia contra la exclusión”, en la medida en que las organizaciones campesinas e indígenas son las que “dirigen directamente las intervenciones a realizar en el territorio que controlan. Ellas son las que ‘aprenden’ a fijar las prioridades, contratar técnicos y ejecutan el Plan”, mientras que el Programa de desarrollo estatal “no ejecuta” sino que “facilita, acompaña,

---

<sup>42</sup> “Las nuevas gobernabilidades no son la respuesta a los movimientos, sino algo un poco más complejo: son el punto de intersección entre los movimientos [...] y los Estados, y a partir de ese ‘encuentro’ en el proceso de encontrar-se van naciendo las nuevas formas de dirigir estados y poblaciones.” (Zibechi, 2003:251)

capacita, asesora y fiscaliza”. Esta metodología le permitía al organismo financiador (el Banco Mundial) y a los Estados “superar el anquilosamiento o debilidad de las instituciones estatales para ir directo al grano, a las bases sociales organizadas” (ZIBECHI: 2003, p. 257).

Al mismo tiempo que incide en la división de las organizaciones (que compiten por los recursos que bajan del Estado y las ONGs), la cooptación (ya que dirigentes indígenas se profesionalizan en captar recursos despegándose de sus bases), y en la desmovilización social:

la cooperación al desarrollo fue el elemento clave para ‘gobernar’ los movimientos, al crear una camada de dirigentes-funcionarios (profesores, funcionarios estatales y técnicos de desarrollo) que están reconfigurando los movimientos. Ellos son los que abrieron las puertas tanto a las nuevas formas de cooptación como a la inclusión de los movimientos en las instituciones estatales, por la vía de la sobredimensión de los procesos electorales en la práctica política (ZIBECHI, 2003, p.261)

Como plantean dichos estudios, tanto en los proyectos populistas de “reforma agraria” como en los proyectos de “desarrollo rural” del enfoque neoliberal se puede ubicar la manipulación de la participación campesina como táctica estatal de domesticación de sus elementos disruptivos. Sin embargo a partir del estudio de algunos casos que presentaremos llegamos a la idea de que la autonomización de los actores sociales que comienza en América Latina en la década de los '90 confluye con el proceso de construcción de nuevas capacidades estatales para incidir en el territorio y en el sector agrario, que no necesariamente dan lugar a la “cooptación preventiva” sino a fenómenos más complejos.

El proceso implica un primer paso donde se da la autonomización de las ONGs (Dagnino, 2004) del movimiento campesino, un segundo paso donde las ONGs se estatalizan y un tercer paso donde las ONGs promueven la efectiva “estatalización del campesinado”. Esta “estatalización” del campesinado puede ser valorada políticamente desde diferentes ángulos: en medio del conflicto agrario puede aportar tanto al triunfo del campesinado o a su derrota en la disputa con sus adversarios. Pero más allá de la valoración política de la “estatalización” convendría afirmar su existencia y dar cuenta de su complejidad a raíz de sus principales características.

Para esto fue necesario evitar posibles sesgos que emergían tanto desde una valoración política negativa de la estatalización (la dimensión “perversa” de la “confluencia” sostenida por quienes consideran que existe un nuevo tipo de “cooptación preventiva”) a los que hemos denominado enfoques “movimentistas”. Pero también fue necesario evitar posibles sesgos que surgen de una mirada “estatalista” que valora políticamente conveniente la estatalización del campesinado (enfoque estatalista) en función de los resultados materiales y la asignación de recursos de que dichas políticas públicas logran.

## Estatalismo vs Movimentismo

La clasificación de estos dos enfoques fue construida a partir de nuestra investigación (DÍAZ, 2005; 2007, 2009 y 2011) referida al conflicto agrario por tierras sin límites definidos en la Provincia de Santiago del Estero (República Argentina), donde el campesinado comenzó a tener una amplia participación en la co-gestión de algunos instrumentos de políticas de Extensión Rural (el Programa Social Agropecuario).

Surgiendo en el año 1989 con el apoyo de la Iglesia Católica y las ONGs, el Movimiento Campesino de Santiago del Estero (en adelante MOCASE) sufrió a su vez una división en dos sectores hacia el año de

2001, siendo uno de los puntos centrales de su división la relación movimiento-Estado, lo cual colaboró para que varias investigaciones enfatizaran o los beneficios de la intervención del Estado en el sector campesino como respuesta a la movilización social o pusieran el acento en el movimiento social como constructor de relaciones socio-políticas alternativas al sistema. Para valorar en términos más amplios la nueva relación Estado-movimiento social se identifican:

\* por un lado las investigaciones sobre el campesinado de Santiago del Estero con enfoques “*estatalistas*” donde se reseñan y valoran las intervenciones públicas progresivamente más cercanas al campesinado, como en los estudios de Alfaro (2000, 2002), De Dios (2003 y 2009) y Gutiérrez (2008);

\* por el otro lado los enfoques “*movimentistas*” donde se subrayan: la vida interna de las organizaciones o del movimiento social y se analiza la poco exitosa intervención del Estado, donde podríamos ubicar los estudios de Durand (2006), Barbetta (2006) y Michi (2009).

Dentro de los **enfoques estatalistas**, con respecto a la relación del MOCASE con el Estado, María Inés Alfaro señala:

en determinado momento se asiste a un proceso de institucionalización de varias organizaciones campesinas, las que luego se agrupan en una federación: el MOCASE. Consideramos que esta formalización organizativa ‘simultánea’ no es producto del azar sino que se vincula con la posibilidad que tuvieron estas asociaciones de articularse con otros actores sociales, en particular con ciertos organismos del Estado (por ejemplo el INTA<sup>43</sup> o algunos programas sociales). Este lazo que tejieron con una entidad estatal ha significado su reconocimiento como interlocutores válidos del sector, como actores económicos y sociales relevantes en la provincia y sentaría las bases para lograr una interesante visibilidad política (ALFARO, 2002, p.14)

Un estudio anterior de la misma autora (ALFARO,2000), referido a “modalidades de intervención estatal”, caracterizaba con mayor profundidad el “escenario social” de los ’80 y ’90 en Santiago del Estero donde ya se identificaba el surgimiento de una “nueva política pública” en el sector campesino:

podemos afirmar que la existencia previa de una sociedad civil fortalecida es una condición necesaria para el “éxito” de la intervención (del Estado). En el caso de Santiago del Estero estas precondiciones fueron aportadas, junto a otros complejos factores, por la intervención de las ONGs [...], ellas han contribuido a crear una nueva sociedad civil que funciona como requisito societal para la intervención estatal actual. [...], (donde) la nueva política estatal adoptó estilos y metodologías previamente experimentadas por las ONGs. De allí que nos detuviéramos a caracterizar el planteamiento metodológico de estas instituciones que representan la faceta no estatal del desarrollo. Muchas de las líneas de trabajo, de los instrumentos y técnicas y de los modos de acción fueron replicados por el Programa Social Agropecuario (PSA).” (ALFARO, 2000,p. 231)

En el mismo sentido Rubén De Dios (2003) señala que la política de los gobernadores locales (provinciales) de la época de surgimiento del MOCASE fueron más bien un obstáculo que una “oportunidad política”, a diferencia de los programas y Planes asistenciales de carácter nacional (el Programa Social Agropecuario y el INTA) que buscando diferenciarse del “tradicional vínculo de dominación clientelar” (del nivel provincial) se centraron en la transferencia de bienes materiales y que

---

<sup>43</sup> Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (institución estatal de Argentina).

no pretendieron establecer una relación de dominación, sino simplemente de asistencia o provisión de bienes y servicios a cambio de ciertas obligaciones reguladas normativamente...que contribuyó al sostenimiento material de las bases del movimiento (DE DIOS, 2003, p. 26).

Para este autor

desde principios del 2007 hasta el presente, una parte del movimiento campesino..., ha dado algunas muestras de su intención de articular acciones con el Gobierno Provincial, no sin temor y cuidado respecto de los peligros de cooptación de sus principales dirigentes. La estrategia del movimiento ha sido la de un progresivo acercamiento, desprendiéndose de los prejuicios, y avanzando en base a hechos concretos”, en una “compleja y desafiante relación con el Estado”. (DE DIOS, 2009, pp.14 y 27)

Finalmente Marta Gutiérrez (2008) presenta en su investigación sobre “Programas Sociales focalizados y Desarrollo Local. El Programa Social Agropecuario en Santiago del Estero”, el proceso que va de una “política de contención de los pobres rurales” a comienzos de los 90 a un “programa de desarrollo rural”; que permanece durante quince años y para el cual “el MOCASE fue fundamental, ya que el mismo aportó al proceso de instalación del PSA en la provincia” (GUTIÉRREZ, 2008, Cap.6, p.1).

La autora demuestra que el Programa buscando la mejora de los ingresos, la participación del agricultor familiar, y valiéndose del crédito, la asistencia técnica y la capacitación colaboró a que “la visibilidad del sector social emerja, y sea partícipe activo a la hora de construir una política de desarrollo rural para los campesinos” (GUTIÉRREZ, 2008, Cap. 1, p.6).

Subrayando que:

este nuevo papel de los movimientos sociales busca que el sector campesino tenga intervención en los distintos espacios transformando su postura crítica en una postura constructivista, permitiendo una decisión conjunta entre movimientos sociales y Estado como una nueva forma de ejercer la política. (GUTIÉRREZ, 2008, Cap. 5:19).

Esta complementariedad entre actores sociales e instituciones estatales en pro del “desarrollo rural” y del fortalecimiento de las políticas públicas son claves de lecturas del enfoque que denominamos “estatalista”, el cual tiende a dejar en un segundo plano tanto el proyecto político del movimiento como los procesos que se viven a la interna del movimiento, la comunidad o las organizaciones, así como no explica los desajustes de la intervención del Estado al relacionarse con esas realidades, que el enfoque “movimentista” sí subraya.

Por otra parte, dentro de los **enfoques movimentistas** podemos ubicar el caso que señala Patricia Durand (2006), al estudiar la relación entre desarrollo rural y organización campesina en base al impacto de los programas públicos del período 1990-2001 y al trabajo de campo en dos comunidades rurales de Santiago del Estero, desde donde afirma que

los resultados (sobre las comunidades estudiadas) muestran que los programas sociales no modificaron la situación de pobreza de las familias, y las prácticas de intervención tuvieron escasos efectos sobre su calidad de vida, lo que parece deberse a la falta de integralidad de las propuestas y a la escasa flexibilidad para proveer a las familias campesinas de tecnologías acordes a sus necesidades. Los programas sociales rurales analizados no facilitaron el fortalecimiento de las organizaciones campesinas, pero tampoco fueron obstáculos en su trayectoria. (DURAND, 2006:9).

Y ubica la existencia de tal batería de instrumentos públicos nacionales “como parte de la política de ‘contención social’, es decir, intervenciones que evitan o disminuyen los conflictos sociales” sin lograr revertir situaciones de pobreza (vivienda, ingresos, tecnologías, etc.).

Además surge también del trabajo de campo que “entre las familias campesinas y los programas hay mediaciones y traducciones”, por lo que

“las familias entrevistadas no se encontraron en ningún momento “cara a cara” con el programa, hasta el punto de que ni siquiera recuerdan el nombre del programa, e inclusive no diferencian intervenciones de programas y de organizaciones no gubernamentales porque en la interfaz siempre hay un mediador que otorga cierta coherencia a las acciones desarticuladas de distinto origen y convierte los flujos monetarios esporádicos en un flujo más o menos permanente de financiamiento”. (DURAND, 2006, p.194).

Por su parte, Pablo Barbetta (2006) realiza una investigación acerca del proceso de subjetivación política del campesinado en relación al contexto de las transformaciones estructurales en Santiago del Estero (1983-2007), poniendo un énfasis particular en el conflicto por la tierra y los sentidos desplegados en el escenario jurídico. Las entrevistas (realizadas previas al año 2004) y el análisis del autor sobre los Programas estatales lo llevan a considerar que el campesino se encuentra ante “la imposibilidad de autonomizarse” de los mismos en la medida en que no logra “alcanzar un grado de acumulación (económica) que le permita prescindir del financiamiento”. Mientras que por otra parte la “inserción funcional de la pequeña producción campesina al sistema agroindustrial” promovida por la intervención de Programas sociales públicos no es posible “en el contexto de la modernización de la agricultura santiagueña”. Lejos de lo cual el Estado ha provocado “una disminución de la autonomía a las organizaciones y/o en algunos casos, ha generado procesos de desarticulación organizativa” (BARBETTA, 2006, p.101).

Frente a estas intervenciones estatales y a las “focalizadas” ONGs, que “implementan proyectos planificados desde el PSA o el INTA”, aparece la excepción de algunas ONGs que al independizarse del financiamiento estatal logran construir una “intervención de carácter más integral” donde se practica una “asistencia técnica entremezclada con militancia” buscando que “la implementación de proyectos” “no tiendan a la inclusión del sector campesino en los complejos agroindustriales” sino a “potenciar y fortalecer los rasgos propios de la producción campesina”(BARBETTA; 2006, p.103).

En esta misma dirección Norma Michi (2009) “aborda el proceso de acción colectiva de resistencia en el territorio de los campesinos organizados en el MOCASE y su vinculación con la construcción de su subjetividad” donde considera que el MOCASE al definir la línea de acción directa de resistencia en el espacio territorial como el reclamo ante el sistema institucional “(el Estado en sus tres poderes)” está indicando

la disputa por una forma de vida que no puede reducirse a valores postmateriales, pero que, tampoco, es puramente económica. Se trata, también, de la constatación del funcionamiento del derecho como institucionalización de las relaciones de fuerza dentro de la sociedad y de la constatación de las victorias en el campo de lucha. (MICHÍ, 2009, p.11).

Salvo el apoyo puntual del Instituto Nacional de Asuntos Indígenas en algunos conflictos, los otros

actores estatales mencionados en trabajo de Michi (2009) son identificados como cómplices de terratenientes (policías, funcionarios, jueces) llegando a afirmar que “el Estado de clase actúa en este caso sin máscaras, como una expresión de ‘fascismo para-estatal territorial’ ”. (MICHÍ,2009, p.7).

De de esta manera, la clave de lectura del enfoque que hemos llamado “movimentista” está en aproximarse a pensar que existe una relación de suma cero entre acción estatal y movimiento campesino, donde frente a la cuestión campesina el Estado no lograría dar respuestas certeras, mientras que el movimiento campesino conservaría en su resistencia y relaciones sociopolíticas internas las alternativas o los gérmenes de cambio de su apremiante realidad social, más allá de que logre incidir o no en el Estado.

## **“Todos somos PSA”<sup>44</sup>**

A nivel de los resultados materiales como de la intencionalidad política explícita de ciertas instituciones de extensión rural en el caso de Santiago del Estero (durante los años 2005-2008) se han revitalizado algunas organizaciones sociales del movimiento mediante la transferencia de recursos. En el período estudiado esta “estatalización” no ha atomizado el movimiento, ni separado a los dirigentes de sus comunidades para ser integrados como cuadros técnicos o partidarios. Tampoco los espacios de co-gestión y construcción de consensos con el Estado (entre burocracia y campesinos) desactivaron la vida orgánica del MOCASE en tanto organización social.

Sí podemos señalar que en el caso santiagueño pareciera que el movimiento entró a partir del 2006 en una dinámica de confusión con el Estado, donde habría que pensar la auto-fijación, o el auto-control más que una nueva forma de “cooptación” de los grupos dominantes sobre los dominados. Esta percepción la expresamos en el concepto de simbiosis, que recoge del planteo de Zibechi (2003) la discreción y sutilidad que implican los nuevos mecanismos de auto-fijación del movimiento, tanto como la relación de “inmanencia” (en el sentido de borrar fronteras o desdibujar el adentro y el afuera) entre Estado y organización social.

Lo paradójico, en el caso de los equipos técnicos de extensión rural de Santiago del Estero, es que si bien tomaron postura en el conflicto del lado de los campesinos (y no de los grandes empresarios agrícolas), igualmente permitieron la absorción de la organización campesina por parte del Estado en desmedro de su movimiento independiente.

En este sentido es que ponemos a prueba el concepto de “simbiosis”, que nos permite pensar en una asociación vital entre actores (en este caso campesinos y burocracia) que legitiman su accionar de una forma complementaria y donde ambos “ganan”, pero también se inmovilizan a los efectos de mantener espacios de poder y recursos, que obtienen como efecto del conflicto. En la simbiosis política le interesa a “A” que “B” actúe de esa forma y viceversa, mientras que ambos mantienen el beneficio de la fijación de tal situación.

No se trataría de la clásica cooptación, donde el Estado, una ONG o un partido político subordinan e instrumentalizan la participación de un actor social en función de intereses ajenos al actor social como forma de desmovilizarlo. La cooptación constituye en nuestros días una forma tan evidente como la represión para frenar el movimiento o dividirlo, y se trata de evitar.

---

<sup>44</sup> Frase tomada del trabajo de Gutiérrez (2008) que indica la identificación de los campesinos con el Programa de extensión rural analizado, y por lo tanto la confusión de identidades construida.

En cambio en la “simbiosis política” no hay subordinación sino reciprocidad y alianzas “horizontales”, pero se desdibujan las autonomías. La cooptación bien podría implicar la heteronomía, mientras que la relación simbiótica funciona, si bien con una apariencia formal de “autonomías”, con una doble faceta heterónoma y autónoma, que varía según la exigencia del momento. Haciendo de esa “esquizofrenia” algo saludable, en el marco del “pragmatismo adaptativo” (REBELLATO, 2000).

La simbiosis podría constituir una relación sutil y refinada de hegemonía política con una apariencia formal, saludable que se presente como “políticamente correcta” (atendiendo demandas) en su discurso público. Al ser fruto de la absorción por parte del Estado del elemento disruptivo del accionar colectivo, de la “sociedad civil organizada”, puede funcionar como efecto de dominación (ZIBECHI, 2007) previniendo conflictos sociales inmanejables, pero esta posibilidad no la hace inexorable.

La presencia de esta nueva modalidad de relacionamiento entre Estado y movimiento social, no quita la posibilidad de que el Estado puede ser un instrumento generador de respuestas a los problemas campesinos sin llegar a confundirse con los actores sociales; así como también el movimiento social puede tener cierto espacio autónomo para el desarrollo de experiencias alternativas que no impliquen necesariamente desvincularse del Estado de su tiempo y contexto. En todo caso lo que marca la diferencia de la orientación de la estatalización del campesinado sería la correlación de fuerzas entre los proyectos políticos que sustenten la participación de los movimientos sociales en los espacios estatales, a sabiendas de que el Estado es estructuralmente capitalista (O'DONELL, 1984).

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALFARO, M., Conflicto social y acciones colectivas: el caso de los campesinos santiagueños Informe parcial de investigación. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales-UBA. 1996.

\_\_\_\_\_, Modalidades de intervención estatal y actores sociales en el mundo rural: el caso de Santiago del Estero (Tesis de maestría en administración Pública), Buenos Aires, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires), mimeo., 2000.

BARBETTA, P., Luchas y sentidos en torno a la problemática de la tierra: El Movimiento Campesino de Santiago del Estero, (Tesis de Maestría en Ciencia Política), Buenos Aires, Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de General San Martín, mimeo., 2006

DAGNINO, Evelina, Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva, en: GRIMSON, A., La cultura en las crisis latinoamericanas, Buenos Aires, CLACSO, 2004.

DE DIOS, R., Movimiento agrario y lucha social .El caso del Movimiento campesino en Santiago del Estero, en: Revista Realidad Económica N°180, Buenos Aires, UBA, 2003.

\_\_\_\_\_(2009), Los campesinos santiagueños y su lucha por una sociedad diferente, Ponencia presentada

en el Primer Congreso Nacional Sobre Protesta Social, Acción Colectiva y Movimientos Sociales, Buenos Aires, mimeo., 30 y 31 de Marzo 2009.

DIAZ ESTEVEZ, P., Resistencia campesina en Santiago del Estero, CLACSO/ ASDI , Poder y experiencias democráticas en América Latina y el Caribe, mimeo., 2005

\_\_\_\_\_ 'Tierra' y 'educación' en el Campesinado de Santiago del Estero., Bs.As., Ed. Nuestra América, 2007.

\_\_\_\_\_ La ciudadanía campesina: el MOCASE en el seno del juarismo, en DELAMATA, G. (coord.) Movimientos sociales: ¿nuevas ciudadanía? Reclamos, derechos, Estado en Argentina, Bolivia y Brasil, Buenos Aires, Ed. Biblos, 2009

\_\_\_\_\_ El Estado y la lucha campesina en la Provincia de Santiago del Estero. El caso del Departamento Figueroa (2005-2008), Tesis, Doctorado En Ciencia Política, Escuela de Política y Gobierno, Universidad Nacional De San Martín. Bs.As., mimeo., 2011

DURAND, P., Desarrollo rural y organización campesina en Argentina. El caso del movimiento campesino de Santiago del Estero, (Tesis de doctorado, Facultad de Agronomía, Universidad de Buenos Aires), Buenos Aires, mimeo., 2006.

GUTIERREZ, M., Programas sociales focalizados y desarrollo local. El Programa Social Agropecuario en Santiago del Estero, Tesis de Magister en Desarrollo Local, Universidad Nacional de General San Martín, Buenos Aires, mimeo., 2008.

MICHI, N., La construcción colectiva de la noción de derecho en la Lucha por el territorio. Consideraciones sobre la experiencia del MOCASE VC, Ponencia presentada en el Primer Congreso Nacional Sobre Protesta Social, Acción Colectiva y Movimientos Sociales (UBA-UNSAM.), Buenos Aires, mimeo., 30 y 31 de Marzo 2009.

O' DONNELL, G., Apuntes para una teoría del Estado, Buenos Aires, Paidós, 1984

REBELLATO, J.L., La encrucijada de la Ética. Neoliberalismo, conflicto norte- sur, liberación, Montevideo, Nordan, 2ª Ed., 2000.

ZIBECHI, R., El arte de gobernar los movimientos, en: "Autonomías y emancipaciones. América Latina en movimiento, Lima, Perú, Ed. Universidad Nacional de San Marcos, Programa Democracia y Transformación Global, 2007

# As entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo: algumas considerações sobre o corte da cana-de-açúcar no noroeste paulista

Ana Carina Sabadin<sup>45</sup>

## Resumo:

A proposta deste texto é apresentar alguns trechos, reflexões e dificuldades acerca do trabalho de campo realizado em minha pesquisa de iniciação científica, focada na produção sucroalcooleira, mais precisamente no corte da cana-de-açúcar, marcado pela coexistência do trabalho manual e do mecanizado. O estudo foi situado no Noroeste Paulista, *locus* da expansão recente desta produção, no qual seria possível, sobretudo, contrastar as propostas de incentivo à “modernização” do setor com as práticas ainda utilizadas, reconhecidas pela degradação social do trabalho dos cortadores de cana. Buscou-se, com isso, primeiramente, elucidar as motivações econômicas que perpassam a escolha do tipo de produção a ser seguido no corte da cana-de-açúcar, para, colocar à prova a hipótese de que existem determinações políticas, sociais e culturais que também norteiam as estratégias do setor sucroalcooleiro e, por consequência, a coexistência desses dois tipos de corte. Esta pesquisa resultou em meu trabalho de conclusão de curso, intitulado de “Política e Sociedade: Estudo sobre as motivações não econômicas do corte da cana no Noroeste Paulista”, orientado pelo Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins.

## Introdução

A construção da problemática da pesquisa aqui elucidada teve início durante algumas discussões em sala de aula, na disciplina “Projeto de Pesquisa Social”, ministrada, em 2011, pelo Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran na Universidade Federal de São Carlos. O objetivo dessa disciplina foi a elaboração de um projeto de pesquisa, visando à aplicação do conteúdo estudado em aula, que percorreu por todas as “etapas” para se criar um projeto, como por exemplo, a apresentação dos delineamentos dos tipos de pesquisa nas Ciências Sociais e das técnicas de observação e coletas de dados, a definição do objeto, a construção dos objetivos, das hipóteses e da problemática teórica e metodológica.

A proposta das primeiras aulas foi delimitar temas que nos interessasse e, a partir daí, fazer uma pesquisa bibliográfica no intuito de criar um problema de pesquisa. Eu já tinha interesse na Sociologia

---

<sup>45</sup> Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

Rural, e já havia conversado com o Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins sobre um futuro projeto de iniciação científica orientado por ele. Resolvemos, portanto, que seria a partir desta disciplina que meu projeto nasceria.

Durante uma das primeiras aulas, cuja proposta foi uma roda de conversa acerca dos nossos futuros temas, falei sobre um assunto que me instigava bastante: o trabalho dos cortadores de cana. Por vir do Noroeste Paulista, marcado pela expansão da produção sucroalcooleira, sempre me inquietei ao pensar no porquê da existência dos cortadores de cana em meio a um cenário permeado por máquinas e tecnologias. Não que eu considerasse como um “atraso”, mas pensava nas condições de trabalho degradantes que permeiam esta atividade em meio ao surgimento de novas máquinas e tecnologias a todo momento. Busquei refletir, então, sobre as motivações que pudessem sustentar a coexistência do corte manual e mecânico no cenário do Rural Contemporâneo e, no decorrer do semestre, amadureci, junto aos dois professores o meu projeto de iniciação científica. No semestre seguinte, consegui aprovação do CNPq e dei início a minha pesquisa.

Neste texto, por sua vez, busquei narrar minha trajetória com a pesquisa de campo, realçando, dentre as experiências, as dificuldades encontradas no acesso a informações e entrada a campo, além dos caminhos que precisei seguir para dar continuidade à pesquisa. Procurei apresentar alguns relatos, seguindo o curso real da pesquisa e expondo pontos que considerei relevantes para elucidar esta trajetória e a construção de questões, das quais investiguei com mais profundidade em meu trabalho de conclusão de curso.

## **Potirendaba: O primeiro contato com a pesquisa de campo**

De início, em 2012, propus a realização de um estudo de caso no município de Potirendaba, o qual me chamou a atenção pelo fato da usina ter sido instalada em 2006, enquanto projeto de expansão do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo. Busquei, primeiramente, o contato com o Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais do município e assim conheci sua presidenta, a Rose, que me acompanhou no desenrolar da pesquisa, servindo, inclusive, de interlocutora para com os meus contatos em Novo Horizonte posteriormente. As conversas com a Rose me auxiliaram a compreender, junto à pesquisa bibliográfica, mais sobre as políticas de incentivo à expansão da produção sucroalcooleira e à modernização do setor, além das mudanças na legislação trabalhista no que tange aos trabalhadores assalariados rurais. Já as idas ao Sindicato, me permitiram observar algumas queixas dos trabalhadores frente à usina, principalmente em relação aos seus salários e condições de trabalho.

Elucido que a dificuldade maior encontrada nesta etapa da pesquisa foi o contato com a usina, motivo pelo qual precisei reestruturar meu projeto e mudar o município do estudo de caso, visto a extrema relevância do setor de recursos humanos destas empresas para o cumprimento do objetivo proposto inicialmente. Fui pessoalmente até a usina, mandei e-mails, liguei e não consegui nenhuma autorização para entrevistar os funcionários da usina de interesse da pesquisa e muito menos para acompanhar um dia de trabalho dos cortadores de cana. Quanto a esta última, obtive como resposta que, para minha “segurança”, não seria liberada. Alegaram sobre os “perigos” do aparecimento de animais peçonhentos no meio do canavial e, além disso, dos facões dos trabalhadores que claro, poderiam saltar a qualquer

momento em minha direção... Já em relação à primeira autorização, os funcionários me alertaram sobre seu sigilo perante ao grupo empresarial que havia comprado a usina em 2011. Atentei-me, então, ao fato dessa usina ter passado por um processo de internacionalização<sup>46</sup> e, conseqüentemente, me depararia com toda um cenário diferente, tendo em vista os maiores incentivos à mecanização.

Enquanto me dedicava a buscar uma solução para chegar ao setor de recursos humanos resolvi, então, conversar com a Rose sobre a possibilidade de me aproximar dos cortadores de cana. Cheguei à conclusão de que o melhor a fazer seria criar algo independente da autorização da usina ou até mesmo do sindicato. Lembrei que há alguns anos, havia passado por uma rua em um bairro afastado do centro da cidade, na qual vi um letreiro escrito “Paraíba’s bar”. Conversando com alguns amigos que residem na cidade, descobri que este bairro era habitado por trabalhadores migrantes que foram para a região trabalhar na colheita de limão, cana e laranja. Resolvi, então, passar uma tarde de sábado por lá e acabou que eu parei nesse bar. Considerei este dia como um contato prévio, pois pensava em retornar ao bairro e dar continuidade a minha busca de “pistas” que pudessem levar ao caminho até os objetivos propostos da pesquisa.

Meu primeiro contato foi com o senhor Menon, ex cortador de cana e dono do bar. Foi ele quem me apresentou outros quatro migrantes, os quais passei a tarde conversando. Atentei-me, neste dia, a conversas informais, das quais registrei em caderno de campo aquilo que mais consegui reter. Procurei saber sobre as motivações que os levaram a sair de suas cidades de origem, além de sua relação com a usina e com o sindicato e suas impressões sobre o trabalho que realizavam. Durante as conversas, percebi que havia um senhor inquieto que parecia querer me contar alguma coisa. Aproximei-me e o perguntei em que trabalhava. Era motorista de ônibus, estava na cidade “de passagem”, logo retornaria à Paraíba e traria mais trabalhadores para a região. Não me lembro do seu nome, mas o que consegui guardar desta breve conversa foi uma frase desse senhor ao descrever seu trabalho: *“Eu trago os iludidos e levo os arrependidos”*.

## **Novo Horizonte: Novos caminhos e redirecionamento da pesquisa**

Passados alguns meses e não tendo conseguido a autorização para entrevistar os funcionários da usina de Potirendaba, meu orientador e eu resolvemos mudar o município escolhido da pesquisa para realizar o estudo de caso, além de procurar focar, por conta do curto espaço de tempo, mais nas expressões e impressões do setor de recursos humanos da nova usina. Pesquisei sobre as outras usinas da região e procurei, desta vez, alguns grupos familiares, tendo em vista minhas dificuldades com a usina anterior que havia sido internacionalizada. Descobri, então, duas usinas na cidade de Novo Horizonte, o que parecia interessante ao se pensar nas convergências e divergências entre elas, no que diz respeito, principalmente, à mecanização do corte e ao modo de contratação dos trabalhadores migrantes.

---

<sup>46</sup> A internacionalização do setor sucroalcooleiro representa uma realidade na qual empresas estrangeiras compram as usinas brasileiras e suas tecnologias. Deve-se ter em vista que o Brasil é o pioneiro no desenvolvimento de tecnologias na produção do açúcar e do etanol.

Conversei com a Rose e consegui o contato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte, além do nome e telefone do encarregado do departamento de recursos humanos que eu deveria procurar em uma das usinas, a qual vou considerar aqui como Usina 1.

Além das conversas informais no município de Potirendaba, registradas no caderno de campo, como já havia delimitado no projeto de pesquisa, lançaria mão de métodos qualitativos de pesquisa social, e utilizaria como instrumento metodológico entrevistas semiestruturadas. Estas, segundo Fraser e Gondim (2004), permitem manter um nível de objetividade e ao mesmo tempo deixam o entrevistado livre para falar e privilegiar seus pontos de vista e explicações.

Posto isto, elaborei os roteiros de pesquisa a serem utilizados nas entrevistas com o representante sindical de Novo Horizonte e com o encarregado do departamento pessoal da Usina 1. Feito isso, entrei em contato com o Sindicato e consegui agendar uma conversa para o dia seguinte. Posteriormente, liguei para a usina e me informaram que o senhor que eu precisava conversar não estava na cidade. Porém, consegui deixar uma conversa marcada, também para o dia seguinte, com outro funcionário do setor, o Paulo.

Nesse dia, fui até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Novo Horizonte e observei todas as atividades que aconteciam enquanto esperava pelo Kleber. Havia um cabeleireiro dentro de uma das salas e eu percebi a fila que se formava de clientes, outras pessoas pareciam estar esperando pelo café e bolachinhas, outras só estavam lá assistindo tv. O movimento e o tamanho desse lugar me impressionaram. Alguns minutos depois, encontrei o representante sindical e realizei a entrevista, a qual me permitiu adentrar brevemente em assuntos referentes à criação das usinas, a vinda dos migrantes para a cidade e sua relação com as usinas, pensando na legislação trabalhista, nas greves, nas formas de pagamento e contratação dos cortadores de cana. Comentei que havia marcado uma conversa na Usina 1 e ele mesmo assinalou que seria interessante fazer o mesmo na Usina 2, apontando algumas diferenças entre elas, principalmente no que mais me interessava: a contratação. Consegui, com isso, o contato do assessor jurídico dessa usina e resolvi tentar a sorte e aparecer por lá, já que estava adiantada para a entrevista na Usina 1.

Chegando à Usina 2, o porteiro perguntou o que eu desejava e logo liberou minha entrada. Pedi informação sobre qual prédio precisava chegar, caminhei um pouco observando o movimento dentro da usina, e logo encontrei o prédio do setor de recursos humanos. Perguntei pelo Adauto, expliquei sobre a minha pesquisa e ele aceitou realizar a entrevista. Improvisei meu roteiro de entrevistas, pensando naquele que havia criado para a Usina 1, e obtive informações bastante relevantes referentes tanto à contratação dos trabalhadores migrantes quanto às justificativas daquela usina em se manter o trabalho manual. Dentre essas justificativas, além dos altos custos das máquinas e da declividade dos terrenos, me foi apresentado um fato que ainda não havia aparecido até então: a falta de mão de obra especializada em operar as máquinas colheitadeiras. Ademais, assim como a Rose, o Adauto apontou o corte manual como um procedimento “já estabelecido”. Questionei, portanto o que caracterizaria o corte manual como estabelecido, e consegui pistas de que a preocupação, neste caso, estava em torno da mão de obra, tendo em vista as dificuldades enfrentadas com a “nova configuração” da produção. Ainda me atentou, por outro lado, a dois arranjos institucionais que, por sua vez, estariam impulsionando a mecanização: a Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31) e o Protocolo Agroambiental. Esses dois arranjos compuseram um capítulo da minha monografia, no qual discorri sobre as motivações políticas que influenciam as estratégias do setor sucroalcooleiro frente à mudança do corte manual para o mecânico da cana-de-açúcar. Ademais, a

existência da falta de mão de obra especializada em operar máquinas colheitadeiras abriu caminhos para se explorar a questão do trabalho do cortador de cana como sendo “desespecializado” (Antunes, 2011), o que pôde compor a investigação deste tipo de corte como sendo um procedimento já estabelecido, ou seja, já dado e estruturado.

Dando continuidade ao relato da pesquisa de campo, após a entrevista com o assessor jurídico, fui até o escritório do setor de recursos humanos da Usina 1, localizado no centro da cidade de Novo Horizonte, e procurei pelo Paulo. Iniciamos a entrevista, e percebi que muitas coisas convergiam com as impressões do Adauto, no que se referia aos arranjos institucionais e às dificuldades de se mecanizar completamente toda a produção. Logo descobri, inclusive, que esta usina possuía um plano de contratação completamente diferente da anterior (como já fora apontado pelo Kleber), o qual busquei explorar.

A diferença no contrato residia no fato de um ser assinado por tempo indeterminado, como no caso da Usina 2, e o outro, determinado (ou seja, por safra da cana-de-açúcar). Mais do que isso, enquanto a Usina 2 contratava os trabalhadores que vinham “em circuito”<sup>47</sup> pela região, a Usina 1, por sua vez, possuía um escritório de recrutamento instalado na cidade de Princesa Isabel e, segundo Paulo,

A contratação é feita diretamente pela empresa que vai até a Paraíba, na cidade de Princesa. E quem tiver interesse, procura o escritório da empresa lá, e faz o recrutamento lá já. [...] há uma grande procura. O pessoal quer muito vir pra cá, porque o salário é atrativo, em relação à realidade social que eles têm lá em Princesa (Paulo, analista de Recursos Humanos, Usina 1).

Com isso, já me atentei ao que Silva (2011) escreveu a respeito da estratégia de se contratar trabalhadores em suas cidades de origem e fechar contratos temporários. Segundo a autora, esta seria uma maneira de garantir o retorno destes migrantes a suas cidades de origem, o que impediria a formação de pequenos contingentes de desempregados nas cidades das usinas e teria como intuito, inclusive, evitar desarranjos na ordem social, política e policial. Ademais, em se tratando de controle e disciplina dos trabalhadores, Paulo informou que é comum alguns deles retornarem ao corte da cana na safra posterior, a depender, segundo ele da

[...] performance do colaborador, o desempenho do colaborador, que geralmente não dá trabalho, não pega muito atestado, tem um bom desempenho no trabalho, tá? E não causa problema para o encarregado (Paulo, analista de Recursos Humanos, Usina 1).

Procurei, portanto, saber mais sobre o funcionamento deste escritório e das contratações na cidade de Princesa Isabel, localizada na Paraíba. Entretanto, Paulo me informou que seria interessante conversar com seu chefe, Egídio, pois era ele mesmo quem fazia as contratações nesse escritório, o que me possibilitaria obter informações mais detalhadas. Porém, como era período de contratação naquele mês de janeiro, teria que esperar até sua volta, entre março e abril, quando todos os trabalhadores já estivessem instalados em Novo Horizonte.

## Princesa Isabel: Investigando o mercado migratório

<sup>47</sup> Neste caso, segundo o entrevistado, os trabalhadores se organizam nas suas cidades de origem e saem “em circuito”, passando de usina a usina em busca de emprego no interior de São Paulo.

Resolvi, então, procurar saber mais sobre Princesa Isabel enquanto não conseguia a entrevista com o encarregado do departamento pessoal da Usina 1. Descobri que era uma cidade de aproximadamente 21 mil habitantes (IGBE, 2010), localizada no sertão da Paraíba, mais especificamente na região da Serra Teixeira. Acabei encontrando uma notícia sobre a “festa de retorno dos cortadores de cana de Princesa Isabel” no blog de um jornalista, o José. Esta notícia me deixou curiosa e resolvi lhe enviar um e-mail, procurando saber mais sobre essa festa no intuito de compreender a relevância da migração naquela realidade. Após alguns e-mails, resolvemos conversar por *Skype*. A partir desta pesquisa *in loco*, pude entrar em contato com algumas impressões sobre a cidade de Princesa Isabel, a existência do escritório de recrutamento e sobre a cidade de Novo Horizonte, muito bem conhecida na região da Serra Teixeira pela oferta de empregos na lavoura da cana-de-açúcar. Em relação à festa, além de denotar a recepção - o retorno- daqueles que passaram meses fora de casa, anunciavam a “prosperidade” da cidade, tendo em vista que o dinheiro levado por estes trabalhadores entraria em circulação, gerando o aumento das vendas no comércio e, movimentando, inclusive, o mercado imobiliário e automobilístico.

Com isso, nessa entrevista, busquei explorar questões em torno da importância da atividade canavieira do estado de São Paulo à região, mais especificamente da migração dos trabalhadores. José atentou-se em explicar sobre a mobilização de vários setores da cidade em promover a propaganda e o incentivo à migração para o corte de cana em Novo Horizonte, em especial. Relatou-me sobre as propagandas nas rádios, nos panfletos distribuídos nas ruas e nos cartazes colados nas paredes de bares e outros comércios. Além disso, informou ter dirigido um carro de som que passava por toda a região, anunciando quando seriam feitas as avaliações e contratações no escritório de recrutamento da Usina 1.

Durante a conversa, lembrei dos cartazes que vi no “Paraíba’s bar” e em outros comércios de Potirendaba, anunciando a venda de passagens de volta a algumas cidades do Nordeste. Resolvi, então, perguntar a José sobre as empresas de transporte, especializadas no trajeto Nordeste/interior de São Paulo e, cheguei à conclusão de que estas, no intuito de se autopromoverem, acabam por incentivar a migração e o trabalho sazonal, tanto na colheita da cana quanto da laranja e do limão, por exemplo, o que acaba por contribuir com o fluxo dos “iludidos” e dos “arrepentidos”, apontado pelo senhor do bar no início da pesquisa.

Os dados gerados até então, principalmente no que se referia ao escritório de recrutamento, o transporte e a disseminação das informações, apontavam para a existência de um mercado migratório. Recorri a noção de “mercado de trabalho migratório ordenado” de Silva (2011), no intuito de adentrar nesta discussão. Segundo a autora,

As especificidades desse mercado de trabalho, sustentadas pelo processo migratório interno de centenas de milhares de pessoas, contribuem para manter os elevados níveis de produtividade, os altos lucros das empresas e a intensificação dos níveis de exploração por meio da forma de pagamento do trabalho por produção (Silva, 2011, p. 18)

Através dessa perspectiva, pude encontrar um viés para pensar a ideia do corte manual como um procedimento “já estabelecido”, tendo em vista aquilo que mais marca esse tipo de produção: a mão de obra migrante.

Tendo isto em vista, busquei criar o roteiro de entrevista para o encarregado do departamento pessoal da Usina 1, no qual incorporei questões em torno da formação do mercado migratório de Princesa

Isabel a Novo Horizonte. Procurei saber mais sobre como funcionava o recrutamento dos trabalhadores, quais eram os critérios usados para escolhê-los, quem mais procurava o escritório, como era feita a disseminação de informações a respeito das vagas de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar e o porquê da instalação do escritório nessa cidade.

Consegui marcar a entrevista, a partir da mediação da Rose e do Paulo, desta vez por telefone, tendo em vista a dificuldade de conciliar seus horários disponíveis com o meu deslocamento até a cidade. Os dados gerados a partir dessa entrevista, convergiram com as impressões do José sobre a importância econômica do “retorno dos cortadores” para a cidade e a disseminação das informações sobre a contratação no escritório, a partir das empresas de transporte, as rádios e os anúncios por meio dos carros, panfletos e cartazes. Ademais, Egídio acrescentou que os próprios migrantes, ou os interessados em migrar, repassam informações sobre o trabalho no interior de São Paulo a parentes e amigos, o que acaba por colaborar com esta “propaganda”. Nas palavras do entrevistado: *“Um ouve a notícia e já esparrama, entendeu? É bem mais fácil de agrupar”*.

Esses dados abriram espaço para se pensar o mercado migratório a partir da ideia de redes de relações da Sociologia Econômica, a qual se caberia refletir sobre os contextos de referências para aqueles que precisam ou desejam migrar. Segundo Massey, as redes migratórias podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade ou conterraneidade” (1988: p. 396).

Apono que, devido à falta de tempo, não consegui aprofundar esta questão, uma vez que seria necessário investigar, inclusive, a perspectiva dos próprios migrantes em torno dessas redes<sup>48</sup>. Com isso, nesta etapa da pesquisa, coube investigar a partir das informações conseguidas, a rede de relações estabelecidas em Princesa Isabel, por meio do escritório de recrutamento e da transmissão de informações através da perspectiva de um morador da cidade, o José e do Egídio, quem faz essas contratações e elabora esquemas de “propagandas”.

O intuito desta etapa da pesquisa foi o de procurar conexões para se pensar o que contribuiria para que o corte manual fosse pensado como algo já estabelecido. A partir disso, busquei respaldo na Sociologia Econômica a fim de analisar a formação desse mercado migratório, pensando nas relações sociais envolvidas e na origem social desse fenômeno econômico, qual seja, a migração. O intuito desta análise, portanto, foi ilustrar como este mercado, pensado como um conjunto de estruturas de interação social (Steiner, 2005) contribui com a discussão da coexistência dos cortes manual e mecanizado na produção sucroalcooleira.

## Considerações finais

Neste espaço, busquei narrar um pouco da minha trajetória com a pesquisa de campo, elucidando, mesmo que de maneira breve, alguns dos principais pontos abordados nas entrevistas, assim como algumas reflexões acerca da articulação com parte da bibliografia consultada e as dificuldades

---

<sup>48</sup> Justifico esta falta de tempo, tendo em vista que os migrantes chegariam à região no final do mês de abril, na mesma época em que precisaria estar com o trabalho de conclusão de curso e o relatório de iniciação científica prontos.

encontradas no decorrer deste trajeto. Argumento, com isso, que os dados gerados com a pesquisa de campo contribuíram, fundamentalmente, para colocar à prova a hipótese de que outras dimensões norteiam as estratégias do setor sucroalcooleiro que não a econômica.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a morfologia do trabalho. In: PLANCHEREL, A. A.; BERTOLDO, E. (Org.). *Trabalho e capitalismo contemporâneo*. Maceió: Edufal, 2011. p.16-46.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, v.14 n.28, p. 139 -152, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades, 2010. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=251230>> Acesso: 15 set. 2014.

MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. *Population and Development Review*, v. 14, n. 3, p. 383-413, set. 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1972195?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21104847256647>> Acesso: 15 set. 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. *Perspectivas*, São Paulo, v. 39, p. 11- 46, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4751>>. Acesso: 15 set. 2014.

# Da vontade de verdade à democracia racial: um estudo de caso sobre racismo e injúria qualificada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Mari Cristina de Freitas Fagundes<sup>49</sup>

Marcus Vinicius Spolle<sup>50</sup>

## Resumo

O artigo visa discutir a invisibilidade do crime de racismo pelo preconceito de cor, previsto no art. 20, da lei 7.716/89, nas decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, tendo em vista a recorrente desclassificação para o crime de injúria qualificada pelo preconceito de cor, entabulada no art. 140, §3º, do Código Penal. Foi efetuado estudo de caso, analisando as decisões que continham a expressão racismo, efetuando-se novo recorte, abordando especificamente as que versavam sobre o crime. Diante disso, foram coletados 123 julgados, sendo que 104 deles tramitavam na seara cível, 16 na seara criminal e 3 utilizavam-se da expressão “racismo” apenas para fundamentar decisões de embriagues e estupro. Concluiu-se que através da produção de certos discursos há a descaracterização do crime de racismo pelo preconceito de cor para o crime de injúria qualificada, o que permite a permanência do descaso quanto ao primeiro crime. Para fundamentar o estudo, apoiou-se nos ensinamentos de Michel Foucault, Homi Bhabha, Florestan Fernandes, entre outros conforme especificado no decorrer do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Injúria qualificada pelo preconceito de cor; Racismo; Verdade; TJRS.

## Abstract

This article aims to the discussion about the invisibility of the crime of racism presented on article 20, from law 7.716/80 on the decisions of the Rio Grande do Sul's courthouse, sighting the recurrent declassification of the crime of qualified injury, presented on art. 140, §3º, of the Criminal Code. Has been

---

<sup>49</sup> Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas/RS; bolsista CAPES; especializanda em direito penal e praxeologia na Universidade Federal de Pelotas. de Filosofia, Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas.

effectuated an analysis of the case, judging decisions that contained expressions of racism, rebuilding and approaching those sentencing the crime specifically. Facing the facts, 123 judged decisions have been collected, from which 104 prosecuted on civil seara 16, criminal seara and 3 used from the expression "racism" to substantiate drunkenness and rape. It is concluded that, from the production of some speeches, there is a decharacterization of the crime of racism as a prejudice about skin color to the crime of qualified injury, which permits the permanence of the neglect to the proper crime of racism. To base the study, it has been supported over the teachings of Michel Foucault, Homi Bhabha, Florestan Fernandes, between others as specified throughout the article.

**KEYWORDS:** Qualified Injury by color prejudice; Racism; Truth; TJRS.

## Introdução

Através do estudo bibliográfico versando sobre racismo ainda na contemporaneidade, emergiu o interesse em estudar as decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que tivessem como foco os crimes sobre racismo e injúria racial, previstos, respectivamente, na lei 7.716/90 (BRASIL, 2014c) e no Código Penal brasileiro (CP) (BRASIL, 2014a). Partindo-se do pressuposto que o direito é uma das ciências capacitadas para propagar discursos que ganham força de verdade nesta sociedade, procurou-se verificar e questionar as fundamentações das decisões tratando sobre os crimes acima descritos.

O estudo parte da premissa da existência da ideologia da democracia racial, a qual obsta efetuar uma análise crítica quanto a impunidade frente ao crime de racismo no Rio Grande do Sul. Seguindo essa linha de pensamento, argumenta-se que o art. 20, da lei 7.716/89 (BRASIL, 2014c) não possui efetividade plena e que diante da existência do art. 140, §3º do CP (BRASIL, 2014a), mascara-se o racismo pelo preconceito de cor imputando fatos desse tipo ao crime de injúria qualificada.

Assim, elaborou-se estudo de caso no TJRS a fim de verificar a fundamentação das decisões judiciais, estudando os discursos empregados nos julgados. Para a realização da pesquisa apoiou-se em conceitos foucaultianos, bem como em estudos sociológicos versando sobre o negro no Brasil, lançando mão, também, à legislação vigente.

## As cifras ocultas da produção do saber: táticas e estratégias na formação dos discursos jurídicos

Um dos artefatos sociais capazes de produzir verdade na sociedade contemporânea, sem dúvida, é o direito. Através dos mecanismos de normalização do qual é incumbido, torna-se capacitado para ditar verdades, assumindo posições dotadas de repercussão midiática; ou ainda, ao deixar de tomar determinados posicionamentos alcança o mesmo *status* de produção de sentido.

Diante do grande número de leis que compõem o ordenamento jurídico, cada uma pleiteando sua autonomia (KANT DE LIMA, 2013), depara-se seguidamente com dispositivos legais que visam o mesmo fim, mas que se encontram em diplomas separados, por consequência, anulam-se ou ainda são

ensejadores de debates jurisprudenciais quanto a sua aplicação em determinado fato em análise.

É o caso do art. 140, §3º, previsto no Código Penal (CP) (BRASIL, 2014a) e do artigo 20, da lei especial 7.716/89 (BRASIL, 2014c). O primeiro versa sobre o crime de injúria qualificada pelo preconceito de “[...] raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência [...]”, o segundo, versa precisamente sobre o crime de racismo. Aquele possui pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa; o segundo tem a mesma penalidade, mas possui respaldo na Constituição Federal de 1988 (CF/88) (BRASIL, 2014b), a qual adverte que o crime de racismo é imprescritível e inafiançável (art. 5º, XLII). Sendo assim, a repercussão que tal crime proporciona vai muito além do previsto no CP.

Entretanto, para diferenciar a possibilidade de aplicação de um dispositivo ao invés do outro, os agentes capacitados para aplicação legal têm se valido de mecanismos pontuais quando se reportam a eles em casos concretos. Asseveram que para a aplicação do art. 140, §3º, CP (BRASIL, 2014a) a ofensa atinge a honra subjetiva da vítima, enquanto no outro dispositivo, a afronta alcança a honra objetiva. Isso significa dizer que no primeiro caso há uma ofensa somente à vítima, enquanto no segundo, há lesão à comunidade negra, ou seja, a coletividade.

Vê-se aí, como assevera Sueli Carneiro (grifos da autora - 2000, p. 314),

O interesse em desqualificar o crime de racismo, classificando como *injúria* ou *difamação*, que expressa, uma das estratégias correntes no plano da Justiça para invisibilizar o crime de racismo. O operador do direito admite que há um crime, enquadrado como injúria ou difamação e remete o problema para a esfera cível, que em alguns casos impõe sanção de reparação ou indenização, mas neste processo descaracteriza-se o crime de racismo.

Diante dessas diferenciações pontuais designadas pela jurisprudência e pela doutrina, passa-se a questionar as verdades formuladas para fundamentar as decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) ao versar sobre os crimes de injúria qualificada pelo preconceito de cor e o crime de racismo.

Determinados discursos proferidos em certo tempo e espaço, propagados por certas instituições tomam maior credibilidade e podem ser considerados verdades, passíveis de reprodução social. Para isso se faz necessário a legitimidade dos emissores dos discursos para que a comunidade delegue o devido valor, sentindo-se crente e envolvida por esse discurso.

O direito, por sua vez, é um dos mecanismos capaz de produzir verdades. Não se trata de uma ciência pré-concebida, natural, ontológica, metafísica (STRECK, 2013, p. 13), mas sim, articulações de jogos políticos entre poder e saber capazes de estabelecer legitimidade no discurso propagado pelas instituições que se valem desse artefato.

Como pontua Lenio Streck (2013, p. 13), “[...] Não existe o universal das coisas. Portanto, não existem essências. É o que se denomina de nominalismo, uma vez que, ao trabalhar com nomes, palavras, o faz sem que elas se refiram ou tenha relação com os objetos”. Isso significar dizer que as coisas não estão dadas, postas, desde sempre aí (VEIGA-NETO, 2011, p. 109), mas são construídas em determinado lapso temporal.

Nessa luta pela permanência de certo discurso como verdadeiro, na incessante vontade de verdade existente no ordenamento jurídico, variados discursos foram vigentes em determinadas épocas. Tanto é assim que o negro não era sequer sujeito de direito, tampouco poderia ter sua honra ofendida.

Com a consolidação da CF/88 ficou devidamente sedimentado legalmente a impossibilidade de discriminação pelo preconceito de cor ou raça, no Brasil. O que para muitos significava uma nova era.

Passou-se a declarar que no país não havia preconceito racial ou ético tendo em vista a previsão legal declarando a igualdade formal entre os cidadãos.

A partir daí ao se falar em racismo comumente se ouve comentários do tipo “todos somos iguais”, “somos todos brasileiros” etc. Não há que se olvidar do avanço legislativo prevendo a inclusão do negro na sociedade caminhou a passos largos, sendo que hoje, pela primeira vez no Brasil, conforme demonstrou o censo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2010, (IBGE, 2012), mais da metade da população declarou-se preta ou parda, exceto nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. No Rio Grande do Sul 83,2% da população declarou-se branca.

Entretanto, em que pese a previsão legal quanto a impossibilidade de discriminação tendo como foco o preconceito pela cor, nota-se que determinados dispositivos não são cumpridos, os quais advieram justamente para banir essa prática preconceituosa. Em contrapartida para que tal negação não ficasse explícita, outros mecanismos entraram em ação assegurando a criminalização dessa prática, mas com penas mais brandas ou rotulados por outros nomes, ensejando, precisamente, a desqualificação do crime de racismo.

Nota-se que na singela comparação entre o crime de racismo e de injúria qualificada por preconceito de cor, o impacto produzido por esta última possui menor repercussão como algo problemático. Todavia, o indivíduo ao ser ofendido ao ser chamado de “negro sujo”, “macaco” entre outras ofensas que se verá com mais detalhe abaixo, tem configurado nas decisões do TJRS, a prática de injúria qualificada pelo preconceito de cor, negando a prática de racismo.

Observa-se que são discursos que passam a ser empregados por detentores do poder que calham a ser vinculados como verdade, tendo em vista a fundamentação utilizada para enfatizar a adoção desta prática discursiva. Não há uma negação quanto a ofensa pelo xingamento, entretanto não se observa o fato como se racismo fosse efetivamente.

Vê-se, então, a medição para o emprego de determinados significados em determinado tempo e espaço, pois,

[...] não podemos compreender as coisas sem que tenhamos um modo de compreender que acompanha qualquer tipo de proposição; e este modo de compreender é exatamente estes “*como*” que sustenta a estrutura fundamental do enunciado assertório *algo enquanto algo, algo como algo* (etwas als etwas) (grifos do autor – STRECK, 2013, p. 17).

À primeira vista não há maiores alardes a respeito, pois fica sedimentado no meio social que a prática de atitudes discriminatórias pode levar à penalização. Porém, a pena é branda no crime de injúria qualificada, os prazos decadencial e prescricional existem e na grande maioria dos casos os processos são alcançados por estes prazos processuais levando o agressor à impunidade. Frise-se que o crime de racismo é inafiançável e imprescritível, conforme pontua a Magna Carta o que não ocorre com o crime de injúria qualificada.

Percebe-se que as fundamentações promulgadas pelos desembargadores, nesse caso, sujeitos dotados de poder e saber e, portanto, capacitados para decidirem quando se aplica um caso ou outro, possibilita distorção, de forma consistente, entre o crime de racismo pelo preconceito de cor e a injúria racial. O fato de questionar esses discursos faz emergir a discussão quanto a aceitação da existência do preconceito de cor no Brasil. Possível a permanência, como assevera Gilberto Freyre, de uma brasilidade, isto é, a crença na inexistência do preconceito de cor.

---

Como pontua Michel Foucault (2012, p. 6),

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico.

Evidentemente torna-se menos tormentoso, mais confortante e acolhedor a quem olha de fora, perceber a inexistência ou o pequeno número de processos versando sobre racismo pelo preconceito de cor, do que discutir e questionar o que leva a desclassificação de um crime para o outro.

Porém calha indagar: Quais são os discursos de verdades pulsantes nas decisões do TJRS? O medo de começar, de discutir, de encontrar um maior número de processos por racismo ainda é vigente em uma sociedade que assegura, legalmente, a igualdade entre todos os cidadãos? A simples previsão legal ainda é o que sustenta a argumentação, para quem olha do exterior de quem formula o discurso, quanto a inexistência de preconceito no Brasil?

Essa vontade de verdade que o sistema jurídico insiste em buscar e empregar no meio social, obscurece determinados pergaminhos que em verdade exigem a discussão. No caso do racismo pelo preconceito de cor, nota-se a necessidade de debate justamente pela incessante luta na inclusão do negro na sociedade brasileira. Por mais terrível e doloroso que possa ser o debate sobre o preconceito racial, invisibilizá-lo trata-se nada mais do que a antiga escolástica da harmonia entre as raças defendida pelos seguidores de Nina Rodrigues.

[...] se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (FOUCAULT, 2012, p. 14).

Verdade é poder, como assevera Foucault. E nessa linha é que se faz necessário discutir as normas jurídicas: seu papel, sua efetividade. Não basta querer apresentar o Belo, o Bom, o Justo aos olhos de alguns e permanecer a invisibilizar, deixar à margem, ocultar certas discussões levando em consideração a busca de um único discurso, qual seja: o da harmonia entre os cidadãos.

Aliás, como aponta Homi K. Bhabha (2010, p. 111),

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos [...], estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade. Portanto, apesar do “jogo” no sistema colonial que é crucial para seu exercício de poder, o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um “outro” e ainda assim inteiramente apreensível e visível.

O repúdio à representação de imagens e apresentações distorcidas da realidade são mecanismos que buscam reduzir a complexidade da sociedade contemporânea, enquadrando através de discursos jurídicos e de regras precisas, um “todo social” sem atentar para a diversidade cultural e para a negação, muitas vezes, dessa diversidade. Impossível desconsiderar o preconceito de cor ainda vigente na sociedade brasileira. Segue nessa linha e se verá na análise das decisões, a distorção do nítido caráter ofensivo aos

sujeitos por causa da cor, mas ao não estar devidamente enquadrado na verdade repousada na fundamentação dos detentores do saber, não se encaixa na resposta-padrão capaz de caracterizar a ofensa como crime de racismo, ocultando tal cifra, caracterizando o crime de injúria qualificada.

A importância de verificar o que é produzido na e pela cultura se torna premissa básica do estudo que se propõe, pois nesta é que se reproduzem e se constituem diversos saberes. Lembrando sempre a obviedade: os magistrados que formulam as fundamentações das decisões são desta sociedade; estão envolvidos na e pela lógica cultural vigente neste meio e não em outro. Isso significa dizer que também estão imersos numa cultura de preconceito e que reproduz discursos já existentes; nasceram nela; são frutos dela.

Além do mais, para que se crie uma jurisprudência, importante ressaltar, necessário se faz a caracterização de diversos julgados que caminhem na mesma linha. Nota-se aí a construção de jurisprudência e a sedimentação de verdades.

A fim de compreender melhor as verdades em vigência na sociedade contemporânea e imersão do conceito de racismo, passa-se a caracterizar o que é o racismo por preconceito de cor e como ele ainda vige na sociedade contemporânea envolto por diferentes práticas, ocultando-se cada vez mais, dificultando apontar a sua caracterização.

## **“fazer viver e deixar morrer”: a marca do racismo na contemporaneidade**

Baseando-se nos ensinamentos de Michel Foucault, passa-se a discutir o conceito de racismo, sua emergência e o porquê da permanência na sociedade contemporânea. Para isso, necessário se faz um mergulho histórico, mesmo que forma superficial, para compreender a construção e a possibilidade para a permanência dessa prática na atualidade.

Ainda sob a égide do estado soberano, onde o rei tinha o poder de fazer morrer e deixar viver reinavam as formas disciplinares capazes de exercerem sobre o corpo do indivíduo o que deveria ser cumprido pontualmente. A individualização era requisito necessário para a permanência do poder disciplinar. Nas palavras do autor:

[...] é que, nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade (FOUCAULT, 2010, p. 203).

A individualização do sujeito permitia a monitoração constante, justamente para que se tornasse viável ao soberano a permissão de fazer morrer ou deixar viver. Exemplo nítido dessa tática de poder dá-se através do panoptismo (FOUCAULT, 2009).

Posteriormente, no início do século XVIII (FOUCAULT, 2010, p. 203), emerge uma nova técnica de poder, a qual não obsta a permanência da primeira, mas que não visa propriamente o indivíduo, mas uma massificação dos corpos. Nesse tempo é que emerge o conceito de população, segundo o autor. Esse novo

poder é conceituado por Foucault como biopoder. Desamarra-se de uma anatomopolítica – aquela que visava decompor o indivíduo para discipliná-lo – e fundamenta-se numa biopolítica, ou seja, num poder massificante.

A partir desses mecanismos passa-se então a ter o controle da natalidade, da taxa de óbitos, de reprodução etc. Com isso, o poder do soberano que escolhia entre fazer morrer e deixar viver inverte-se, passando então ao poder de fazer viver e deixar morrer.

[...] Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas essencialmente de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (FOUCAULT, 2010, p. 207).

Vê-se então a necessidade de níveis globais de equilíbrio, abrindo-se mão dos corpos individualmente. Exige-se, com o biopoder, um equilíbrio social; uma regularidade.

Como o biopoder não exclui a disciplina, pelo contrário, se unem para regular a população, visam a segurança social interna, lançando-se, quando necessário, sobre o indivíduo e à população, também. Para que isso se tornasse possível, o elo de ligação entre ambos deu-se através da norma, a qual, segundo Foucault (2010, p. 213) “[...] é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”.

É no surgimento do biopoder que Foucault pontua o nascimento do racismo. Para o autor, o racismo

[...] É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças, a distinção das raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 2010, p. 214).

Passa-se com isso a acreditar que com a morte daquele que é diferente, fará com a vida deste “um” se torne mais fácil, mais capacitada, mais sadia. Não há um “outro” a provocar ameaças se houver repúdio a ele, se se deixar à margem. Se for considerado inferior. “A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (FOUCAULT, 2010, p. 215)”.

Foucault esclarece que quando se refere ao termo deixar morrer não significa propriamente tirar a vida, mas, sim, em dificultar o acesso a determinados meios, a rejeição, a diferenciação do tratamento etc. Caracteriza-se, diante dos conceitos do autor, as amarras emergentes no Brasil colônia, tendo em vista que o homem branco, europeu, se sentia capacitado para apontar quem era o outro, rotular e determinar a sua posição social. Tratando especificamente da negritude, além dos negros serem trazidos de fora do Brasil, possuindo, portanto, outra cultura, outra lógica de vida, já eram concebidos como coisa, sendo necessário seguir os regramentos do colonizador.

Como discutem inúmeros estudos, a questão do racismo pelo preconceito de cor por muitos anos vigorou na sociedade brasileira de forma fulminante (FERNANDES, 2008, p. 302). Mesmo após abolição da escravidão permaneceram resquícios quanto ao trabalho escravo e de rotulações prévias baseadas justamente na cor do indivíduo. “[...] Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o ‘homem de cor’ aos grilhões invisíveis de seu passado, uma condição subhumana de existência e uma

disfarçada servidão eterna (FERNANDES, 1965, p. 309)”.

Na incessante tentativa de assegurar a harmonia social brasileira, diversos autores seguindo a linha de Gilberto Freyre (1933) argumentavam que no Brasil não existia diferenciação entre senhor e escravo, que se vivia na mais perfeita “brasilidade” e que diante do cruzamento entre as raças, haveria um “embranquecimento” na sociedade. Após inúmeros esforços desempenhados por sociólogos como Florestan Fernandes, Roger Bastide, entre outros, passou-se a discutir e formular estudos da discriminação do preconceito de cor apontando que em momento algum foi inexistente, pelo contrário, o protegido paraíso racial era defendido para apresenta o Brasil como um precursor na questão das raças, ocultando a discriminação contra o negro e toda a precariedade existente para sua ascensão social (FERNANDES; BASTIDE, 1965, p. 191).

Isso permite compreender com nitidez o que Foucault pontua com “deixar morrer”, pois admitir a existência das cifras ocultas de discriminação, insistindo na permanência de uma igualdade formal, barrava a ascensão do negro o que, conseqüentemente, permitia a seleção de quem era mais ou menos qualificado. Além disso, para que pudesse caminhar em busca de reconhecimento social o negro necessitava se espelhar no colonizador (BHABHA, 2010, p. 119), seja através de suas roupas, do culto aos seus santos (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 217), da modificação de seus instrumentos musicais, isto é, adaptar-se a esse outro para se tornar o um.

É a partir dos anos 50 que Florestan Fernandes e Roger Bastide passam a elaborar estudos que contextualizam a discriminação racial existente, apontando que a “democracia racial seria uma ética mascarada” (SPOLLE, 2010). Posteriormente passa-se a discutir com maior precisão a questão da raça e o preconceito de cor, lutando-se pelas ações afirmativas visando a integração do negro na sociedade.

Entretanto, mesmo com leis prevendo a inclusão racial e a incriminação daquele que violar o direito de outrem com base no preconceito de cor, conforme acima pontuado, esses mecanismos não obstaram a prática discriminatória. Oculta-se, mais uma vez, tal ato não pontuando efetivamente a cor, mas a marca, isto é, o negro traz consigo toda a herança do período pré-moderno e ainda na pós-modernidade diferentes mecanismos se valem para acentuar a diferenciação entre o negro e o branco.

O jogo dos discursos de verdade vigentes na seara jurídica demonstra-se como um desses mecanismos. Em que pese a existência dos dispositivos legais aqui já assinalados (art. 140, §3º, CP - injúria qualificada – e art. 20 da Lei 7.716/89 - racismo), a diferenciação de um para o outro na seara jurídica estabelece uma forma de permanecer com a “democracia racial” (ARRUDA, 1995, p. 197) dentro da ciência do direito.

A omissão do poder judiciário em efetivar as leis específicas que versam sobre o racismo é uma das formas de demonstrar o processo de ocultação dessa prática discriminatória ainda pulsante na sociedade contemporânea (ARRUDA, 1995, p. 200). Não basta a criação de novos dispositivos legais visando inibir o preconceito de cor quando, na verdade, há dispositivos legais que estabelecem a penalização por essa prática, mas que não se fazem efetivos.

São muitas facetas que repõem o mesmo tema e que revelam, no conjunto, de que maneira o argumento racial é ainda operante como representação nacional. É fato que não existem mais teóricos do racismo, ou instituições de saber que com legitimidade defendem esse tipo de explicação, mas persiste uma espécie de filosofia racista, uma visão generalizada que supõe a existência de capacidades rígidas e definidas para cada raça. Na falta de uma distinção biológica real, a saída parece ter sido inventar uma suposta diferença, difundir um certo ideário comum. O racismo contemporâneo realiza, com efeito, uma espécie de projeção ao mesmo tempo mítica e racionalizante. Sua base

é uma certa experiência vivida, de onde retira sua eficácia, já que se combate mais facilmente um argumento teórico do que a emoção de uma experiência sensível (SCHWARCZ, 1995, p. 189).

Diante desse excerto, tona-se evidente a discussão que aqui se coloca. O fato de transmutar o conceito de crime de racismo para injúria qualificada, asseverando que no primeiro há ofensa à honra objetiva e no segundo, à honra subjetiva, não obscurece ao olhar atento, uma forma de ocultar o preconceito racial ainda pulsante na sociedade contemporânea. Pelo contrário, propulsiona a crítica às instituições, como o Poder Judiciário, de permitir se valendo de certo discurso agora sedimentado como verdadeiro, a não penalização de atos preconceituosos pela cor, através do jogo de palavras inerentes ao âmbito jurídico.

Possível verificar no meio social a emergência de argumentações relatando a não punibilidade por crime de racismo; muitas vezes o desconhecimento do dispositivo versando precisamente sobre o crime de racismo. Questiona-se: do que vale a imprescritibilidade de tal delito se dificilmente se vê a configuração, pelos órgãos judiciais, da prática de racismo? Gize-se, não pela sua inexistência, mas pela inaplicabilidade pelos detentores do poder ao adotarem certo discurso como verdadeiro.

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura [...] (FOUCAULT, 2012, p. 19-20).

É se afastando substancialmente das amarras do direito que se faz possível verificar outras verdades inculcadas nos discursos que fundamentam as decisões do TJRS. Vê-se que a “vontade de verdade” nesse cenário proporciona a permanência da “democracia racial”, pois justifica os discursos populares, daqueles que não sentem na própria pele a discriminação racial, de que no Brasil não há preconceito racial, pois afinal, “somos todos brasileiros”.

## **Entre “honras”: estudo das decisões do tjrs**

Buscando verificar o teor das decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), tomou-se como base a pesquisa qualitativa, a fim de verificar a hipótese quanto inefetividade do art. 20, da lei 7.716/89 nas decisões do TJRS. Realizou-se estudo de caso no referido órgão, analisando os acórdãos disponíveis no site deste Tribunal. Para melhor identificação e compreensão dos dados coletados, as informações serão dispostas, também, em gráficos.

A busca deu-se através da “pesquisa avançada”, disponível no link para busca de jurisprudência no TJRS, valendo-se das palavras “crime de racismo” e “racismo”. A partir daí foram auferidos 123 processos (representados pela cor azul, no gráfico), sendo que 104 deles (representados pela cor verde, na imagem) versavam sobre questões cíveis (dano moral, entre outros), 16 deles (cor bordô) versavam sobre o crime de racismo e 3 (cifrados pela cor roxa, no gráfico) continham a palavra racismo, mas apenas para fundamentar decisões sobre estupro e embriaguez ao volante. Foram analisadas pontualmente 16 decisões, as quais se subdividiram entre absolvições, condenações e desclassificação para o crime de

injúria qualificada pelo preconceito de cor, sendo que um deles não restou decidido, pois versava apenas quanto a competência da câmara à julgar o caso. Os processos disponíveis abrangeram os anos de 1990 (dezembro) e 2014 (fevereiro). Veja-se através da figura 1:

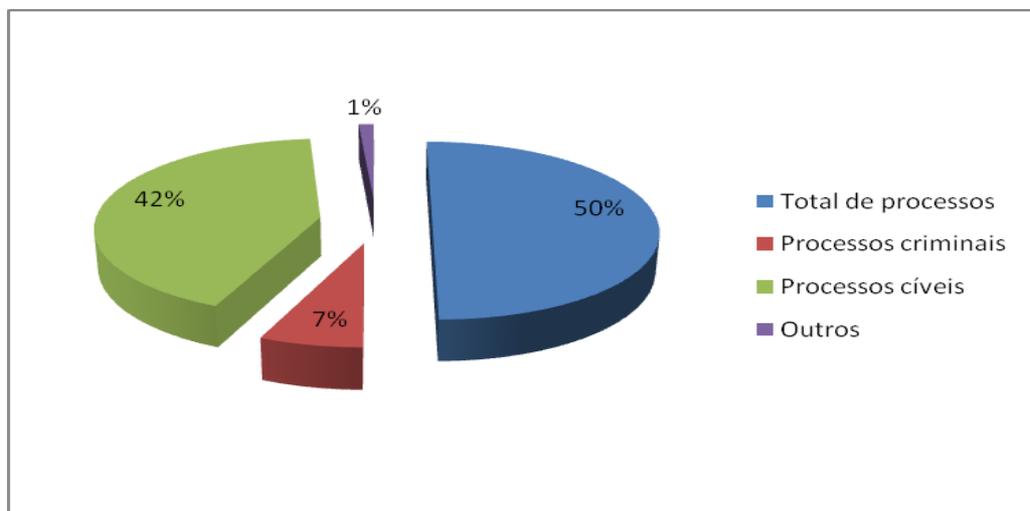


Figura 1 – fonte: autora

Nota-se que a massificação dos processos dá-se na seara cível. Isso significa dizer que a possibilidade de indenização por dano moral quando há ofensa pelo preconceito de cor tem maior possibilidade de acontecimento. Frise-se que não foram estudados com afinco para este artigo os processos cíveis, sendo mencionados apenas para esclarecer a coleta de dados. A análise empírica recaiu apenas aos processos criminais.

Essa subdivisão no campo do direito entre os diplomas legais torna-se um dos mecanismos que permite a autonomização dos dispositivos. O fato de haver condenação em uma das áreas não enseja a condenação na outra, cabe esclarecer.

Dos 16 processos cunhados com a palavra racismo, apenas em 2 deles houve a condenação pelo crime de racismo previsto no art. 20, da lei 7.716/89, representado no gráfico pela cor bordô; 5 deles houve absolvição por insuficiência de provas, pintado no gráfico pela cor verde; e 2 casos houve condenação por outros dispositivos da lei 7.716/89 (BRASIL, 2014c), art. 8º - impedir por preconceito de cor a entrada em estabelecimento privado - e art. 9º - impedir por preconceito de cor a entrada em estabelecimento público – ambos do mesmo diploma legal, figurando no gráfico através da cor roxa. Dos 16 processos, 6 deles foram desclassificados para o crime de injúria qualificada pelo preconceito de cor, art. 140, §3º, CP (BRASIL, 2014a), representados pela cor laranja, no gráfico. Um único processo versava apenas quanto a incompetência do órgão julgador, em azul claro:

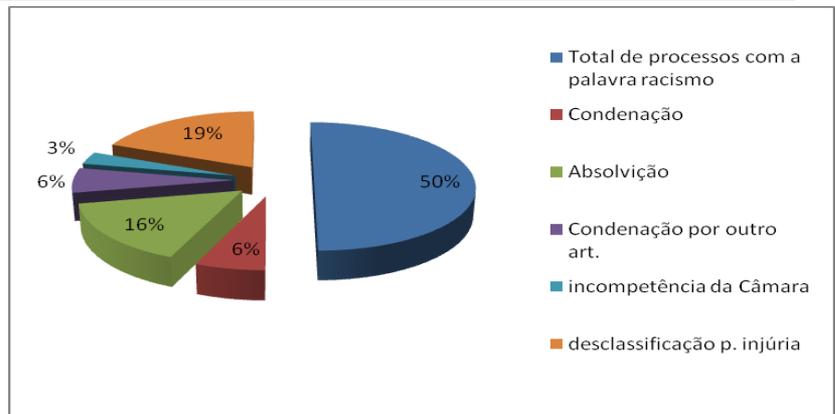


Figura 2 – fonte: autora

Ao deparar-se com expressivo número de absolvições quanto ao crime de racismo pelo preconceito de cor, procurou-se analisar os acórdãos verificando a fundamentação para arguir tal discurso. Em que pese algumas divergências entre os julgados, a grande maioria caminhou na mesma direção, apontando a insuficiência probatória. Alegam os desembargadores que apenas a arguição da vítima não basta para configurar o crime. Além disso, apoiam-se no fato das testemunhas não corroborarem plenamente com o apresentado pela vítima.

Um dos acórdãos (Apelação crime nº 70015082118) foi fundamentado no seguinte sentido para a absolvição: “Pode-se afirmar que **é possível que os réus tenham praticado o crime de racismo, nos termos da denúncia**. O fato é que não há certeza quanto a isto (grifos meus)”. Por fim, ainda colocam o fato da vítima estar incomodada por não poder entrar no estabelecimento e, a partir daí, estar irritada podendo ter concebido sua impossibilidade de acesso no estabelecimento como forma de racismo.

Dos diferentes diplomas que compõem o ordenamento jurídico, o direito penal é a área que deve ser recorrida em última instância e, sendo assim, para que haja configuração do crime é necessário que não restem dúvidas quanto a autoria delitiva e que o delito esteja devidamente configurado. Entretanto, ao analisar, sociologicamente, o discurso empregado, lançando o olhar ao que se chama de democracia racial, o emprego de certas expressões possibilitam a continuação de enunciados velados que insistem em aplicar a discriminação, mas ao se basear nas verdades jurídicas colonizadoras (BHABHA, 2010, p. 107), ocultam o verdadeiro significado de determinadas ações.

A vigência de alguns discursos só será possível se estiverem envolvidos no que é aceitável no meio em que estão sendo proferidos. Nessa linha, a diferenciação de uma única decisão dentro de uma câmara destoando dos demais julgados já sedimentados torna-se raro.

[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 2012, p. 35).

Nesse caso os capacitados para dizer a verdade e o que pode ser verdade dentro desse discurso, são os detentores do saber nesse âmbito, por consequência os detentores do poder, capazes de fazer vigorar uma verdade.

Ainda analisando pontualmente os acórdãos, possível verificar que 6 deles, conforme dito acima, foram desclassificados do crime de racismo previsto no art. 20, da lei 7.716/89 (BRASIL, 2014c) para o crime de injúria qualificada, previsto no art. 140, §3º, do CP (BRASIL, 2014a). Destes 6 não houve nenhuma condenação. Dois deles foram alcançados pela decadência, um pela prescrição e, por consequência, extinta a punibilidade e três absolvidos pela insuficiência probatória. No gráfico

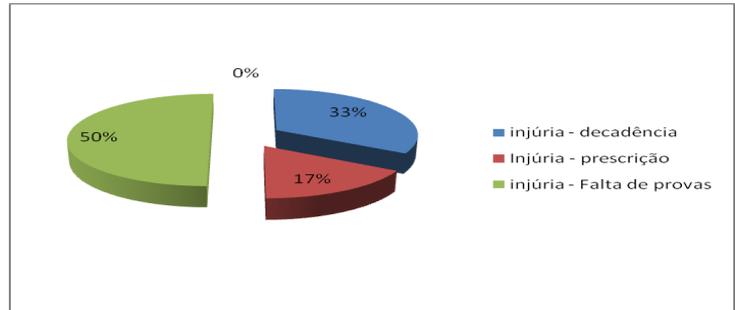


Figura 3 – fonte: autora

É nessa esteira da desclassificação do crime previsto no art. 20, da lei especial, para o art. 140, §3º do diploma geral que se evidencia com maior precisão os meandros dos jogos de enunciados para sustentar a aplicação de um dispositivo e a negação de outro, consequentemente.

Para caracterização do disposto no art. 20, acima especificado, os desembargadores fundamentam que se faz necessário a ofensa à honra objetiva, isto é, necessário que haja ofensa à comunidade negra. Em uma das decisões onde houve condenação pelo crime de racismo, os julgadores basearam-se na seguinte fala:

[...] Tu não poderia morar aqui, porque tu é negra, e aqui só mora gente branca; Sua negra suja, tu nem devia estar aqui, porque aqui é lugar de branco, alemão, e tu é negra; Sua negra puta, suja, vagabunda bem como dizerem ao marido da vítima, Atir Backes: Que nós que somos alemães, temos de nos entender, e ela é negra, praticaram discriminação de cor (TJRS, apelação crime 70025336546)

Nesse caso colocam que a ofensa não se dirigia propriamente à vítima, mas há qualquer negro que ali estivesse. Porém, cabe destacar que as ofensas foram dirigidas somente à vítima, esta sim, foi atacada verbalmente.

Em contrapartida, no crime de injúria, onde sustentam os magistrados que o que é atingido é a honra subjetiva, isto é, a vítima tão somente, valeram-se das seguintes falas: “[...] Chamar o ofendido de ‘negro baderneiro’, ‘negro bandido’ e ‘negro quadrilheiro’ não constitui crime de racismo, mas sim de injúria qualificada [...] (TJRS, apelação crime nº 70026731083)”, ou ainda “[...] Chamar o ofendido de ‘negro sujo, vagabundo e sem vergonha’ não constitui crime de racismo, mas sim de delito contra a honra (injúria qualificada), que é de ação penal privada [...] (TJRS, apelação crime nº 70009621897)”.

Percebe-se com nitidez, diante do exposto, a omissão do órgão em análise na punição quanto ao crime de racismo. Além disso, as consequências jurídicas advindas da classificação do fato como injúria qualificada se espalha em outros sentidos. Os prazos prescricionais e decadenciais permanecem em vigência quando voltados ao crime de injúria qualificada, não se aplicando o disposto no art. 5º, XLII, da CF (BRASIL, 2014b). A ação é privada, devendo ser interposta por queixa-crime, no caso da injúria qualificada, isto é, fica sob responsabilidade da vítima a interposição da ação buscando a atuação do Estado no caso. Além disso, a vítima tem o prazo de seis meses para adentrar com a ação no órgão competente, nesse

caso o Judiciário. Enquanto que o crime de racismo é de ação penal pública incondicionada à representação, portanto sob a guarda do Ministério Público e conforme assevera a CF/88, não é atingido pelos prazos prescricionais e decadenciais.

Além disso, no simples olhar exterior de uma pesquisa jurisprudencial, possível afirmar não haver o crime de racismo, pois a grande maioria dos julgados versa apenas sobre injúria qualificada e os que versam sobre racismo possuem altos índices de absolvição, dentro da proporcionalidade de julgados. Permite-se com isso a influência no imaginário popular quanto a inexistência do crime de racismo e a permanência da “democracia racial” e, conseqüentemente, um grande número de impunidade (CARNEIRO, 2000, p. 320). Cabe destacar, conforme o último censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, que o Rio Grande do Sul é um dos três estados brasileiros onde a maior parte da população se declara branca. Além disso, a inefetividade dos dispositivos legais que visam assegurar a ascensão do negro no meio social e o efetivo repúdio às práticas preconceituosas tão fundamentadas formalmente nos dispositivos legais, torna-se evidenciada diante da análise pontual efetuada através do estudo de caso.

Conforme colocado inicialmente, o direito é um dos campos capacitados para a criação e sustentação de verdades. Os discursos empregados nos julgados e conseqüentemente a sedimentação da jurisprudência, torna-se conteúdo de apoio para os demais casos. Aliás, para fundamentar a questão da honra subjetiva e objetiva, um dos julgados baseou-se na decisão que levava a câmara a fazer essa distinção, portanto, no caso sob judice não seria diferente.

Nota-se a importância de verificar o que é produzido na e pela cultura, pois é nesta que se reproduzem e se constituem diversos saberes. Sendo assim, não há que olvidar a precariedade de restar arraigado somente aos textos normativos, esquecendo-se da inexistência de uma única verdade, mas sim do poder que os discursos possuem em constituírem verdades, ainda mais no campo jurídico.

Conclui-se diante do estudo realizado, que nas decisões do TJRS a aplicação do art. 20, da lei 7.716/89 dá-se em parca escala e, conseqüentemente, são raríssimas as decisões abrangidas pelo rigor do disposto no art. 5º, XLII, da CF/88 (BRASIL, 2014b). Além disso, nota-se que no TJRS são raras as condenações mesmo pelo crime de injúria, pois ao chegar à segunda instância, ao haver desclassificação para este crime a probabilidade do feito ter sido atingido pelo prazo prescricional ou decadencial é de elevada propensão, demonstrando que a penalização pelo preconceito de cor ainda é inefetiva.

## Conclusão

Diante do exposto no decorrer do trabalho, possível asseverar que o direito trata-se de uma ciência produtora de verdades e que diante dessa faculdade, permite inserir no imaginário social a reprodução de diferentes discursos como verdadeiros, pois ao ser produtor de saber, conseqüentemente detêm poder, nos termos foucaultianos.

Nessa linha, por ser ligado por diversos diplomas legais os quais possuem autonomia entre si, nota-se no ordenamento jurídico a existência de dispositivos específicos que acabam por se anularem, tendo em vista a incompatibilidade entre as regras gerais e específicas. Como produtoras de verdades, as discussões sedimentadas na jurisprudência possibilitam o pronunciamento de discursos e conseqüente produção de verdade.

Ao analisar especificamente os julgados proferidos no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), possível notar a divergência existente quanto a aplicação entre o disposto no art. 20, da lei 7.716/89 (BRASIL, 2014c) e o disposto no art. 140, §3º, do CP (BRASIL, 2014a). A partir do estudo de caso, foi possível apontar a inefetividade do primeiro dispositivo tendo em vista a recorrente desclassificação do crime de racismo para o de injúria qualificada pelo preconceito de cor. Além disso, notável que a grande parte dos julgados alcançados pela palavra racismo tramitavam na seara cível, evidenciando a pequena monta de processos criminais versando sobre o preconceito de cor.

Diante dos dados colhidos e da análise das fundamentações empregadas nos julgados, possível apontar resquícios do descaso quanto a discriminação racial, pois, em que pese a existência de ofensas explícitas conforme pontuado acima, baseando-se em requisitos processuais específicos do campo do direito a impunidade foi o atributo que manteve maior vigência nas análises efetuadas. Além disso, ao se verificar a constante desclassificação do crime de racismo para o crime de injúria qualificada pelo preconceito de cor, possível apontar as estratégias adotadas pela Justiça para invisibilizar o crime em comento.

Sendo assim, importante destacar a necessidade de rompimento com verdades fundantes e a importância de questionamento quanto a aplicabilidade dos dispositivos legais que visam assegurar a criminalização do preconceito de cor na sociedade contemporânea. Destaca-se que não se pretende apontar respostas salutares, mas sim, formular, levantar e estabelecer questionamentos quanto as verdades produzidas nas decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, versando sobre o crime de racismo, instigando o leitor à reflexão sobre o assunto.

## Referências

ARRUDA, Maria Arminda dos Nascimento. Dilemas do Brasil moderno: A questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1995.

BHABHA, Himi K. *O local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2010;

BRASIL. *Código Penal*, promulgado em 7 de dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acessado em: fevereiro de 2014a;

BRASIL. *Constituição Federal*, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessada em: fevereiro de 2014b;

BRASIL. *Lei 7.716*, promulgada em 5 de janeiro de 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acessada em: fevereiro de 2014c;

CARNEIRO, Sueli. Estratégias legais para promover a justiça social. In.: ALFREDO, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Org). *Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Global, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Layola, 2012;

\_\_\_\_\_ *Em defesa da Sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010;

\_\_\_\_\_ *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2009;

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Circulo do Livro, 1933.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acessado em: março de 2014.

KANT DE LIMA, Roberto. Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 6, nº3 – out/Nov/dez 2013. pp. 549-580. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-6-4-Art1.pdf>. Acessado em: outubro de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Oitava Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Crime Nº 70009621897*. Relator: DR.<sup>a</sup> Marlene Landvoigt, JULGADO EM 12/09/2017. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/>. Acessado em: fevereiro de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Crime Nº 70026731083*. Relator: DR.<sup>a</sup> Osnilda Pisa, JULGADO EM 29/01/2013. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/>. Acessado em: fevereiro de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Crime Nº 70025336546*. Relator: DES. João Batista Marques Tovo, JULGADO EM 27/12/2008. In: <http://www.tjrs.jus.br/site/>. Acessado em: fevereiro de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. *Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br>. Acessado em: fevereiro de 2014

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Nomeando as diferenças: A construção da Idéia de raça no Brasil. In. BÔAS, Gláucia Villas; GONÇALVES, Marco A. (org.) *O Brasil na Virada do Século*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SPOLLE, Marcus Vinicius. A mobilidade social dos negros no rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação racial nas trajetórias de vida. *Tese apresentada Ao programa de pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Apresentada à banca em 2010. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26728/000759769.pdf?sequence=1>. Acessado em: janeiro de 2014.

STRECK, Lenio Luiz. *O que é isto – decido conforme minha consciência?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013;

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

# Juventude, grupos de referência e memórias

Ricardo Cruz Macedo<sup>51</sup>

## Resumo

A categoria 'juventude' tem sido debatida em distintas e diversas reflexões no pensamento sociológico contemporâneo. Neste trabalho, a proposta é tratá-la a partir de sua relação com as memórias coletivas e sociais. A pesquisa<sup>52</sup> foi realizada em Juazeiro do Norte-CE, enfocando quatro grupos de jovens em bairros distintos da cidade. Tratando as memórias juvenis como heranças geracionais e expressões da própria juventude, a hipótese é que, na construção memorial, haja, no trânsito geracional, influências significativas de grupos específicos, como a família, os amigos do bairro e os do ambiente escolar. Sob estas condições, o presente texto busca problematizar como redes de relações vividas pelos jovens são mecanismos para a compreensão das memórias coletiva e social em Juazeiro do Norte.

**Palavras-chave:** Juventude. Memórias. Socialização. Relações geracionais. Juazeiro do Norte.

## Abstract

The category 'youth' has been debated in distinct and diverse reflections on contemporary sociological thought. In this paper, the proposal is to treat it from its relationship with the social and collective memories. The survey was conducted in Juazeiro do Norte - CE, focusing on four groups of young people in different neighborhoods of the city. Treating juveniles as generational legacies memories and expressions of youth itself, the hypothesis is that the memorial building, there are at generational transit, significant

---

<sup>51</sup>Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Cariri (URCA). ricardocruzmacedo@gmail.com

<sup>52</sup> Este artigo é parte dos resultados de minha monografia (Macedo, 2013) intitulada Lembranças Juvenis: relações geracionais e espaços de sociabilidades em Juazeiro do Norte e da pesquisa de Iniciação Científica "Lembranças de jovens: experiências memoriais sobre espaços e sujeitos em Juazeiro do Norte", financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. Ambos os trabalhos tiveram a orientação do Professor Dr. Domingos Sávio Cordeiro do curso de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri - URCA, ao qual sou grato pelos dedicados momentos de reflexão que tivemos durante as pesquisas.

influences of specific groups such as family, neighborhood friends and the school environment. Under these conditions, this text raises questions as networks of relationships experienced by youth are mechanisms for understanding the social and collective memories in Juazeiro.

**Keywords:** Youth. Memories. Socialization. Generational relationships. Juazeiro.

## Introdução

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar a discussão, como um espaço de reflexão sociológica, sobre a influência de grupos de referência nas elaborações memoriais da juventude. Trata-se de um esforço por abarcar conteúdos expressos das memórias coletivas e sociais a partir de jovens moradores em Juazeiro do Norte, tencionando a discussão a partir da categoria, grupo de referência e bairro de moradia.

Para a compreensão sociológica dos sujeitos da pesquisa, vale destacar, inicialmente, o interesse conferido à categoria 'juventude' pelos mais distintos ângulos<sup>53</sup> em temáticas sociológicas, vinculando-a a uma série de abordagens.

Em termos etários, por exemplo, pesquisas do Instituto Francês de Opinião Pública (IFOP) entendem como sendo jovens as pessoas que se encontram no intervalo de 18 a 30 anos. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera a faixa de 15 a 24 anos (ROMERO, 2008, p.2). Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, esta demarcação estaria pautada no recorte entre 15 e 29 anos. Para além dessas delimitações etárias, no que diz respeito à juventude, neste artigo, entendo os sujeitos entre 19 e 24 anos. No entanto, considero também as demarcações que situam o debate em termos geracionais e sociais, conforme Nunes (1969).

Esta multiplicidade, com a qual se entremeia o conceito de juventude, fundamenta formas de percebê-la socialmente a partir das várias relações desempenhadas pelos sujeitos.

Situando as memórias juvenis, tomo-as como expressões das relações intra e intergeracionais, manifestando-se a partir das experiências desencadeadas pelos vínculos entre gerações mais experientes e por aqueles vividos pela própria juventude. Entre outros fatores, estes vínculos apresentam-se através dos processos de socialização, sendo esta entendida como forma de participação, onde a juventude vive e diz a vida social. Estes processos de socialização se desenvolvem de duas formas permitindo, por um lado, abertura dos jovens a se enquadrar diante das condições sociais (instituições, normas, valores etc.) disponibilizadas pelo meio, e ainda, que o espaço seja influenciado também com a entrada desses sujeitos através de suas posições, experiências, singularidades e atitudes (PAIS, 2003).

Além destas questões teóricas norteadoras, cabe ressaltar a relação com meus interlocutores no campo. Aí, detive-me à aplicação de entrevistas em grupos de discussão<sup>54</sup> em quatro bairros de Juazeiro do Norte. Além de entrevistas, a observação dos grupos, muito contribuiu para a concepção de *insights* e para a reflexão sociológica da escrita do texto em questão. Há, neste sentido, um empenho em tencionar a literatura utilizada às experiências empíricas, fundamentando o estudo.

---

<sup>53</sup> Veja-se, como exemplos, Dayrell (2010), Pais (2003), Bourdieu (1983).

<sup>54</sup> Sobre este procedimento técnico, Uwe (2009, p. 182) aponta que sua contribuição para as discussões gerais esteja vinculada no sentido de revelar como as opiniões são geradas e, sobretudo, alteradas, defendidas e eliminadas no intercâmbio social.

Os jovens que compõem os quatro grupos acompanhados são moradores dos bairros Frei Damião, Limoeiro, Salesiano e Santa Teresa, respectivamente. Meu acesso a cada um desses espaços foi intermediado por jovens conhecidos nos referidos lugares.

Acenando para o cenário de pesquisa, Della Cava (1976) afirma que Juazeiro do Norte atravessou, desde o milagre<sup>55</sup> com a hóstia, um elevado crescimento, indo de centro de peregrinação religiosa a uma importante força econômica do vale do Cariri cearense. Este aspecto é fundamental para a problematização das memórias juvenis a partir do intercâmbio geracional, uma vez que o arranjo dos discursos são espaços para a localização de personagens chave da construção da cidade, como por exemplo, o Padre Cícero<sup>56</sup>.

Como hipótese norteadora, tenho, como dito, que as memórias juvenis sejam expressões resultantes dos processos de relações desencadeados entre as gerações mais experientes - heranças geracionais - e das próprias experiências - posição de geração. Nestas circunstâncias, resalto as experiências vividas pelos sujeitos jovens através dos contextos de sociabilidades estabelecidas em grupos como a família, os amigos de bairro e os do ambiente escolar. Esses são grupos considerados como de referência na delimitação do discurso memorial.

Através destas perspectivas, busco verificar aspectos nas quais estão apoiadas as memórias juvenis, desembocando na ideia do momento em que os sujeitos estão inseridos. Se for certo que cada geração expresse uma cidade de Juazeiro do Norte a partir da sua imersão ou legado cultural (CORDEIRO, 2011), uma indagação é necessária: Qual cidade aparece frente os discursos memoriais juvenis aqui em foco? Essa questão ampara condições interpretativas de ordem maior que o espaço investigado, Juazeiro do Norte, ao trazer a ideia de legado cultural herdado e o posicionamento, ou expressão geracional, frente a um dado momento histórico social.

## Memórias juvenis e identidades sociais

De acordo com Bosi (1979. p.17), a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos do convívio e os grupos de referências peculiares ao indivíduo. Esta vinculação do indivíduo ao seu grupo referencial permite nos situar dentro das relações sociais norteadoras dos saberes que se expressam como memoriais. Ao nos socializarmos, compartilhamos saberes dos grupos de nosso convívio e, com eles, tornamo-nos pertencentes ao espaço social.

A memória juvenil se inscreve diante de fatores como, por exemplo, as experiências do bairro de moradia e as influências de grupos específicos nas socializações. Estes aspectos são veículos tencionadores das relações entre sujeito e espaço. Dessa forma, as memórias, ao posicionar situações de

---

<sup>55</sup> Conforme Cordeiro\* (2011, p. 31), "o 'milagre da hóstia'- protagonizado pelo Padre Cícero e a Beata Maria de Araújo - aconteceu no dia 1º de março de 1889 - deu origem a reputação do padre como 'santo do povo', a fama da cidade como 'Terra da Mãe de Deus', e o conseqüente fluxo de romarias à Juazeiro do Norte".

<sup>56</sup> Padre Cícero ocupa lugar indispensável para as reflexões sociais que abarcam as memórias sociais em Juazeiro do Norte. Sua presença é aspecto fundamental na história deste lugar a partir da sua influência às relações econômicas, políticas, religiosas, etc.. Segundo autores como Della Cava (1976), os fluxos destinados ao pequeno vilarejo que se tornaria mais tarde em cidade, eram intensos e constantes, fazendo de Juazeiro do Norte um centro de destaque no Cariri cearense e de Padre Cícero um ícone central de todo o movimento que dá sentido a este cenário.

relações vividas, edificam-se como traços demarcadores de contextos e espaços de convivências, nos permitindo tratá-las como traços elementares de identidades.

Os discursos memoriais reverberam os momentos históricos sociais em que se expressam os jovens. O grupo de amigos do ambiente escolar e do bairro, aqueles em há um destaque das relações com pares de idade, acionam o sentido de relação entre a própria geração e o seu espaço de circulação. O grupo familiar se manifesta como um espaço de influências geracionais. Ele é, nesta perspectiva, o local de onde as narrativas juvenis posicionam-se para ir além daquele tempo vivido pelo próprio jovem.

Quando se emendam discursos vividos e herdados, a noção de identidade, enfatizada nos discursos memoriais, se reflete enquanto processo de identificação. Este processo faz do sujeito parte do meio em que se narra, entrecruzando a presentificação do passado com as formas de experiências do presente em que se vive.

Fundamentalmente, as memórias perpassam-se por entre aquelas que situam o sujeito ao seu grupo e aquelas que o inscreve sob o espaço maior, a cidade, ou seja, as memórias coletivas e sociais, respectivamente. Para Halbwachs (2010, p. 72), “a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas porque fazem parte de um conjunto”. Ela, a memória coletiva, faz referência específica à ordem dos fatos do grupo, sendo fruto das ações compartilhadas por este. A memória social, por sua vez, tenciona as ações grupais, colocando-as em contato. Aglutina uma diversidade de elementos, frutos da interação de grupos, da divulgação pública de fatos políticos, econômicos e sociais (CORDEIRO, 2011). Esta memória não só é mais ampla, como também relaciona a forma de percepção do grupo ao espaço da vida pública, que é maior que aquele.

Anunciadas nos contextos sociais, as memórias juvenis indicam sobre seus grupos a partir dos espaços em que se incluem. Na escola, por exemplo, absorvem, em partes, novos conhecimentos através do ensino que lhes é ministrado, e ainda através de outros veículos transmissores de informação, como livros, revistas, etc., (NUNES, 1969). Neste sentido, as memórias sociais se apoiam nas relações de envolvimento entre sujeito, grupo de referência e espaço. Contudo, sobressaem contextos que, mais que situar o grupo, projeta-o na circulação dos espaços de relações maior, neste caso, a cidade de Juazeiro do Norte, revezando e arranjando as memórias da cidade a partir das situações de interações. Como se segue, o interlocutor dirige sua narrativa a partir do espaço do bairro em que reside e a influência do grupo de amigos aí estabelecido assim como do contexto familiar.

Meu Juazeiro, que eu cresci vendo, é o que eu ainda moro. É casa pequena, estreita, vizinho que conversa, que fofoca. Saiu aí uma pesquisa num canal, que Juazeiro do Norte é onde mais se vê gente na calçada. E isso é curioso. Todos aqui (os amigos do bairro) entendem o que eu vou dizer agora. Porque o Juazeiro da minha época é o da minha rua e a rua da minha avó. Esse era o meu Juazeiro. E quando você vai crescendo, conhecendo outras ruas, que você vai se soltando, você vai conhecendo outras coisas, aí você se admira. Eu vim conhecer a Vila Três Marias (bairro) tem pouco tempo. Aí, esse meu Juazeiro que eu cresci vendo, eu me espanto quando eu vejo um Juazeiro mais avançado do que o meu, sabe! Porque eu já tenho 19 anos e sempre vejo as mesmas coisas aqui no meu lugar. Mas já tem bairros por aí que em cinco anos cresceu uma coisa monstruosa (JAILSON, 19 Anos. Bairro Limoeiro. Entrevista realizada em 25 de março de 2013).

Merece ênfase, nos processos de socializações, a relação do sujeito com o seu tempo, pois, à medida que se inteiram, os jovens se aproximam das formas de perceber e dizer os contextos sociais. Por conseguinte, os discursos traduzem-se como formas de abranger o mundo pelo sujeito narrador,

localizando-o quando participa da vida coletiva e social.

De um ponto de vista estritamente psicológico, podemos dizer que a memória é a capacidade de adquirir experiências e consolidá-las em lembranças. Esta capacidade é realizada por um indivíduo, alguém que se lembra de algo e que ao lembrar fatos localizados no tempo e no espaço, agrega valores e interesses do tempo presente (CORDEIRO, 2011, p. 36).

Essa agregação de valores não só marca a posição atual do sujeito, como a engendra à trajetória deste, ao seu processo de constituição das pertencas, das condições sociais e do tempo de vida. Martins (2011) chama atenção, pensando na juventude, que importa saber aquilo que se lembra, pois, mesmo em contato com as memórias coletivas e sociais, os jovens constituem-se como sujeitos ligados às novas configurações espaciais e relações sociais em comparação às gerações passadas. Esta categoria geracional está marcada pelo acesso a bens simbólicos nas dinâmicas sociais do presente, como, por exemplo, a escola e as transformações tecnológicas.

Um dos primeiros moradores do bairro aqui foi o meu tio. Ele chegou aqui está com uns quinze ou vinte anos. Quando ele chegou aqui num tinha nada. Ele tinha muita dificuldade com relação à água, luz. Depois desses seis anos que eu estou aqui, já evoluiu demais. Criou mais escola, mais posto de saúde. Tem até banco, e isso tudo no bairro. Esse bairro está evoluindo. Uma das primeiras coisas que eu comecei a estudar quando cheguei de Fortaleza foi sobre a história do bairro, sobre seu crescimento (RAQUEL, 21 Anos. Bairro Frei Damião. Entrevista realizada em 28 de dezembro de 2012).

Constituídas nos variados espaços de convivências, as memórias assumem um sentido de identificação quando vistas como traços delineadores das experiências do jovem como sujeito social. É ainda um processo de identificação quando os jovens carregam, a partir das experiências, apresentações dos lugares que fazem parte, através das relações estabelecidas e dos laços entre as gerações. Neste sentido, tempo e espaço emendam-se, e não cabe, portanto, falar de espaço sem falar de tempo (DAMATTA, 1985), pois essas duas dimensões são aspectos relevantes na elaboração da direção discursiva da memória. Como lembranças de experiências através dos vínculos geracionais, as memórias baseiam-se em um tempo e espaço dados, balizando relações com o grupo, permitindo a consolidação das elaborações memoriais com o passado e com o presente.

É a memória geracional que vai buscar no passado os elementos que possam contribuir para explicar o presente. É no passado que o presente se explica, em um processo da realidade social e subjetiva. O passado pode se apresentar como continuidade, como herança geracional, mas pode, também, ser ressignificado pelas novas gerações no presente através, dentre outras coisas, de constantes reinterpretações da memória. Nesse sentido, a memória reinterpreta o passado e é por ele reinterpretada no presente. O seu papel é fornecer uma ligação entre o presente e o passado (MARTINS, 2011, p. 16).

As localizações no quadro geracional, ou identificação, baseadas nos trechos dos discursos, se formam sobre as condições de tempo e espaço e das ligações com gerações mais experientes. O passado não só se presentifica nos discursos, mas se constitui também como um elo de demarcação das experiências, das situações vividas e dos sentidos de pertencas.

Na volta ao passado, a juventude cita experiências de pessoas mais velhas do seu meio. Remontam ainda vivências de grupo, como contextos de interação pelas conversações, principalmente em um ambiente de proximidade com a família. Esta noção pode traduzir as memórias sociais como sinônimo de

pertencimento a esse ou aquele espaço e grupo ao referi-lo na trajetória das socializações

Eu lembro que minha mãe falou que a gente sempre morou aqui. Minha mãe, minha avó, minha tia. Aí minha avó dizia: Olhe, ali perto daquela casa era muito mato, só tinha terreno, coisa de sítio mesmo. Aí falavam também das diversões onde tinha uma pracinha que se reunia todo mundo, era só aquela coisa. Não é como a gente sai hoje para um lugar, para outro, para as festas. Era assim, só tem aquele negócio, tipo uma cidade pequena. Era quilo. Só tinha aquela diversão (WAGNER, 24 Anos. Bairro Salesiano. Entrevista realizada em 10 de novembro de 2012).

Conforme Martins (2011, p. 3), “um indivíduo sem memória é, pois, um indivíduo sem identidade, sem passado, sem história e sem razão de ser no mundo”. A memória social traz o rol dos pertencimentos, dos acessos, das interações vividas nos distintos espaços de atuação e de relação.

Pollack (1992) destaca um aspecto importante, confirmando a noção de memórias sociais. Pensando no caso juvenil, elas apontam os personagens dos discursos não necessariamente como pertencentes ao espaço e tempo do sujeito que fala. Neste sentido, tratando os jovens enquanto sujeitos em formação e socialização para a vida adulta, esta posição contextualiza as experiências intergeracionais, destacando, além de sujeitos, como no caso de Juazeiro do Norte, o ícone Padre Cícero, os vínculos espaciais com o bairro onde residiu e reside aquele que fala.

A visão que é dada pelos órgãos públicos é apenas a visão religiosa do Padre Cícero. Isso só não é suficiente. Nós (amigos de bairro) sabemos que ele vai mais que isso. Vai além da sua vida religiosa. Ele é um líder político e comunitário. A respeito dele eu acho interessante como minha avó tenta passar a visão do Padre Cícero, sobre a atualidade. Fatos que acontecem hoje ela diz que o Padre Cícero já explicava. A violência, o desenvolvimento da cidade, as crenças populares, tudo. Eu lembro de uma vez que ela me falou, tinha passado até no jornal, um acidente de moto, que meu Padrinho Cícero já dizia: Isso aí são os besouros pretos, em alta velocidade, matando o povo. Então eu destaco não o Padre Cícero religioso, mas o Padre Cícero do desenvolvimento, da política, da liderança comunitária (DANIEL, 20 Anos. Bairro Limoeiro. Entrevista realizada em 03 de março de 2013).

Nas memórias juvenis, o discurso aparece sob uma constante disputa entre o vivido e o projetado, através de uma relação que envolve a transmissão, resultante das relações com as quais o sujeito pertence, e um posicionamento com o contexto da narração que se desenrola. Emenda-se a cidade de gerações passadas e a da própria juventude porque é uma só, apenas dita por sujeitos localizados social e temporalmente de formas distintas.

No fluxo geracional, as memórias não são meramente transmitidas ou reproduzidas. Tornam-se passíveis de transformação quando se considera que, neste processo de entrada e saída dos sujeitos no tempo e espaço, haja possibilidades de mudanças nos conteúdos memoriais.

Com relação à transmissão, refere-se ao campo da cultura e sua marca identitária de um grupo social que é estendida dos adultos para os jovens através de um processo que não os considere sujeitos passivos, mas capazes de reproduzir ou de transformar essa mesma cultura. Esse movimento de reconstrução tem a memória como fonte primária do elo intergeracional, que marca a continuidade do grupo social, a expressão de uma identidade coletiva (MARTINS, 2011, p. 5).

Nas memórias sociais emprestadas aos jovens por gerações mais experientes, pode-se dizer que os processos de transmissão fundamentam-se de maneira reapropriada, ao trazer para o discurso, os tempos não vividos pelos jovens. Neste âmbito, nas memórias juvenis, as condições sociais vividas pelos seus

próximos promovem a ligação entre o passado, e aí o passado não vivido pela juventude, e o presente. Para exemplificar esta posição, as transformações da cidade de Juazeiro do Norte, dita através da juventude pelo desenvolvimento socioeconômico, representam formas de se reportar ao espaço urbano de acordo com uma dada geração.

Para cada geração e de acordo com o lugar social do entrevistado, existe uma cidade de Juazeiro do Norte, que é o reflexo de uma compreensão sobre o momento atual e o legado de herança simbólica a que se tem acesso (CORDEIRO, 2011, p. 201).

Diante do legado cultural, a geração jovem, encontra-se uma ideia de lugar, ou discurso do lugar, baseada nos valores e referenciais simbólicos. De outra forma, a condição de morador em que está situada a juventude em foco, acentua a noção de que as memórias juvenis se baseiam a partir de heranças simbólicas. As lembranças situam o sujeito num conjunto cultural de onde vive, e vice versa, uma vez que há, nas memórias juvenis, uma combinação entre o vivido e o escutado, dos aspectos compartilhados socialmente, questões que envolvem política, religião, cultura, etc.

Eu vejo que o Juazeiro hoje em dia já está totalmente diferente do Juazeiro da minha infância. O meu bairro cresceu. Tem outro comércio, tem outras áreas de diversão. Tem outra cara, com coisas que não tinham. Educação também. Porque assim, quando eu era criança, meus primos tinham que sair daqui pra estudar em Recife. Hoje não, toda a nossa geração estuda aqui por que não precisou sair. Não precisou sair para comprar em outros lugares. Então Juazeiro não é mais aquela coisinha dos meus avós. Lógico, ainda tem alguns cantos que tem costumes de cidade pequena, mas também não é como era antigamente na época do meu avô que tinha outros costumes e valores (MICHELE, 22 Anos. Bairro Salesiano. Entrevista realizada em 10 de outubro de 2012).

Através das lembranças, as memórias juvenis tecem também a ideia de desempenho geracional, uma vez que estão baseadas no envolvimento com a dinamicidade da vida na cidade. Dessa forma, o espaço e as relações ditas sobre Juazeiro do Norte, enfocam transformações principalmente físicas, e, depois, de costumes. Quando, nas memórias, se relacionam experiências de vida ao espaço em que está o jovem, há uma demonstração desse sujeito como pertencente ao contexto em que é posto. Esse pertencimento legitima aspectos como reconhecimento ou identificação, nos quais o sujeito da narrativa busca não só ser receptor como também ator na cena que é lembrada.

Podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente. Quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLACK, 1992, p. 5).

Tomando os aspectos conferidos, exprime-se uma vinculação entre as memórias e as identidades, vistas como processos de identificação. Neste sentido, os discursos em xeque de que tratam as memórias em Juazeiro do Norte, consideram traços característicos da cidade como a religiosidade, através da figura do Padre Cícero. Não obstante, além desse emblemático nome como aspecto caracterizador deste lugar, a juventude destaca também as relações com a vida universitária, as suas experiências de bairro, o crescimento urbano, porque esses são os traços com os quais identificam o seu momento de relações. Há uma conferência do sentido de localização e identificação, não só espacial, a partir do bairro de moradia e, conseqüentemente, da cidade, mas de lugar social, a partir da noção geracional que é onde estão postos social e culturalmente.

## Entre o próximo e o distante: contextos de experiências memoriais

As memórias coletivas e sociais engendram-se por entre discursos de práticas das experiências no grupo de referência e, da mesma forma, das interações entre outros grupos numa intensa teia. Dos intercâmbios geracionais, as memórias juvenis se expressam evidenciando maneiras de dizer a vida social. É nesta perspectiva, que a posição no tempo em que se localizam as gerações e, nele, as condições sociais e culturais, serve de base para a exploração dos discursos memoriais da juventude.

De modo geral, as memórias se delineiam como um mosaico sobre fatos, personagens e lugares. Como heranças, as memórias juvenis são pensadas como aspectos da vida coletiva, quando trazidas do percurso das experiências dos sujeitos próximos aos jovens, enveredadas em grupos mais experientes como a família. Em sentido de produção, há, na delineação discursiva, uma exposição da juventude por suas experiências e relações entre grupos geracionais. Neste ínterim, marca-se na problemática, as noções de proximidade e distanciamento com a qual o jovem elabora sua narrativa.

Neste estudo, foram observadas fontes destacáveis como elaboradoras das memórias, como os laços familiares, a escola<sup>57</sup> e os amigos do bairro. Em segundo plano, apareceram aspectos como o envolvimento com os fatos sociais e culturais que desenham o calendário local, como as manifestações religiosas<sup>58</sup> das romarias<sup>59</sup>, além do aspecto comercial<sup>60</sup> da cidade. Estas fontes posicionam as memórias juvenis a partir das diversas relações, proporcionadas pelas distintas socializações nas quais os jovens estão amparados para falar as memórias sociais.

A memória quase herdada pelos jovens se expressa como resultado das relações estabelecidas com os adultos nos espaços de elaboração de suas identidades. A identidade juvenil é organizada, em parte, pela memória herdada. Esta, compreendida como um fenômeno construído social e individualmente. A herança é transmitida pelas lembranças que são compartilhadas nas relações sociais, na sociabilidade manifestada em espaços como a casa, a rua e a festa. Mas é, também, no apagamento da memória

---

<sup>57</sup> A escola aparece, considerando as entrevistas, como meio de aproximação com as histórias locais. Quando indagados sobre as fontes de saberes memoriais, depois da família, que é a mais expressiva, ela, a escola, ocupa destacável lugar como fonte de saber sobre a memória social da cidade. Esses, dentre outros, são veículos de apoio das memórias de 'tempos mais antigos', que aqui se misturam com as 'memórias de tempos mais recentes'. O trecho a seguir apresenta esta posição: Tirando a parte que foi dos meus avós que contaram, eu sempre gostei muito de ler a respeito de Juazeiro. Aí quando eu fiz também o ensino médio, tinha uma disciplina de religião que eles (os professores) frisavam muito a figura do Padre Cícero, a história local. E teve também o que as outras pessoas contaram (JOEFERSON, 23 Anos. Bairro Santa Teresa. Entrevista realizada em 03 de março de 2013).

<sup>58</sup> Aparece em muitos trechos de entrevistas, a fundação de Juazeiro do Norte vinculada ao contexto do 'milagre', sendo Padre Cícero o principal personagem. Ainda neste sentido, surgem também os lugares como as igrejas Matriz, Salesiana, Convento Franciscano, Serra do Horto e as praças que, sendo parte deste contexto, são lugares chaves para posicionar narrativas das memórias sociais.

<sup>59</sup> Falar sobre as romarias como forma de expressar saber sobre a história local, constitui-se destaque pela juventude ao reportar-se a trajetória de Juazeiro do Norte. Pertencentes ao calendário de eventos, tornam-se referência nos discursos, caracterizando-os. Destacam-se três principais durante o ano, sendo elas: Romaria de Candeias, no mês de fevereiro, Romaria de Nossa Senhora das Dores, no mês de setembro e Romaria de Finados, considerada a maior do ano, no mês de novembro.

<sup>60</sup> Observei que o comércio é aspecto presente na narrativa local de Juazeiro do Norte uma vez que a história desse lugar se constrói na ideia de trabalho. A terra do comércio é traduzida pela juventude em versões como a 'capital do interior do Ceará' ou 'Capital da Região Metropolitana do Cariri'. Destaca-se, em algumas narrativas, seu crescimento, sua verticalização, e do mesmo modo, o lugar industrial, com a produção nacional de calçados.

É diante das atuações dos indivíduos jovens como geração, dos seus papéis e relações com os espaços, das maneiras que expõem as memórias, que os traços de distinção geracional vão se edificando. Esta noção legitima o posicionamento da juventude como sujeitos na dinâmica social, atores no jogo das cenas que, além de narrar, expressam também as particularidades com as quais convivem em seu espaço e tempo. No discurso memorial, expressões como “no tempo de minha mãe”, “no tempo de minha avó”, “no tempo do meu pai”, são validações chaves do processo de socialização. Quase herda maneiras de se reportar a lugares, de ver e descrever sobre trajetórias da vida coletiva porque, enquanto sujeitos sociais, os jovens falam diante de um contexto, um tempo não interrompido, mas sim, posicionado.

Para Pollack (1992, p. 4);

A memória, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que é função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.

As memórias sociais pelos jovens situam o indivíduo no rol de contextos de envolvimento, quer sejam com espaços, sujeitos de destaque e/ou com grupos de referência nas quais se refletem.

A memória juvenil pode ser construída por lembranças emprestadas. Pode ser apoiada nas relações vivenciadas coletivamente, mas são lembranças ressignificadas de forma particular. É ainda o resultado de imagens formadas a partir das narrativas dos adultos participantes de sua comunidade afetiva (MARTINS, 2011, p. 20).

Entre outras questões, a memória juvenil, diante da ideia de processo de socialização do sujeito jovem, é um ângulo de problematização da memória social. Embora se construa com fatos do tempo de quem fala e, nesse caso, fatos recentes, elas, as memórias, encontram-se em vinculação entre o dito e o vivido, numa contínua interseção entre as noções de proximidade e distanciamento temporal do vivido pelo jovem.

## Os grupos referenciais na elaboração memorial

Se até aqui foi enfatizada a influência exercida pelos grupos de referência para o processo de formação das memórias coletivas e sociais, cabe pensar agora como está sendo proposta a noção de grupo e, a partir do contexto em foco, analisar a influência de grupos referenciais como família, amigos de bairro e da escola, na delimitação das memórias juvenis.

Numa visão sociológica, o conceito de grupo se refere a um número de pessoas que interagem umas com as outras (MERTON, 1999, p. 370). Pensando a noção de interação, aponto que os indivíduos de um grupo, de gerações distintas ou não, trocam, continuamente, experiências, percepções de mundo, etc. e que, por sua vez, encontram-se conectados a outros grupos e aos contextos sociais.

Ainda de acordo com Merton (1999, p. 365), o conceito de grupo de referência “focaliza as relações dos indivíduos a seu ambiente interpessoal e social mais extenso”. Por ‘extenso’, considero as interações e

circulações de tipo mais intensos dos indivíduos jovens com seu grupo. Indica uma maior proximidade. Os grupos de referência podem ser assim considerados como fontes essenciais para os processos de elaboração das memórias, quer seja da vida coletiva, quando referenciam principalmente o grupo, quer sejam do espaço maior, a cidade de Juazeiro do Norte, por exemplo. As memórias juvenis podem ser assim compreendidas como relações estabelecidas nas afinidades intergeracionais, configuradas diante dos diversos espaços de convívio (MARTINS, 2011. p. 2).

Acentuando a noção de memória a partir do grupo, Halbwachs (2010, p. 51), destaca que;

[...] na memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram frequentemente em maior contato com o indivíduo.

Em consonância, as lembranças que dizem respeito à órbita grupal, vinculadas aos contatos mais próximos do jovem com o grupo, constituem-se também das vivências de experiências intergeracionais. Há de se dizer que o grupo de referência posiciona o olhar. É ainda, a lente de acesso no momento em que se apresenta à narrativa, embora também carregada de aspectos dos sujeitos que fizeram parte do processo de socialização.

O sujeito tem um grupo referencial no momento em que atua. Assim, as memórias juvenis têm forte relação com as vivências nestes grupos referenciais aqui analisados. Estes são, ainda, colaboradores para o estabelecimento de situações que favorecem a elaboração dos saberes que servem as memórias coletivas e sociais. De acordo com Berger (1986, p. 133):

Os grupos de referência nos proporcionam um modelo com o qual nós nos podemos comparar continuamente. Especificamente, eles nos oferecem um determinado ponto de vista sobre a realidade social, que poderá ou não ser ideológico, mas que em qualquer caso será parte e parcela de nossa participação nesse grupo particular.

Esta comparação contínua reflete a noção de processo de identificação. Dessa forma, as vivências em grupo não só são base para as percepções e construções de mundo no presente como também mecanismos para a compreensão social do passado.

Sendo o grupo lente de olhar social, é também fundamento de construção memorial. Pensando no espaço de análise, as memórias sociais em Juazeiro do Norte são marcadas diante das relações que a juventude mantém com aqueles do ambiente familiar, com os amigos do bairro de moradia e com as experiências do espaço escolar. Estes grupos estão, porém, em contato uns com os outros, borrando constantemente suas atuações nos espaços, apresentando-se como importantes no processo de expressão das memórias ditas.

## **Sobre algumas conclusões**

Refletindo as memórias coletivas e sociais pela juventude a partir dos contatos com os espaços e gerações, podemos dizer que há uma influência exercida pelas heranças geracionais e, além disso, uma apropriação e envolvimento discursivo a partir de experiências próprias dos sujeitos jovens. Manifestam-se

resultantes dos intercâmbios geracionais e do modo como os jovens enxergam seus mundos.

Vale salientar, sobre as relações intra e intergeracionais, que as sociabilidades ocupam um papel de destaque, podendo ser entendidas como interações constituídas pelas conversações dos jovens entre seus grupos de referência. Estas sociabilidades são praticadas em espaços diversos, aludindo às experiências lúdicas através das ações do cotidiano (SIMMEL, 2006).

As pertencças e envolvimento com os grupos de referência manifestam, nesse caso através das memórias coletivas e sociais, contextos de origens dos sujeitos interlocutores, dizendo de onde migraram suas famílias e/ou os próprios jovens. As memórias juvenis perfazem, assim, contextos de seus grupos, arrumando, por vezes, seus passos, suas inserções e interpretações no espaço em que se encontram.

Juazeiro do Norte pode ser vista aqui como espaço de práticas em constante reelaboração e reiteração pelas múltiplas experiências trazidas pelos jovens. As lembranças dizem sobre as ações, os modos de viver e conviver pelos espaços e cenas da cidade, sendo os traços elencados, contributos de uma elaboração identitária da geração. Verifica-se esta perspectiva no arranjo de traços das transformações físicas, geográficas e ainda de costumes, citados, por exemplo, a partir do agenciamento de romarias enquanto turismo.

Em outras questões, as memórias demarcam situações e fatos do presente não só porque se apoiam no tempo em que fala o sujeito, mas, no caso juvenil, porque é este o tempo do ator da cena, do contexto da situação social. Se referindo à geração no sentido biológico, de geração em geração os indivíduos encontram-se perante contextos singulares, problemas e modos de vida (NUNES,1969).

Os significados constituintes, expressos e incorporados nos discursos memoriais, viabilizam sugerir conceitos múltiplos sobre o espaço de relações aqui tratado. São, ainda, modelos de compreensão das relações dos que aí habitam por entre os grupos e deles com a cidade. Neste sentido, ratifica-se a proposição de que a leitura social, a partir da memória juvenil, expõe sinônimos adquiridos através dos aspectos destacados como identificadores do instante daqueles que falam, a exemplo de ser a cidade de Juazeiro do Norte vista como terra do Padre Cícero, e no mesmo instante, como polo de uma recente abertura ao crescimento universitário, destrinchando os discursos memoriais como retalhos, marcados pelas distintas vivências, sujeitos e inserções no mundo social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: \_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Tao. 1979.

CORDEIRO, Domingos Sávio. **Narradores do Padre Cícero**: muito mais a contar. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

CORDEIRO\*, Maria Paula Jacinto. **Entre chegadas e partidas**: dinâmicas das romarias em Juazeiro do Norte. Fortaleza: Editora Imeph, 2011.

DAYRELL, Juarez. **Por uma Sociologia da Juventude**. Centro de Referência Virtual do Professor - SEE-MG / setembro 2010. Disponível em:

[http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7BD6965967-E284-4B3C-B005-A28EBBE3B35%7D\\_Sociologia%20da%20Juventude.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD6965967-E284-4B3C-B005-A28EBBE3B35%7D_Sociologia%20da%20Juventude.pdf) Acesso em: 02/02/2014

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Juazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2010.

MACEDO, Ricardo Cruz. **Lembranças Juvenis**: relações geracionais e espaços de sociabilidades em Juazeiro do Norte. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri - URCA. Crato, 2013.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. **Juventude e Memória**: lembranças de tempos recentes. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba PR, julho de 2011. Disponível em:

[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&qid=196&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&qid=196&Itemid=171) Acesso em: 26/09/2012.

MERTON, K Robert. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1999.

NUNES, Antônio Sedas. **Sociologia e ideologia do desenvolvimento**. Lisboa: Moraes, 1969.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

POLLACK, Michael. Memórias e identidades. 1992. Disponível em:

[http://reviravoltadesign.com/080929\\_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria\\_e\\_identidade\\_social.pdf](http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf). Acesso em: 27/04/2013.

ROMERO, G. Maia. **Interpretando o que se diz sobre jovens**: um ensaio crítico. Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas Nº 8, Ano IV, Maio de 2008 - Publicação semestral. Disponível em:

<http://www.verinotio.org/conteudo/0.62499424500856.pdf>. Acesso em: 25/11/2012.

SIMMEL, George. **Questões fundamentais de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

UWE, Flick. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

# Os conflitos socioambientais à luz de uma articulação teórica entre Pierre Bourdieu e Serge Moscovici

Rafaella Egues da Rosa<sup>61</sup>

## Resumo

No presente trabalho visa-se articular a perspectiva psicossocial de Serge Moscovici para captar a ressignificação e construção de novas representações sociais possibilitada pela interação no conflito com concepções da sociologia de Pierre Bourdieu, as quais possibilitam delimitar o campo onde este tipo de conflito emerge bem como as relações de poder que o permeia. Neste sentido, enfoca-se na dimensão simbólica que constitui o conflito socioambiental e entende-se que "meio ambiente" possui significados distintos, sendo, portanto, representações construídas diferentemente de acordo com o contexto social em que se inserem. Além disso, concebe-se o conflito como algo dinâmico e processual, capaz de reconstruir os atores envolvidos através do confronto com o não familiar.

**Palavras-chave:** conflitos socioambientais; representações sociais; Pierre Bourdieu; Serge Moscovici.

## Abstract

On the presented essay, it's purpose is to articulate, over the psychosocial perspective of Serge Moscovici, to redefine and build new social representations possible on the interaction between sociological concepts of Pierre Bourdieu, which enable to delimit the field where conflicts emerge, such as the relations of power that circles it. On these focuses, there are the simbological dimensions that constitutes social and environmental conflicts and comprehends itself as environment properly said, with its various definitions, which are different according to the social context where it's built. Besides, these conflicts are conceived as dynamic and procedural, capable of reconstituting the actors involved through meeting with non-familiar situations.

**Keywords:** social and environmental conflicts; social representations; Pierre Bourdieu; Serge Moscovici.

---

<sup>61</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel; Bolsista CAPES; Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado na UFPel . Graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG.

## Introdução

De maneira geral, um conflito social pode ser definido como um modo de interação caracterizado pelo antagonismo onde os atores envolvidos (indivíduos, organizações, grupos sociais, comunidades, nações e Estados) disputam por acesso e uso de um recurso escasso (BOBBIO et al, 1998; NASCIMENTO, 2001; SOTO, 2013). E, como ressalta Soto (2013), os conflitos também abrangem questões que envolvem relações de poder. Eles são inerentes à sociedade e essenciais por incitarem a ocorrência de mudanças políticas e sociais (BOBBIO et al, 1998; NASCIMENTO, 2001).

Na atualidade, os conflitos possuem peculiaridades que os distingue dos conflitos presentes nas sociedades de períodos anteriores. A caracterização dos conflitos na contemporaneidade se dá, principalmente, pela existência e disseminada atuação de mecanismos de resolução (como, no caso dos conflitos socioambientais, os canais de participação pública instituídos por lei). Estes instrumentos surgem como uma forma alternativa de solucionar os conflitos que anteriormente só tinham fim através da violência física (NASCIMENTO, 2001).

Existem conflitos de diversas naturezas, entre eles podemos conceber os conflitos socioambientais - objeto em questão na presente pesquisa. Na década de 80 os conflitos socioambientais passam a existir no Brasil. Este período, em nosso país, foi marcado pela concepção “de um aparato institucional regulamentador do meio ambiente, o qual amplia a participação da sociedade civil” (BONASSA, 2007, p. 380). Nesse contexto, tem-se a criação da Ação Civil Pública e, por conseguinte, dos conflitos denominados socioambientais.

Os conflitos socioambientais são concebidos e analisados a partir de diversas perspectivas e correntes teóricas. No presente trabalho visa-se estabelecer uma conexão entre a Sociologia de Pierre Bourdieu e a Psicologia Social de Serge Moscovici para realizar uma reflexão acerca de conflitos socioambientais. A intenção é articular estas perspectivas teóricas, utilizando-se da sua complementariedade para focar determinados aspectos dos conflitos. Deste modo, pretende-se relacionar conceitos como o de campo e de violência simbólica de Bourdieu e a dimensão da sua obra que trata das relações de poder com a concepção de representações sociais de Moscovici, e os conceitos que visam captar a forma como que novas representações são construídas no processo de interação social inerente ao conflito.

Esta abordagem permite enriquecer o estudo sobre conflitos socioambientais no âmbito da sociologia ao vincular uma perspectiva psicossocial, que possibilita a compreensão dos mecanismos pelos quais as distintas representações são ressignificadas através do confronto com o não familiar (suscitado por esse tipo de interação) e, concomitantemente, evidenciar a lógica do campo – neste caso, o campo ambiental – e as relações de poder e dominação que se criam tendo em vista as posições ocupadas no espaço social.

À vista disso, são descritos aspectos gerais da abordagem de Moscovici e Bourdieu - contextualiza-se, primeiramente, a teoria de Moscovici dentre os estudos das representações sociais. Em seguida, trata-se da perspectiva de Bourdieu ressaltando investigações que já a utilizam no âmbito dos estudos sobre conflitos socioambientais. Posteriormente, é feita a articulação entre ambos tendo em vista o objetivo já exposto do presente trabalho.

## As representações sociais e Psicologia Social de Moscovici

As representações sociais são socialmente elaboradas e podem ser basicamente definidas como formas de conhecimento que se expressam como elementos cognitivos (JODELET, 1993). São compartilhadas e, portanto, capazes de construir uma realidade comum. Nas palavras de Cardoso (2000 apud JUNQUEIRA, 2005, p. 147) "(...) a realidade é construída culturalmente e as representações do mundo social é que são constitutivas da realidade social".

As representações sociais são influenciadas pelo contexto em que se inserem e são produzidas, ou seja, em parte são determinadas pela dimensão sócio-histórica de onde emergem. Logo, para a devida compreensão das representações sociais é intolerante descartar a posição da consciência dos sujeitos. Estes estão imbricados em um meio social específico, onde possuem também uma posição particular.

Enquanto conhecimento prático (SPINK, 1993), são abordadas nas correntes teóricas que levam em consideração o conhecimento do senso comum. Desta forma, a representação social é uma forma de conhecimento baseada no senso comum que permite a interpretação e a ação sobre a realidade. Sendo socialmente elaboradas, as representações possibilitam a constituição de uma realidade compartilhada e possuem papel significativo na comunicação entre os membros de um mesmo grupo social.

Nesse sentido, a linguagem possui lugar central nesse processo na medida em que objetiva as experiências. É, portanto, o elemento que possibilita a exteriorização dessas representações.

Torna-se fundamental ressaltar que o mundo social é construído e simbolizado e que não temos acesso direto a realidade. Nossos pensamentos e valores, aquilo que enxergamos e comunicamos são somente uma forma parcial e particular de perceber e expressarmos o mundo e a realidade social. Portanto, não fazemos nada além de representar simbolicamente as coisas, influenciados pelo nosso meio cultural ao mesmo tempo em que o reproduzimos.

Certas teorias do conhecimento buscam desvelar o emaranhado de significados que embasam nossa realidade cotidiana, logo, reconhecem o senso comum como modo legítimo de conhecimento e que constrói a realidade social. Neste âmbito, encontra-se a teoria de Serge Moscovici. O teórico, fundamentado em vertentes sociológicas e psicológicas, define a representação social como uma forma de conhecimento específica que atua na formulação de comportamentos e interação comunicativa dos sujeitos (ALEXANDRE, 2004).

Serge Moscovici, estudioso da psicologia social, é considerado o primeiro teórico a tratar das representações sociais. Neste sentido, constitui uma teoria das representações sociais e define essa área da psicologia como basicamente destinada ao estudo das representações sociais. Suas investigações tem como base a articulação entre a Psicologia e a Sociologia, e buscam exterminar a dicotomia existente entre indivíduo e sociedade. A abordagem psicossocial ao qual se insere Moscovici pode ser considerada uma perspectiva minoritária no interior da Psicologia Social onde predominam outras correntes de pensamento que, em geral, se caracterizam pelo individualismo. Logo, os conceitos centrais da teoria são constituídos como forma de romper com as barreiras que separam os âmbitos social e individual.

A noção de representações sociais, que desempenha essa função com maestria, é desenvolvida por Moscovici como forma de se diferenciar do conceito de representações coletivas oriundo das ciências

sociais, através da perspectiva teórica de Émile Durkheim. Este estudioso tinha o intuito delimitar um objeto de estudo da sociologia, capaz de se diferenciar de outras ciências (como a psicologia e biologia). Falava, portanto, em representações coletivas como forma estabelecer uma separação das representações – individuais – objetivo da psicologia. Enfaticamente, ele afirma que “(...) os estados da consciência coletiva são de natureza diferente dos estados da consciência individual; são representações de uma outra espécie. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; tem suas próprias leis.” (DURKHEIM, 2007, p. 23)

Além de exercer esta função teórica, o termo se insere na perspectiva consensual da abordagem. Durkheim tinha uma visão de sociedade onde sua normalidade e equilíbrio dependia da coesão e da integração entre suas partes. Neste sentido, as representações coletivas surgem como meio de manter o meio social harmônico, pois tem como base a coesão dos seus membros.

Durkheim (2007, p. 23) define que “(...) o que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam.” Entretanto, estas representações se caracterizam por serem fortemente consolidadas, incorporadas no grupo social através de um longo processo temporal. Repassadas de gerações para gerações, vinculam-se ao âmbito das tradições. Logo, a visão que a sociedade tem dela própria e o modo que concebe o mundo ao redor são manifestados e compartilhados, para Durkheim, através das estáveis representações coletivas.

Moscovici, por sua vez, busca dar conta da diversidade destas representações, aspecto que é fundamental no estabelecimento da complexidade do mundo contemporâneo e da proposta de Durkheim de homogeneidade pretendendo abarcar as questões relacionadas à mudança na sociedade. Portanto, apesar de entender que a estabilidade e a conservação fazem parte do meio social, busca principalmente abordar as transformações sociais. Neste sentido, defende que o novo tem um papel preponderante nas relações sociais e é o responsável por gerar as modificações na sociedade.

Deste modo, Moscovici utiliza o termo “social”, para estabelecer uma distância do que a noção “coletiva” implicava para a teoria positivista durkheimiana. No entanto, não devemos ter uma visão apressada e concluir que Moscovici busque com isto deslegitimar por completo o conceito de Durkheim ou a existência de representações coletivas. Sua intenção é evidenciar as peculiaridades do conceito de representações sociais.

Logo, sua concepção tem o intuito de dar conta da dinamicidade da realidade social. Para o autor, as representações sociais que emergem no senso comum transitam em toda a parte, são incorporadas, modificadas ou exterminadas através das interações sociais, através da comunicação. Apesar de ser uma concepção flexível e que transita entre a ação e a estrutura reconhecendo a importância de ambos para a construção dos fenômenos sociais, vale ressaltar o importante papel da dimensão estrutural, tendo em vista que grande parte das relações é firmada no interior do próprio grupo e conseqüentemente as representações são – em maior ou menor grau - compartilhadas entre a maioria de seus membros.

O que interessa para Moscovici é o processo de construção das representações sociais que estão totalmente vinculados à dimensão da diferença presente na vida social. As novas representações surgem a partir dos momentos de confronto com o desconhecido. Elas são, “no que se refere à realidade, (...) tudo o que nós temos (...)”. (MOSCOVICI, 2012, p. 32). Ou seja, todo o conhecimento que temos desvinculado do âmbito científico, sobre a realidade social e toda a capacidade que dotamos de observá-lo e analisá-lo é extremamente carregada de representações sociais.

Logo, não temos acesso “direto” ao mundo social, pois nossa visão, a forma que interagimos e

conduzimos nossas ações, são orientadas por todas as imagens e representações que formamos durante a vida. Portanto, nosso acesso ao mundo e nossos processos comunicativos são inteiramente permeados pelas representações sociais, pois “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações” (MOSCOVICI, 2012, p. 40). Ao focar precisamente este processo necessário para que as representações emerjam, Moscovici vai tratar de quatro conceitos centrais: familiaridade, não familiaridade, ancoragem e objetivação.

## A sociologia de Bourdieu e a construção de “meio ambiente”

Pierre Bourdieu, apesar do infinito debate sobre seu trabalho se inserir em uma perspectiva estruturalista ou pós-estruturalista, compartilha dos esforços teóricos para articular ação e estrutura com outros autores das ciências sociais que são, de fato, abarcados pelo pós-estruturalismo. Neste sentido, a teoria bourdieana é classificada como um construtivismo estruturalista por vincular, ao seu modo, os âmbitos subjetivo e objetivo.

Mesmo que as estruturas objetivas se sobreponham ao âmbito subjetivo na teoria de Bourdieu, os conceitos de *habitus* e campo estabelecem a conexão entre as duas dimensões presentes na realidade social. No entanto, a noção de *habitus* é a responsável por articular os agentes à determinada estrutura social, pois seus *habitus* se originam a partir de suas posições no campo.

O objetivismo surge da tradição estruturalista presente na obra de Bourdieu e se caracteriza pelas estruturas estruturadas presentes nos sistemas simbólicos. Neste ponto da teoria é possível verificar a concordância de Bourdieu com o estruturalismo proposto por Saussure, onde a “análise estrutural tem em vista isolar a estrutura imanente a cada produção simbólica” (BOURDIEU, 2012, p. 9).

Entretanto, os sistemas simbólicos, partindo de uma perspectiva fenomenológica, são vistos como “instrumentos de construção do mundo dos objetos” (BOURDIEU, 2012, p. 9) através dos quais se constitui o conhecimento e a comunicação. Neste sentido, são definidos como estruturas estruturantes. O caráter construtivo da realidade presente nas estruturas estruturantes vincula-se ao âmbito acionista. Enquanto as estruturas estruturadas referem-se às objetividades do mundo social que são exteriores aos agentes, as estruturas estruturantes dependem da ação destes agentes que tem o poder de construção (e reprodução) da realidade social através da exteriorização das estruturas.

O *habitus*, formado através das diversas disposições incorporadas ao longo da vida, é um sistema que guia as práticas dos atores sociais. Logo, ressalta-se que o processo histórico desempenha um grande papel na constituição do *habitus* e que este último depende intensamente do meio social onde se localiza o agente. Logo, “o ‘*habitus*’ é como uma lei ‘imanente’ depositada em cada ator social, desde a primeira infância, a partir de seu lugar na estrutura social. São marcas das posições e situações de classe”. (MINAYO, 1995, p. 105).

Na perspectiva teórica de Bourdieu, as representações sociais estão compreendidas no conceito de *habitus*. O *habitus*, enquanto estrutura estruturada e estrutura estruturante, estabelece a conexão entre o meio externo material e o âmbito subjetivo, pois permite aos agentes incorporarem as estruturas sociais de maneira peculiar e exteriorizar aquilo que foi interiorizado. Portanto, o *habitus* tem a capacidade de articular as ideias e as práticas sociais – elementos cruciais para a noção de representações (JUNQUEIRA,

2005).

Vale ressaltar que estas práticas sociais expressam sentidos objetivos, que se sobrepõe a subjetividade do agente que realiza a ação. Assim, mesmo que os atores sociais possuam determinado grau de autonomia no interior do mundo social e no modo pelo qual guiam suas condutas, suas ações e representações sociais não seus produtos exclusivos; são, pelo contrário, expressão de uma objetividade que os antecedem (MINAYO, 1995).

A perspectiva construtivista utilizada na sociologia ambiental estuda a questão ambiental além das evidências científicas, logo, agrega o julgamento e a percepção social acerca dos mesmos na análise (GUIVANT, 1996).

Como demonstra Guivant (1996), as críticas que os autores da sociologia ambiental construtivista fazem à abordagem técnico-científica esta direcionada, entre outros fatores, ao conhecimento limitado dos peritos sobre os riscos tendo em vista que estes determinam o que é ou não um problema ambiental, construindo níveis de “segurança” como se suas perspectivas fossem verdades absolutas. Neste sentido, por vezes, os peritos também rejeitam o conhecimento dos leigos. Estendendo essa reflexão para os conflitos socioambientais, podemos apontar que no processo conflitivo as formas de conhecimento encontram-se em disputa. No entanto, os peritos buscam impor seu saber como o mais legítimo e verossímil e, por conseguinte, desvalidar os demais.

Sem negar o âmbito construtivista da análise dos conflitos socioambientais, diversos autores pautam-se na teoria de Pierre Bourdieu para realizar este tipo de estudo (VIEGÁS, 2009; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2005; OLIVEIRA, 2001). Nesta perspectiva, conceitua-se conflito socioambiental como lutas materiais e simbólicas onde o meio ambiente é construído e representado, possuidor de sentidos distintos.

Trata-se de uma disputa de poder no campo das representações, de uma luta classificatória que, sobretudo ao colocar a questão em torno do porquê e do para quem deve ser o “meio ambiente” preservado, redimensiona significações, desvela mecanismos e instrumentos, e introduz uma lógica que leva à discussão dos critérios que definem formas de apropriação e acesso a recursos, bem como dos arranjos de poder eventualmente por trás de decisões meramente administrativas. (VIEGÁS, 2009)

Logo, evidencia-se que o “meio ambiente” é uma categoria construída e que, por não ser neutra, está no centro das disputas. Os sujeitos envolvidos no conflito ambiental tentam legitimar socialmente suas representações e materializar a sua maneira de utilizar os determinados recursos presentes nos embates.

Relevante ressaltar que os atores sociais presentes no conflito emergem de diferentes realidades sociais e econômicas, têm o acesso ao espaço desigualmente distribuído bem como os riscos ambientais – que são sentidos desproporcionalmente pelas diferentes camadas da sociedade. (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2005). Nota-se, portanto, o quanto as questões sociais estão indissociáveis de toda a problemática ambiental. Além das concepções - como “meio ambiente”, “desenvolvimento sustentável”, “natureza”, “riscos ambientais” e etc. – serem diferentemente constituídas de acordo com a posição na qual o sujeito fala no espaço social, os impactos e disputas ambientais envolvem a priori a problemática social, isto é, as relações desigual de poder que permeiam a realidade dos sujeitos.

Nesta lógica da reprodução das desigualdades, até mesmo os mecanismos desenvolvidos com o intuito de democratizar a interação nas arenas políticas, possibilitando a participação de todos os envolvidos no conflito, são marcados por relações de poder (ZHOURI et al, 2005). Tendo isto em vista, justifica-se a utilização do termo “conflito socioambiental” no presente trabalho, como forma de evidenciar

## **Enlace entre Bourdieu e Moscovici na compreensão dos conflitos socioambientais**

Feitas estas considerações, pretende-se vincular a Teoria das Representações Sociais à sociologia de Pierre Bourdieu para se pensar os conflitos socioambientais. Através da conexão entre instrumentos teóricos provenientes desses dois teóricos, torna-se capaz realizar um debate sobre a construção e transformações das representações sociais através do processo de interação de caráter conflitivo entre diferentes atores sociais. Aliado a isto, ressalta-se que, além de uma simples relação comunicativa onde o encontro com o novo, com o não familiar produz novas representações sociais, tem-se aí um campo específico que é o campo ambiental, constituído através das lutas simbólicas, lutas por legitimação. Portanto, a problemática também irá envolver a questão do espaço social onde ocorre o embate entre os atores sociais e as peculiaridades ramificadas do poder simbólico que permeia a arena do conflito. Contudo, a seguir serão elencadas algumas similaridades gerais entre ambos os autores.

A perspectiva teórica de Moscovici mostra-se relevante ao desconstruir as barreiras entre os âmbitos social e psicológico concebendo-os com dinamicidade. Moscovici aponta que as representações sociais possuem uma dupla face, ou seja, são estruturas estruturadas ao mesmo tempo em que são estruturas estruturantes (SPINK, 1993). Logo, o sujeito não é mero reflexo das determinações sociais tampouco produz a realidade social de forma autônoma. O sujeito pode perceber e incorporar os fatores da estrutura social em que se encontra construindo e exteriorizando representações que são sempre produzidas de forma contextualizada.

Neste sentido, a abordagem de Moscovici assemelha-se aos objetivos teóricos de Pierre Bourdieu atendidos através do conceito de habitus. Vale ressaltar, através da perspectiva Bourdieu – efetivamente complementar e a posição de Moscovici - que: “as representações se materializam nas práticas sociais e nas instituições, mas elas não possuem autonomia com relação às mesmas” (JUNQUEIRA, 2005, p. 152).

Através de Bourdieu, é possível compreender que os conflitos são travados entre atores devidamente posicionados no mundo social. As posições implicam o aporte de diferentes espécies de capital com seus respectivos pesos – constituídos a partir das legitimações no interior do campo em questão. Além disso, é a partir da posição social que os agentes criam suas representações de mundo e são capazes de atuar no espaço social. Deste modo, nos conflitos simbólicos e materiais, os agentes agem de acordo com suas representações no intuito de modificar ou conservar determinado espaço social.

É em relação ao aporte de diferentes capitais que os agentes irão se posicionar hierarquicamente no interior do diversos campos. Neste sentido, os agentes são classificados em “iniciados” e “profanos”. Os iniciados detêm o poder simbólico que engendra a lógica no campo, são considerados “detentores de poder”. Desse modo, os detentores de poder atuam no campo reproduzindo a lógica hegemônica, isto é, reproduzem os sistemas simbólicos para impor e legitimar a dominação de classes (BOURDIEU, 2012).

Ao trazer estes pressupostos para a reflexão sobre os conflitos socioambientais enquanto expressão de um embate simbólico e classificatório, evidencia-se que a luta entre as diferentes representações de meio ambiente são significadas através das dimensões simbólica e política, ou, como pontua Viégas

(2009, p. 151) “a questão do significado, neste caso, não é técnica, nem biótica (...)”.

Logo, entende-se que o conflito não é constituído tão somente por sua dimensão material, ou seja, por seus aspectos objetivos que envolvem, por exemplo, a escassez efetiva de recursos naturais ou os embates travados nas interações entre os diferentes atores envolvidos. O “meio ambiente” que está em disputa é uma construção que antecede aos valores, interesses e condutas dos agentes.

A consolidação do conflito é determinada pelos diferentes sentidos dados ao meio ambiente. Deste modo, o “meio ambiente” encontra-se longe de ser uma noção singular e muito menos neutra. Partindo-se da compreensão destas distintas formas de representar consegue-se captar os significados que embasam os conflitos e o mundo social de modo geral.

O campo, definido de acordo com a perspectiva bourdieana, é o espaço onde ocorrem estes embates entre as diferentes representações sociais do “meio ambiente” (dentre outras noções referentes à questão ambiental) pode ser definido como campo ambiental e é no seu íntimo que se encontram os conflitos socioambientais. O processo de construção do campo envolve noções que são criadas e ancoradas em lógicas que hegemonizam as relações de força no seu interior (VIEGAS, 2009). Logo, as representações sociais em embate estão relacionadas com uma escala de posições hierarquizada e no confronto buscam um modo de melhor se posicionar.

No campo ambiental, os agentes podem se legitimar munindo-se de capital econômico e político, mas o campo vai ser relativamente autônomo por possuir regras específicas, legislação específica e capital específico - capital técnico-científico sobre a questão ambiental. Deste modo, certas formas de representação da questão ambiental serão mais legítimas que outras e, por conseguinte, aqueles que são os detentores de poder no campo possuem o poder simbólico de legitimar suas representações acerca das questões ambientais e deslegitimar outras.

Neste sentido, as lógicas dos dominantes são impostas como legítimas e englobam as definições sobre a dimensão ambiental que são impostas de acordo com seus interesses. O processo onde determinada produção simbólica é considerada a mais legítima e passa a ser entendida como dominante depende do que Bourdieu define como violência simbólica. Esta pode ser entendida basicamente como expressão do “poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social.” (BOURDIEU, 2012, p. 14). Em síntese, a violência simbólica é o instrumento pelo qual se exerce o poder simbólico.

Interpretando os conflitos socioambientais a partir desta perspectiva, entende-se que as representações de “meio ambiente” dos detentores de poder no campo são naturalizadas a partir da violência simbólica direcionada aos agentes mais vulneráveis no campo, isto é, os dominados. Logo, podemos pensar que diversas formas de conhecimento sobre as questões ambientais e visões de mundo são obscurecidas no momento em que um determinado sistema simbólico é reconhecido por todos como o mais legítimo e, portanto, dominante.

Neste sentido, podemos retomar a questão dos riscos ambientais abarcada por Guivant (1996), onde as definições de “risco” e “segurança” legítimos são as construídas no interior de uma visão técnico-científica, na qual o processo de naturalização destas concepções depende do reconhecimento destas como verdades por parte dos demais agentes. Assim, os “peritos”, especialistas de produção simbólica, criam os problemas ambientais de forma a colaborar com a dominação de determinados agentes.

Através da teoria de Pierre Bourdieu podemos abordar sociologicamente a problemática ambiental, entendendo-a como totalmente social e permeada por relações de poder. Através de Bourdieu é possível

evidenciar que as questões ambientais são socialmente construídas e a existência de estruturas que subjazem a emergência e manifestação destas construções. Cada forma reproduzida de visão de mundo, de representação social das questões ambientais é disseminada através da linguagem e dos embates materiais e simbólicos travados tendo em vista uma posição delimitada na estrutura social na qual os agentes fazem parte e estão distribuídos.

Assim, não restam dúvidas de que o conflito socioambiental é também uma disputa simbólica onde estão presentes relações de poder entre dominantes e dominados e que ocorre de acordo com as regras do campo previamente definidas bem como os *habitus* dos agentes – estrutura (estruturada e estruturante) incorporada nos atores sociais.

Através da perspectiva bourdieana, os sujeitos tem uma pequena dimensão de autonomia, tendo em vista que suas ações são muito menos produto de suas criações do que reprodução de estruturas subjacentes. No entanto, defende-se a dinamicidade presente nos conflitos (ALONSO; COSTA, 2000; NASCIMENTO 2001; BOBBIO et al, 1988). Alonso e Costa (2000) pontuam que o processo conflituoso presente na questão ambiental transforma os agentes e permite o desenvolvimento de novas identidades. Em outras palavras, pressupondo-se que os conflitos não são estáticos, apontam que os atores envolvidos não são previamente caracterizados e definidos, mas que se constroem e reconstroem nesta interação, num processo temporal e dinâmico durante a disputa.

Neste sentido, o modo como os conflitos podem ser vistos na perspectiva de Bourdieu é mais estático, pois a possibilidade de mudança que o *habitus* oferece é muito restrita. Entende-se que, apesar das estruturas, os atores sociais estão em constante processo de construção de suas identidades. O(s) meio(s) social(is) onde estão inseridos são fundamentais para esta constituição, que é, antes de mais nada, uma constituição das suas representações sociais. Entretanto, defende-se que qualquer tipo de interação social pressupõe representações. Assim, ao serem manifestadas abre-se a possibilidade de transformação, bem como a incorporação de novas representações.

A utilização da concepção de representações sociais de Serge Moscovici, permite enxergar que existem representações de diversos tipos, aquelas mais duradouras e naturalizadas na sociedade e outras mais efêmeras. Muitas vezes incorporamos certas representações sem ter consciência disto, mas, como destaca Moscovici, isso não subverte:

(...) a autonomia das representações em relação tanto à consciência do indivíduo, ou à do grupo. Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações enquanto velhas representações. (...) Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação muitas vezes condiciona ou até mesmo responde a elas (2012, p. 41).

A noção de representação social possibilita que a pesquisa alcance as dimensões que efetivamente constituem o fenômeno: a social e a subjetiva. Através da articulação entre o psicológico e o social tem-se acesso ao que antecede as condutas e ações dos atores sociais e torna-se apto a captar a formação do pensamento social.

Logo, as representações sociais estão em consonância com os interesses dos grupos que as constituem. A esfera simbólica dá sentido aos aspectos mais exteriores do conflito ambiental, pois é nela que estão contidas as representações de “meio ambiente” que orientam as ações dos sujeitos sociais, que

divergem e chocam-se entre si. Em síntese, podemos designar o âmbito simbólico do conflito como luta de representações.

Nesta tentativa de imposição das suas visões de mundo, os sujeitos deparam-se com o desconhecido, com o diferente e esse choque com o novo possibilita a emergência de novas - ou de transformações nas - representações. As representações já formuladas e incorporadas nos sujeitos criam um ambiente de familiaridade, e é justamente esse caráter que falta no que é incomum, o que intriga e desconforta a interação e a convivência com o mesmo.

Deste modo, a insurgência do que é distinto, dispara nos sujeitos uma necessidade de significar o que até o momento encontra-se sem significado, o que se pode chamar de não familiar. Moscovici ressalta que *“a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade”* (2012, p. 54, grifos do autor).

Logo, inseridos em um “universo consensual”, “a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização” (MOSCOVICI, 2012, p. 55), onde compreendemos o mundo social através da construção que previamente temos dele. O conjunto de representações incorporadas é o que media nossa interação com o presente. Quando estamos diante do incomum, é através do reconhecido, do comum, do familiarizado que buscamos significar o desconhecido, ou seja, incluí-lo em uma “categoria conhecida”. Ao dar sentido ao não familiar, trazemos o que antes era distante para o nosso interior.

Assim, não se descarta a existência de estruturas condicionantes, pois é a partir destas que os agentes se posicionam no embate e trazem uma representação específica - neste caso - de “meio ambiente” que buscam legitimar. No entanto, através de Moscovici é possível compreender de que modo os sujeitos classificam e representam aquilo que antes era desconhecido. Este procedimento de transformação das representações, de incorporação do não familiar se constitui através da ancoragem e da objetivação, que são assim designados:

O primeiro mecanismo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar. (...) O objetivo do segundo mecanismo é objetiva-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. (...) Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente controlar. (MOSCOVICI, 2012, p. 60-61)

Em síntese, a familiarização de representações sociais envolve a incorporação do não familiar e a exteriorização de uma nova representação. Logo, existe certa similaridade com a forma em que o *habitus* é constituído - no processo de interiorização e exteriorização das estruturas. No entanto, a noção de representações sociais é sensível às interações pontuais e possibilita a maior autonomia e reconhecimento dos atores sociais no processo de criação e cristalização de representações.

Outro ponto importante de ser ressaltado diz respeito ao que Moscovici chama de Universos Reificado e Consensual. O vínculo entre estes dois Universos ocorre na transferência de elementos de um para o outro respectivamente. Tendo em vista que:

Os universos reificados são aqueles em que se produzem e circulam o conhecimento científico, da tecnologia e das profissões especializadas, sendo, portanto, bastante circunscritos. Nas sociedades modernas, geralmente é nesse universo que surge o que há de novo, e a exposição a esse novo é que introduz a não-familiaridade ou a estranheza nas sociedade mais ampla. Já aos universos consensuais correspondem as

Assim, torna-se compreensível o fato de conhecimentos científicos serem incorporados no mundo do cotidiano. No conflito socioambiental, percebe-se esta ressignificação de conhecimentos e conceitos do universo reificado, quando nos discursos emergem palavras como “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “conservação ambiental”. Ao serem disseminados no senso comum, são em maior ou menor grau transformados de acordo com o aporte de representações já existente entre os diferentes grupos sociais para que sejam encontrados sentidos.

Contudo, além da questão propriamente de ancoragem e objetivação das representações sociais, a discussão entre os universos reificados e consensuais é fundamental, nesta perspectiva, para entender os conflitos ambientais bem como a problemática ambiental como um todo. Neste sentido, ressaltasse que a preocupação ambiental na contemporaneidade oriunda em maior parte no meio científico, é dissipada e ressignificada pelas interações sociais.

## Conclusão

A conexão da Teoria das Representações Sociais de Moscovici com a Sociologia de Bourdieu nos permitiu aliar uma concepção das representações mais fluídas e dinâmicas, que possibilita a compreensão das ressignificações oriundas do processo conflitivo com noções como a de campo ambiental e de relações de poder, em prioridade o poder simbólico, propostas na perspectiva bourdieana.

Bourdieu, ao analisar de forma mais complexa a relação entre ação e estrutura resolve o problema da sociologia clássica de analisar o fenômeno social a partir de uma única dimensão. Entretanto, em sua articulação desses dois âmbitos dos fenômenos sociais é evidente a primazia dada à dimensão estrutural. Desse modo, o espaço para a ação do sujeito e o enfoque relacional proposto pelo autor ficam subordinados às estruturas sociais.

Tendo em vista que no presente trabalho partiu-se do pressuposto de que os sujeitos na interação presente no conflito recriam-se constantemente seria inviável abarcar a questão dos conflitos socioambientais, nesse viés, somente através da perspectiva bourdieana. Desse modo, utilizou-se, da teoria de Bourdieu, a noção de campo para pensar em um campo ambiental e baseou-se também em alguns aspectos que constituem a lógica do campo, como a existência de capital legítimo e o exercício da violência simbólica – instrumento de expressão do poder simbólico. Portanto, é com base no poder simbólico detido por determinados agentes no campo ambiental que os demais passam a legitimar determinada representação social.

Ademais, com o intuito de trazer mais dinamicidade à reflexão sobre os conflitos e concebê-lo como espaço de interação capaz de alterar o âmbito social e identifica-lo como processo onde os sujeitos se reconstruem e ressignificam o mundo social, utilizou-se a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Nesse sentido, foi possível articular ação e estrutura sem sobrepor uma a outra. Logo, concebeu-se os conflitos socioambientais como embates possuídores de uma dimensão estrutural, definida pelo campo, mas constituídos por atores que, com seu aporte do que é familiar e reconhecido

buscam ressignificar o que vivenciam na interação conflitiva ao se depararem com o não familiar.

A teoria de Moscovici nos fornece um aporte de conceitos para entender como as representações sociais são criadas e transformadas. Ao ser concebido como fenômeno dinâmico da realidade contemporânea, as representações sociais – que aparecem como contraponto à noção mais duradoura de representação coletiva de Durkheim - nos permitem analisar o conflito socioambiental também desse modo, ou seja, como algo fluído, processual.

Além disso, o âmbito simbólico presente na perspectiva bourdieana pode ser aliado à abordagem das representações, tendo em vista que a partir desta podemos pensar que o meio ambiente é constituído pluralmente através das diferentes representações dos agentes sociais e que sua concepção mais legítima é constituída em uma luta simbólica, isto é, em uma luta classificatória. Nesse sentido, pautando-se em Moscovici, conclui-se que é através da interação no processo conflitivo que os atores sociais buscam legitimar suas representações de meio ambiente e dar sentido ao não familiar que se deparam no conflito.

Por fim, vale ressaltar que desde as últimas décadas do século passado, “a questão ambiental alcançou o status de problema global e tem mobilizado não apenas a sociedade civil organizada, os meios de comunicação, mas os governos de todas as regiões do planeta” (ALONSO; COSTA, 2002). Os cuidados com o meio ambiente começaram a ser reivindicados por militantes e paulatinamente a temática ambiental foi inserida nas demais esferas sociais. Logo, torna-se indispensável rejeito o caráter construtivista presente nas questões ambientais e principalmente da intensificação da sua preocupação bem como de sua recorrência na sociedade contemporânea.

## Referências Bibliográficas:

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. *Comum*, v. 10, n° 23, jul/dez, Rio de Janeiro, 2004, p. 122-138. Disponível em: < <http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/opapel.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2013

ALONSO, Angela; COSTA, Valéria. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. *Naturaleza, sociedad y utopia*, Buenos Aires, p. 115-135, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>> Acesso em: 14 abril 2013.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BONASSA, Tânia. Estrada do Colono: Conflito Socioambiental e Representações de Natureza nas Práticas Discursivas. BRANDEMBURG, A et al (Orgs). *Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007. p. 369-398

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FLEURY, Lorena. *Cerrado para ser o quê?* Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14898/000669903.pdf?sequence=1>> Acesso em 5 março 2014

GUIVANT, Julia. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *Revista Brasileira de Informações Bibliográfica* – ANPOCS, nº 46, p. 3-38, 1998. Disponível em: <<http://www.iris.ufsc.br/pdf/trajetoriasdasanalisesderisco.pdf> > Acesso em: 8 jun. 2013

JODELET, D. *Representações sociais: um domínio em expansão*. UFRJ, 1993. Disponível em: <<http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf> > Acesso em: 25 fev. 2014

JUNQUEIRA, Lília. A Noção de Representação Social na Sociologia Contemporânea. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v, 10, n. 18/19, 145-161, 2005. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/119/116>> Acesso em: 25 fev. 2014

MINAYO, Maria Cecilia. O conceito de Representações Sociais Dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais* – Investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Elimar. Os conflitos na Sociedade Moderna: uma Introdução Conceitual. BURSZTYN, M. (Org). *A difícil Sustentabilidade* - Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

OLIVEIRA, Sonia. Conflitos Ambientais e Lutas Simbólicas. *Encontros Nacionais da Anpur*, v. 9, 2001. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2253/2203>> Acesso em: 13 dez. 2013.

SOTO, William. Os conflitos ambientais e as contradições do espaço social: uma introdução à perspectiva lefebvriana. In: MACHADO, Carlos; SANTOS, Caio;

ARAÚJO, Claudionor; PASSOS, Wagner (Orgs). *Conflito Ambientais e Urbanos* – Debates, Lutas e Desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

SPINK, Mary Jane. O conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul/set, 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1993000300017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017)> Acesso em: 25 fev.

VIÉGAS, Rodrigo. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n 19, p. 145-157, 2009. Editora UFPR. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/13564/10890>> Acesso em: 5 abril 2013

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. *Comunidades, Meio Ambiente, Desenvolvimento*, nº 17, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: *Congresso Brasileiro de Sociologia*, Minas Gerais, p. 1-43, 2005. Disponível em: <

[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=76&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=76&Itemid=171)> Acesso em: 18 jun. 2013

# A etnografia como recurso para relativizar conceitos e categorias identitárias: uma análise do trabalho de Cláudia Fonseca e a influência de Malinowski em sua prática etnográfica – Vilas Cachorro Sentado e São João

Daygles Maria Ferreira de Souza<sup>62</sup>

## Resumo

Este artigo é resultado de um estudo bibliográfico e procura demonstrar a importância da prática etnográfica, enquanto recurso que possibilita a relativização de conceitos e categorias identitárias, por meio da análise sobre a pesquisa etnográfica de Cláudia Fonseca, realizada nas Vilas Cachorro Sentado e São João, demonstrando a sua relação com os princípios do método etnográfico de Malinowski. Neste sentido o foco da abordagem na Vila Cachorro Sentado é a “questão da honra e as categorias em suas dimensões individual e social”, e na Vila São João é “o humor ácido e as relações de gênero”. Em ambas as abordagens, apresentam-se algumas passagens da prática etnográfica de Cláudia Fonseca que demonstram claramente a influência da etnografia de Malinowski.

**Palavras-chave:** etnografia, identidades, categorias identitárias, honra, gênero.

The ethnography as a resource to relativize identity concepts and categories: an analysis of Cláudia Fonseca's work and Malinowski's influence on her ethnographic practice - Villages Cachorro Sentado and São João

## Abstract

This article is result of bibliographic study and seeks to demonstrate the importance of ethnographic

---

<sup>62</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela UNISINOS, Mestra em Educação e Ciências do Ensino Superior pela Universidade Camilo Cienfuegos – Cuba, com título reconhecido e convalidado pela UFRGS e Graduada em História pela UFRR.

practice as a resource that allows the relativization of concepts and categories of identity through analysis of the ethnographic research of Claudia Fonseca held in the Villages Cachorro Sentado and São João, showing their relation to the principles of Malinowski's ethnographic method. In this sense, the focus of the approach in the Village Cachorro Sentado is the "issue of honor and categories in their individual and social dimensions", and in Village São João is "sour mood and gender relations." In both approaches, are shown some passages of the ethnographic practice of Claudia Fonseca which clearly demonstrate the influence of Malinowski's ethnography.

**Keywords:** ethnography, identities, identity categories, honor, gender.

## 1 Introdução

Ao ler o livro Família, Fofoca e Honra, é impressionante como conseguimos nos transportar para outro mundo através da construção da imagem mental dos lugares, dos ambientes e dos espaços por onde a pesquisadora andou para desenvolver a pesquisa. A riqueza de detalhes de sua narrativa e a densa descrição nos permite imergir na rotina dos moradores, participando de seus dramas, suas tramas e malandragens de seu cotidiano na luta pela sobrevivência. É possível vivenciar e sentir as emoções das situações, pormenorizadamente narradas pela autora, como se delas estivéssemos fazendo parte, ou como espectador presente nas ações.

Escritos a partir dos registros constantes no diário de campo de uma extensa pesquisa etnográfica, os seis capítulos que compõe Família, Fofoca e Honra analisam as famílias e suas relações cotidianas; as fofocas enquanto instrumento de proteção, manipulação e ataque; a situação de classe e as particularidades que geram diferenças intraclasse; o poder e sua ligação com a violência, a honra e o humor, tudo isso ao descortinar seus códigos, suas formas e seus simbolismos espalhados nas dinâmicas de gênero e de classe social. (CARVALHO, 2002, p.251).

A riqueza da pesquisa etnográfica de Fonseca, as narrativas envolventes de cada capítulo, o encantamento com o resultado do trabalho da autora, contribuiu de maneira decisiva para que a ideia inicial de eleger apenas um capítulo para a realização deste trabalho fosse descartada. Assim, além da leitura exaustiva da obra, o capítulo – 1 Fofoca e Violência e o capítulo 5 – Humor Honra e Relações de Gênero foram eleitos para a realização do trabalho pelo entendimento de que no primeiro é contemplada a comunidade da Vila Cachorro Sentado e no outro a Vila São João, não deixando de fora nenhuma das duas realidades.

A influência de Malinowski na prática etnográfica de Fonseca faz-se presente no decorrer de toda a pesquisa. Por isso, neste trabalho, não podíamos deixar de contextualizar o olhar etnográfico de Malinowski com destaque para a sistematização do método da pesquisa de campo. Para este fim, foi fundamental a análise dos escritos de Malinowski na Introdução de Os Argonautas do Pacífico Ocidental.

Objetivando demonstrar a importância da prática etnográfica enquanto recurso que possibilita a relativização de conceitos e categorias identitárias, optamos por focar, na Vila Cachorro Sentado, a questão da honra e as categorias em suas dimensões individual e social, e na Vila São João, o humor ácido e as relações de gênero. Em ambas as abordagens, tratamos de apresentar algumas passagens da prática etnográfica de Fonseca que demonstram claramente sua relação com os princípios do método

## 2 O olhar etnográfico de malinowski

### 2.1 As pedras basilares de Malinowski para o trabalho de campo

Para Malinowski, (1997, p. 21) na Introdução de Os Argonautas do Pacífico Ocidental, o sucesso de uma pesquisa está na utilização, sistemática e paciente, de regras do bom senso e de princípios científicos bem definidos. Aponta três itens como princípios fundamentais que compõem o método de pesquisa da antropologia moderna: o pesquisador deve “conhecer as normas e critérios da etnografia, providenciar boas condições para o seu trabalho, recorrer a um certo número de métodos especiais de recolha, manipulando e registrando as suas provas”. Estes princípios são, para ele, as pedras basilares do trabalho de campo, que aprofundaremos nas próximas linhas.

Para fazer uma boa etnografia, o pesquisador precisa conhecer bem a teoria científica, estar a par de suas últimas descobertas e inspirar-se no conhecimento dos resultados mais recentes da pesquisa científica, nos seus princípios e objetivos. (MALINOWSKI, 1997, p. 23).

Destarte, quando se parte para uma pesquisa, deve-se ter a capacidade de levantar o maior número de problemas possíveis e de mudar seus pontos de vista. Estes problemas são revelados ao pesquisador, num primeiro momento, por meio dos estudos teóricos. Portanto, segundo Malinowski (1997, p. 23),

[...] Estar treinado e atualizado teoricamente não significa estar carregado de «ideias preconcebidas». As ideias preconcebidas são prejudiciais em qualquer trabalho científico, mas a prefiguração de problemas é o dom principal do investigador científico, e estes problemas são revelados ao observador, antes de mais, pelos estudos teóricos.

### 2.2. Detalhamento dos princípios

Para compreender melhor os objetivos de Malinowski (1997), é preciso uma observação mais apurada sobre os diferentes caminhos propostos por ele para a pesquisa etnográfica.

O primeiro refere-se à busca pela organização da tribo e pela anatomia de sua cultura que devem ser delineadas através do método da documentação concreta e estatística, já que o objetivo fundamental da pesquisa de campo é delinear o esquema básico da vida tribal. Por isso, torna-se importante observar todos os aspectos da cultura nativa e anotar o maior número possível de manifestações concretas do que é observado em um diário de campo.

Na pesquisa de campo, o etnógrafo tem o dever e a responsabilidade de estabelecer todas as **leis e regularidades que regem a vida tribal, apresentar a anatomia da cultura e descrever a constituição social**. Para isso, através de um **esquema básico** que organize as ideias, deve-se fazer um levantamento

geral de todos os fenômenos e, ao mesmo tempo, analisar minuciosamente a cultura na totalidade e na amplitude de seus aspectos, pois a fragmentação não contribui para a construção de um todo coerente. “O etnógrafo que se predisponha a estudar apenas a religião ou a tecnologia, ou a organização social está a isolar artificialmente um campo de pesquisa, o que prejudicará seriamente o seu trabalho.” (MALINOWSKI, 1997, p. 25).

Existem fenômenos, códigos e leis que, apesar de estabelecidos e enraizados, não estão escritos convencionalmente em lugar algum mas estão inscritos “[...] no mais escorregadio de todos os materiais: o ser humano. E nem mesmo na mente ou memória humana estas leis se encontram definitivamente formuladas” (MALINOWSKI, 1997, p. 25).

Nestes casos, o recurso para o etnógrafo consiste na coleta de testemunhos e dados concretos sobre todos os fatos observados e por meio destes, formular as inferências gerais. Deste material, que deve cobrir o maior número possível de fatos, a inferência é obtida por simples indução.

Malinowski (1997, p. 25) propõe a utilização de um “esquema mental” para elaboração das conclusões por indução e ressalta que: o tratamento científico difere do senso comum, primeiro, pelo fato de que o pesquisador se empenha em continuar sua pesquisa de forma ética, sistemática e metódica, até que ela esteja completa e contenha, assim, o maior número possível de informações detalhadas; segundo, porque, por meio do conhecimento teórico científico, o pesquisador tem a capacidade de conduzir a pesquisa empírica através de linhas de efetiva relevância e a objetivos realmente importantes.

Em síntese, Malinowski (1997, p.31) recomenda que:

[...] cada fenômeno deve ser analisado tendo em conta toda a gama possível das suas manifestações concretas, estudando cada uma através de uma investigação exaustiva de exemplos detalhados. Se possível, os resultados devem ser dispostos em tabela numa espécie de carta sinóptica, visando a sua utilização simultânea como instrumento de estudo e como documento etnológico. Com a ajuda destes documentos e da análise dos dados reais é possível perspectivar com clareza o contexto da cultura nativa, no sentido mais lato do termo, bem como a sua constituição social. Este método pode ser designado como *o método da documentação estatística através de provas concretas*.

O segundo caminho completa o primeiro ao tratar dos **imponderáveis da vida real**, referindo-se aos fenômenos cotidianos que devem ser observados por meio do acompanhamento contínuo da tribo. Assim, os diversos tipos de comportamentos podem ser coletados através de observações detalhadas e minuciosas, possibilitadas apenas pelo contato íntimo com a vida nativa. Para isto, o pesquisador deve providenciar boas condições para o seu trabalho. Conforme Malinowski (1997, p. 21), isto implica em estabelecer uma base que seja suficientemente afastada para que não se torne um local onde se vive permanentemente e de onde se sai a horas fixas com o objetivo de ir «trabalhar na aldeia». É de suma importância, para a pesquisa, o afastamento da companhia dos homens brancos e o contato estreito com nativos, o que só seria possível, no entendimento do autor, acampando-se nas próprias povoações.

Assim, seria importante morar entre os nativos para familiarizar-se com os costumes e crenças e fazer parte da rotina de maneira que a presença do pesquisador deixe de ser “novidade” e passe a ser natural, compondo o universo local sem despertar interesses ou receios. Além disso, é preciso por parte do pesquisador aprender a comportar-se e adquirir a ‘sensibilidade’ para discernir o que se considera, na comunidade estudada, boas e más maneiras. O autor afirma, ainda, que é importante que a base esteja em distância ideal que impossibilite o acesso rápido e a qualquer momento dos nativos e a consequente distração. (MALINOWSKI, 1997, p. 23).

O estabelecimento de uma boa base facilitará os estudos dos **imponderáveis da vida real** que além de serem extremamente importantes na pesquisa etnográfica, não podem de maneira alguma ser trabalhados apenas com o auxílio de questionários ou análise de documentos. Precisam e devem ser observados *in loco*, em pleno funcionamento e não devem ser negligenciados pelo pesquisador durante o trabalho etnográfico. Estão inclusos, na classe dos fenômenos **imponderáveis da vida real**, todos os aspectos relativos à rotina do trabalho diário; os detalhes relacionados aos cuidados corporais; o modo como prepara a comida e come; as simpatias ou aversões; “o modo sutil mas inequívoco como as vaidades e ambições pessoais têm reflexos sobre o comportamento do indivíduo e as reações emocionais de todos os que o rodeiam” (MALINOWSKI, 1997, p. 31).

O terceiro passo é denominado de *corpus inscriptionum*, e diz respeito à coleta de narrativas típicas, palavras e expressões características da mentalidade nativa que contribuem para a compreensão da sua visão de mundo. **Assim, para além do esqueleto da vida nativa e da anatomia de sua cultura**, compostos pelo corpo (descrições das manifestações concretas) e pelo sangue (comportamentos e costumes habituais - **imponderáveis da vida real**), o antropólogo deve ter a capacidade de apreender o seu espírito, ou seja, o ponto de vista nativo e sua relação com a vida. Deve procurar descobrir os modos de pensar e sentir típicos da cultura da comunidade estudada.

Segundo Malinowski (1997, p. 35),

[...] em cada ato da vida tribal existe, em primeiro lugar, a rotina prescrita pelo costume e tradição, depois o modo como é levada a cabo e, por fim, o comentário, que suscita, de acordo com a sua mentalidade. Um homem que se submete a várias obrigações costumeiras e que atua segundo a tradição, fá-lo impelido por certos motivos, acompanhado de certos sentimentos, guiado por certas ideias. Estas ideias, sentimentos e impulsos são moldados e condicionados pela cultura em que se encontra e, como tal são uma peculiaridade étnica dessa sociedade. Logo, devemos esforçar-nos por estudá-los e registrá-los.

A aplicabilidade destes princípios por Malinowski, além de inaugurar um novo estilo de pesquisa orientado por um constante diálogo entre a observação participante e descrições densas etnográficas, aboliu a chamada *antropologia de gabinete*<sup>63</sup> passando a compor os fundamentos do método de pesquisa da antropologia moderna, contemplando, assim, a principal preocupação dos antropólogos com relação ao objetivo final do trabalho etnográfico:

[...] o de compreender o ponto de vista do nativo, a sua relação com a vida, perceber a sua visão do seu mundo. Temos de estudar o Homem e devemos estudar o que mais profundamente o preocupa, ou seja, aquilo que o liga à vida”. (MALINOWSKI, 1997, p. 36).

O trabalho de Malinowski contribuiu fundamentalmente para uma guinada na forma de fazer pesquisa e fez com que fosse reconhecido entre os seus pares.

### 3. O olhar etnográfico de cláudia fonseca em família, fofoca

<sup>63</sup> Segundo Peirano (1995), o “antropólogo de gabinete ou de varanda” sentava-se a uma mesa, geralmente na varanda da casa de um oficial ou missionário, e convocava os nativos para lhe fornecer as informações investigadas.

## e honra e a influência de malinowski.

A pesquisa etnográfica de Fonseca é fortemente influenciada pelos princípios fundantes da pesquisa de campo de Malinowski. A valorização da narrativa, o uso do diário de campo, a observação participativa, a inserção no meio, a naturalização de sua presença nos locais de pesquisa, o esforço de compreender o ponto de vista do outro, a sua relação com a vida, perceber a sua visão do seu mundo, são características do método presentes no decorrer de toda a obra.

A preocupação em fazer uma boa etnografia levou a autora a buscar pesquisas etnográficas realizadas com comunidades complexas, que, além de proporcionar uma interlocução com seus autores, pudesse trazer-lhe as inspirações necessárias às problematizações e análises. Neste sentido, Fonseca credita parte de suas inspirações a estudos desenvolvidos por autores como “Zaluar (1985), Duarte (1986), Magnani (1984), Macedo (1979 e 1986), Scott (1990) e Sarti (1996)” (FONSECA, 2004, p.07), no contexto brasileiro, além de “Colette Pétonnet e Jacques Gutwirth, e, no Collège de France, com Françoise Zonabend”. (FONSECA, 2004, p.07).

Os primeiros dois capítulos do livro retratam uma experiência da autora com moradores da Vila do Cachorro Sentado em 1981, que teve como ponto de partida a sua curiosidade com relação ao comportamento de crianças, moradoras daquela vila, que frequentavam sua casa e apresentavam um comportamento completamente diferente da concepção estereotipada da autora relativa a ‘pobre e mendigo’.

Os dois anos que passou em contato estreito, quase diário, com os moradores da Vila Cachorro Sentado, lhe possibilitou um profundo conhecimento da vida social constituída naquela comunidade e consequente compreensão dos comportamentos e costumes habituais que tanto a intrigavam.

Partindo da experiência vivenciada na Vila Cachorro Sentado, Fonseca, ao voltar da França em 1986, procurou intencionalmente uma comunidade com características econômicas um tanto diferenciadas da Vila Cachorro Sentado (menos miserável), mais antiga e heterogênea. Assim, o terceiro, quarto e quinto capítulos tratam das experiências vivenciadas na Vila São João.

O terceiro capítulo, sob o título "A vida em sanduíche", trata da dubiedade da camada popular que se equilibra numa corda bamba, entre o receio de precipitar-se no mundo do crime e a expectativa ambivalente de subir na escala social. O quarto e o quinto capítulos, intitulados, respectivamente, de “A Mulher Valente” e “Humor, Honra e Relações de Gênero”, chamam atenção para *corpus inscriptionum*, ou seja, para o “estilo do discurso oral, dos informantes”.

O sexto Capítulo, assim como o primeiro, trata da convivência diária dos moradores com a violência e do uso da força bruta como instrumento de resolução de conflitos. Na Vila Cachorro Sentado, trabalha a concepção de “paz intranquila” tendo como pano de fundo o acionamento da violência enquanto mecanismo interno para manutenção desta paz.

Apesar de não morar na Vila Cachorro Sentado ou na Vila São João, nas mais diversas passagens do livro, fica evidente o quanto Fonseca está integrada ao cotidiano e é aceita pela comunidade. Logo na introdução do quinto Capítulo, percebemos a existência do relacionamento natural entre a pesquisadora e a comunidade, através do relato de uma conversa mantida entre a autora e “um bando de moleques”. Pelo tipo de resposta dada pelos moleques a uma indagação da autora, fica claro ao leitor a existência de um dado grau de intimidade fazendo com que a garotada se sinta a vontade na presença da pesquisadora. Ao

perguntar pela primeira vez o nome de um determinado morro local, Morro da Cruz, “com grandes risadas, falaram-me que era o “Morro das Guampas”, explicando que a cruz original, de madeira torta, que dava o apelido ao local, parecia mais com cornos do que com uma cruz”. (FONSECA, 2004, p.69).

Aliás, o envolvimento da pesquisadora com os moradores da Vila Cachorro Sentado foi muito além do recomendado por Malinowski, tanto que chegou a lhe trazer implicações de natureza pessoal. Inclusive os vizinhos se mostravam muito pouco tolerantes à presença de crianças da vila que, junto com seus pais, irmãos e bichos de estimação, eram frequentadores comuns da casa da pesquisadora e presença constante nas redondezas. A narrativa da interrupção de um jantar realizado na casa da pesquisadora para colegas de faculdade ilustra perfeitamente a situação de envolvimento da pesquisadora com os moradores da Vila. O jantar foi interrompido por uma das moradoras da Vila (Dina) que, na ocasião, solicitava ajuda para pagar o *habeas corpus* do marido. O comentário da autora em seguida revela o grau de envolvimento que ela se permitiu no decorrer desta pesquisa etnográfica:

[...] ou no jantar em minha casa, com alguns colegas da faculdade, interrompido por Dina, vindo pedir ajuda para pagar o *habeas corpus* do marido. (Afinal, o dinheiro colecionado por meus convidados foi gasto com um advogado mais avarento do que eficaz, e o marido de Dina, preso por assalto à mão armada, permaneceu na cadeia.). (FONSECA, 2004, p.06).

Ao contrário de Malinowski, Fonseca não consegue “efetivar” a necessária ruptura entre experiência de campo e fase de análise, simplesmente voltando para a ‘civilização’, já que permitiu a justaposição dos dois mundo – o dela (com toda sua família, vizinhos) e o mundo das comunidades estudadas (moradores da Vila Cachorro Sentado e São João, fazendo parte da rotina da autora). Assim, na tentativa bem sucedida de contornar a situação, a pesquisadora se vê forçada a inverter a ordem das coisas, tendo que se afastar da própria casa para “escapar dos nativos”, respirar e refletir.

## **4 A etnografia de cláudia fonseca: relativizando conceitos e categorias identitárias.**

### **4.1 Vila Cachorro Sentado**

#### **4.1.1 Caracterização da Vila Cachorro Sentado**

A Vila Cachorro Sentado é um reduto social economicamente discriminado pelos grupos dominantes que surgiu em 1974 como resultado de uma invasão de um terreno baldio em zona de classe média, no Bairro São Pedro, situado em um terreno a quatro quilômetros do centro de Porto Alegre. Eram, aproximadamente, 750 moradores que na época habitavam casas de madeira e telhas Brasilit. Havia alguns migrantes da zona rural, mas a maioria da população era composta por pessoas da área urbana - homens adultos, analfabetos, mestiços de origem italiana, açoriana, alemã, polonesa, mas principalmente

afro-brasileira. Menos de 20% da população era alfabetizada e poucas crianças frequentavam a escola. A proporção de não-brancos atingia 60% contra 5% a 10% nos bairros circundantes.

Ganhavam a vida como papeleiros, guardas-noturnos, biscateiros e operários intermitentes da construção civil. As mulheres, quando trabalhavam, faziam faxinas, mas comumente praticavam a mendicância, e os jovens completavam suas rendas com roubos e mendicância. Ao caracterizar a vida social, Fonseca ressalta a existência do interconhecimento e da interdependência funcional entre os habitantes da comunidade como consequência natural da vida social e do cotidiano daquela comunidade. O primeiro caso decorre da distribuição espacial do ambiente, (a existência de uma única entrada para a vila faz com que as pessoas obrigatoriamente se vejam com frequência), que, associada à intensa vida social nas ruas (consequência da ociosidade existente devido a falta de compromisso cotidiano), provoca um vai e vem constante fazendo com que as pessoas se vejam com certa frequência, anulando, assim, o anonimato característico de grandes cidades em nome do surgimento de uma consequente intimidade social. O segundo caso é peculiar às sociedades de economia urbana de subsistência (OLIVEIRA, 1972. In: FONSECA, 2004, p.14), onde as pessoas necessitam umas das outras para garantir a satisfação de necessidades básicas para a sobrevivência. Por vezes, é em razão destas relações de ajuda mútua que se estabelecem as amizades profícuas ou as intrigas, que tendem a ser resolvidas por meio ou de uma outra característica social da Vila Cachorro Sentado: a hierarquia de poder.

Feita a devida caracterização da Vila Cachorro Sentado, Fonseca passa a tratar da concepção de *honra na dimensão individual*, destacando o sentimento, o orgulho e o empenho individual para engrandecer a própria imagem dentro das normas convencionalmente estabelecidas na comunidade. Na sequência, aborda a *honra na dimensão do social*, sublinhando a Honra enquanto código socialmente estabelecido, onde, por meio da interação, o prestígio pessoal é negociado como um bem simbólico. As categorias jovens, homens e mulheres foram eleitas para realizar a captura das lógicas simbólicas pertinentes àquela comunidade.

A utilização do termo *honra*, pela autora, é feita a partir de uma série de ressalvas. Destaca, antes, que as primeiras teorias sobre a honra foram fortemente influenciadas por etnografias de grupos da região mediterrânea e que, naquele contexto, a honra de um indivíduo é um componente herdado. Enfatiza que esta concepção não se aplica sob nenhuma forma no contexto das comunidades estudadas, em especial na Vila Cachorro Sentado e São João.

A proposta de trabalho da autora é “Demonstrar de que modo, em uma favela, a honra figura como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo”. (FONSECA, 2004, p.09).

### **4.1.2 A dimensão individual da honra**

Fonseca chama atenção para a compreensão do que se entende por código de honra e prestígio pessoal, para somente depois adentrar na análise da honra na dimensão individual a partir das categorias sociais eleitas (jovens solteiros, homens casados e mulheres). Assim, sobre os componentes do prestígio masculino, afirma:

Enquanto o código de honra é um regulador de interação necessariamente partilhado pelos membros do grupo, sejam quais forem seus respectivos papéis, os critérios de prestígio pessoal variam conforme a idade, o sexo, o status econômico e civil de cada pessoa. (FONSECA, 2004, p.15).

O estudo etnográfico possibilitou descobrir que os jovens da Vila Cachorro Sentado procuram projetar sua imagem pública de prestígio com base em elementos que, na visão deles, efetivamente possuam valor. Entre estes jovens solteiros, a honra figura como sinônimo de bravura, virilidade e generosidade. A bravura, neste contexto, possui o sentido unívoco de coragem e se apresenta nas narrativas aliada a valores como solidariedade e lealdade. Fonseca cita como exemplo, em nota de rodapé, a narrativa de um rapaz que ilustra perfeitamente a concepção de coragem:

Um bom exemplo do valor atribuído a essa solidariedade aparece no discurso de um rapaz que conta como, durante um passeio de carroça, vendo seu companheiro detido pela polícia por insubordinação, ele insistiu para ser preso junto. Gabando-se mais tarde, diz: "A polícia não sabia que fazer de mim, mas finalmente decidiram: "Já que ele quer, vamos bater nele também". (FONSECA, 2004, p16).

A bravura importa em ter coragem para "[...] matar um adversário à sua altura, [...] os camaradas em perigo, [...] resistir às torturas da polícia em busca de nomes de cúmplices é uma solidariedade masculina que lembra a dos militares" (FONSECA, 2004, p.15). Ser viril implica na capacidade de efetuar conquistas sexuais independente do estabelecimento de laços de afetividade ou intencionalidade de qualquer tipo de compromisso. E a generosidade, bastante apreciada entre os moradores da comunidade, contribui fundamentalmente para garantir aos jovens uma boa reputação e atribuir-lhes prestígio na comunidade. A generosidade, neste contexto, comporta virtudes sociais e normalmente implica na distribuição de dinheiro, na divisão de bens, no tipo de ajuda onde a questão financeira esteja presente.

Entre os homens casados, o estudo etnográfico de Fonseca revela que a projeção de sua imagem pública, de seu prestígio, está ligada a um número muito maior de símbolos e apresenta a virilidade, a bravura na proteção da família e das mulheres e a imagem de provedor do lar como os principais elementos simbólicos reguladores do comportamento e definidores da identidade desta categoria na Vila Cachorro Sentado. Deste modo, a virilidade na categoria de homens casados, diferente do entendimento na categoria de jovens solteiros, está intimamente ligada a procriação.

A bravura na proteção da mulher está intimamente e fraudulentamente atrelada ao controle de sua sexualidade. A responsabilidade por esta proteção não recai apenas sobre o marido, mas também sobre o pai e os irmãos. Entretanto, o papel do pai e do irmão assume outra dimensão quando a mulher 'casa'. Então, o controle da sexualidade passa a ser prioritariamente do marido e a proteção contra abusos de violência doméstica, por exemplo, passa a ser papel dos irmãos e do pai. Estas relações consanguíneas por vezes são bastante tensas, criando uma certa rivalidade entre os homens. A briga de um casal morador da Vila Cachorro, citada por Fonseca, realmente ilustra bem esta situação:

Meu pai tinha vindo (de sua vila) me visitar, mas eu tinha saído. Então ele ficou sabendo que Olnei (marido de Dina) estava bravo, que ele estava bebendo e que as coisas não iam bem para mim. Quis me avisar e, por isso, ficou esperando por mim lá na entrada da vila, mas eu não vinha e finalmente ele teve que ir embora. Meu irmão que morava conosco na época saiu da casa. Ele sabia que eu ia apanhar do meu marido e se ele ficasse, teria que me proteger. Dou graças a Deus que ele foi embora. Senão um ou outro estaria morto. (FONSECA, 2004, p.17).

É importante ressaltar que Fonseca, *a priori*, chama atenção para a compreensão do que é “casamento” na perspectiva daquela comunidade e do papel da mulher dentro desta relação, em especial do dever de fidelidade e da aceitabilidade, por parte da comunidade e dos parentes consanguíneos, das severas sanções impostas nos casos de transgressão. Esta situação é ilustrada por Fonseca com algumas narrativas extremamente ricas retiradas de seu diário de campo, como, por exemplo, o caso de Rejane:

O marido de Rejane, se declarando cansado dela, decide acabar com a relação e dá uma semana para que ela arranje outra moradia. No entanto, quando na segunda noite ela não volta para dormir em casa, seu marido fica furioso. Quando ela volta no dia seguinte, alegando que passou a noite na casa de sua irmã, a moça é recebida com golpes do marido e insultos do sogro. A irmã do marido, apesar de proteger Rejane contra os golpes, dá sua opinião: “Bem que ela merece”. (FONSECA, 2004, p.16).

Por fim, o sustento material do lar, enquanto 'obrigação masculina', me parece, na análise de Fonseca, ser um dos principais elementos de Honra para o homem daquela comunidade, a ponto de não importar que mecanismos utilizem para prover o lar, se lícitos ou ilícitos, contanto que não deixem de fazê-lo. A mulher que trabalha fora está passando a mensagem de que o marido não consegue mantê-la, está humilhando-o publicamente. O não cumprimento desta obrigação masculina, na perspectiva desta comunidade, segundo Fonseca, é considerado pelos homens uma derrota:

Viver com essa derrota solapa um dos fundamentos da identidade social do homem: o de ser provedor de casa. O fato de que muitos enfrentam o mesmo dilema ajuda a criar uma certa solidariedade, quando os maridos tentam esquecer suas obrigações familiares e juntos bebem o dinheiro destinado às compras/ provisões. O desprezo de si mesmo (por não cumprir com o dever familiar) é redirecionado para a fonte da humilhação (mulher e crianças) e parcialmente contrabalançado pelo prestígio que a generosidade entre amigos traz. (FONSECA, 2004, p18).

Os estudos de Fonseca revelam que não há uma noção específica quanto à honra ligada à moça solteira, entretanto, no que se refere a mulher casada, aponta como principais pontos de projeção da imagem pública a execução de atividades domésticas e a maternidade.

A importância da maternidade na perspectiva das mulheres da Vila Cachorro Sentado está intimamente ligada à capacidade de gerar, de poder ‘dar um filho ao companheiro’, independentemente da quantidade de filhos que já tenham, das condições de criá-los ou da manutenção dos filhos consigo, pois muitos destes acabam indo parar nos orfanatos ou ‘circulam por outras casas e várias’. Entretanto, estando consigo, principalmente enquanto bebês, devem ser bem cuidados. A importância da execução das atividades domésticas de maneira eficiente, enquanto elemento de projeção da imagem pública é bastante valorizada na comunidade e cobrada, principalmente, entre as próprias mulheres.

### **4.1.3 Dimensão social da honra:**

Na Dimensão Social da Honra, Fonseca chama atenção para a existência de um código de honra – código de comportamento que rege a rede de relações sociais garantindo a coesão e coerência do grupo.

Ressalta que este código é resultante do isolamento imposto pela sociedade circundante àquela comunidade e pela necessidade de ajuda mútua para a sobrevivência. O código de honra é um regulador de interação necessariamente partilhado pelos membros do grupo, sejam quais forem seus respectivos papéis.

Para entender o significado deste código de honra na dimensão social, a autora foi buscar nas anotações do seu diário de campo, prioritariamente nos discursos das mulheres, a noção de honra e o mais perto disso que encontrou foi a noção de respeito. Neste sentido, o respeito é entendido como o modo de agir de uma pessoa em relação à outra. Esta relação raramente se dava entre iguais, pois em 90% dos casos analisados acerca da concepção de respeito, um dos sujeitos citados na relação era alguém superior. Respeitar significa poupar o inferior, não tirar proveito da superioridade.

Dos relatos analisados pela autora, depreende-se a presença constante da violência como variável na definição dos termos da relação. Em várias passagens o uso da força física na resolução de conflitos se faz presente e tanto os homens como as mulheres orgulham-se de seus feitos e gostam de contar detalhadamente suas brigas.

Aceita pela comunidade e até incitada em alguns casos, a violência representa um importante instrumento na organização da vila. Entretanto, seu emprego tem limites e a transgressão destes acarreta sanções coletivas que podem ser extremamente severas. Assassínatos e o emprego da força física contra mulheres grávidas e crianças não são bem tolerados na comunidade.

Na Vila, destacam-se aqueles homens que, além de ter prestígio convencional relativo à sua condição de homem (virilidade, bravura e etc), sabem fazer-se respeitar. Estes, normalmente, possuem e sabem manusear uma arma, são fortes e empregam o uso da força sempre que julgarem necessário. São os chamados homens fortes, 'os dirigentes da Vila'. Na categoria de homens fortes, enquadram-se também os maconheiros, que fazem parte da comunidade da Vila Cachorro Sentado e da bandidagem.

A já relatada "intimidade dos habitantes da Vila e sua interdependência constante são regidas por um código de honra, onde a proteção e a homenagem são as principais moedas de troca" (FONSECA, 2004, p.22) e de neutralização da força física. Os dirigentes e os mais fracos rendem homenagens aos maconheiros na medida em que valorizam sua imagem, propiciando reconhecimento público de suas ações, e os ajudam com bens materiais. E os maconheiros rendem homenagens aos dirigentes, aceitando-os como mediadores entre a vila e as autoridades municipais ou respondendo a seus chamados para trabalhos coletivos, e aos mais fracos fornecendo-lhes proteção. Essas trocas simbólicas, regidas pelo código de honra, geram menos violência. Assim, em síntese, nas palavras de Fonseca (2004, p.27),

[...] no sistema de trocas sociais, a homenagem (ou seja, o ato ou a palavra que realçam a imagem pública de um determinado indivíduo) existe como "dom" a ser pesado e trocado contra outros dons, tais como proteção política, bens materiais, ou serviços de assistência. Quando há uma nítida diferença de status entre dois indivíduos, o mais fraco trocará sua homenagem pela proteção ou pelo apadrinhamento do outro. Essa rede de trocas marca a distinção entre os "respeitados" do grupo e aqueles que se devem defender, como podem, contra os incômodos, a violência, o roubo.

Um outro aspecto ressaltado por Fonseca, na *dimensão social da honra*, é a *fofoca*. Seria esta o contraponto feminino do termo "respeito" no mundo masculino da Vila Cachorro Sentado.

A fofoca é um instrumento poderoso de manipulação das 'verdades' e da opinião pública e que mexe com o que é de mais prezado por todo ser humano: sua reputação. A reputação define os bons e maus cidadãos, quem merece ou não a proteção na Vila Cachorro Sentado. É composta pelos atributos

pertinentes ao homem (virilidade, bravura, generosidade, etc.) e a mulher (capacidade de gerar filhos, eficiência nas tarefas domésticas etc.) e validada pelo reconhecimento público destes atributos.

A manipulação da fofoca requer uma certa habilidade por parte do fofoqueiro para não ser descoberto, já que, apesar de ser comum, a fofoca não é bem aceita. A utilização das ambiguidades inerentes à fofoca é o mecanismo mais utilizado pelo fofoqueiro que pretende proteger-se de possíveis acusações por parte do indivíduo atingido.

Ser fofoqueiro é falta grave que implica em sanções. Normalmente a fofoqueira reconhecida publicamente como tal, é excluída da rede de informações, assistência e proteção da comunidade. Portanto, a fofoca pode ser uma arma poderosa também para aquele que não sabe manipulá-la.

A fofoca é usada contra os fortes como arma de manipulação e proteção. Agora, quando usada por fracos contra os fracos, ela é tida como um instrumento de ataque.

As situações de desigualdade, de toda ordem, entre os quase iguais, propiciam uma maior abertura para manipulação da fofoca. Nestes casos, ela pode se apresentar como um instrumento de força niveladora, um instrumento “[...] dos que se sentem inferiores e que só podem realçar seu status rebaixando o dos outros. Não visam elevar-se acima de outrem. A fofoca é a arma das pessoas que têm medo de ser inferiores, não das que querem ser superiores.” (FONSECA, 2004, p.27).

Neste jogo de honra entre os quase iguais, onde as pessoas invariavelmente avaliam sua posição/status em relação do outro, parte-se do princípio de que é impossível duas pessoas encontrarem-se no mesmo nível: a honra representa um sistema absoluto. Então, rebaixar o status de um faz com que o outro ascenda. Assim, neste jogo, os homens se confrontam frequentemente uns com os outros seus atos de coragem, bravura, virilidade e etc, enquanto as mulheres se afrontam usando o expediente da fofoca. Em ambas situações (homens e mulheres), existe um código de comportamento regendo as agressões mútuas, que não é utilizado com estranhos e que demarca os limites do grupo.

A proposta de Fonseca, ao realizar esta pesquisa etnográfica na Vila Cachorro Sentado, foi “Demonstrar de que modo, em uma favela, a honra figura como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo” (2004, p.09). E, de maneira bem resumida, a conclusão que ela chega como resultado de suas análises é que:

[...] na Vila do Cachorro Sentado, as pessoas estabeleceram — por tênue e temporário que seja — um código moral e de interação social que dota a vida de um sentido. Face à degradação que lhes é infligida no sistema “dominante” de valores, eles erigiram normas que, em princípio, cada um tem a possibilidade de seguir. Desqualificando ou eliminando os não-conformistas, o código seleciona indivíduos solidários. Feito de estratégias, mais do que de regras (Bourdieu, 1972), trata-se de um sistema em constante mutação, frágil, que, com cada novo acontecimento, exige reajustes. (FONSECA, 2004, p.28-29).

Para finalizar, destaca-se uma situação que leva a profundas reflexões em relação à prática da pesquisadora e que entendo ser importante trazer à baila.

Sendo Fonseca praticante experiente da etnografia, influenciada pelos princípios da pesquisa de campo de Malinowski e inserida no contexto da pesquisa, chama a atenção sua nota de rodapé 21 e faz refletir sobre o quanto deve-se estar atento ao que rodeia os pesquisadores e o quanto é difícil se despir de conceitos e pré-conceitos. Não é por acaso que Malinowski insiste na necessidade da inserção do pesquisador no ambiente de pesquisa de maneira concreta, afim de que os nativos sintam-se tão à vontade na sua presença que deixem de perceber o pesquisador como elemento externo, estranho ao meio, e vejam-no com naturalidade:

Mulher, pesquisadora de classe média que sou, minha própria atitude em relação à violência foi um obstáculo considerável em meus esforços para superar o etnocentrismo. Durante os primeiros oito meses da pesquisa de campo, a violência física (afora as brigas conjugais) ficou praticamente ausente das minhas observações. Depois, de repente, fiquei ciente de uma série de incidentes: um homem esfaqueou sua mulher, um comerciante cegou seu vizinho com um tiro, um jovem foi espancado pela polícia, uma mulher teve que engessar o braço após uma discussão com a vizinha... É difícil saber se essa mudança deve-se aos "fatos", ao verão que chegou para atizar as emoções, ao esforço calculado por parte dos "objetos de estudo" que, até então, escondiam este aspecto da sua vida ou à cegueira da pesquisadora [...] (FONSECA, 2004, p.20-21).

## 4.2 Vila São João

### 4.2.1 Caracterização da Vila São João

A Vila São João, conhecida popularmente como Morro da Cruz, surgiu na década de 50 como resultado da política de remoção das favelas do Centro da cidade de Porto Alegre. Assim, em terrenos loteados pela Prefeitura de Porto Alegre, as pessoas se instalaram entre a maior favela de invasão metropolitana (moradores com extremas dificuldades), situada no Alto do Morro, e as ruas principais onde ficavam "as casas pacatas". Assim, a análise da Vila São João aponta para a vida em sanduíche entre os que tem pouco e os que nada tem.

### 4.2.2 O humor – porta de entrada

Uma das características marcantes dos moradores da Vila São João é o Humor. Tudo é motivo de brincadeira, principalmente as relações entre homem e mulher e, mais especificamente, os supostos maridos traídos, alvos prediletos das piadas: "Ah, Leco não te cumprimentou hoje? É que as guampas tão tapando a vista dele!" (FONSECA, 2004, p.69).

Brincadeiras que mexem com a virilidade, com a honra masculina, são uma prática comum inclusive entre os homens que, sem fazer acusações específicas, participam da brincadeira, referindo-se à figura do "Ricardão" (termo utilizado para nominar um homem que se relacione sexualmente com uma mulher comprometida): "Tem muito cavaleiro que pula a cerca das vizinhas enquanto os maridos estão no serviço. Hoje em dia, as guampas vêm com dobradiças de tanto abaixa e levanta" (FONSECA, 2004, p. 69). Além das piadas impessoais em tomo de sujeitos gerais, existem fofocas, de estilo irreverente, sobre pessoas particulares. E, enfim, há 'acusações', quando uma pessoa se refere ao comportamento sexual para gozar seu interlocutor.

O cotidiano é recheado de observações irônicas sobre casos particulares. São incontáveis as fofocas pomenorizadas, maldizentes ou bendizentes, conforme o caso, sobre os outros e que fazem a festa no pedaço. Essa arma feminina, mas não exclusivamente, "abriga a manipulação da opinião pública" (FONSECA, 2004, p.46) e ganha espaço espalhando boatos [...] para Deus e todo mundo (p.48), mostrando

O estranhamento, diante da prática corriqueira e banal para os moradores da Vila São João, do humor ácido presente nas brincadeiras envolvendo o comportamento sexual levou Fonseca (2004, p. 69) a “repensar certos estereótipos sobre relações de gênero em grupos de baixa renda — estereótipos que aparecem tanto em certos trabalhos da literatura antropológica quanto no senso comum” e criou espaço suficiente para suscitar questionamentos e construir o objeto de análise: “o que essa forma de humor diz da relação homem mulher?”

O humor na Vila São João, como o bom humor em qualquer outra sociedade, se utiliza de ambiguidades e mexe com tabus das maneiras mais diversas possíveis. Para ser compreendido, o humor deve ser analisado a partir do contexto de práticas e valores pertinentes à comunidade. Por isso, para investigar o humor, é preciso investigar primeiro o lugar do humor no *ethos* em questão. O estilo jocoso do humor da Vila São João não é simplesmente um acessório a um conteúdo independente. É prioritariamente um componente intrínseco ao próprio valor e um elemento indispensável para a compreensão de especificidades pertinentes àquela comunidade.

Assim, o trabalho etnográfico realizado por Fonseca na Vila São João e descrito no capítulo V denominado “Humor, Honra e Relações de Gênero” teve no humor a porta de entrada e na observação de práticas e discursos espontâneos da vida do cotidiano, o fio condutor das análises que possibilitou a construção da lógica das relações de gênero daquela comunidade. Entretanto, “definir esta lógica [...] não é tarefa fácil. [...] Os diálogos que surgem espontaneamente [...] mostram-se [...] desafiadores, pois, por causa do tom eternamente irônico, sua relação com a realidade é assumidamente ambígua” (FONSECA, 2004, p.72).

Nesse tipo de discurso, a encenação — o tom da voz, uma sobrelanceira erguida — é tudo. O sentido literal das palavras se perde atrás das múltiplas interpretações da intenção do sujeito. Uma mesma expressão (“Que vergonha!”, por exemplo) pode ser indício de condenação ou de admiração. O homem que, antes de contar uma piada “bagaceira”, pergunta a uma mulher da plateia: “Desculpe. Tu és mulher ou moça?” pode estar dando um sinal de respeito ou, pelo contrário, estar fazendo uma advertência para que todo mundo preste bem atenção ao que virá a seguir. (FONSECA, 2004, p.72).

A corporalidade das informações se manifesta das mais diferentes formas. As falas possuem efeitos sonoros e a linguagem corporal se apresenta de maneira incisiva nas narrativas. O relato de uma moradora viúva, descrevendo o infarto que levou seu marido a óbito, começa por contar detalhadamente tudo que ele comeu durante o dia que ocorreu o sinistro. A linguagem corporal acompanha toda a narrativa através de gestos, caretas e da alternância constante do tom de voz que valoriza elementos da fala que a narradora considera importante ressaltar. Para descrever as situações mais corriqueiras o narrador incorpora o ator “[...] como se achasse as palavras sozinhas sem graça, como se fosse necessário completá-las com outra linguagem”:

“Tenho um problema cardíaco” me anuncia a matrona (50 anos) na primeira vez que a encontro. E, então, abrindo o botão mais alto de sua blusa, ela guia minha mão ao lugar adequado para provar a seriedade de seu caso, “Sente aqui para tu ver”. Nas anedotas e narrativas, os diálogos são citados palavra por palavra, raramente na forma do discurso indireto. Em vez de dizer “Ele não queria vir”, dizem “Aí ele falou, Eu não vou! De jeito nenhum!”. É uma cultura oral, de uma oralidade incorporada, fruto da encenação teatral que tira as palavras de sua casca racionalista, a linguagem do corpo impondo se a

O pesquisador precisa estar muito atento pois o sentido literal das palavras se perde através das múltiplas interpretações e da intencionalidade do sujeito. Por isso, para compreender as 'falas', decifrar o material coletado sem incorrer em interpretações equivocadas, é importante ao pesquisador remeter-se às práticas repetidas das pessoas. Isto significa dizer que para entender as piadas sobre o adultério, por exemplo, faz-se necessário levar em consideração como se convive com esta questão na comunidade estudada.

### 4.2.3 Honra e relações de gênero

Nas conversas cotidianas da Vila São João, as alusões à relação entre homem e mulher refletem a noção de reciprocidade - trocas simbólicas em que o sexo e sustento material são as principais moedas. São comuns as brincadeiras envolvendo as façanhas sexuais dos homens casados ou solteiros porque existe um entendimento tácito de que na relação estabelecida com a mulher, o que a ele naturalmente interessa é o sexo. Com as mulheres, o tipo de brincadeira e gozação se reporta a necessidade de 'se arrumar na vida'. Da análise das conversas espontâneas – gozações e fofocas – depreende-se que essa noção de reciprocidade, longe de promover um clima de acordo entre os cônjuges, cria suspeitas e desconfianças.

Fonseca apresenta várias histórias retiradas de seu diário de campo sobre homens que, de uma forma ou de outra, conseguem os préstimos sexuais de uma mulher sem dar nada em troca. Entretanto, o cúmulo da malandragem masculina aparece nas fofocas relativas a sedução de mulheres virgens, já que a virgindade é bastante valorizada na comunidade, sendo considerada moeda de troca mais valiosa que uma moça possui para garantir um bom marido. Para a autora:

Essas fofocas não têm a pretensão de descrever as coisas como deveriam ser, mas sim como são: é "óbvio" que o homem tenta "se safar", isto é, tenta ter sexo sem ter que casar. Existe, porém, o outro lado da moeda, pois as mulheres nem sempre correspondem à imagem de vítima passiva. Pelo contrário, em muitos casos, parecem tão "interesseiras" quanto os homens (FONSECA, 2004, p.73).

No rompimento do pacto de reciprocidade, o homem leva uma desvantagem muito maior que a mulher. As dificuldades que uma mulher passa a enfrentar após o abandono, especialmente se engravidou ou tem filhos, são perfeitamente contornáveis na medida em que podem voltar a casa dos pais ou, melhor ainda, arrumar um novo casamento. Entretanto, o abandono do homem pela mulher, impinge ao homem uma sanção social impossível de ser atenuada e que sofrerá pelo resto de sua vida: estigma. Um homem, na Vila São João, é considerado corno até pelos casos da ex-mulher. Não é a toa que diz-se não existir ex-corno.

Equivalente ao pensamento de que toda mulher quer 'se arrumar' na vida é a ideia de que nenhum homem da Vila serve como candidato a bom marido uma vez que a maioria é de trabalhadores sem nenhum tipo de qualificação e, conseqüentemente, com baixos salários. Assim, o fantasma dos chifres que acompanha os homens está atrelado a ideia de que se o homem não oferece a mulher um determinado nível de conforto, ela não se sente na obrigação de retribuir com a fidelidade.

Vale ressaltar que esta linha de raciocínio não implica na aceitação, por parte do homem, da libertinagem da mulher. Ao contrário, implica em um controle maior da sexualidade feminina e explica o enclausuramento e as restrições impostas à mulher ao trabalho fora de casa.

Frente à opinião pública, a mulher dificilmente sai em desvantagem com relação ao homem. Mesmo quando adúlteras, os comentários e fofocas geralmente são relacionados ao homem (um 'coitado' ou um 'palhaço') e quase nunca para desprestigiar a própria mulher ou seus consanguíneos:

Quando o homem não cumpre o dever, a mulher usa os filhos para sublinhar sua infâmia. Dirá que ele gastou todo dinheiro com outra(s) mulher(es), deixando as crianças passar fome. Ela fará longos relatos sobre seu próprio sofrimento, enobrecendo-se na imagem de mulher batalhadora que, apesar de tudo, conseguiu manter a família unida e criar seus filhos. Não há nenhuma contrapartida masculina para esse tipo de queixa pública. O homem cuja mulher rompe o pacto tem que sofrer em silêncio, pois qualquer reação dele seria assumir publicamente o status humilhante de guampudo. ( FONSECA, 2004, p.80).

Fonseca finaliza o quinto capítulo dizendo que a análise de homens guampudos e mulheres malandras situa-se na fase mais recente de seus estudos e que intencionalmente preferiu priorizar os elementos do universo simbólico ligados a honra, humor e afeição, para destacar as questões de alteridade cultural e agência humana.

## Conclusão

Antropóloga por formação e convicção, Fonseca (1999, p. 58 e 59) nutre uma estreita relação com o método etnográfico. Acredita ser este um método que, além de ser um instrumento importante para a compreensão intelectual de nosso mundo, também pode ter uma utilidade prática. Para ela, “a etnografia é calcada em uma ciência, por excelência, do concreto” e tem como start do método a interação entre o pesquisador e o objeto de estudo. Afirma, ainda, que este método “[...] requer do pesquisador boa dose de paciência (para registrar coisas aparentemente inúteis) e coragem para construir modelos [...] equilibrados a partir de fragmentos da vida social minada de contradições e ambivalências” (FONSECA, 2004, p.07).

A análise reflete o olhar detalhado, criterioso, da autora sobre os fatos, um olhar para além dos nexos e relações que se estabelecem, um olhar que possibilita descobrir os fenômenos embutidos em fatos aparentemente corriqueiros ou comuns, um olhar que leva em consideração a corporalidade das informações através dos gestos, expressões que por vezes falam muito mais que as palavras. Um olhar que só consegue ter aquele que observa de forma participante, que imerge no mundo do objeto de estudo sem perder de vista a intencionalidade científica. O olhar etnográfico, cuidadoso, que busca evitar equívoco do reducionismo da etnografia a um método que se fecha em técnicas e orientações centradas no individual e desprezam a análise social.

Neste sentido, Fonseca, “indo além das falas, apostando na observação das práticas sociais, (fez uma) abordagem (que) apoia-se menos na linguagem normativa dos ritos do que na lógica informal da vida cotidiana inscrita no fluxo de comportamentos” (2004, p.07), sem perder de vista os princípios científicos delineados por Malinowski.

## Referências

CARVALHO, M. J. S. Resenha de "Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares" de Cláudia Fonseca. Revista Estudos Feministas, vol. 10, núm. 1, jan., 2002, p. 251-252. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38110124>>. Acesso em: 15/10/2013.

FONSECA, C. Cavalo Amarrado Também Pasta: Honra e humor em um grupo popular brasileiro. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_15/rbcs15\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_15/rbcs15_02.htm)>. Acesso: 20 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource/>> Acesso: 20 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n.10, p.58-78, jan/fev/mar/abr 1999. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde10/rbde10\\_06\\_claudia\\_fonseca.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde10/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf)> Acesso: em: 12/09/2013.

LAGE, G. C. Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. Revista Espaço Acadêmico, n° 97, p. 03 - 07, junho de 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index>>. Acesso em: 05/10/2013.

MALINOWSKI, B. Os Argonautas do Pacífico Ocidental" in: Ethnologia, n. s., n° 6-8, p. 17-38, 1997. Disponível em:< <http://pt.scribd.com/doc/33086118/MALINOWSKI-Bronislaw-Os-Argonautas-do-Pacifico-Ocidental>>. Acesso: 09/07/2013.

OLIVEIRA, F. D. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: Estudos Cebrap, 1972. In: FONSECA, C. Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6605658/Claudia-Fonseca-Familia-Fofoca-e-Honra>>. Acesso: 20/06/2013

PEIRANO, M. A Favor da Etnografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. Disponível em: <[http://www.marizapeirano.com.br/livros/a\\_favor\\_da\\_etnografia.pdf](http://www.marizapeirano.com.br/livros/a_favor_da_etnografia.pdf)>. Acesso em: 12/09/2013.

UNISINOS. Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (Artigo De Periódico, Dissertação, Projeto, Relatório Técnico e/ou Científico, Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertação e Tese). Edição revisada e modificada em setembro de 2013, corrigida em conformidade com o Acordo Ortográfico, com alteração na norma NBR 6027:2012. São Leopoldo, 2013. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/biblioteca/imagens/stories/downloads/manual-biblioteca-2013.pdf>>

# Polimento literário do marxismo, aferição

## marxista da arte: a casa de farinha, de João

### Cabral de Melo Neto

Francisco José Ramires<sup>64</sup>

#### Resumo:

A intenção deste artigo é analisar o projeto inacabado de um poema possivelmente intitulado *A casa de farinha*, de João Cabral de Melo Neto. Dos dados coligidos pelo autor, é possível depreender pistas acerca de seu método de trabalho, particularmente da forma como ele se valeu do marxismo como ferramenta usada na elaboração de alguns de seus textos. Tal uso permite defender a hipótese da interconexão entre os campos da arte e da ciência, um influenciando o outro.

**Palavras-chave:** João Cabral de Melo Neto, literatura, marxismo, tempo poético, tempo social.

#### Abstract:

The aim of this article is to analyze the unfinished poetical project, possibly entitled *The floor mill*, by João Cabral de Melo Neto. Through the informations gathered by the author, you can infer vestiges of his work method, particularly of how he had recourse to Marxism as instrument used to formulate some of his texts. This use allows you to defend the hypothesis for interconnection between the fields of science and art, one acting on another.

**Keywords:** João Cabral de Melo Neto, literature, Marxism, poetical time, social time.

#### Tema

A Nelson Lucas de Carvalho (*in memoriam*).

A publicação das *Notas sobre uma possível A casa de farinha*, de João Cabral de Melo Neto (2013), traz informações preciosas acerca do processo criativo de seu autor. Nelas, encontramos diversos dados pesquisados, reflexões, incertezas, hipóteses, esboços, como se ali estivesse reunido farto material bruto à disposição no canteiro literário de obras desse engenheiro das letras. Informações normalmente ocultas após o arremate final do texto enviado ao prelo, que é simultaneamente resultado e encobrimento do

---

<sup>64</sup> Formado em sociologia (doutorado) e ministrou aulas na Universidade Paulista (UNIP), na cidade de São José dos Campos/SP.

tatear requerido pelo trabalho literário. Sobretudo em um autor como Cabral, esmerado em conceber a literatura como atividade racional, conduzida com rigor em suas minúcias.

Na copiosa urdidura literária tecida pelo autor ao longo de sua existência, *A casa de farinha* provavelmente seria inscrita como uma criação do porte de *O cão sem plumas* (1950), *O rio* (1953), *Morte e vida severina* (1956), *Dois parlamentos* (1960), *Auto do frade* (1982), enfim. Poemas de maior fôlego que despontam aqui e ali, como montanhas mais elevadas, em seu horizonte artístico.

As informações reunidas na pasta que João Cabral deu à sua filha, Inez Cabral, estão carregadas de vestígios a partir dos quais concebemos o objetivo deste artigo, qual seja: o projeto incompleto de *A casa de farinha* apresenta uma orquestração de dados e uma possível direção de construção argumentativa e poética moduladas nas idas e vindas (diálogo) entre os campos da ciência e da arte (literária). Uma obra cuja feição (em esboço) expressa e corresponde a um “entremeio” no qual seu autor havia se posicionado, em seu esforço de viabilização de uma carreira como homem de letras. Isso desde sua estreia, com *Pedra do Sono* (1942), trabalho no qual já vicejava sua força construtiva (CANDIDO, 1943, p. 5), porém permeado por certa timidez e ocultação desse diálogo, que ganharia seu ponto alto, com ares de inflexão, alguns anos depois, em *O cão sem plumas*.

Durante pesquisa de doutorado (RAMIRES, 2011), coligimos várias correspondências escritas por João Cabral de Melo Neto e enviadas a Lauro Escorel, nos anos 1940 e 1950. Nelas, fica evidente que o marxismo era incorporado a seu fazer poético, produzindo uma mudança em seus rumos literários, cuja primeira criação foi *O cão sem plumas*. Trata-se de um poema construído por um afastamento crítico em relação a Gilberto Freyre, apoiado no diálogo (poético) com Josué de Castro. Aliás, talvez *A casa de farinha* possa ser vista como parte de um projeto entre Cabral e o autor de *Geografia da Fome* (1946). No acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, localizada no bairro do Botafogo (RJ), encontramos uma correspondência de Castro, postada em Genebra no dia 07 de janeiro de 1964, dois anos antes de Cabral iniciar suas anotações para *A casa de farinha*. Dela, vale destacar o seguinte trecho (CASTRO, 1964):

Será realmente um grande prazer para mim tê-lo aqui para trabalharmos juntos e poder contar consigo em alguns projetos de trabalho que estou certo lhe interessarão. Projetos não só oficiais, mas de trabalho particular. Agora mesmo estou preparando um livro sobre o nosso Nordeste no qual, estou certo, Você (*sic*) poderá trazer uma preciosa colaboração. Já antes da sua designação, o Francisco Bandeira de Melo, que trabalha aqui comigo, andou procurando os seus livros para servir-me de subsídio ao trabalho que estou realizando. Com a sua presença aqui, esse subsídio será bem maior.

Nos anos 1950, João Cabral de Melo Neto despendeu muito tempo e energia em longos poemas, cujos eixos temáticos tinham, nos movimentos migratórios, seu tema e sua estrutura. Época de grandes viagens rumo ao sul do país, no seio das quais a vida desse pernambucano partilhava a mesma experiência de desterro com os Severinos de quem tanto falou em seus versos (a despeito das origens sociais distintas e dos destinos divergentes que seriam traçados). Assim, os caudalosos poemas desse período podem ser vistos como possíveis expressões do encontro entre o tempo vivido por João Cabral de Melo Neto e os tempos experimentados por trabalhadores pobres que saíam dos sertões e da Zona da Mata, em busca de meios para dar conta das exigências da vida. Todos eles cães sem plumas. Mas a incompletude do trabalho sugere, contraditoriamente, um desencontro entre esses tempos.

João Cabral buscava um método por meio do qual pudesse dar conta de transfigurar, em versos, complexos problemas decorrentes de transformações históricas de grande envergadura, mais especificamente, a conexão entre migrações, memória (distância da terra natal e subjetividade) e

proletarização. Aliás, são questões de grau tão elevado de complexidade que ele se sentiu desafiado em toda sua carreira, a ponto de regressar variadas vezes a elas, sendo que cada um desses retornos se deu a partir de alterações formais nos usos das palavras, na composição dos versos e na escolha dos temas.

Todavia, o projeto sobre *A casa de farinha* é situado, temática e formalmente, num momento em que os homens e mulheres simples, nele referidos, estão no limiar do movimento migratório, mas ainda não foram tragados pelo rio humano que desaguava em grandes centros, em processo de metropolização (urbanização e industrialização). Provavelmente seria um poema no qual seu autor tentava dar conta de mudanças históricas vividas, inicialmente, como ameaça à sobrevivência, como proletarização, em termos de privação de instrumentos e resultados de trabalho e da verdade sobre o mundo de cuja construção tais homens e mulheres participavam (MARTINS, 2012, p. 121).

No desafio de representar literariamente o encerramento de uma casa de farinha específica, João Cabral de Melo Neto possivelmente esboçava um novo uso poético do marxismo, a fim de apreender, no nível dos detalhes, uma história particular e acanhada (porém, significativa), de trabalhadores e trabalhadoras pobres e anônimos. Sendo assim, o obsessivo esmero do escritor, na lapidação das palavras e dos versos, pode ser discutido num grau de sintonia com o método marxista, ou seja, a fina exploração da palavra (forma elementar do poema) era construída como meio de conhecimento poético do mundo e suas mudanças. Não a grande história universal, abstrata, mas aquela que é vivida num local específico, como “expressão particular e localizada das contradições históricas” (ibid., p. 117).

## Marxismo, “etnografia” e poesia.

Na edição organizada por Inez Cabral, consta o dia 16 de setembro de 1966 como data de início da dedicação de seu pai ao projeto estético acerca de *A casa de farinha*. Ao contrário dos longos poemas até então escritos, a produção (e não as ondas migratórias) ocupa o fulcro temático e formal da dedicação de seu autor. Não a produção em geral (abstrata), mas sim uma forma particular: um determinado modo de produção de farinha.

Desde *O cão sem plumas*, João Cabral era sensível o suficiente para evitar a construção de poemas com temática social que simplesmente contornassem a questão do trabalho, seguindo uma das premissas inscritas n’*A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007, p. 11):

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção.

O excerto acima é carregado com as potenciais variações da realização da história humana, as distintas maneiras de produção da vida. Sobre os ombros de todo ser humano pesa a lei férrea de satisfação de necessidades de toda monta, ainda que as respostas oferecidas sejam ricamente diversas. E a incorporação da etnografia, como via de entrada para o conhecimento das condições sociais de existência, talvez seja uma das possíveis soluções teórico-metodológicas para o desenvolvimento de um marxismo que não seja dogmático e infenso à diversidade.

As *Notas...* dão respaldo para pensarmos que João Cabral estava imbuído de intenções pautadas por

exigências “etnográficas”, animado e direcionado pela preocupação com especificidades que determinam certa realização da existência humana, frente ao desafio de representá-las poeticamente (daí as aspas, pois não se trata de etnografia em sentido estrito, muito menos de uma poética feita a reboque do campo científico). Afinal, no texto, há indícios de grande interesse pela produção de farinha em suas peculiaridades técnicas, ritmos, movimentos corporais, divisão do trabalho e posições ocupadas no processo produtivo, pensamentos (fabulações), criações artísticas populares referidas e usadas por homens e mulheres, quando envolvidos na rotina diária de seus afazeres (cantos de trabalho), enfim.

Se as observações reunidas pelo autor às vezes permitem imaginar uma proposta demasiadamente esquemática, os esboços poéticos já demonstram uma *finèsse* literária graças à qual as técnicas de fabricação de farinha, os movimentos corporais, “o torrar cantado em trovas” ganham uma unidade articulada ao contexto social em que têm sentido como parte dos trabalhos necessários à sobrevivência, mas também como jeito de ser, internalizado na “alma” dessas pessoas (e na poesia), num nível de intimidade tão grande que João Cabral de Melo Neto teve de acrescentar ao substantivo farinha o pronome possessivo “nossa”. Pronome que se refere ao alimento em si, mas também a uma forma particular de sua elaboração, um determinado tipo de trabalho, igualmente “nosso”. Assim, não se trata de mera apropriação da farinha, mas da defesa de todo um mundo que passa a ficar sob ameaça. Um mundo com vários saberes inscritos no corpo, contraponto ao processo de industrialização, no qual as habilidades, expropriadas dos trabalhadores, são incorporadas às máquinas, às fábricas (MARX, 2011, p. 436). Isso tudo pode ser depreendido dos versos seguintes (MELO NETO, 2013, p. 118):

- Vem uma fábrica nova  
fabricar nossa farinha  
- Quem já viu que a farinha  
possa dispensar a sova,  
o suor, o amassar das mãos  
o torrar cantado em trovas  
-Essa nova fábrica que vem  
substituir aquela nossa  
será capaz de trazer  
à farinha a marca nossa?  
- Mas a culpa por tudo é nossa  
antes cada um plantava  
sua própria mandioca  
e no telheiro arrombado  
fazia [...] de nossa  
- Mas que depois que cada um  
se junta em grandes palhoças  
de aluguel e a comerciar  
o trabalho de alqueires horas  
foi muito mais fácil para eles  
atacar nas coisas nossas<sup>65</sup>

Assim, a escolha das casas de farinha, como tema, não é aleatória e, portanto, certamente obedece a uma lógica que inscreve a mandioca como alimento importante (ainda que pouco nutritivo) na estrutura alimentar e social do nordeste e do Brasil. Mandioca referida como “pão dos brasileiros”, segundo Câmara Cascudo (2002, p. 226). Como disse Josué de Castro (1953, p. 101),

Assim subjugados pela forte pressão dos fatores de natureza econômica cederam às influências tanto naturais como culturais, e todo o complexo alimentar da região se fixou

<sup>65</sup> Grifos do autor.

---

em torno da farinha de mandioca, de cultivo fácil e barato, sem grandes exigências nem de solo nem de clima nem de mão de obra. Complexo de alimentação muito pobre que arrastou o Nordeste à condição de uma das zonas de mais acentuada subnutrição do país. Mais do que isso, zona de fome quase tão grave quanto a região do extremo norte.

“Etnografia” que entra na confecção literária a partir de pesquisas que permitam o aprendizado de idiosincrasias técnicas e sociais do preparo da farinha. Interesse verdadeiro de apreensão da realidade humana com refinado nível de detalhamento. Contudo, na medida em que é literariamente orientado, tal recurso técnico é apropriado como forma, sobretudo como dedicação esmerada às palavras, selecionadas e construídas como mediação entre as vivências do escritor e dos trabalhadores pobres referidos, num certo momento da história. “Etnografia” incrustada via estilo que, segundo Lukács, é também uma questão sociológica. Forma como portadora do conteúdo do poema, ponte entre escritor e leitor, mas também “centro invisível” (LUKÁCS, 1992, p. 174) resultante de um campo possível de tradução entre as experiências vividas pelo autor e pelos tipos sociais referidos em seu projeto.

Nesse caso, sendo a migração o único ponto de fuga para o qual confluem, no horizonte histórico, as vidas de João Cabral de Melo Neto e os migrantes dos quais fala em seus versos, o problema mostrava-se mais complexo, posto que era abissal a distância social entre eles. Assim, encontramos uma série de palavras assinaladas, todas elas apontando para detalhes técnicos, linguísticos e sociais do passo a passo de produção da mandioca, desde sua chegada à casa, através dos carregadores, até o forno, no fim do processo. Expressões como as seguintes: caitetu, cevador, virgens, “encartuchada em palhas de carnaúba”, chaprão, brinquete, côcho (sic), forneiro, “desmancha da farinhada”, aviamento (MELO NETO, op. cit., p. 79). Há também registros de informações dadas por um homem chamado Tulio, acerca de aspectos peculiares das casas de farinha em Pernambuco. Nesse estado (ibid., p. 82),

[...] não se usa tipiti [*um tipo de cesto de palha empregado para extrair da mandioca o ácido hidrocianico*]. A massa é esmagada no próprio cocho. Às vezes botam uma estopa. (...) o rodo do forneiro: como um pau de croupier de roleta. (...) o J. [...], de Carpina, que já tem uma casa de farinha movida a eletricidade.

Assim, além das peculiaridades das casas de farinha mais artesanais, em suas variações geográficas e culturais, João Cabral de Melo Neto tinha dados para pensá-las em outras condições, com tendência para a industrialização. Se não isso, ao menos mudanças técnicas que poderiam ser tomadas como forças transformadoras, capazes de atuar como modo de produzir e, em decorrência disso (mas não de forma mecânica), como modo de ser dos indivíduos envolvidos no processo. Segundo Marx (2011, p. 405),

No próprio ato da reprodução não se alteram apenas as condições objetivas, por exemplo, a vila se torna cidade, o agreste, campo desmatado etc., mas os produtores se modificam, extraíndo de si mesmos novas qualidades, desenvolvendo a si mesmos por meio da produção, se remodelando, formando novas forças e novas concepções, novos meios de comunicação, novas necessidades e nova linguagem.

Assim, a combinação entre informações de caráter empírico sobre o preparo da farinha e seu esmero na composição dos versos permitiu-lhe evitar o maior defeito de certa sociologia: estabelecer uma relação direta entre criações artísticas e condições econômicas (LUKÁCS, op. cit.).

Já tendo escrito muitos versos sobre migração (àquela altura um fenômeno social muito bem delineado e em franco andamento), Cabral decidiu abordar as tensões possivelmente engendradas em

dado local de trabalho, em um momento liminar<sup>66</sup>, correlato dos processos de proletarização e expansão das relações tipicamente capitalistas, definindo as viagens como fado incontornável que, no limite, requer o gatilho da deliberação individual para ser levado adiante (ao mesmo tempo em que essa deliberação fica mais e mais constrangida por transformações que obstam a sobrevivência). Proletarização, mas também as formas de resistência contra essa transformação.

Quiçá não seja exagero ou mesmo equivocado assumir a seguinte hipótese: João Cabral de Melo Neto construiu um método de criação poética levado a cabo em dois níveis. No primeiro, diacrônico, a abrangência do marxismo, como “grande teoria” histórico-sociológica, fez de cada poema em particular um momento da grande proposta poética conduzida pelo autor, qual seja: a transfiguração de mudanças sociais em versos. No segundo, sincrônico, o poema basta em si mesmo, como momento em que seu autor esmerava-se em cristalizar, verso a verso, palavra a palavra, as variadas maneiras como são estabelecidas as relações dos seres humanos com seu destino, com a história (ibid., p. 175). Como se cada poema fosse um momento de análise de certos aspectos dos fatos sociais, na complexidade de suas determinações.

## Marxismo e literatura: tempo poético, tempo social

A inspiração marxista surge, logo de cara, na concepção da estrutura do poema como um todo, no qual os versos e as divisões em estrofes seguem um princípio argumentativo. De certa forma, o poema é uma “tese”. Nele, o autor tinha a intenção de explorar as possíveis conexões entre as construções mentais dos personagens, o drama do encerramento das atividades na casa de farinha e os imperativos da sobrevivência. (Uma fina sintonia poética entre mentalidade e atividade prática). No ponto de partida, cada uma das possíveis respostas viria modulada pela posição ocupada no processo de produção de farinha, obedecendo ao seguinte esquema: raspadoras e quebrador (otimistas quanto às mudanças); raladoras (pessimistas); prensador e forneiro (realistas); e carregadores (“neutros, apenas noticiosos”) (MELO NETO, op. cit., p. 38; 48).

Esse esquema também seria estruturado como dialética textual (formal): na trama, a “psicologia dos personagens” (“ideologia”, “visão de realidade”) variaria em função da atividade: a igualdade no trabalho “faz” pensar de forma semelhante (ibid., p. 48; 52). Segundo o autor, as raspadoras “embelezam a mandioca: daí o seu otimismo”; as raladoras “destroem a mandioca numa massa: daí seu pessimismo”; prensador, quebrador e carregador, “todos têm uma psicologia mimética do trabalho que fazem” (ibid., p. 58). Acima de tudo, manifestações do “espírito” marcadas pela divisão do trabalho, tendo em vista que havia equipamentos técnicos mais rústicos empregados por uma única pessoa na elaboração da farinha.

As ideias, expectativas, temores e incertezas de cada personagem (dúpliques dos migrantes que efetivamente experimentaram as mudanças representadas no texto) entram na composição de um poema concebido como representação do embate entre pontos de vista distintos, cuja estrutura funcionaria no dinamismo da argumentação e contra-argumentação, da seguinte forma: 1) otimismo – raspadoras – tese; 2) pessimismo – raladoras – antítese; 3) realismo – prensador – síntese ou (nova) tese; 4) otimismo – quebrador – antítese; 5) realismo – forneiro – síntese (ibid., p. 38).

---

<sup>66</sup> A discussão de Victor Turner sobre dramas sociais e “liminaridade” (*liminality*) contribui para a interpretação e explicação de situações de suspensão de hábitos e comportamentos costumeiros, bem como para a compreensão das possibilidades de sua representação em textos literários (TURNER, 1975, p. 52-57).

João Cabral de Melo Neto chegou a esboçar aquilo que poderia vir a ser um início de *A casa de farinha*. Dele, destacamos as seguintes estrofes, como sucessão de falas que marcam a aurora de mais um dia de trabalho. Não um dia qualquer, visto que preenhe das expectativas quanto ao encerramento definitivo de suas atividades (ibid., p. 130; 132):

Carregadores	- Bom bom-dia, minha gente. - Bom dia para os presentes. - Bom dia, futuramente. - Bom dia, ainda no ventre.
Mulheres de descascar	- Bom dia tem que dizer quem chega a todo presente. - Dizer bom dia é tirar o chapéu, cumpridamente. - Bom-dia não antecipa o dia que espera em frente. - Nem bom-dia tem a ver se é sol ou chuvadamente.
Carregadores	- Nós respondemos bom dia a quem amigavelmente. - Retribuímos o chapéu sem tirá-lo mulhermente. - Não há bom-dia ao pé da letra; sei que ele nada promete. - Que bom-dia pode ter quem ouviu: trabalhe e espere?
Mulheres de descascar	- Vocês que chegam de fora, o bom-dia é de valer? - Porque aqui de madrugada corujamos sem saber? - Bom dia é o que precisamos quem está aqui sem saber. - Que floresça num bom dia o dia que está a florescer.
Carregadores	- Viemos de fora, mas não há promessa em nosso bom-dia. - O escuro não deixou ver se vai chover ou se estia. - Fora, ninguém diz saber por que a geral companhia. - Que tem de moer a farinha no dia que dura um dia.

Na condição de projeto inacabado, predominam versos heptassílabos, mas alguns destoam. Pequenas arestas que certamente seriam polidas pelo autor, no decorrer do processo de construção e arremate poéticos. Versos simples, porém escritos e orquestrados segundo o método “matemático” usado por Cabral, que concebia a poesia como trabalho racional voltado, dentre outras coisas, para a contenção de rompantes emotivos que tirassem o foco do fim proposto pelo autor.

Mas nos versos de *A casa de farinha*, essa precisão concisa funciona como transfiguração poética da cadência corporal dos movimentos requeridos no processo de elaboração da farinha. Interiorização poética da rotina diária, iniciada no cumprimento dos carregadores, cuja persistência (em quatro versos) talvez permita pensar não em cumprimento banalizado, mas modulado por um tom de solenidade

---

(respeito, decoro dos homens e mulheres simples)<sup>67</sup>.

Um único verso resolveria o problema, mas sem dar a entender as regras que regem esses encontros. Regras representadas nos terceiro e quarto versos da segunda estrofe: “- Dizer bom dia é tirar / o chapéu, cumpridamente”. Aqui, além da saudação feita com o chapéu, o insólito advérbio indica cortesia feita com lentidão. Cumprimento que se alonga, quase em câmera lenta, porque o código social, do qual fala Martins, assim requer. Advérbio que, sozinho, contém quatro das sete sílabas constitutivas do verso. Recurso literário usado para incorporar e chamar a atenção para miudezas sociais desse calibre, normalmente apreendidas pelo olhar etnográfico, educado para isso mesmo.

Mas é também por meio desses neologismos (“cumpridamente”, “mulhermente”, “chuvadamente”) que João Cabral de Melo Neto se distancia da norma culta da língua, aproximando-se, no mesmo movimento, de uma das preocupações do modernismo, inscrita nos versos de “Evocação do Recife”, do amigo, conterrâneo e também poeta Manuel Bandeira (1993, p. 135): “[...] língua errada do povo / Língua certa do povo”. Cabral não era modernista, de modo que essa ideia deve ser pensada no quadro metodológico do materialismo histórico, segundo o qual a linguagem está intrinsecamente vinculada à vida social, com palavras, ritmos, entonações e sotaques qualificados pela maneira como a vida é vivida, num certo meio social, mas também é “veículo” pelo qual essa mesma vida consegue ser percebida por homens e mulheres que a vivem. Linguagem que é a expressão e o limite da consciência, sob determinadas condições de produção da vida. Conforme Marx (2011, p. 402): “A própria linguagem é o produto de uma comunidade, do mesmo modo que, de outra perspectiva, ela própria é a existência dessa comunidade e a existência evidente dela mesma”.

Todavia, a rotina e o decoro têm uma ponta solta: “o bom dia é de valer?”. Os boatos de fechamento da casa de farinha perturbam o encadeamento da vida. A amarração fonética das rimas terminadas em “-mente” se esgarça a partir da segunda metade da terceira estrofe. Aquele modo de vida, referido nos versos, começava a ser desfeito.

Segundo Thompson (2005, p. 271), nas sociedades camponesas, em que homens e mulheres se orientam pelas tarefas que precisam ser feitas (e não pelo tempo do relógio e por produtividade, alçada a níveis mais e mais elevados), há pouca separação entre trabalho e vida. No verso que encerra a última estrofe anteriormente transcrita, o engenho de Cabral criou uma espécie de desdobramento interno do dia, que se alonga e, de certa maneira, revela a cisão entre vida e trabalho, cravando entre os dois o medo, a preocupação com a presença de um número excessivo de pessoas (“geral companhia”) e com a “nova” duração do dia, anteriormente “naturalizado”. Em termos da estrutura interna do verso, a duplicação da palavra dia e a aliteração feita com a letra “d” (dia; dura; dia) conferem força e propriedade à representação de mudanças sociais de grande envergadura e das possíveis formas de sua assimilação psicológica, abrindo um campo de incerteza.

No verso, a segunda palavra “dia” ecoa a primeira, funcionando como sombra (espectro) ou mesmo eco. Uma fissura inscrita no verso, duração cravada na jornada cotidiana, mais difícil de ser vencida, posto que incerta. Nessa rachadura são depositadas todas as emoções relacionadas à insegurança,

---

<sup>67</sup> “Os camponeses negros do interior de Minas Gerais e do Maranhão, ainda que pobres, muitas vezes analfabetos, descalços e aparentemente rústicos, são quase sempre dotados de uma delicadeza fidalga no relacionamento com as pessoas, conhecidas ou não. O relacionamento com eles se apoia numa cerimônia de interação claramente referida a concepções de deferência e homenagem próprias do estamento senhorial do passado. O mesmo acontece com os caipiras de São Paulo, que nos seus relacionamentos praticam ritos de deferência que seus antepassados indígenas aprenderam dos jesuítas no século XVI” (MARTINS, 2012, p. 129-130). É bem provável que essa “fidalguia” valha também para as regiões rurais de Pernambuco.

potencializadas em uma nova sociedade, em que o valor de troca interpõe-se (crava-se) entre trabalho e valor de uso, entre o trabalhador e suas necessidades. Sendo assim, o alongamento do dia é o prenúncio da subsunção do trabalho ao capital, via extração de mais-valia (nesse caso, uma forma preliminar da mais-valia absoluta em vias de se constituir não como exceção, mas regra a determinar, com rédea curta, as vidas daí em diante).

Para João Cabral de Melo Neto, o drama seria marcado por vários pontos de tensão, inclusive com respostas violentas (“construir um clímax de discussão que chegue a puxarem punhais” – MELO NETO, op. cit., p. 52). Tudo isso no bojo de escolhas em que o presente se estende (com acúmulo de trabalho além do costumeiro, na medida em que muitos levariam sua mandioca, precavendo-se contra a possível interrupção da casa). Dia que também é esvaziado, e a ênfase incide sobre uma nova temporalidade, cujo ponto de fuga é direcionado para o futuro. Se na poesia em geral o tempo é elemento decisivo, aqui ele tem mais força, pois temos em mãos um projeto de representação de mudanças sociais que se desdobram em alterações da temporalidade, particularmente no tempo vivido e percebido<sup>68</sup>.

É um projeto de possível representação de um momento histórico em transformação. Todo o diálogo seria pautado pelo que iria acontecer (devir). Na medida em que João Cabral de Melo Neto deixa claro que será a última vez que tais pessoas trabalham na casa de farinha, ele introduz um elemento perturbador da rotina, à qual homens e mulheres estavam habituados. Ao fazê-lo, tenta elaborar poeticamente aspectos variados da proletarização e das mudanças do processo de trabalho como um tipo de realização da modernidade, um novo arranjo social pautado pela preocupação com o futuro (e suas incertezas – o bom-dia dos carregadores não traz boas promessas). Uma nova temporalidade começava a ser forjada na toada das alterações das condições de produção da vida.

Nos *Grundrisse*, Marx defende a tese de que o capital acumulado funciona como apropriação de trabalho futuro, e não somente do trabalho realizado no presente (MARX, 2011, p 293):

O valor excedente, o aumento do trabalho objetivado, tanto quanto ele existe para si, é dinheiro; mas dinheiro agora já é em si capital; enquanto tal, título sobre trabalho novo. Aqui, o capital já não entra mais em relação só com o trabalho existente; mas com o trabalho futuro. Ele também não aparece mais dissolvido em seus elementos simples no processo de produção, mas aparece nele como dinheiro; contudo, não mais como dinheiro, que é simplesmente a forma abstrata da riqueza universal, mas como título sobre a possibilidade real da riqueza universal – a capacidade de trabalho e, de maneira mais precisa, a capacidade de trabalho que vem-a-ser.

Trabalhos (presente e futuro) que podem ou não ser explorados pelo capital. Daí a brecha para pensarmos na potencialização dos sentimentos de incerteza quanto ao vir-a-ser<sup>69</sup>. Sentimentos enformados no contexto cultural local. Temporalidade em descompasso com o território no qual a trama se passa. Assim, em seus apontamentos, o autor diz que o prensador deve falar em provérbios, sugerindo que as mudanças seriam compreendidas e / ou assimiladas com base no registro cultural do qual homens e mulheres se valem, como forma de assimilar o inusitado (o novo, o perturbador) à cultura já conhecida, a fim de tentar conferir sentido àquilo que se configura, no horizonte, como ameaça concreta à (re)produção da vida nos moldes em que se dava até então<sup>70</sup>.

<sup>68</sup> Nas *Notas...*, encontramos o esboço de um cronograma dos trabalhos (e trabalhadores) envolvidos na produção de farinha, cujas ações sucedem-se ao longo das horas. Esboço que possivelmente seria internalizado na trama do poema (MELO NETO, op. cit., p. 30-31).

<sup>69</sup> Sobre a relação entre futuro e modernidade, cf. OLIVA-AUGUSTO, 2004, p. 1.

<sup>70</sup> “O que os camponeses e as camponesas percebem, tanto no morador da cidade e no mundo da cidade como também

Nesse poema de “inspiração” “etnográfico-marxista”, a estratégia foi transfigurar a apreensão quanto ao devir em fenômeno natural, nas primícias do poema, como escuridão a anunciar talvez chuva, talvez estia (quem vai saber ao certo!). Tudo isso dentro de um quadro impreciso, no qual Cabral tentava amalgamar sua consciência (restrita) acerca do fenômeno literariamente estudado e “a consciência do meio sensível *mais próximo* e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 25).

Não se trata de processo linear, mas sim de complexa trama em que uma temporalidade de caráter mais tradicional passa a coexistir, contraditoriamente, com a temporalidade forjada no processo de constituição das relações tipicamente capitalistas, em expansão.

Nessa linha, o que nos parece um ponto alto da proposta de João Cabral é a forma como podemos pensar nesse desenvolvimento da proletarização como grande transformação que se anuncia e alavanca o futuro ao horizonte de vida. Um espectro cuja sombra cresce sobre as vidas de pessoas acometidas pelo turbilhão da história. Espectro que está ali, à espreita, envolvente, ante o qual homens e mulheres sentem-se acuados.

No texto, o futuro vem “personificado” pelo Estado, particularmente pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste<sup>71</sup>): “imaginar já o futuro fabuloso que virá com o Dr. Sudene. Isso também deve ser introduzido claramente” (MELO NETO, op. cit., p. 64). Eis um trecho digno de nota (ibid., p. 54; 56):

- o Doutor Sudene: fabuloso de meios para fazer as coisas, ajudá-los, etc. – Fabuloso de poder para impedir os abusos do coronel. Os otimistas creem nele; os pessimistas reconhecem sua existência mas dizem que é igual a todos. (...) Dr. Sudene: Sujeito fabuloso, do Recife e do Rio. Manda de longe, em todo o mundo. Pode tudo. Ninguém o viu mas todo mundo acredita nele. Os pessimistas também: só que dizem que não é tão fabuloso assim, é igual a todos. Uma espécie de Ademar da piada do matuto do Piauí: “É o dono da Coca-Cola.” Arranjar um nome para o Dr. Sudene. No fim, dar um hint de que não é um homem mas um organismo burocrático.

- Ver se o Dr. Sudene aparece ou não. No fim, p. ex., pode vir um engenheiro da Sudene trazer o desfecho. Ai se descobre que Sudene não é gente. Mas ninguém espera que ele apareça. Ninguém o viu. Ninguém o espera: espera o que ele vai fazer. Seu aparecimento seria um milagre.

O futuro entra em cena (e na vida dos trabalhadores) sob o signo do estranhamento, no bojo de alterações estruturais que, como tais, sempre ocorrem à revelia das vontades de homens e mulheres. Um futuro estranho, portado pelo Dr. Sudene, em forma de pessoa que, aos poucos, vai se transfigurando em instituição burocrática. Um não homem, pois sabe-se lá se aparecerá ou não, ainda que vindo da cidade (Recife, Rio de Janeiro). E para o homem simples, a cidade é o lugar do poder e do saber (MARTINS, op. cit., p. 119)<sup>72</sup>. Pois bem: pessoa ou burocracia, esse personagem (uma presença ausente) é concebido sob

---

nos outros camponeses, é pois em razão de seus respectivos sistemas culturais” (BOURDIEU, 2006, p. 89).

<sup>71</sup> Nas *Notas...*, João Cabral incluiu um recorte de texto intitulado “O IMPACTO DA SUDENE”, no qual se lê o seguinte trecho (MELO NETO, 2013, p. 77): “[...] criada em 1959 com os objetivos de: 1 - Aumentar a renda **per capita** do Nordeste a um ritmo que diminua progressivamente as diferenças em relação ao Centro-Sul; 2 – Promover a integração espacial e setorial da economia nordestina para evitar distorções locais de crescimento e integrar o Nordeste cada vez mais na economia brasileira; 3 – Criar novas oportunidades em emprego, a fim de absorver a (*sic*) crescimento da população ativa e diminuir o **déficit** existente; 4 – Alargar as possibilidades de acesso aos benefícios do desenvolvimento para propiciar a todos um mínimo de oportunidades de realização pessoal e melhores condições de mobilidade social”. [Grifos do autor].

<sup>72</sup> Helena Lewin chama a atenção para uma característica da forma como o mundo rural foi percebido e analisado nas ciências sociais e no plano da burocracia do Estado. Segundo a autora, há uma grande tradição na qual esse ambiente social aparece totalmente desvalorizado em relação à cidade, como se a zona rural fosse o lócus do atraso. “Dessa

o signo da desconfiança, incerteza, pleno de poderes (miraculosos) que podem ou não ser exercidos em favor daqueles que seriam os mais desfavorecidos.

Um futuro estranho que serve como sinal das distinções entre as regiões mais ermas, afastadas, e centros como Recife, Rio de Janeiro, São Paulo. Um fantasma cujo verdadeiro cerne é o mercado, em expansão (articulado a um Estado autoritário). Enquanto não totalmente envolvidos pelas relações mercantis e interconectados (simbólica e materialmente) pelos meios de eletrônicos de comunicação de massa e por vias de comunicação (terrestres, aéreas e fluviais), o futuro não se inscreve no espaço e não se internaliza nos espíritos individuais e no “espírito” coletivo. Ao menos não nos termos típicos da modernidade<sup>73</sup>. Mas essa internalização, se bem sucedida, certamente seria um sinal da desfiguração do homem rural, despojado de sua humanidade (consciência e cultura), transformado em “mero recipiente de inovações” (LEWIN, 1974, p. 89).

Há um descompasso entre regiões econômica e culturalmente desiguais, como um dos aspectos que formam a trama social, percebida e escrita segundo o diapasão do desencontro entre a vivência dos homens simples referidos no texto e a vivência do autor, cujos movimentos por territórios diversos foram exacerbados por sua carreira no Itamaraty. Desse descompasso surgem chances de comparação, engendradas pelo contato com pessoas de fora, viajantes introduzidos no texto, por Cabral, como possível solução estética para a representação do potencial transformador dos contatos humanos, como processo civilizatório. Sobre essa parte do argumento, vale a citação dos seguintes trechos (MELO NETO, op. cit., p. 64):

Um personagem qualquer, mais viajado, que viveu vida melhor, fica espantado com o pouco que imaginam e pergunta: ‘Mas isso vocês estão imaginando; etc.’ Isto é, ele pensa que elas estão no nível realista, contando a vida delas mesmas, o passado, ou o de alguém que conheça. Elas respondem duvidando que haja no mundo quem realize, ou tenha, o que estão imaginando.

[...]

Também poderia aparecer outro (fica aqui como sugestão) que fosse um tipo mais viajado ainda e que revire o bom que elas imaginam como uma queixa delas, uma descrição do má (*sic*) que é a vida que elas levam...

Um pouco antes, Cabral sugere que as raspadoras “têm imaginação curta, determinada pela pobreza da vida delas” (MELO NETO, op. cit., p. 58). Dessa forma, a imaginação (“contar infúndios”) está imbricada nas condições de existência dos personagens. E os viajantes, com opiniões distintas, introduzem o viés comparativo pelo qual João Cabral de Melo Neto demonstra sua intenção de elaborar poeticamente o sentido “civilizatório” do capital, cujo desenvolvimento suscita novas necessidades individuais e sociais, bem como a possibilidade de “alçar” as culturas e os seres humanos a novos patamares históricos<sup>74</sup>.

---

forma, o estímulo tem que vir de fora do contexto rural e, assim, a cidade passa a ser qualificada e legitimada para levar adiante o progresso e fazer diminuir as disparidades inter e intra-regionais” (LEWIN, 1974, p. 90). Dessa forma, a ironia de Cabral (Dr. Sudene) pode ser interpretada como suporte de uma crítica a esse aspecto da sociedade brasileira, ainda mais num período em que as mudanças no campo e na cidade estavam em franca movimentação.

<sup>73</sup> De acordo com Oliva-Augusto (2004, p. 2), “O tempo social dominante de uma sociedade é o tempo no qual ela cumpre os atos necessários para a produção dos elementos que possibilitam sua sobrevivência, processo por meio do qual cria, manifesta, realiza e atualiza seus valores fundamentais (...). Assim, a forma pela qual uma dada sociedade garante a manutenção da vida interfere sobre o seu ritmo temporal e indica qual é o seu tempo predominante”.

<sup>74</sup> “A exploração completa da Terra, para descobrir tanto novos objetos como novas propriedades como matérias-primas etc.; daí o máximo desenvolvimento das ciências naturais; similarmente, a descoberta, a criação e satisfação de novas necessidades surgidas da própria sociedade; o cultivo de todas as qualidades do ser humano social e sua produção como um ser, o mais rico possível em necessidades, porque rico em qualidades e relações – a sua produção como um produto social universal o mais total possível (porque, para um desfrute diversificado, tem de ser capaz do desfrute e, portanto, deve possuir um elevado grau de cultura) – tudo isso é igualmente uma condição da produção baseada no

Se, por um lado, a primeira opinião tem um timbre negativo de inferiorização dos personagens (a partir de um viés carregado de “etnocentrismo” – visão citadina sobre o sertanejo), a segunda salienta um viés crítico (“relativizador”) que, na situação de liminaridade, pode indicar a constituição de uma espécie de consciência política, de modo que, nesse caso, o futuro possa ser “apropriado” por homens e mulheres, em forma de esperança e de respostas políticas que indiquem superação da apatia e da passividade ante as alterações oriundas do mecanismo envolvente do capital.

Assim, quando o forneiro (realista), num momento de síntese, provavelmente toma consciência do caráter irreversível do encerramento das atividades da casa de farinha, teria início um monólogo de fechamento do auto, sendo que o fundamental “é dizer que a consciência do problema é importante e que, embora, desta vez, a coisa fique assim, da próxima aquela gente já estará escaldada, consciente” (ibid., p. 70).

Tal desfecho é índice da complexidade típica de mudanças sociais de grande monta, ante as quais homens e mulheres, com frequência, não veem outra solução a não ser a adaptação, incapazes de oferecer qualquer resistência. Ao mesmo tempo, ecoa aqui o final do romance *Germinal* (1885), de Émile Zola, no qual a derrota dos trabalhadores é interpretada como germinar de novos tempos (ZOLA, 1972, p. 537):

Por todos os lados as sementes cresciam, alongavam-se, furavam a planície, em seu caminho para o calor e a luz. Um transbordamento de seiva escorria sussurrante, o ruído dos germes expandia-se num grande beijo. E ainda, cada vez mais distintamente, como se estivessem mais próximos da superfície, os companheiros cavavam. Aos raios chamejantes do astro rei, naquela manhã de juventude, era daquele rumor que o campo estava cheio. Homens brotavam, um exército negro, vingador, que germinava lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as colheitas do século futuro, cuja germinação não tardaria em fazer rebentar a terra.

Em vista da escrita econômica e bem contida de Cabral, Zola seria excessivamente altissonante, mas o princípio é tematicamente o mesmo, ainda que não formalmente, pois os textos e seus respectivos autores tinham enraizamentos sociais e históricos diversos.

## Conclusão

As escolhas feitas por João Cabral e seus titubeios (em relação à melhor maneira de desenvolver o projeto em pauta) devem ser inscritos em um espaço social e histórico mais amplo, cuja tessitura é formada por vários fios.

O início das reflexões se deu transcorridos praticamente dois anos do golpe militar que entrincheirou as forças armadas no Estado brasileiro. Em grande medida isso repercutiu na vida de Cabral, que era funcionário do Itamaraty e já havia sido afastado de suas atividades, durante investigação iniciada por acusação de subversão (1952 e 1953). O golpe trouxe medo e incertezas, sobretudo àquelas pessoas que se posicionavam à esquerda no espectro político e integravam o funcionalismo público. Porém, a questão estende-se para além da vida privada (em termos de ameaça aos meios de vida), pois um regime ditatorial reconfigura as relações de classe, as condições de vida e de luta política, e, portanto, também incide em

---

capital” (MARX, 2011, p. 333).

criações estéticas que, pautadas pelo materialismo histórico, requerem um tipo de sintonia com a realidade à qual se referem. Ainda mais em um autor (num campo literário) pautado pela ideia da “literatura como missão” (SEVCENKO, 1999, p. 199-233).

No projeto, três anos são mencionados: 1966, 1969, 1985. No maior intervalo, de dezesseis anos (1969-1985), João Cabral de Melo Neto passou por embaixadas no Paraguai (1969), Senegal (1972), Equador (1979), Honduras (1981), Portugal (1982 e 1985). Em 24 de setembro de 1973, morreu Josué de Castro. Na hipótese de *A casa de farinha* ter sido efetivamente (como acreditamos ser) resultado de trabalho conjunto entre os dois amigos, essa perda pode ter lançado grande torpor sobre João Cabral. Uma perda da qual ele deu mostras de reação na retomada da escrita, mas num momento em que seu corpo já ia sendo alquebrado pela deterioração de sua saúde (CASTELLO, 2006, p. 174-185).

Nesse ínterim, os processos de proletarização, urbanização e industrialização, no Brasil, estavam avançados, acelerados e cada vez mais agudos, tornando esse tipo de produção de farinha totalmente residual no sistema econômico mais amplo. Essa grande inflexão pode indicar que o projeto concebido por Cabral talvez não tivesse a necessária acuidade “metodológica”, à luz das mudanças ocorridas. Cada vez mais residual e evanescente, as casas de farinha deslocavam-se para a memória dos sertanejos em migração. E, à primeira vista, quanto mais um tipo de configuração social se desestrutura, mais a alternativa do saudosismo (e a idealização do passado) desponta como um possível estético (ELIAS, 2001, p. 220; WILLIMANS, 1975, p. 35).

Porém, vertida em memória, a casa de farinha, como objeto de investigação poética, “faria” a exigência de uma etnografia armada com os instrumentos típicos das entrevistas, capazes de munir o pesquisador (escritor) do material empírico necessário à exploração das possibilidades de uso literário das vivências subjetivas da história. Como fez, por exemplo, Eduardo Coutinho, no campo cinematográfico.

Impedido de fazer isso por conta de seus afazeres como cônsul, João Cabral de Melo Neto buscava outros caminhos. Um deles soa bem estranho, como a presença da expressão “Praisers of days gone by”, explorada por James Joyce na composição de alguns de seus personagens e anotada por Cabral em 16 de novembro de 1966 (MELO NETO, op. cit., p.68). Pequeno indicador de que o autor tinha ciência de que sua proposta requeria, em alguma medida, informações sobre o processo artesanal de produção de farinha, com suas variações técnicas e culturais, mas também dados sobre as inúmeras casas de farinha flexionadas segundo as subjetividades daqueles que empreendem longas viagens, pressionados por exigências ligadas à sobrevivência. É temeroso, mas ao menos alguns vincos das folhas envelhecidas dessa pasta parecem ser marcas de certo “fracasso” e / ou do rigor com que João Cabral de Melo Neto escrevia seus textos, tendo ficado sem tempo e sem condições de levá-lo a cabo com o esmero que lhe era peculiar.

As notas aqui abordadas podem ser vistas como termômetro de um autor lidando com problemas decorrentes do trânsito entre os campos da ciência e da arte (particularmente a literatura), cujas fronteiras tornavam-se mais e mais nítidas, configurando-se como esferas permeadas por exigências distintas àqueles que nelas tentassem agir, em busca de meios de vida e consagração<sup>75</sup>. Duas vocações.

Conduzindo os apontamentos na toada do marxismo, deparamo-nos com a seguinte preocupação: em 19 de setembro de 1966, após anotações sobre a “psicologia-ideologia” dos personagens (marxismo –

---

<sup>75</sup> “Em escala crescente e de forma cada vez mais intensa e generalizada, as distinções entre as linguagens filosóficas, científicas e artísticas acentuam-se, adquirindo contornos de narrativas radicalmente distintas” (IANNI, 2011, p. 155-156).

campo da ciência), Cabral (ibid., p. 50) demonstra preocupação com a necessidade de “(...) variar o Auto da c. de f.<sup>76</sup> e fazê-lo mais ligado à minha obra” (seu método de construção literária – campo da arte). A despeito das diferenças entre ciências e artes, há deslizamentos entre elas, intercâmbios, influências mútuas. Na pasta que João Cabral de Melo Neto entregou para sua filha antes de morrer (um legado que lhe foi deixado), vicejam informações importantes sobre uma troca entre as duas vocações aludidas e à dificuldade de ficar no limiar entre as duas.

Talvez soe sobremaneira pretenciosa a expressão polimento literário do marxismo. É uma sugestão que não carrega em si a tarefa de correção desse método de investigação social. Contudo, da mesma forma que ideias e ideologias de outras regiões adentra(va)m o país e passa(va)m por diversas reapropriações, com a intenção de fazê-las funcionar com propriedade na compreensão e explicação da sociedade que aqui foi se constituindo, os usos estéticos dessa “filosofia” são um dos momentos decisivos desse projeto e da vida de seu escritor.

A obra desse autor pernambucano nos parece carregada de pistas importantes para uma história da formação do campo científico na sociedade brasileira, particularmente em termos de sua repercussão no campo da arte, igualmente em formação. Uma história social de variadas formas de apropriação estética de conceitos e métodos que têm, na ciência, seu terreno “normal”.

Escolhendo temas, definindo formas e ritmos, articulando significativamente palavras e neologismos, Cabral deixou-nos um legado de versos escritos como narrativas acerca dos dilemas enfrentados por migrantes (ele mesmo foi um deles, ainda que sob condições diversas), que buscaram construir suas vidas em meio a transformações históricas e sociais de grande envergadura. Versos que são pontes erguidas sobre a distância simbólica e material entre seu autor e os homens e mulheres dos quais decidiu falar. Pontes também “vergadas” por essa mesma separação. Se nos versos sobre os Severinos, a migração era ponto comum entre Cabral e os viajantes, aqui há indicadores de desconforto do autor, tendo em vista que, em termos de experiências concretas de trabalho, era grande o fosso entre eles.

Mas o marxismo também serviu como espécie de calibrador do projeto que João Cabral de Melo Neto forjou, aos poucos, na toada da consagração que foi sendo construída. Ao menos desde *O cão sem plumas*. Não que os trabalhos anteriores fossem incorretos ou coisa que o valha. Porém, à luz das críticas de excessivo hermetismo e dos desafios do tempo, esse escritor pernambucano viu, no marxismo, uma chave capaz de abrir portas para outras escritas poéticas, desde então flexionadas em sintonia com suas novas experiências e as novas condições de produção da vida, que iam se configurando como condições nas quais o autor tinha de encontrar meios de sobrevivência.

Se em *O cão sem plumas*, *O rio e Morte e vida Severina* os versos tinham a cadência lenta das regiões alijadas dos aparatos tecnológicos típicos da vida moderna e, portanto, os movimentos tinham como medida o corpo humano (e dos animais domesticados), o projeto de *A casa de farinha* traz desafios distintos. Nesse caso, a lentidão do último dia de trabalho funciona como espécie de câmera lenta literária, na qual João Cabral de Melo Neto tentava compreender poeticamente um momento (local, temporal e cultural) do processo de proletarização (e de realização do capital) e da resistência a ele. Processo, obviamente, apreendido à luz do conceito de classe (“Cada grupo é um personagem como os personagens individuais”<sup>77</sup> – ibid., p. 74), mas sem que tal conceito funcione como uma catarata intelectual, a embaçar

---

<sup>76</sup> Auto da Casa de Farinha.

<sup>77</sup> “Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam” (MARX, 1983, p. 80).

as idiosincrasias existentes nos seios (e além) das classes sociais. (Nas *Notas...*, a palavra determinação aparece uma única vez, sinal de que ele almejava as mesmas sutilezas que marcam a vida humana, para além de conceitos – e metáforas – herméticos, ou seja, sem a sintonia necessária com os dinamismos da vida).

Essa única aparição pode indicar o cuidado para não dar força a um marxismo determinista, enrijecido, avesso à liberdade como atributo individual de homens e mulheres, como se nos escritos de Marx não houvesse espaço e referência à deliberação (EAGLETON, 2013, p. 43). Desafio, em grande medida, enfrentado por Cabral. No texto que é objeto de estudo deste artigo, o autor aventa a possibilidade de “ver se teatro é mesmo herói”<sup>78</sup> (MELO NETO, op. cit., p. 72). De modo que não nos parece descabido entrever, nessa concepção heroica da vida, um espaço a ser preenchido pelas escolhas humanas, não totalmente encerradas no claustro de versões de marxismos (e suas leituras) infensos aos acasos de histórias e vidas cujos futuros, no limite, não podem ser premeditados.

## Referências

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun., 2006.

CANDIDO, Antonio. “Poesia ao Norte”. *Folha da Manhã*, 13/06, p.5, São Paulo, 1943.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo, Global, 2002.

CASTELLO, José. *João Cabral de Melo Neto: o homem sem alma & Diário de Tudo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

CASTRO, Josué de. [Carta] 07 jan. 1964 [para] MELO NETO, João Cabral de, Sevilha, 1f. Convite para realização de trabalho conjunto sobre o Nordeste.

\_\_\_\_\_. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, Livraria-Editora da Casa do Estudante, 1953.

EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

IANNI, Octavio. *A sociologia e o mundo moderno*. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 2011.

LEWIN, Helena. A temática do “mundo rural” nos planos brasileiros de desenvolvimento econômico. *Debate & Crítica*. n. 4, p. 83-105, nov., 1974.

---

<sup>78</sup> Grifo do autor.

LUKÁCS, Georg. "Reflexões sobre a sociologia da literatura". In: PAULO NETTO, José (org.). *Lukács: sociologia*. São Paulo, Ática, 1992.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo, Contexto, 2012.

MARX, Karl. Grundrisse: *Manuscritos econômicos de 1857-1858*; Esboços da crítica da economia política. São Paulo : Boitempo; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

MELO NETO, João Cabral. *Notas sobre uma possível A casa de farinha*. Rio de Janeiro, Alfaguara, 2013.

OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena. *Temporalidade, Individualidade e Ordem Social*. São Paulo, mimeo, 19pp, 2004.

RAMIRES, Francisco José. *João Cabral de Melo Neto: engenharia literária*. São Paulo, Ed. Biblioteca 24 horas, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. New York, Cornell University Press, 1975.

WILLIMANS, Raymond. *The country and the city*. New York, Oxford University Press, 1975.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1972.

# Africanidade, exclusão e leis no

## Brasil

Roberto Carlos Simões Galvão<sup>79</sup>

### Resumo

O artigo evidencia a exclusão histórica dos afrodescendentes no Brasil, percorrendo o período compreendido entre a abolição da escravidão e a contemporaneidade. A temática é pertinente e se justifica em razão de sua atualidade no contexto das políticas afirmativas do governo federal. O racismo e a exclusão do negro no universo midiático e publicitário ficaram evidenciados nos resultados de pesquisas realizadas no país. O afrodescendente também continua sendo alvo de preconceito religioso e cultural. Enfoca-se, por outro lado, a evolução legislativa fundamentada nas tentativas de resgate cultural e de valorização da africanidade.

**Palavras-chave:** exclusão; racismo; afrodescendente; legislação.

### Abstract

The article highlights the historical exclusion of African descent in Brazil, covering the period from the abolition of slavery and the contemporary. The theme is relevant and justified because of its relevance in the context of affirmative action policies of the federal government. Racism and exclusion of blacks in the media universe and advertising are evidenced in the results of research conducted in the country. The African descendant also remains the target of religious and cultural prejudice. It focuses on the other hand, legislative developments grounded in cultural attempts to rescue and recovery Africanism.

**Keywords:** exclusion, racism, African descent; legislation.

### Introdução

Historiadores afirmam que por volta do ano 1531 teve início o desembarque dos escravos negros no Brasil. Entre 1531 e 1855 foram trazidos cerca de 4 milhões de negros do continente africano (COTRIM, 2001). Trazidos da África pelos navios negreiros, os escravos suportavam toda sorte de violência e

---

<sup>79</sup> Licenciado em História (UNIVEN). Mestre em Educação (UEM). Professor do Ensino Básico em Joinville (SC).

Depois de serem atirados e trancados no porão do navio negreiro, os africanos eram marcados a ferro no peito, na coxa ou no ombro. Superlotados, carregando geralmente três vezes mais do que sua capacidade normal, o navio negreiro iniciava a viagem com cerca de 600 escravos. Espremidos nos porões abafados, recebiam pouca comida e um copo de água a cada dois dias. A viagem durava de 35 a 50 dias e cerca de 30% dos escravos morriam antes de chegar ao Brasil. [...] Ao serem desembarcados no Brasil, os africanos eram separados de seus companheiros de viagem e misturados a outros escravos recém-chegados. Assim, centenas de negros de origens, línguas e hábitos diferentes eram expostos nos mercados de escravos existentes nos três principais portos do Brasil colonial: Recife, Salvador e Rio de Janeiro. (BOULOS Jr., 1994, p.64).

A violência cultural se deu posteriormente, pela imposição de costumes ocidentais, catecismo jesuíta, idioma português, tudo em detrimento da cultura própria do povo africano, seus costumes, dialetos, sua maneira de ser e de pensar, suas crenças religiosas, etc. Segundo o jornalista congolês Jean Leonard Touadi (apud PALIOTTI, 1998), a violência cultural esteve representada pela teoria da “missão civilizatória”, imposta aos povos colonizados para tirá-los das “trevas do primitivismo”.

Somente após três séculos de escravidão teve início um processo gradativo de abolição da escravatura no Brasil com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, seguida pela Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 – conhecida como Lei do Ventre Livre –, que libertava todas as crianças nascidas de pais escravos. “Os filhos de mulher escrava nascidos a partir daquela data seriam livres, mas continuariam na condição de propriedade do senhor até os 21 anos de idade” (PILETTI; PILETTI, 2000, p.46).

Mais tarde, em 28 de setembro de 1885 foi editada a Lei 3.270, Lei Saraiva-Cotegipe, garantindo liberdade aos escravos com mais de 65 anos. “[...] além de beneficiar apenas os senhores, que ficavam livres da responsabilidade de alimentar escravos pouco produtivos, a medida era de uma ironia brutal numa época em que a expectativa média de vida para os escravos mal chegava aos quarenta anos de idade” (CALDEIRA, 1997, p.220).

O último país a pôr fim à escravidão no continente americano sancionou a sua Lei Áurea (Lei Imperial 3.353) em 13 de maio de 1888. Na ocasião não foi proposta qualquer assistência ou garantia que protegesse os antigos agentes do trabalho escravo na transição para o sistema de trabalho livre (FERNANDES, 1965). A libertação dos escravos, da maneira como foi feita no Brasil, impôs aos negros a condição do mais completo abandono. Os ex-escravos tiveram de se reorganizar sozinhos, lançados à própria sorte depois de trezentos anos de escravidão.

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 1965, p.05).

Como consequência ainda hoje é visível o resultado de séculos de escravidão e posterior abandono imposto ao povo negro. Nesse sentido, o presente estudo busca evidenciar, resumidamente, a exclusão histórica do elemento afrodescendente no Brasil e, ao mesmo tempo, demonstrar as tentativas de resgate cultural e de valorização da africanidade a partir de medidas governamentais e do amparo legal na contemporaneidade.

O conceito de africanidade remete aqui à valorização da cultura africana e dos afrodescendentes, reconhecendo aspectos históricos, políticos, étnico-linguísticos, entre outros (ARRUDA, 2009). No

dicionário de Língua Portuguesa o termo africanidade comumente aponta para o caráter peculiar de quem ou do que é africano, notadamente da África negra (GEIGER, 2012).

Estudiosa do assunto, Petronilha Gonçalves Silva faz uso da expressão africanidades brasileiras, no plural, quando se refere

[...] às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia. (SILVA, 2005, p.155).

De maneira geral a expressão africanidade refere-se ao significado da presença histórica de milhões de escravos no Brasil ao longo de séculos, e às formas e estratégias de que se utilizaram para garantir sua sobrevivência física, mesclando culturas e modos de ser numa combinação possível em um contexto de opressão. Refere-se enfim às influências deixadas pelos afrodescendentes, bem como às influências incorporadas por eles a partir do convívio com outros grupos étnicos.

## **África e africanidade: resgate histórico-cultural a partir da lei 10.639/2003.**

A África durante muitos anos foi uma região desconhecida para a maioria dos brasileiros. As informações exibidas pelos canais de televisão quase sempre associavam o continente africano às imensas savanas e sua vida selvagem. Outro aspecto que vinha recebendo algum destaque eram as crises humanitárias enfrentadas por algumas regiões africanas. A África, porém, sempre foi muito mais do que isso.

Ao contrário do que pensam alguns a África não é um país, mas um gigantesco continente com cerca de 30.2 milhões de km<sup>2</sup>, onde se situam 55 países independentes. Há em todo o continente uma vasta diversidade étnica, cultural, linguística e geográfica. Muito além da clássica divisão entre África branca e África negra ou subsaariana, é possível observar inúmeras especificidades étnicas em todo o continente.

No tocante à cor de pele, estatura, tipo de cabelo entre outros caracteres fenotípicos, surgem variações notáveis. Na África se concentra a maior parte da diversidade genética da espécie humana. Em razão disso, dois africanos tendem a ser mais diferentes entre si do que um nativo da Europa e um da Ásia (VIEIRA; LIMA, 2008). O tipo físico longilíneo do povo massai (no sul do Quênia e norte da Tanzânia) é, por exemplo, muito diferente do povo Mbuti (conhecidos como pigmeus, na África central), muito embora prevaleça no Brasil o entendimento de uma falsa homogeneidade entre os nativos africanos.

Visando aproximar o país de suas origens africanas o governo brasileiro sancionou a Lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003, tornando obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino médio e fundamental, públicas e privadas. Verdadeiramente não resta dúvida de que a realidade histórica e cultural africana está intimamente relacionada ao Brasil, como se lê nas palavras de Cotrim:

Apesar de terem chegado ao Brasil sob as mais penosas condições, os africanos

---

participaram intensamente da formação das vivências culturais brasileiras. Essa participação se deu por meio de um processo contínuo, rico e diversificado, e é marcante em diversos setores culturais, como, por exemplo, a literatura, o vocabulário, a música, a alimentação, a religião, o vestuário e a ciência (COTRIM, 2001, p.107).

Com a nova lei o universo da africanidade ganhou espaço na mídia, nas escolas e universidades brasileiras. Obras com rico conteúdo didático abordando o assunto foram lançadas no país nos últimos anos. Antes da lei nem mesmo os países africanos de onde foram trazidos os escravos negros eram conhecidos. Os estudantes brasileiros desconheciam, por exemplo, que o povo banto fora o grupo mais numeroso de negros que chegou ao Brasil, mas que não tinham sua história registrada até bem pouco tempo. Pouca gente sabe que o samba e o carnaval são influências banto. Os bantos vieram de regiões como o Congo, Angola e Moçambique. Da Nigéria, do Togo e do Benin vieram os grupos sudaneses conhecidos como iorubas ou nagôs, e os jejes<sup>80</sup>.

Uma grande parte dos negros trazidos para o Brasil veio das regiões de Angola, Congo e Moçambique. Nessas áreas foram embarcados povos que falavam línguas bantas, por isso ficaram conhecidos como bantos. [...] Uma outra parte dos negros trazidos para o Brasil foi proveniente de uma grande área da costa ocidental da África que os europeus daquela época chamavam Guiné. Nessa extensa área foram embarcados diferentes povos sudaneses, entre os quais se destacam os de língua iorubá. Esses povos foram destinados em grande quantidade à Bahia, onde ficaram conhecidos como nagôs (BOULOS Jr., 1994, p.62).

A Lei 10.639/03 sem dúvida favoreceu o resgate da cultura negra no Brasil. No país os estudos sobre o negro até então se restringiam ao povo nagô, devido à influência do pesquisador maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Alguns centros de pesquisa brasileiros sempre estudaram o povo nagô, deixando esquecidas outras raízes étnico-linguísticas relevantes.

No universo literário, do mesmo modo, os escritores africanos de diferentes nacionalidades sempre estiveram à margem dos interesses dos leitores brasileiros. Nomes como Mia Couto, Agostinho Neto, José Craveirinha, José Eduardo Agualusa, Pepetela, Naguib Mahfouz, Nadine Gordimer, entre outros até muito recentemente não constavam nas bibliotecas dos estudantes do Brasil.

A Lei 10.639/03 trouxe benefícios para a formação da identidade do povo brasileiro, num país onde 77 milhões de indivíduos têm pelo menos 90% de ancestralidade africana (TRACCO, 2007). Lídia Cunha, pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco, afirma que “quando se perde o contato com seus antepassados e se é bombardeado diariamente com notícias negativas sobre eles e seu continente, a tendência é negar suas origens e acabar se afastando” (CUNHA apud GALVÃO, 2003, p.04). Somos a segunda maior população negra do planeta e isso parecia até então ignorado pelo governo e por toda a sociedade.<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup> Há profunda divergência encontrada na grafia das denominações étnico-linguísticas africanas, variando conforme o autor consultado. Por exemplo, quanto ao povo banto existe a variante bantu e alguns admitem o feminino banta. Quanto aos jejes alguns autores grafam gêges (GIORDANI, 1985).

<sup>81</sup> Segundo Brym et al. (2008, p.239), “depois da Nigéria, o Brasil é o país que tem o maior número de habitantes negros do mundo”.

## **Cultura racista: resistência à inclusão do afrodescendente.**

Outras iniciativas do governo brasileiro estão gradativamente fortalecendo o vínculo do Brasil com suas raízes africanas. A Lei 12.288 de 2010 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e um ano depois a Lei nº 12.519 de 2011 consagrou a data de 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Foram conquistas importantes obtidas como resultado da ação dos movimentos sociais afro-brasileiros, mas resta ainda muito por fazer (PEREIRA, 2013).

Atualmente a Lei 7.716 de 05 de janeiro de 1989 define os crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor no Brasil. A iniciativa da lei é válida e necessária, porém pouco alterou a realidade do negro na esfera social brasileira. Com relativa frequência o noticiário nacional tem apresentado denúncias de racismo ou preconceito de cor no país. Práticas de racismo ou de injúria racial ainda são lamentavelmente comuns no Brasil.

Entre pessoas a única raça admitida no meio científico é a raça humana. Atribuir defeitos de conduta moral a um grupo étnico-cultural é uma prática sem qualquer fundamento científico. O que existe, quando muito, são estereótipos perigosos. Nenhuma pesquisa sociológica séria nos autoriza a associar, por exemplo, terrorismo com povos de origem árabe. Bobagens como a crença na superioridade da raça ariana ou na subalternidade dos povos africanos carecem igualmente de qualquer base racional e serviram de pretexto para alguns dos mais bárbaros crimes já cometidos contra a humanidade. No Brasil a escravidão de seres humanos durante trezentos anos foi emblemática nesse sentido.

Um minucioso estudo focado na desconstrução do mito da democracia racial pode ser encontrado em Andrews (1998), em seu clássico *Negros e Brancos em São Paulo: 1888-1988*. Amparado em farta pesquisa historiográfica e documental, Andrews (1998) demonstra, entre outros aspectos, como o estado republicano brasileiro privilegiou os imigrantes estrangeiros recém-chegados com a implantação de uma política governamental de financiamento de mão-de-obra, fechando aos negros as melhores possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Com efeito as políticas de governo impediram que os negros disputassem em igualdade de condições as melhores posições, fosse nas fazendas ou mesmo na região urbana, onde restaram as opções de serviço doméstico e trabalho informal.

Ao mesmo tempo em que descreve um quadro de exclusão histórica, o pesquisador norte-americano não deixa de sublinhar a postura ativa do negro brasileiro em sua luta contra a discriminação sofrida numa sociedade de brancos altamente discriminadora e excludente. O quadro social da atualidade brasileira, onde negros permanecem confinados a situações de pobreza, prostituição, criminalidade e abandono, tem na leitura do mencionado autor uma valorosa fundamentação histórica.

Há certamente ainda hoje uma cultura racista implícita nas relações socioeconômicas do país, representando uma barreira severa diante das políticas favoráveis à superação do preconceito. O maior exemplo pode ser encontrado nas dificuldades enfrentadas pelo governo em sua política de cotas para negros nas universidades públicas.

O Brasil possui uma das maiores populações negras do mundo – mais de 50% dos habitantes são negros ou afrodescendentes, segundo dados do IBGE. Todavia sempre foi pouco representativo o número de negros nas universidades brasileiras. “Na USP, a maior universidade da América Latina, os alunos negros não ultrapassam 2% e, dos 5.400 professores, menos de dez são negros” (COMPARATO, 2008, p.02). Até o ano de 2007 o censo indicava que 5,8 milhões de brasileiros com mais de 25 anos tinham curso

superior completo e desse total 82,8% eram brancos (TRACCO, 2007).

Para superar essa aberração histórica a Lei 12.711 de 2012 tornou obrigatória a reserva de cotas raciais no Ensino Superior. O acesso privilegiado de negros a universidades públicas não obstante vem esbarrando em forte resistência dentro e fora das academias. “Quando as universidades admitem alunos por critérios não acadêmicos, há um risco real de que elas se transformem em escolões de baixa qualidade”, adverte, por exemplo, Simon Schwartzman (apud TRACCO, 2007, p.77).

Jairo Pacheco, um dos principais defensores da proposta de reserva de vagas para os estudantes negros na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, acredita que

A negação a discutir formas inovadoras de promoção de inclusão social via acesso ao ensino superior, significa aferrar-se ao argumento meritocrático de acesso dos mais capazes, sem questionar as condições objetivas de oferta de condições equânimes para que as 'capacidades' se desenvolvam em todos os segmentos da sociedade (PACHECO apud GALVÃO, 2003, p.4).

Outra evidência da exclusão e da invisibilidade do negro no Brasil está nos meios de comunicação, sobretudo no publicitário. Um estudo realizado pelo produtor de TV Joel Zito Araújo, sobre a participação de atores e atrizes negros em novelas das redes de TV Globo e Tupi entre 1964 e 1997, concluiu que 71 fizeram papéis de empregadas domésticas, 66 foram escravos, apenas um foi médico e dois atuaram como engenheiros. “Na televisão e na propaganda o Brasil é a Escandinávia: um país louro, de olhos azuis”, alertava uma matéria veiculada pela Revista Veja em outubro de 1995 (NAVISKAS, 1995, p.142).

Alguns trabalhos desenvolvidos e publicados em parceria com a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), possuem um relevante papel no sentido de explicitar criticamente a condição do negro em noticiários, telenovelas e no meio publicitário em geral. Um exemplo de destaque está na obra *Mídia e Racismo* (2012), uma coletânea de artigos onde se enfatiza o silenciamento do racismo e a perpetuação dos estereótipos, apresentando permanentemente o negro como criminoso e/ou carente, ratificando os modelos isolados de enfrentamento de preconceitos nos noticiários e, assim, esquivando-se sempre de sua função de esclarecimento histórico, social e político (BORGES; BORGES, 2012).

A inclusão do negro na programação midiática e, sobretudo, em propagandas veiculadas em revistas e jornais é algo relativamente recente e quantitativamente desproporcional ao número de negros e afrodescendentes existentes no país, cerca de 97 milhões atualmente. Isto também comprova a existência de uma cultura racista nas relações sociais do Brasil, realidade que apenas muito recentemente vem sendo admitida.

O racismo no Brasil está presente no ideal estético de valorização da beleza branca em todas as esferas da vida social, em especial nos meios de comunicação de massa, abrange a violência policial contra os negros e chega ao extremo da esterilização seletiva de mulheres negras (BRYM et al., 2008, p.239).

Demonstrar a exclusão e a invisibilidade do negro no meio publicitário foi o objetivo de outra pesquisa realizada dessa vez junto a Universidade Norte do Paraná, no ano de 2002 (GALVÃO; QUEIROZ, 2002). A metodologia utilizada naquela ocasião foi a catalogação de mercadorias de circulação nacional expostas nas prateleiras das maiores redes de supermercados da região Norte do Paraná, enfatizando os produtos que trouxessem nos rótulos imagens de pessoas brancas e/ou negras. Considerando que é diante da

prateleira do supermercado que o consumidor toma a decisão final de compra, a apelação publicitária tende a ser decisiva.

Nos reclames publicitários veiculados diretamente em rótulos de mercadorias comercializadas em supermercados, constatou-se forte exclusão da imagem de pessoas de pele negra. Em embalagens de leite em pó, achocolatados, shampoo, sabonetes, creme dental, amaciante de roupa, fraldas, entre outros produtos, o mais comum foi encontrar fotografias e gravuras de adultos ou crianças e bebês de pele clara. Como resultado constatou-se que pessoas de cor negra apareciam, isoladamente, apenas em produtos dirigidos ao público afrodescendente.

A presença do negro foi constatada ainda quando a mercadoria trazia no rótulo imagens de pessoas de diferentes cores agrupadas. Em 100% dos rótulos de mercadorias sem referência ao tipo de cabelo ou cor de pele, foram constatadas imagens de pessoas brancas, exclusivamente. Considerando que o Brasil possui uma das maiores populações negras do mundo – mais de 50% dos habitantes são negros ou afrodescendentes – a conclusão da pesquisa realizada no ano de 2002, traduzia a exclusão étnica e denunciava o preconceito racial.

Na atualidade já é possível observar uma realidade sensivelmente diferente, se comparada com a época da realização da pesquisa supramencionada. O afrodescendente paulatinamente vem ganhando espaço no universo publicitário e midiático, um notório resultado da luta do movimento negro contra a discriminação no país.

## **Discriminação religiosa e cultural: Umbanda, Candomblé e Capoeira.**

No âmbito da religiosidade, todavia, algumas práticas religiosas de origem africana como o Candomblé e a Umbanda ainda hoje são frequentemente discriminadas no Brasil. Entre os anos de 2011 e 2012 observou-se um significativo crescimento no número de denúncias de violação de direitos, sobretudo, no tocante aos professantes das religiões e crenças de matriz africanas, segundo dados da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (STECK, 2013).

É sabido que em épocas remotas a prática de religiões africanas era proibida no Brasil. Com efeito, “no período colonial, as leis puniam com penas corporais as pessoas que discordassem da religião imposta pelos escravizadores. Decreto de 1832 obrigava os escravos a se converterem à religião oficial” (STECK, 2013). O Código Criminal do Império, de 1830, considerava crime o culto de religião que não fosse a oficial (catolicismo). O médico e estudioso Raimundo Nina Rodrigues acreditava que os rituais de candomblé eram uma patologia dos negros (KENSKI, 2003).

A discriminação religiosa ocorreu exatamente como em relação à Capoeira, prática desportiva trazida pelos escravos negros. Entre os anos de 1890 a 1937 a prática da capoeira era crime previsto no Código Penal. Quem fosse pego brincando capoeira poderia pegar de dois meses a três anos de prisão. O Decreto 847 de 11 de outubro de 1890 assim dispunha em seu Capítulo XIII:

– Dos vadios e capoeiras:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem [...].

---

Pena de prisão celular por dois a seis meses.

A penalidade é a do art. 96.

Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Apenas no ano de 1937 o então presidente Getúlio Vargas assinou um decreto descriminalizando a referida luta (PETTA, 1996). Outras formas de discriminação lamentavelmente permaneceram ao longo dos anos e estão presentes em nossos dias.

Visando superar o preconceito tem havido atualmente no país uma extensa campanha contra a intolerância religiosa. Um exemplo está na *Campanha em Defesa da Liberdade de Crença e contra a Intolerância Religiosa*, lançada pelo SESC/SP e o Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira (SILVA; BENTO, 1997). Do ponto de vista legal o amparo à causa se deu através da Lei 11.635/2007 que instituiu o ***Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa*** – a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 21 de janeiro –, bem como através da Lei 7.716 de 1989 que pune, entre outras coisas, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito religioso.

## Considerações finais

No estudo em pauta ficou demonstrado que o fim da escravidão no Brasil não foi acompanhado por reformas econômicas que possibilitassem aos ex-escravos condições dignas de trabalho. Tampouco houve uma reforma agrária com a distribuição de terras aos trabalhadores rurais, como pleiteavam os abolicionistas (PILETTI; PILETTI, 2000).

Ademais, complementando, a questão não foi somente a falta de políticas públicas com relação aos negros na fase pós-escravatura. Houve mesmo políticas públicas no período republicano reforçando a intolerância contra a população negra, como por exemplo a concentração fundiária nas áreas rurais e a marginalização e repressão nas áreas urbanas (GOMES, 2003). A historiografia denuncia ainda a implantação de uma política governamental de financiamento de mão-de-obra favorecendo o imigrante europeu no período pós-abolição, conforme relatado por Andrews (1998).

Ao longo da história do Brasil o conjunto dos estudos relativos à condição do negro deixou evidenciado novas e diferentes formas de exploração. É notória a situação de inferioridade econômica e social dos negros em relação aos brancos. “O racismo explica em parte porque a elite brasileira é esmagadoramente branca”, afirma Melissa Nobles (1999, p.05), pesquisadora americana da questão racial no Brasil e nos Estados Unidos. Com efeito, os afrodescendentes – cerca de 97 milhões no país, segundo dados do Censo 2010 – raramente ocupam cargos de chefia ou recebem salários iguais ou melhores que seus colegas brancos em cargos e circunstâncias semelhantes. Na universidade o negro durante muitos anos teve presença rara.

Há certamente uma falsa democracia racial no Brasil, o que põe por terra o discurso do país onde as diferenças raciais convivem em perfeita harmonia (HASENBALG, 2005; FERNANDES, 1965). Entre nós a condição do negro sempre esteve associada à miséria e à criminalidade e assim permanece.

Apesar do crescente amparo legal à causa da inclusão dos afrodescendentes, a sociedade brasileira está estruturada de tal forma que as garantias legais nem sempre existem de fato para quem delas mais necessita, fazendo valer a advertência de Barbosa (1988, p.72) no sentido de que “as leis no Brasil são

distantes, mal conhecidas, muito numerosas e pouco cumpridas”. Muitas vezes a lei proclama intenções dissociadas de sua exequibilidade. Prevalece, portanto, um contexto sócio-político onde pululam a impunidade, a ausência de fiscalização do efetivo cumprimento da lei e a má informação da população.

Falta muito ainda para que possamos fazer valer no Brasil as palavras proferidas por Nelson Mandela em seu discurso de posse como primeiro presidente negro eleito na África do Sul: “Devemos construir uma sociedade na qual todos, negros e brancos, poderão andar de cabeça erguida, certos de seu inalienável direito à dignidade humana”.

## Referências:

ARRUDA, Jorge Bezerra. *Africanidade do povo brasileiro: somos iguais e diferentes*. São Paulo: Diáspora, 2009.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

BARBOSA, Maria Lúcia Victor. *O voto da pobreza e a pobreza do voto: a ética da malandragem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (org.) *Mídia e racismo*. Coleção negros e negras: pesquisas e debates. Florianópolis: ABPN, 2012.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. *História do Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

BRASIL. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em: 23 nov. 2013.

BRASIL. *Lei 581 de 04 de setembro de 1850*. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm). Acesso em: 19 jan. 2014.

BRASIL. *Lei 3.270 de 28 de setembro de 1885*. Regula a extinção gradual do elemento servil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-publicacaooriginal-53780-pl.html>. Acesso em: 29 de jan. 2014.

BRASIL. *Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871*. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos (...). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm). Acesso em: 21 nov. 2013.

BRASIL. *Lei 3.353 de 13 de maio de 1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm). Acesso em: 23 out. 2013.

BRASIL. *Decreto 847 de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 13 jan. 2014.

BRASIL. *Lei 7.716 de 05 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em: 22 nov. 2013.

BRASIL. *Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 15 jan. 2014.

BRASIL. *Lei 11.635 de 27 de dezembro de 2007*. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11635.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11635.htm). Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL. *Lei 12.288 de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 05 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm). Acesso em: 02 dez 2013.

BRASIL. *Lei 12.519 de 10 de novembro de 2011*. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12519.htm). Acesso em: 12 out. 2013.

BRASIL. *Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 12 jan. 2014.

BRYM, Robert *et al. Sociologia: sua bússola para um novo mundo*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. *Um débito colossal*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 jul. 2008. Opinião, p.02.

COTRIM, Gilberto. *História do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965. v.1

GALVÃO, Roberto Carlos Simões; QUEIROZ, Maria de Lourdes. *Preconceito racial na propaganda*. In: III EPCC – Encontro de Produção Científica do Cesumar, 2002, Maringá, Paraná. Anais (on-line). Maringá (Pr.): CESUMAR, 2002. Disponível em: [http://www.cesumar.br/prppqe/pesquisa/epcc2003/anais/roselaine\\_boloqnesi.pdf](http://www.cesumar.br/prppqe/pesquisa/epcc2003/anais/roselaine_boloqnesi.pdf). Acesso em: 21 jan. 2014.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. *A condição do negro no Brasil*. Jornal do Vale, Apucarana, 15 maio 2003. p.4

GEIGER, Paulo. *Novíssimo Aulete*: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/africanidade>. Acesso em: 02 out. 2014.

GIORDANI, Mário Curtis. *História da África*: anterior aos descobrimentos. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombo: sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSK, Jaime; PINSK, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

KENSKI, Rafael. *Vencendo na raça*. Superinteressante, São Paulo, ed.187, p.42-50, abr. 2003.

NAVISKAS, Alessandra. *Imagem da realidade*. Veja, São Paulo, p.142, out. 1995.

NOBLES, Melissa. *Armadilhas do racismo*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 jun. 1999. Mais!, p.05.

PACHECO, Jairo; SILVA, Maria Nilza (orgs.). *O negro na universidade*: o direito a inclusão. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PALIOTTI, Oreste. *Escravidão, nunca mais*. Cidade Nova, São Paulo, p.36, set. 1998.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro*: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PETTA, Rosângela. *Capoeira*: o jeito brasileiro de ir à luta. Superinteressante, São Paulo, p.46-57, maio 1996.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História e vida*. Brasil: do Primeiro Reinado aos dias de hoje. São Paulo: Ática, 2000. vol.2

SILVA Jr., Hélio; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Campanha em defesa da liberdade de crença e contra a intolerância religiosa*. Cartilha do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), SESC/SP e Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira (INTECAB): São Paulo, 1997. Disponível em: [http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/cartilha\\_intolerancia\\_religiosa.pdf](http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/cartilha_intolerancia_religiosa.pdf). Acesso em: 27 jan. 2014.

## k

---

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

STEFAN, Juliana. *Intolerância religiosa: crimes de ódio e fé no Brasil*. 2010. Disponível em: <http://www140.com.br/brasil/medicoes/2013/04/16/intolerancia-religiosa-e-crime-de-odio-e-fere-a-dignidade>. Acesso em: 10 jan. 2014.

TRACCO, Mauro. *Vaga reservada*. Superinteressante, São Paulo, ed.239, p.74-78, maio 2007.

VIEIRA, Vanessa; LIMA, Roberta de Abreu. *Como nossa espécie quase desapareceu*. Veja, São Paulo, p.150, maio 2008.

# Gênero, Poder e Vocação Religiosa: um breve ensaio

Vanessa de Faria Berto<sup>82</sup>

## Resumo

No campo das Ciências Sociais, podemos encontrar estudos recentes que privilegiam questões de representação social e de hierarquia da Igreja Católica em relação a seus integrantes, mulheres e homens. Contudo, pesquisas antropológicas que focalizam diretamente as disposições da inclinação religiosa feminina e masculina dentro do catolicismo são parcas, principalmente na contemporaneidade. O presente ensaio representa algumas reflexões teóricas sobre o tema, uma vez que este é justamente o foco de minha tese de doutorado, em andamento. Neste sentido, o texto a seguir procura explicar sobre as relações entre as principais categorias utilizadas nesta investigação, quais sejam, gênero, poder e vocação religiosa.

**Palavras-chave:** Gênero. Poder. Vocação religiosa. Ordens católicas.

## Abstract

In the field of social sciences, we find recent studies that emphasize issues of social representation and hierarchy of the Catholic Church in relation to its members, women and men. However, anthropological research that directly focus on the provisions of female and male religious inclination within Catholicism are meager, especially nowadays. This trial represents some theoretical reflections on the topic, since this is precisely the focus of my doctoral thesis, in progress. In this sense, the following text tries to explain about the relationships between the main categories used in this investigation, namely, gender, power, and religious vocation.

**Keywords:** Gender. Power. Religious vocation. Catholic orders.

## Introdução

*Aparentemente* alijado/as do mundo público, o/as membros do clero católico – e, em particular, aqueles e aquelas que se inscrevem em ordens comumente caracterizadas pelos votos de pobreza e de reclusão – quase nunca estão na ordem das discussões que envolvem historiadore/as, sociólogo/as e

---

<sup>82</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília. Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. Membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG) e do Grupo de Pesquisa – CNPq “Cultura e Gênero”. Contato: [vanessafberto@ig.com.br](mailto:vanessafberto@ig.com.br).

antropólogo/as da atualidade. E, quando são notado/as, o são sob os mais frequentes estereótipos.

Embora mudanças tenham ocorrido, a forma como tais fontes sobre vocações e condições de vida religiosas foram produzidas permanece fortemente ancorada a preconceitos e ao senso comum, principalmente quando se investiga arquivos e discursos religiosos. Daí a importância de se buscar conhecer, ouvir, analisar, da melhor forma possível, a história dessas pessoas.

A imagem de que freis e freiras devem ser calmo/as, silencioso/as, obedientes e servis, recolhido/as da multidão, ainda está presente nas falas e nas práticas do/as que tomaram para si a responsabilidade de estabelecer, ao menos “oficialmente” (ou ainda, “academicamente”) o que é ser “um homem/uma mulher a serviço de Deus”. Contudo, o cotidiano raramente comprova a teoria. Citando apenas como exemplo, a respeito do que foi observado até agora em pesquisas de campo realizadas no *Mosteiro Maria Imaculada*, da Ordem de Santa Clara, e no cotidiano da *Paróquia de Nossa Senhora de Fátima*, coordenada pelos freis da Ordem dos Frades Menores – Franciscanos, ambos situados na cidade de Marília/SP (cujos membros são os principais sujeitos de minha tese de doutorado em andamento, da qual este ensaio representa algumas breves reflexões), clérigos e clérigas não demonstram reservas em manifestar sentimentos, como alegria, tristeza, frustração. Elas/ Eles riem, cantam, trabalham, dançam, choram, duvidam... Ações e reações que quase sempre vão contra o que *se espera destas pessoas* – e refiro-me não apenas às opiniões construídas no/ pelo senso comum, mas também pelos que se registram enquanto especialistas no assunto.

No texto a seguir, procurarei explicar e justificar a principal categoria escolhida para servir como ferramenta de análise na supracitada pesquisa<sup>83</sup> – qual o seja, o *gênero* – estabelecendo brevemente sua relação intrínseca com a noção de *poder*. Procurarei explanar ainda a questão da vocação religiosa e as discussões que a envolvem, atualmente, no campo das Ciências Sociais. Ao final, um sucinto comentário sobre a hipótese acerca de se “fazer política” fora da esfera pública.

## Sobre gênero e poder: duas faces da mesma moeda?

São muitos os “usos e abusos do gênero”, para empregar a expressão certa registrada por Heilborn (1992, p. 39). Com maior ou menor ênfase em suas interpretações, os variados empregos do conceito têm em comum, de certa forma, a afirmativa da construção social das distinções sexuais como forma de resgatar a produção cultural e histórica das relações entre homens e mulheres. Guardadas as devidas proporções, as teorias que se utilizam do conceito gênero buscam, afinal, a superação do determinismo biológico, o qual, baseado apenas nas diferenças de sexo e ancorado em argumentações provenientes da medicina e das ciências biológicas em geral, procura justificar a caracterização de mulheres e homens enquanto seres *qualitativamente* distintos.

Entre as várias concepções sobre as relações de gênero, em minha pesquisa destaco aquela que procura também ressaltar seu caráter eminentemente cultural, enfatizando sua utilidade na análise da

---

<sup>83</sup> Intitulada provisoriamente “Irmão Sol, Irmã Lua: gênero e poder no cotidiano de ordens católicas de Marília-SP”, minha tese de doutorado se propõe partir da análise da trajetória de clérigos e clérigas da religião católica – de espaços supracitados – para, através de um estudo biográfico e da análise de seus discursos, verificar os diferentes sentidos que atribuem à adesão da vida consagrada, levando em consideração as variáveis de seus contextos e as implicações que as levam à escolha.

constituição dos significados e das relações de poder socialmente constituídas. O saber que se produz sobre as diferenças sexuais e corporais, bem como sobre o lugar das mulheres e dos homens na divisão sexual do trabalho, caracteriza-se pela sua variabilidade e natureza *política*. Gênero, assim, é utilizado com a preocupação social, histórica e cultural de superar as explicações biologizantes acerca das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e com ênfase em sua definição como um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Nossa socialização (ou seja, entre seres humanos) interfere na forma como nos relacionamos, intervém em todas as escolhas que fazemos e nas diversas maneiras como atuamos. Não se trata de afirmar que sempre foi assim ou que é algo inerente à nossa 'natureza'. Antes, busca-se afirmar que as expressões da masculinidade e da feminilidade são historicamente construídas e referem-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social, às normas expressas em suas doutrinas e instituições, à subjetividade e às relações de poder estabelecidas nesse contexto. As inúmeras decorrências desses pressupostos elevam a utilização do conceito de gênero a uma categoria explicativa muito fértil para a análise dos aspectos da vocação e do trabalho religioso, alvo de compreensão de minhas investigações.

A teorização do gênero tem também, como podemos encontrar, particularmente, nas análises de Joan Scott (1990), outra importante premissa: o conceito pode ser identificado como uma primeira forma de dar significado às relações de poder. O gênero é o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. A partir das relações de gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre as pessoas.

Desse modo, o estudo do gênero se aplica como um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Para a própria Scott (1990), por exemplo, muitas relações de dominação da história, tais como na Revolução Francesa, nos regimes autoritários, no conceito de classe, estão ancoradas e se constituem na categoria do gênero, e para entendê-las é necessário entender este último.

A compreensão do gênero ainda possibilita promover dentro da história a emergência de *contra discursos*, ou mesmo de uma epistemologia filógena

que elimina [ou deveria eliminar] a preocupação de fortalecimento da identidade mulher, ao contrário do que se visava inicialmente com um projeto alternativo de uma ciência feminista (RAGO, 1998, p. 24).

Pois o gênero se preocupa com a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do feminino e do masculino que encarcera homens e mulheres em seus limites, os quais a história deve "libertar". O gênero expõe o dilema da diferença, a construção de desigualdades binárias, de diferenças pretensamente naturais, o que significa lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais.

As significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, e se fazem refletir nas condições de vida de homens e de mulheres, independente de uma relação óbvia entre as mesmas. O poder se exerce sobre o gênero como forma de domínio político; por isso que, na base de regimes totalitários ou ditatoriais, as relações de gênero são estreitamente codificadas e vigiadas. Mesmo sem uma justificativa imediata e pragmática, como no caso de dissidentes políticos ou minorias étnicas e religiosas, nos regimes de exceção as minorias de todos os tipos são controladas e conformadas a uma moral estrita. Há algo

---

mais aí, além de preconceitos, de desejo de dominação e de controle: trata-se de poder.

O conceito de gênero como culturalmente construído, distinto do de sexo, como naturalmente adquirido, formou a base sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas 'desnaturalizantes' sob as quais se davam, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, bem como do masculino com força e dominância – e que até hoje servem para justificar estereótipos. Neste sentido, o principal embate de Judith Butler (2003) se deu com a premissa na qual se origina a distinção sexo/gênero: sexo é natural e gênero é construído. Butler afirmou que, "nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino" (2003, p. 26).

Segundo a autora, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito. Na tentativa de "desnaturalizar" o conceito, Butler propôs libertá-lo daquilo que chamou de "metafísica da substância" (2003, p. 35). Ela argumentou que, ao contrário do que defendem/defendiam as teorias feministas, o gênero é um fenômeno inconstante e contextual, que não denota um ser substantivo, mas antes "um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes" (2003, p. 29).

## A questão da vocação religiosa

Quando analisamos dados instituídos pelos censos realizados no Brasil nas últimas décadas, é possível constatar a significativa perda da Igreja Católica em relação ao número de seus membros<sup>84</sup>. Tendo em vista a tradição católica histórica de nosso país, tais informações não deixam de impressionar, ainda que façam correspondência a algumas previsões de estudos anteriores<sup>85</sup>. Todavia, não é somente o número de fiéis católicos que diminuiu nos últimos anos. O quantitativo de aspirantes a levar uma vida direcionada ao trabalho religioso também apresenta uma expressiva redução.

No campo das Ciências Sociais, podemos encontrar estudos recentes que privilegiam questões de gênero, de representação social, de hierarquia e de poder da Igreja em relação às mulheres e homens católicos e ao celibato (Fernandes, 2005; 2007; 2011). Há pesquisas que abordam temáticas sobre a vida monástica e trabalhos que enfocam sobre a conversão de católicas e católicos às vertentes pentecostais (Machado, 1996). Ou ainda, estudos que se debruçam sobre a postura de mulheres e homens diante da pedagogia infundida pela Congregação Cristã. Contudo, pesquisas antropológicas que focalizam diretamente as disposições da inclinação religiosa feminina e masculina dentro do catolicismo são poucas, principalmente na contemporaneidade.

Nesse sentido, é singular neste ensaio, particularmente, a proposta de iniciar – e não esgotá-la, obviamente – uma breve reflexão teórica acerca desta modalidade de vocação, uma vez que os resultados deste tipo de análise poderão fornecer oportunidades de compreender e tratar questões inventariadas não somente às relações de gênero (e, portanto, de poder), bem como pensar sobre as reconfigurações do

---

<sup>84</sup>Para mais informações, ver Mapas das Religiões divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam queda do número de católicos, em torno de 10% entre os anos de 2000 e 2010.

<sup>85</sup> Ver, por exemplo, Pierre Sanchis (1994 e 1997); Carlos Steil (2001); Faustino Teixeira (2005).

catolicismo atual e analisar suas conseqüentes (e novas) representações<sup>86</sup>.

Segundo Aphonse Dupront (1995) e Paul Valadier (1999), o catolicismo precisa encontrar instrumentos que insurgem do mundo secular contemporâneo para lidar com as tensões que afligem a instituição. Ronaldo Almeida (2010), ao aferir os estudos sobre o campo religioso brasileiro, avalia que a religião parece estar num trânsito paradoxal, como se estivesse se propagando ao mesmo tempo em que se dissipa. O argumento de Almeida vai de encontro com o ponto de vista da socióloga Danièle Hervieu-Léger (2008), que registra:

[...] já é visível que a crise que atinge todas as grandes igrejas não está, inicialmente, relacionada à perda da plausibilidade do conteúdo das crenças que elas difundem. [...] A vida doméstica, profissional ou política, a experiência afetiva, estética ou espiritual de cada um estão ligadas, agora, a campos de atividade segmentados. Envolvido nessas experiências desconexas umas das outras, é difícil para o indivíduo reconstruir a unidade de sua vida pessoal. Os sistemas religiosos, que se apresentam como códigos globais de sentido no interior dos quais se supõe que toda experiência humana individual e coletiva encontra sua coerência, perdem, dentro desse processo, sua credibilidade. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 56).

Hervieu-Léger (2008, pp. 57-58) assinala ainda que para compreendermos a Modernidade religiosa, precisamos levar em conta as “crises de transmissão” de valores. Em outras palavras, a transmitância, seja de que ordem for, enquanto a condição essencial de sobrevivência da sociedade através do tempo, sofre com as inúmeras possibilidades que o mundo globalizado apresenta; ela é apreendida pelas múltiplas identidades que a pessoa moderna pode compor, congregando valores e práticas que não se enquadram exatamente com os que foram transmitidos pela família ou pelo grupo ao qual faz parte.

No caso do campo religioso brasileiro, as conformações institucionais transformaram-se em grau equivalente às da sociedade. Atualmente, de acordo com dados do CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, 2010), desde a década de 1970 verifica-se um evidente decréscimo de religiosas e religiosos no quantitativo do clero católico.

Obviamente, essa “crise de vocações religiosas” apresenta-se como uma preocupação para a Igreja. E, conforme a ideia de *capital religioso* formulado por Bourdieu (2011), um dos principais motivos dessa aflição reside justamente na dificuldade que a instituição enfrenta em mostrar-se mais atrativa para as mulheres e os homens das últimas gerações. Não havendo grande procura, a transmissão do capital religioso adquirido entra em crise e fica comprometida – a Igreja sofre com a falta de mão de obra para o trabalho religioso e, numa perspectiva local, também os serviços públicos prestados por ela à cidade. “A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico desta ordem, pela consecução de sua função específica” (BOURDIEU, 1998, p.70). Ou seja, a religião cumpre uma função de conservação da ordem social, através da sua própria linguagem, ajustada a uma visão política do mundo social.

---

<sup>86</sup> É dessa forma ainda que me proponho, em minha tese em construção, abordar indicadores históricos, sociais e culturais inter-relacionados, analisar e questionar o problema da construção do conceito de “fazer política”, partindo de dois universos específicos, mas relacionados – qual seja, o Mosteiro das Irmãs Clarissa e o Mosteiro da Ordem dos Franciscanos de Marília-SP – de modo a interpretar os processos de exclusão e de subordinação femininos/ masculinos ocorridos, bem como da construção das relações de poder e das diferenças de sexo, de classe, etnia, raça. Talvez seja interessante denotar que elegi os espaços privados (e recluso, no caso da Ordem Claridiana) de um convento e de um mosteiro a fim de versar sobre como tais membros do clero católico, de diferentes faixas etárias, provenientes de conjunturas familiares e sociais as mais diversas, elaboram suas próprias narrativas sobre o chamado para a vida religiosa e de como a construção social da vocação se transforma em estruturas de poder e hierarquia de longa e de curta duração.

Justamente por conta de eventualidades, como a crise do catolicismo, a emancipação feminina das últimas décadas, a dificuldade imposta pela vida monástica, entre outras, os significados sociais sobre a vocação religiosa se transformam, pois, como afirma Sahlins, “os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados. Segue-se então que, se as relações entre as categorias mudam, a estrutura é transformada” (1999, p. 174).

## “Fazer política” em outras esferas: possibilidades

Muito provavelmente, uma das principais dificuldades encontradas por qualquer pesquisador/a que se dedica a uma relativamente inédita (e, portanto, complexa) pesquisa – por exemplo, as condições e intenções de vida que se desenvolvem em um universo específico – são as que envolvem a malfadada “invisibilidade” da vida cotidiana diante do que é *oficial*. Não por acaso, a historiografia atual, que há décadas enfrenta uma crise dos modelos tradicionais, vê-se diante da necessidade de rever seus discursos, até então baseados na universalidade das versões, bem como, e principalmente, de dar espaço e voz aos sujeitos que até então atuavam e transitavam nas margens da construção histórica (contudo, não no declive dos acontecimentos).

Os movimentos sociais contemporâneos, em particular, os feministas, através da crítica à rigidez das oposições binárias como categorias explicativas, obtiveram sucesso em buscar e estabelecer referenciais de análise menos limitados, que permitam integrar homens e mulheres nas suas relações, no desenvolvimento dos processos sociais. Nesta linha, Joan Scott (1990) apresentou uma contribuição importante ao debate ao propor o uso do gênero como categoria de análise, pela qual é possível compreender a relações entre os sexos e a constituição da sociedade, onde se inclui necessariamente a dimensão política.

A partir da perspectiva de gênero, cada vez mais priorizam-se as investigações históricas e sociológicas que procurem incorporar as múltiplas dimensões do social em sua análise, de forma relacional. Dados levantados por tais pesquisas têm evidenciado uma gama infinita de experiências que não podem ser interpretadas a partir de definições dicotômicas, preestabelecidas. A emergência de tais dados conduziu à reavaliação de conceitos e critérios sobre as relações entre o privado e o público, bem como entre o pessoal e o político, na busca de novas alternativas de análise.

As novas abordagens que vêm sendo desenvolvidas a partir dessas novas indagações têm dado visibilidade à presença de indivíduos diferentes como agentes integrados aos processos sociais e, justamente por isto, têm também despertado inquietações teóricas em várias áreas das ciências humanas. Os dados levantados nas investigações sobre a experiência concreta dos seres em sociedade – principalmente nas áreas da História, da Antropologia e da Sociologia – evidenciam que variadas e muitas são as atividades que se têm desenvolvido não somente em espaços tidos como públicos, como a comunidade, a organização religiosa, a vizinhança, a rua e a fábrica, mas antes em lugares que, se podem ser considerados como privados, não oferecem menos influência e consequência sobre as ações humanas. Várias pesquisadoras e diversos pesquisadores responsáveis por estes trabalhos têm enfatizado a necessidade de serem repensados conceitos ideológicos enraizados e tidos como explicativos e, principalmente, de reavaliar o *político* no campo da história cotidiana (FARGE; PERROT, 2001).

Destarte, a revisão teórica proposta por diversos autores na análise da participação política, além da crítica ao viés androcêntrico, levanta como um ponto fundamental a ampliação do conceito de política, para que abarque não apenas a política institucional, mas também agregue atividades convencionais e não convencionais (ABRAMOVAY; CASTRO, 1998). Esta visão ampliada inclui ainda uma redefinição dos espaços de atuação das pessoas, mostrando as interpelações entre o público e o privado. A política adquire então outras dimensões, mais amplas, abrangendo novas práticas significativas em outros níveis além do tradicional.

A ideia de um cotidiano vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo também em minha investigação. Sim, a vida de muitos religiosos se constrói no espaço doméstico, mas este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo. Ao lado das transformações individuais, pessoais, no nível do privado, se chega gradativamente a transformações no nível público.

A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretções globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político.

Acredito, assim como teorizou Butler (2003), na possibilidade de haver política sem que seja necessária a constituição de uma identidade fixa, de um sujeito a ser representado para que essa política se legitime. Parece-me necessário repensar essa exigência da política, qual seja, a presença de um sujeito estável, estático, portanto, imóvel – e que movimento precisaria de um sujeito assim?

Trata-se de tentar deslocar as teorizações e os movimentos de luta do campo do humanismo, como prática política que pressupõe o sujeito como identidade fixa, para algo que deixe em aberto a questão da identidade, algo que não organize a pluralidade, mas a mantenha aberta sob permanente vigilância. Nas palavras de Butler:

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura *fundante* em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar (2003, p. 213).

O paradoxo que a autora aponta nos impediria de pensar o sujeito como um devir permanente, como um processo ou uma promessa. Mas, isso significaria que esse sujeito seria também 'irrepresentável'? E quais as consequências disso? Existiria alguma possibilidade de ganho nessa 'libertação'? Butler parece defender essa ideia:

Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga (2003, p. 215).

Trata-se de deixar de lado a ideia da existência certa de um 'sujeito da história', substituindo noções unitárias de mulher e de homem, bem como de identidades genéricas afins, por conceitos, mais plurais e complexos, de identidade social, nos quais o gênero seria somente um traço relevante entre outros. Exigir

sujeitos estáveis para fazer política cria um pressuposto fixo a uma realidade instável. Em outras palavras, trata-se de tentar construir castelos sólidos na areia.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Míriam. CASTRO, Mary Garcia (orgs.). *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Rio de Janeiro: UNESCO/ CEPIA, 1998.

ALMEIDA, Ronaldo de. Religião em transição. In: MARTINS, C. B. & DURATE, L. F. D. (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 65-83.

BOURDIEU, Pierre. Das regras às estratégias. In: Ibidem. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1998. p.77-95.

\_\_\_\_\_. Gênese e estrutura do campo religioso. In: Ibidem. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 27-69.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais). *Censo Anual da Igreja Católica no Brasil: análise sociológica da evolução numérica da presença da Igreja no Brasil*. 2010. Disponível em: <[http://www.ceris.org.br/pdfs/analise\\_censo\\_igreja\\_2011.pdf](http://www.ceris.org.br/pdfs/analise_censo_igreja_2011.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

DUPRONT, Alphonse. *A religião católica: possibilidades e perspectivas*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

FARGE, Arlette. PERROT, Michelle. Cultura e poder das mulheres: ensaio de Historiografia. Tradução de Rachel Soihet, Rosana M. Soares, Suely Gomes Costa. In: *Gênero: Revista do Núcleo Interdisciplinar de estudos de gênero*. Florianópolis: NUTEG/ UFSC, 2º semestre de 2001. N. 1, vol. 2, pp. 07-30.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. A não-ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na Igreja Católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, mai/ago de 2005. N. 13, vol. 2, pp. 425-436.

\_\_\_\_\_. Impasses da vida religiosa em contexto multicultural: interpelações sociológicas sobre demandas de identidade. *Cadernos de Ciências Humanas*. Santa Catarina: UFSC, jul/dez de 2007. N. 18, vol. 10, pp. 679-701.

\_\_\_\_\_. Entre tensões e escolhas, um olhar sociológico sobre jovens na vida religiosa. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília: UnB, set/dez. de 2011. N. 3, vol. 26, pp. 663-683.

HEILBORN, Maria Luiza. Usos e abusos da categoria gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.) *Y Nosotras Latino americanas?* Estudos sobre gênero e raça. Fundação Memorial da América Latina, 1992, pp. 39-44.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, ANPOCS, 1996.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana M. & GROSSI, Míriam P. (orgs.) *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, pp. 17-35.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à “cultura católico-brasileira”. *Revista de Antropologia*, São Paulo: FFLCH/USP, 1994. Vol. 37, pp. 145-181.

\_\_\_\_\_. As religiões dos brasileiros. *Horizonte*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2º semestre de 1997. N. 2, vol. 1, pp. 28-43.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, vol. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez., 1990.

STEIL, Carlos. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. *Ciencias Sociales y Religión*. Porto Alegre: UFRGS, outubro de 2001. Ano 3, n. 3, p. 115-129.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. *Revista USP*. São Paulo: USP, set/nov. de 2005. N. 67, pp. 14-23.

VALADIER, Paul. *Catolicismo e sociedade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

# Continuidades e descontinuidades entre trabalho de cuidado não remunerado e remunerado: por uma análise a partir da desvalorização e das demandas emocionais do trabalho

Anna Bárbara Araujo<sup>87</sup>

## Resumo:

O presente artigo discute o cuidado a partir da articulação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. São brevemente apresentadas as mudanças históricas ocorridas no contexto do cuidado, para em seguida refletir sobre sua dimensão generificada, corporal e subalterna que contribuem para sua desvalorização e para o desequilíbrio de poderes entre homens e mulheres. Em seguida são analisadas as demandas emocionais do trabalho de cuidado pago – especialmente o cuidado de idosos – frente às exigências de sua transformação em mercadoria.

**Palavras-chave:** Cuidado; trabalho de cuidado; desvalorização do trabalho feminino.

## Abstract:

This article discusses the care from the standpoint of the articulation between productive and reproductive work. First, the historical changes in the context of care are briefly presented, then, we analyse their gendered, bodied and subordinated dimension that contributes to its devaluation and to the imbalance of power between men and women. Finally, we analyze the emotional demands of paid care work - especially caring for the elderly - facing the requirements of their commodification.

**Key-words:** care; care work; devaluation of women's work.

## 1. Introdução

---

<sup>87</sup> Anna Bárbara Araujo possui graduação em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), sua monografia discorreu sobre o cuidado em equoterapia. Hoje cursa o segundo ano do mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ) e tem interesse nos temas de cuidado e divisão sexual do trabalho. Atualmente pesquisa a relação entre a família de idosos, cuidadoras e empresas que agenciam os serviços destas no que toca os modos de compreensão do que é e do que deve ser o cuidado. É também assistente editorial da Current Sociology.

Algumas transformações sócio-demográficas e culturais ocorridas ,nas últimas décadas, impactaram significativamente tanto a oferta quanto a demanda de cuidado, produzindo assim, “novas configurações das atividades tradicionais do *care*” (Hirata e Guimarães, 2011, p. 152). Essas transformações foram impulsionadas por diversos fatores, mas dentre eles vale destacar as melhorias nos serviços de saúde e saneamento e a crescente urbanização, que de um lado, promove o maior acesso a esses serviços e de outro, permite que as famílias sejam menores, uma vez que os filhos, sinônimo de mão de obra no meio rural, na cidade passam a representar pesados gastos para as famílias de classe média, uma vez que a exigência de educação retarda sua entrada no mercado de trabalho e assim, a geração de dividendos para a família<sup>88</sup>. Estas transformações serão brevemente mencionadas a seguir.

O envelhecimento da população humana é uma tendência que – embora esteja afetando os diferentes países e regiões dentro dos países, com graus e velocidades variados – tem escala global (Hirata e Guimarães, 2011). Dentro desse grupo, aumenta a proporção das pessoas mais idosas (com 80 anos ou mais), aquelas que precisam, *grossa modo*, de mais atenção e cuidado em virtude do deterioro físico e mental (Camarano, 1999). Essas mudanças demográficas alteraram significativamente a demanda por cuidado – isto é, não apenas aumenta-se a necessidade de cuidadores, como também cresce o período de tempo durante o qual os idosos necessitarão de cuidados.

Por outro lado, a redução no tamanho das famílias, os sucessivos casamentos e principalmente a entrada das mulheres no mercado de trabalho, tornou mais rara a possibilidade da prática do cuidado enquanto trabalho não pago realizado dentro da unidade familiar pelas mulheres e direcionado aos idosos, crianças e doentes. A dimensão generificada do trabalho de cuidado será discutida com mais detalhes a seguir (seção 3).

O presente texto toma as mudanças ocorridas no contexto do cuidado como centrais para discutir as continuidades e descontinuidades entre o trabalho de cuidado não pago e o trabalho de cuidado pago. Para tal, o trabalho é dividido da seguinte forma: primeiro, é buscada uma definição de cuidado – definição essa que é sempre provisional, mas que se faz necessária na medida em que auxilia na compreensão dos processos de cuidado e de sua relação com as discussões de gênero, isto é, permite analisar de que modo o cuidado é construído enquanto trabalho feminino e quais as consequências dessa construção na esfera doméstica e no mercado de trabalho. Em seguida, são analisadas as articulações entre a dimensão reprodutiva e produtiva do cuidado a partir de sua desvalorização e das demandas emocionais implicadas na realização deste trabalho na família e no mercado.

Para a realização dessa análise, serão referenciadas discussões teóricas de diversas autoras e autores sobre a temática de gênero e especialmente sobre a divisão sexual do trabalho, bem como serão apontados dados empíricos extraídos de uma pesquisa realizada com cuidadoras em Instituições de Longa Permanência para Idosos do Distrito Federal (doravante ILPs).

## 2. Definição de cuidado

---

<sup>88</sup> Nesse sentido, para Bourdieu (2007) o malthusianismo pode ser entendido como uma característica das classes médias. A diminuição da prole significa tanto a diminuição das despesas familiares com consumo quanto a chance de realizar maiores investimentos educativos com cada filho.

O cuidado é um termo bastante polissêmico e de difícil definição. Os usos êmicos e práticos do conceito dizem respeito a uma infinidade de práticas, como cuidar da casa, cuidar das crianças, cuidar dos pais e dos doentes (Hirata e Guimarães, 2011). Sob este aspecto, as autoras fazem uma distinção entre o cuidado das tarefas domésticas, o cuidado das crianças e o cuidado dos doentes e idosos (*Idem*). Embora eu acredite que essa distinção seja fundamental, minha perspectiva vai na direção de não considerar as tarefas domésticas enquanto cuidado.

Por cuidado entendo, portanto, seguindo a acepção de Bubeck (1995), o conjunto de atividades onde as necessidades de uma pessoa são satisfeitas por outra, numa relação face a face, e onde as necessidades são de ordem tal que a pessoa que recebe o cuidado não poderia realizar as tarefas por si mesma. Nesse sentido, me filio a distinção que Tronto (2007) faz entre cuidado (associado aos papéis de mãe, enfermeira, cuidadora profissional, por exemplo) e serviço pessoal (que consiste em trabalhos como o de cozinheiras e empregadas domésticas, em que a pessoa que recebe o “cuidado” poderia realizar as tarefas por si mesma, mas *escolhe* delegá-la a outrem).

Dessa forma, o trabalho de cuidado é entendido aqui como o conjunto de ocupações que promovem um serviço que visa desenvolver as capacidades do outro (England, 2005). Assim, o cuidado diz respeito a uma série de atividades que se realizam a partir da agência sobre o outro e sobre o corpo do outro, onde esse *agir sobre o outro* é plasmado por símbolos e linguagens que transcendem a lógica puramente técnica.

### 3. O cuidado como função feminina

A divisão sexual do trabalho foi tema de interesse de diversas teóricas e teóricos do gênero (cf. Devreux, 2005; Ortner, 1979; Crompton, 2006; Singly, 2007). Em comum, esses autores têm ressaltado como o *trabalho reprodutivo*, isto é, aquele que assegura a continuidade das pessoas e da vida – por oposição ao *trabalho produtivo*., aquele que produz valor – tem sido historicamente atribuídos às mulheres, que o exercem na privacidade do mundo familiar<sup>89</sup>.

Deste modo, o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, idosos e doentes são tidos como trabalhos femininos. E o são em dois sentidos: (i) são realizados por uma proporção maior de mulheres do que de homens e; (ii) são considerados, em alguma medida, enquanto realização daquilo que é essencial e natural à mulher. Isso implica que, muitas vezes, os papéis sociais atribuídos às mulheres sejam simbolizados enquanto derivações diretas de sua ‘fisiologia’ e de sua função procriativa e maternal (Ortner, 1979). Assim, cria-se a ideia de que a mulher seria uma ‘cuidadora natural’, cujo dever repousaria na proteção da família e na manutenção de seu bem-estar. Não obstante, esse modelo da mulher cuidadora natural se assenta na matriz de um tipo de família histórico e localizado, conforme argumenta Singly (2007):

---

<sup>89</sup> As feministas socialistas se empenharam em complexificar o modo como se entende a relação entre a produção, associada ao mundo capitalista e a reprodução associada ao mundo doméstico, no entanto, essa discussão foge ao escopo desse texto. Para uma abordagem crítica desse debate ver: Weeks (2008).

---

Do século XIX até os anos 1960, constatamos uma coincidência entre a instituição do casamento e a focalização nas relações interpessoais. Três elementos formam um modelo de referência até hoje pouco contestado: o amor no casamento; *a divisão estrita do trabalho entre o homem e a mulher*, a atenção à criança, à saúde e à sua educação. Durante meio século (1918-1968), *o fato de o homem trabalhar fora para ganhar o dinheiro da família e de a mulher ficar em casa para se ocupar, o melhor possível, dos filhos é uma evidência em todos os meios sociais* (p. 130, grifos meus).

A identidade feminina para com o cuidado, até então garantida pela permanência da mulher no espaço doméstico, começa a ser posta em xeque, na medida em que as mulheres começam a entrar no mercado de trabalho, especialmente após a década de 1960. Essa entrada foi fundamental para lançar luz sobre o trabalho reprodutivo, até então experimentado enquanto proteção naturalizada, construída na intimidade familiar e tida como atribuição feminina, uma vez que a entrada das mulheres na esfera pública por si só questiona sua alegada pertença natural, irrevogável e inegociável ao mundo doméstico. As políticas públicas de assistência social relacionadas ao *care* também tem papel fundamental nesse processo, conforme argumentam Hirata e Guimarães (2011):

O *care* remete à questão de gênero, na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (*habitus*) femininas. Mas, na medida em que o *care* se manifesta como ocupação ou profissão exercida em troca de uma remuneração, o peso e a eficiência crescentes das políticas públicas tornam-se verdadeiras bombas de efeito retardado, visto que questionam a gratuidade do trabalho doméstico e a sua circunscrição ao grupo social das mulheres, e desafiam a ideia de “servidão voluntária” inerente a esse serviço quando realizado no espaço privado do *domus*. Vale dizer, a emergência do *care* como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como “trabalho”; em outras palavras, a associação do trabalho de *care* com uma profissão feminina deixa de ser natural (p. 156).

Os efeitos dessa entrada, no entanto, não se esgotam no questionamento da identidade cuidadora, mas também tornam claras como o não valor do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres está diretamente ligado ao fato deste trabalho ser exercido na família. Em alguma medida, é o contrato de casamento e a força da célula familiar que permitem que a força de trabalho das mulheres seja apropriada de modo desmonetizado (Singly, 2007; Devreux, 2005) e que seja pensada em termos de reciprocidade e solidariedade, ou seja, em termos de obrigações morais.

### 3.1 Trabalho produtivo e reprodutivo

A nova fase da família contemporânea<sup>90</sup> (Singly, 2007) já com a expressiva presença das mulheres no mercado de trabalho, torna patente a necessidade de repensar a distribuição do cuidado realizado nas e pelas famílias. Uma vez que perde força a figura da mulher cuidadora em tempo integral, novos arranjos são necessários para garantir a reprodução familiar. Assim, parte da nova demanda por cuidado será suprida pelo mercado de trabalho, através da realização do cuidado pago, isto é, aquele realizado em troca de um salário (England, 2005).

---

<sup>90</sup> Singly (2007) caracteriza essa nova fase a partir de três elementos, que dizem respeito à relação entre os sexos, são eles: a diminuição da dependência da mulher em relação ao homem; a permanência da divisão sexual do trabalho e; o questionamento dos papéis sexuais oriundos do casamento e da conjugalidade (p. 158).

Assim, a possibilidade que algumas mulheres tem de entrada no mercado de trabalho está subordinada ao fato de que outras pessoas – em geral também mulheres – desempenhem as funções de cuidado no regime assalariado, seja nos próprios domicílios ou em instituições, como creches, escolas e asilos. Nota-se que, para as mulheres, o desvencilhamento da situação de cuidadora está condicionado ao fato de que outras mulheres tomem para si essa tarefa, ou seja, para que algumas deixem de cuidar, é necessário que outras passem a fazê-lo, agora movidas pela necessidade de prover e não mais em nome das reciprocidades e solidariedades familiares. Pode-se falar então de uma rede de cuidados que mobiliza especialmente as mulheres que, sob as dinâmicas e demandas do mercado de trabalho, e a depender das condições que conformam sua entrada nesse mercado, cuidam e deixam de cuidar.

Para compreender a intrincada teia pela qual se produz o trabalho de cuidado, portanto, é preciso estar atento para as inter-relações entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva. Como argumenta Bruschini (2007), é na articulação entre o mercado do trabalho, o mundo doméstico e as relações sociais de gênero que o trabalho feminino pode ser compreendido.

A articulação entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo no que toca a divisão sexual do trabalho pode ser vista: (i) na maneira como a responsabilidade com o trabalho reprodutivo impacta a inserção das mulheres no mercado de trabalho, como foi brevemente exposto acima e; (ii) nos *tipos* de inserção das mulheres na esfera produtiva, uma vez que parte considerável das mulheres trabalhadoras está inserida em funções que se ligam diretamente à *reprodução* social – como é o caso, aqui tratado, das cuidadoras.

Nesse sentido, nas seções seguintes visarão discutir – discuto como, de um lado, o (não) reconhecimento do trabalho de cuidado não pago é transferido para o trabalho pago e; como a lógica da reciprocidade e da solidariedade familiar do cuidado não pago se faz presente no momento em que esta atividade passa a ser mediada pelo dinheiro.

## 4. Trabalho de cuidado e desvalorização

Para alguns teóricos, as relações entre homens e mulheres podem ser entendidas a partir da ótica dos antagonismos e da dominação, como é o caso, por exemplo, de Bourdieu (2002), Ortner (1979) e Devreux (2005), no entanto, pode haver divergência, no que toca a produção teórico-analítica desses autores, em relação aos modos de instauração e de exercício dessa dominação. Enquanto Bourdieu chama atenção para as formas simbólicas de dominação e para o aparato cognitivo pelo qual as mulheres são colocadas em posição de subalternidade, Ortner e Devreux se debruçam sobre os modos como a desvalorização opera tanto em termos materiais como em termos ideais, ou se preferirmos, tanto pela ordenação do lugar estrutural que cabe às mulheres, como pela atribuição de sentido e valor a essas ordenações.

A ordenação do gênero vai além, portanto, da criação de papéis diferenciais para homens e mulheres, e da atribuição de 'feminilidade' e 'masculinidade' aos diferentes tipos de conduta, mas constitui-se também, e principalmente, a partir da atribuição de valor diferencial e prestígio diferencial aos diferentes papéis e posições ocupados (Ortner, 1990; Devreux, 2005). Em alguma medida, a criação de papéis diferenciais está numa relação de mútua implicação com a atribuição de valores a esses papéis, de maneira que o mundo é, nesse sentido, cognitivamente generificado (Bourdieu, 2002). Ou seja, o esquema

que atribui diferenças entre homens e mulheres instaura, necessariamente, hierarquias sobre o que os homens e as mulheres são *essencialmente* e sobre como essa essência impacta seu valor e o valor do que é caracterizado como feminino ou masculino.

Assim, entende-se que a lógica da simbolização que atribui valor negativo ao feminino opera também pela depreciação do trabalho realizado pelas mulheres (England, 2005). Dessa forma, a criação da alteridade ao masculino depende tanto da representação que se faz do feminino quanto da criação de lugares e espaços sociais pouco valorizados onde o feminino é enquadrado. Nesse sentido, a depreciação do feminino é um processo que diz respeito tanto a produção de valores sobre o feminino quanto à organização social, sendo a esfera do trabalho *locus* importante dessa depreciação (Hirata e Kergoat, 2003).

## 4.1 O cuidado pago e a desvalorização

O trabalho de cuidado realizado pelas mulheres no âmbito doméstico é simbolizado enquanto não-trabalho e é tido como exercício das funções naturais femininas, parte do *savoir-faire* aprendido e reproduzido enquanto parte da socialização das mulheres – por oposição ao trabalho produtivo gerador de dividendos dos homens. Quando esse mesmo trabalho torna-se monetarizado, sua desvalorização o acompanha. Tal fato pode ser comprovado pelos baixos salários<sup>91</sup> recebidos e as condições de trabalho precárias, especialmente no que se refere ao cuidado pouco especializado – como é o caso do cuidado de idosos.

É interessante notar que, ao tornar-se mercadoria, o cuidado continua profundamente firmado sob a divisão sexual de trabalho e serve à reprodução das assimetrias de gênero. O cuidado conserva-se, assim, enquanto domínio sob o qual se instauram posições sociais relativas ao gênero e *valores* associados à feminilidade:

In this sense, care and domestic work are expressions of social relations. If care and domestic work were actually recognized as highly skilled activities, it would question the overall evaluation of such work as a constituent of the exchange relationship between the genders and also between paid and unpaid work [...] The notion of "unskilled" reflects the biased perception in society of care and domestic work as inferior work, emptied of social and cultural value (Gutiérrez Rodríguez, 2007, p. 73).

Parte dos dados apresentados a seguir são fruto de uma pesquisa realizada com cuidadoras em ILPs do Distrito Federal, entre 2008 e 2010. Foram entrevistadas 25 cuidadoras, de 14 ILPs públicas e privadas<sup>92</sup>. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Além disso, participei de um curso de formação de cuidadoras que contava com aulas práticas em uma instituição pública, durante um mês, aos fins de semana, de modo que tive a possibilidade de realizar atividades de cuidado, observar a rotina da

---

<sup>91</sup> É ponto pacífico entre as teóricas do gênero que as ocupações em que as mulheres são maioria são aquelas com mais baixos salários mesmo quando comparadas com ocupações de mesmo nível educacional, habilidades e condições de trabalho onde os homens são maioria (England, 2005). Ou seja, o 'gender gap in pay' não afeta apenas as ocupações de cuidado, mas também aquelas em que as mulheres predominam.

<sup>92</sup> As entrevistas foram produzidas como parte de uma pesquisa intitulada "Envelhecimento das Mulheres: Práticas Institucionais de Violência e Abandono", sob a coordenação das professoras Lourdes Maria Bandeira e Analía Soria Batista e teve o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

instituição e de conversar informalmente com outras cuidadoras. As impressões foram registradas em um diário de campo e serviram para análise posterior<sup>93</sup>.

Em pesquisa realizada com cuidadoras em ILPs do Distrito Federal, verificou-se que embora uma parte delas estivesse no mercado formal, isto é, as cuidadoras trabalhavam com carteira assinada e recebiam benefícios como férias, 13º e licença-maternidade, o salário recebido raramente ultrapassava a marca de um salário mínimo e meio. Além disso, sua jornada de trabalho (em geral elaborada em regime de 12 horas de trabalho seguido por 36h de descanso) era considerada por elas como exaustiva. Nas ILPs públicas era comum que as cuidadoras se queixassem em relação à sobrecarga de trabalho devida a baixa proporção de cuidadores em relação ao número de idosos atendidos.

Em relação à valorização social de sua profissão, as cuidadoras relataram que embora por vezes fossem vistas como exercendo um trabalho ‘nobre’ na medida em que assistiam pessoas dependentes e frágeis do ponto de vista da saúde e da proteção social, seu trabalho era também identificado como duro, pesado e pouco atrativo. A nobreza do trabalho de cuidado residiria justamente na dificuldade tida como conformadora da própria experiência de cuidar de alguém, no sentido de que são fortes as mulheres que se submetem a essa experiência.

## 4.2 A dimensão corporal do trabalho de cuidado

Um ponto importante para atribuição de valor ao trabalho de cuidado – e que impacta significativamente o cuidado de idosos – é que ele necessariamente envolve *body work* (Twigg, 2000). Nesse sentido, é importante considerar ainda que as mulheres estão sobrerrepresentadas nos trabalhos que envolvem o corpo (Twigg, 2000). A autora afirma que a condição de *body work* do cuidado (a atuação dos cuidadores sobre o corpo dos idosos e doentes, dando-lhes banho, colocando suas roupas, trocando suas fraldas<sup>94</sup>) e o fato dele ser um trabalho fortemente marcado pelo gênero, contribuem para sua desvalorização e para sua consideração como *dirty work*<sup>95</sup>, embora seja reconhecido que este trabalho precisa ser feito por alguém e que inclusive ele seja considerado nobre em certo sentido. Em entrevista, quando perguntada sobre o reconhecimento do seu próprio trabalho pelas pessoas, uma cuidadora ressaltou essa dimensão:

Algum idoso reconhece, fala assim: “nossa filha, eu não tinha coragem de enfrentar isso”. Eu labutando com ele próprio e ele fala: “não tenho essa coragem”. Os de fora às vezes também reconhecem, outros não, outros criticam você (Entrevista realizada com a cuidadora Eliane).

Assim, pode-se inferir que as cuidadoras atuam sobre o corpo do outro, sendo este um corpo

---

<sup>93</sup> Mais informações sobre a participação da autora no curso e sua atuação como cuidadora e pesquisadora podem ser encontradas em: Araujo (2011).

<sup>94</sup> E note-se que as cuidadoras não só lidam com o corpo alheio, mas lidam com seus aspectos mais deteriorados e mais poluídos.

<sup>95</sup> *Dirty Work* é um termo desenvolvido por Hughes (1993) [1962] e que qualifica trabalhos cujas atividades consistem em lidar com questões que a sociedade, de modo geral, não sabe ou não quer lidar, pois são moralmente difíceis. O termo foi inicialmente desenvolvido para falar do trabalho dos alemães em campos de concentração, mas pode ser usado para falar de uma diversidade de trabalhos e ocupações.

perigoso, poluído, na acepção de Mary Douglas<sup>96</sup>. Para Twigg (2000), o trabalho de cuidado exige que se lide com as impurezas corporais, o que envolve também lidar com a sujeira e o nojo. Ter que manejar as impurezas envolve sempre o risco de contaminação – seja ela física ou moral. O que importa, nesse caso, é que há pessoas – em geral mulheres, e entre as mulheres, apenas algumas mulheres – *mais sujeitas* a essas contaminações, pessoas que lidam com o que muitos não gostariam de lidar e dizem não *conseguir* lidar. Boa parte das atividades de cuidado envolve o toque e a necessidade de atuar sobre os processos corporais, o que fere o espaço das individualidades, privacidades e autonomia associadas à modernidade e muitas vezes geram embaraço. Sem dúvida, a ligação intrínseca que as cuidadoras – estabelecem com corpos física – e simbolicamente – doentes, desnudos e decrépitos é um fator importante para a sua desvalorização profissional e social.

Não é por acaso, portanto, que como estratégia de produção do valor simbólico de sua ocupação, as cuidadoras tenham enfatizado, durante as entrevistas, a porção de seu trabalho que remete às atividades pouco ‘corporificadas’ como conversar com os idosos, estabelecer relações de proximidade com eles e mediar a relação entre os idosos e suas famílias:

Eu acho que isso aí é o cuidado. Você tá ali perto pra conversar, às vezes até pra ouvir. Que tem muitos que querem ser ouvidos né? Quer conversar, ou quer atenção. Que nem a Dona Rosa que eu te falei, ela fala “ah, porque ninguém tá dando atenção pra mim” Porque na casa dela parece que tinha uma pessoa só pra segurar a mão dela o dia todo, aí aqui não tem e ela fica “ah, porque aqui só dá atenção pros outros, ninguém dá atenção pra mim” Tem aquele ciúme, aquela coisa né? Mas o cuidado é isso, você tá ali perto, dá carinho, dá atenção, acho que tudo isso é uma forma de você cuidar. Não só na aparência, no banho, na comida, mas de tudo de uma forma geral. Eu acho que cuidado seria isso né? Você tá ali amparando, prestar atenção no todo do idoso, se ele tá ali, se tá alegre, se ele comeu, se ele dormiu (Entrevista com a cuidadora Adriana).

É esse tipo de atividade que elas próprias valorizam, em geral, ao mesmo tempo em que minimizam as atividades ligadas ao corpo, que por sua vez remetem à poluição e à contaminação, e conseqüentemente, à desvalorização.

### 4.3 Múltiplos marcadores da diferença no trabalho de cuidado

Em relação ao trabalho de cuidado, algumas autoras (cf. Hochschild, 2012; Hirata e Guimarães, 2012) vem destacando como ele se caracteriza não só pela generificação, mas por trazer à tona questões relativas a marcadores como classe e raça. Twigg (2011) afirma que:

Bodily differences may sometimes have a physical dimension, such as the frailty of older bodies. At other times differences are not due to physical power but nonetheless take a bodily form, such as racialised or class markers of social hierarchy. These differences may be rendered more salient, for both worker and recipient, by the close bodily intimacy

---

<sup>96</sup> Esta autora, inclusive, discorre sobre como as fronteiras exteriores, e seus excrementos, são fonte de perigo, e por isso ligados ao baixo *status* de quem precisa lidar com elas. Podemos pensar, por exemplo, na profissão de gari, ou ainda, recorrendo a um exemplo da autora, como na sociedade de castas indiana, as castas mais baixas realizam os trabalhos mais impuros. As pessoas mais desvalorizadas são encarregadas de cortar cabelos, vestir cadáveres e lavar roupa (DOUGLAS, 1991).

É importante considerar que, graças a sua desvalorização e sua natureza poluidora, as tarefas de cuidado de idosos têm sido relegadas a corpos também poluídos: mulheres de setores de classe baixa, de minorias étnicas e raciais, migrantes, subalternas. A noção de poluição permite ver como a desvalorização do trabalho de cuidado é retroalimentada pela própria desvalorização dos corpos que performam o cuidado.

A partir disso é fácil compreender o fato de que as mulheres – e dentre estas apenas algumas mulheres – estão sobrerrepresentadas nas atividades que envolvem tanto o trabalho de cuidado não pago quanto o trabalho de cuidado pago, funções desvalorizadas e que se associam ao que seria “natural” às – inscrito na fisicalidade, no corpo das – mulheres, isto é, a reprodução física e social da humanidade.

Embora questões relativas à classe e à raça não tenham aparecido durante as entrevistas, é inegável que essas dimensões conformam e informam a figura da cuidadora. Na pesquisa, verificou-se que as cuidadoras são em geral, mulheres negras ou pardas, muitas oriundas de estados do Norte e Nordeste, com renda familiar baixa e que moram nas zonas periféricas da capital. Ou seja, o cuidado deixa ver mais do que relações de gênero, mas sua conexão com questões de raça e classe, uma vez que as cuidadoras não estão igualmente distribuídas entre as classes e entre as raças.

Entender a multiplicidade e as interconexões entre as hierarquias e os marcadores acionados no trabalho de cuidado é fundamental para que se possa compreender melhor a natureza desse trabalho e desvendar como se constrói e se mantém sua desvalorização<sup>97</sup>.

## 5. Cuidado pago e não pago: tensões e conciliações

A socialização familiar institui as mulheres como as principais cuidadoras de pessoas vulneráveis, como foi exposto acima. A naturalização do cuidado feminino se perpetua na medida em que se reproduz enquanto preceito moral<sup>98</sup>:

Virtue, selflessness and morality increasingly became the preserve of women, or rather, of the wives and mothers confined to the domestic sphere: only by giving up all self-interest and “living for others” could women achieve the purity that allowed them to establish moral reference points for the families and for society at large (Crompton, 2006, p. 34).

O cuidado, quando mercantilizado, continua a ser realizado por mulheres, isto é, por agentes cuja socialização foi pautada pela valorização da solidariedade e do altruísmo. Nesse sentido, cabe perguntar em que medida esses ideais se mostram presentes uma vez que o cuidado passa a ser norteado pela lógica do ganho econômico. Ou seja, em que medida o princípio da reciprocidade que é central ao cuidado familiar se faz presente na realização do cuidado pago.

Durante a pesquisa, era comum ouvir relatos de que as cuidadoras se vissem como mais do que

<sup>97</sup> No mundo globalizado pós-colonial, a rede de cuidados atinge escalas transnacionais, de modo que as cuidadoras migrantes são mais sensíveis às questões de estigmatização e proteção social.

<sup>98</sup> Pode-se observar o peso dessa moralidade ao se constatar que mulheres que decidem não cuidar (abdicando da tarefa de ter filhos ou deixando seus pais sob o cuidado de instituições asilares, por exemplo) são por vezes estigmatizadas (Crompton, 2006).

trabalhadoras, considerando-se também amigas, companheiras e confidentes dos idosos, estabelecendo densos laços afetivos para com eles. Ou seja, no trabalho de cuidado, as capacidades e competências subjetivas e afetivas das cuidadoras são demandadas e consumidas (Gutiérrez Rodríguez, 2007, p. 71).

As relações de amizade e carinho com os idosos eram significadas enquanto motivos de alegria e satisfação para as cuidadoras, além de serem, para elas, facilitadoras do trabalho, conforme colocam: “É muito trabalho, mas com amor fica mais fácil, é muito gratificante trabalhar com idosos”. Ou ainda: “Tem que ter muito amor, muito carinho. É essencial... tem que ter muito amor.” Ou como coloca Joana<sup>99</sup>:

*Esses velhinhos aqui passou (sic) a ser assim da minha família, eu amo mesmo, cada um assim, pra mim não tem um melhor do que o outro, aqui todos são iguais, sabe? O amor que eu tenho por um eu tenho por todos. Não tem diferença pra mim, eu gosto muito. E pra mim é compensador, nossa! Assim, eu não vou dizer pra você que no final do dia você não está exausta, você tá, sabe? Porque eles sugam muito a sua energia, sabe? Você se dá muito. Aí no final do dia você está assim, só o caco, sabe? Mas, é assim, é compensador, sabe? Eu tenho assim minha consciência tranquila, quando eu deito no meu travesseiro eu penso: “Hoje eu fiz a minha parte.” Sabe? “Eu hoje, eu contribuí mais um pouquinho.” Eu sempre penso assim, sabe? (Entrevista realizada com a cuidadora Joana).*

Assim, o cotidiano do cuidado é significado pelas cuidadoras enquanto um momento de estabelecimento de laços de afeto e intimidade com os idosos, aos quais dizem cuidar ternamente. A busca pelo bem-estar dos idosos não se encerra no cuidado ao corpo, à higiene e à alimentação, mas engloba também a busca pela saúde emocional do idoso, e as cuidadoras entendem que para que se possa cumprir com essa demanda é preciso que elas estejam emocionalmente próximas dele.

Muitas cuidadoras dizem que para cuidar é necessário ter *dom*. Esse dom diz respeito à necessidade de colocar o outro – o idoso – em primeiro lugar e ao esforço de buscar sempre fazer o “melhor” para ele. O dom é, nesse sentido, uma disposição moral, que, oriunda da socialização feminina, garante que o cuidado seja estabelecido em torno de laços de reciprocidade, solidariedade e altruísmo. Ser uma boa cuidadora implica, por conseguinte, estar atenta às demandas do outro e exercer a profissão com amor sob pena de não ser uma “cuidadora de verdade” ou uma “boa cuidadora”:

*Não vai ser cuidador pra ficar rico, tem que gostar, tem que ter empatia, se colocar no lugar do outro... Se não gostar do que faz é um problema... Por isso que tem gente aí batendo em paciente (Entrevista concedida pela cuidadora e enfermeira Juliana).*

## **5.1 Os conflitos e negociações resultantes das demandas emocionais do trabalho de cuidado**

O sentimento de amor das cuidadoras, no entanto, pode desencadear conflitos e tensões, especialmente no que se refere à dificuldade de negociar o número de horas trabalhadas, o salário e as folgas (Zelizer, 2012). Isso não quer dizer que as cuidadoras abdicuem de quaisquer demandas trabalhistas, mas que, conforme foi recorrentemente ouvido nas entrevistas, o apego emocional que elas desenvolvem com as pessoas cuidadas atua como dificultador nas barganhas por melhores condições, no

---

<sup>99</sup> Os nomes das entrevistadas foram alterados a fim de manter o anonimato.

sentido de que as cuidadoras podem entender que de alguma forma a satisfação gerada pelos laços emocionais atuaria como um amenizador das precárias condições de trabalho, ou ainda, como impeditivo da decisão de deixar a profissão<sup>100</sup>.

Muitas vezes ocorre da pessoa cuidada – ou da pessoa que contrata o serviço de cuidado – ter uma expectativa em relação ao que constitui o cuidado e como ele deve ser realizado diferente daquela manifesta pela cuidadora (Zelizer, 2012). Uma das cuidadoras com quem convivi relatou que durante algum tempo trabalhou na residência de um idoso bastante dependente o qual não havia desenvolvido boas relações com as cuidadoras anteriores. Laços de amizade e afeto entre os dois foram sendo estabelecidos ao longo do tempo e a saúde e a disposição do idoso logo melhoraram. Os familiares do idoso ao perceber essas mudanças, passaram a requisitar cada vez mais a presença da cuidadora que passou a ter um horário de trabalho mais longo e por vezes lhe era demandado que cumprisse horas extras, recebendo os devidos adicionais salariais para tal. Passado algum tempo, a cuidadora alegou que estava se sentindo sobrecarregada pelas demandas emocionais do trabalho, tornando-se muito ‘apegada’ ao idoso e que havia deixado, inclusive, de cuidar da própria família para passar mais tempo com ele e que por fim, depois de alguns meses, decidiu deixar seu emprego<sup>101</sup>.

Ouvi ainda relatos de cuidadoras em ILPs que se diziam insatisfeitas diante da incompatibilidade entre realizar atividades de cuidado sob o prisma da atenção às individualidades e da dedicação ao mesmo tempo em que é preciso atender a uma lógica *taylorista* onde todas as atividades são rotinizadas, com horários fixos e onde se faz necessário cuidar de vários idosos em pouco tempo<sup>102</sup>. Elas diziam que alguns idosos ao julgar que não estavam recebendo zelo ou carinho suficiente por parte das cuidadoras, devido à escassez de tempo, começavam a fazer “birra”, isto é, agiam de modo a expressar seu descontentamento frente à atitude das cuidadoras em busca de atenção.

Assim, a asserção de Crompton (2006, p. 192) para quem o trabalho de cuidado aparece como requerendo poucas habilidades parece insuficiente para dar conta da complexidade deste trabalho. O trabalho de cuidado pago de fato prevê o uso de habilidades que são consideradas naturais para as mulheres, na medida em que são oriundas da socialização feminina e da aquisição de disposições generificadas sobre *como* cuidar. No entanto, essas disposições são atualizadas e negociadas, de modo que se supõe que a cuidadora *deva* ter as habilidades necessárias para lidar com as demandas emocionais ao mesmo tempo em que opera pela rotina *taylorizada* da produção.

Nesse sentido, o cuidado pago reedita certos preceitos e práticas derivadas da socialização feminina direcionada para o cuidado familiar (não pago). A transformação do cuidado em mercadoria não implica, portanto, que ele passe a ser orientado por uma lógica estritamente econômica, associada à economia neoclássica, que prevê a maximização de ganhos, o uso otimizado/funcional do tempo e a racionalização ilimitada das ações. A presença de uma ordenação baseada na reciprocidade e na solidariedade no

---

<sup>100</sup> Gutiérrez Rodríguez (2007, p. 71) em sua pesquisa sobre trabalhadoras domésticas/cuidadoras migrantes, cita o caso de uma profissional que estabeleceu laços de dependência emocional tão profundos com seu empregador idoso que simplesmente não via como deixar seu emprego. A intimidade funciona, nesses casos, como uma espécie de armadilha que limita a “livre escolha” das cuidadoras em relação às tomadas de decisão sobre seu próprio trabalho.

<sup>101</sup> O caso em questão também permite ver como pode ser complexa a articulação, para as mulheres, entre trabalho e família. Cuidar dos ‘outros’, em troca de um salário pode resultar na falta de cuidado para com aqueles que pertencem ao núcleo familiar (Hochschild, 2012). Nesse sentido, faz-se necessário, como foi exposto acima, compreender o trabalho remunerado e o não remunerado enquanto dimensões inter-relacionadas do trabalho social (Sorj *apud* Bruschini, 2007).

<sup>102</sup> Em pesquisa realizada por Batista e Araujo (2011) verificou-se que nas ILPs do Distrito Federal, cada cuidadora é responsável, em média, por 13,22 idosos. Uma média acima da apontada por Camarano, que consistia em 4,7 residentes para cada cuidador (2009).

contexto do cuidado pago não implica, no entanto, que a ordenação mercantil e econômica não tenha espaço. O que ocorre, de fato, é a constante tensão entre as duas ordens, tanto no equacionamento entre demandas emocionais e remuneração; na acomodação entre as exigências de produtividade e de economia do tempo e a necessidade de atenção individualizada e outras situações que não foram exploradas aqui. De modo que é possível afirmar que o cuidado pago, em geral, prevê a existência de uma complexa negociação a respeito da mediação entre trabalho, relações interpessoais e formas de compensação, e seus resultados variam (Zelizer, 2012).

## 6. Considerações Finais

O cuidado é um trabalho desvalorizado. Este texto buscou analisar de que modo se opera essa desvalorização; como a desvalorização passa do trabalho não pago ao trabalho pago e quais são as continuidades e descontinuidades entre o trabalho de cuidado não pago realizado na família pelas mulheres e o trabalho de cuidado enquanto mercadoria no que se refere às demandas emocionais do trabalho e como ele é socialmente percebido.

As continuidades e descontinuidades entre trabalho de cuidado não pago e trabalho de cuidado pago deixam ver como a esfera da reprodução e a esfera da produção são interligadas, e que para que o trabalho das mulheres seja plenamente compreendido é preciso estar atento a essas conexões.

Em relação à relativa continuidade entre as demandas do cuidado não pago e as demandas do cuidado pago e a decorrente preservação dos mecanismos e disposições que orientam o trabalho de cuidado, buscou-se não operar a partir de uma lógica dicotômica que vê como mutuamente excludentes a dinâmica do interesse econômico e a dinâmica das reciprocidades. Tampouco se buscou fazer uma ‘denúncia’ do trabalho de cuidado pago, como o fazem alguns, que alegam que o dinheiro corromperia os verdadeiros sentidos e motivos da prática. Em suma, é na tensão entre as dinâmicas do mundo das mercadorias e do mundo das reciprocidades e nas negociações que se estabelecem entre eles, que a complexidade do trabalho de cuidado pode ser apreendida.

Por outro lado, as articulações entre trabalho de cuidado não pago e trabalho de cuidado pago devem ser investigadas na medida em que o modo como opera a divisão sexual do trabalho nesses dois eixos é responsável por uma parcela significativa da desigualdade de poderes entre homens e mulheres e da dominação dos primeiros sobre as últimas. Nesse sentido, uma vez que a domesticação de mulheres não é mais capaz de absorver a demanda pelo cuidado, é preciso buscar novas soluções (Crompton, 2006). E mais do que novas soluções, é preciso buscar modos de que a absorção da nova demanda resulte em situações mais favoráveis e menos penosas para as mulheres.

## Referências

ARAUJO, Anna Bárbara. “Trabalho e Afeto: a relação entre cuidadores e idosos em uma Instituição de Longa Permanência”. *Revista Habitus*, v. 9, 2011.

BATISTA, Analía Soria; ARAUJO, Anna Bárbara. "Intimidade e mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência". *Sociedade e Estado*, v. 26, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSCHINI, Maria Cristina. "Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?". In: ARAÚJO, Clara; PIKANÇO, Felícia. E SCALON, Celi. (orgs). *Nova Conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: EDUSC, 2007.

CAMARANO, Ana Amélia. (coord.) *Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos: Região Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 2008.

CAMARANO, Ana Amélia *et al.*. "Como vive o idoso brasileiro?". In: CAMARANO, A. A. (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CROMPTON, Rosemary. *Employment and the Family: The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*. Cambridge: University Press, 2006.

DEVREUX, Anne-Marie. "A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina". *Sociedade e Estado*, volume 20, n.3, 2005.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

ENGLAND, Paula. "Emerging Theories of Care Work". *Annual Review of Sociology*, vol. 31, 2005.

GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, Encarnation. "The "Hidden Side" of the New Economy: On Transnational Migration, Domestic Work, and Unprecedented Intimacy". *Frontiers: A Journal of Women Studies*, vol. 28, n. 3, 2007.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya. "Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão". *Revista de Sociologia e Antropologia*, vol. 01, n. 01, 2011.

\_\_\_\_\_. "Introdução". In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya. *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho de care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. "A divisão do trabalho revisitada".

HIRATA, Helena. e MARUANI, Margaret. (Orgs). *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*, 2003.

HOCHSCHILD, Arlie. "Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel". In: HIRATA, Helena;

## k

---

GUIMARÃES, Nadya. *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho de care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

HUGHES, Everett C. "Good people and dirty work". In: *The Sociological Eye*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1993.

ORTNER, Sherry B. "Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?". In: MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. *A mulher a cultura a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. "Gender Hegemonies". *Cultural Critiques*, no. 14, 1990.

SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TRONTO, Joan. "Assistência democrática e democracias assistenciais". *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 2, 2007.

TWIGG, Julia. "Carework as a form of bodywork". *Ageing and Society*, vol. 20, 2000.

TWIGG, Julia *et.al.* "Conceptualising body work in health and social care". *Sociology of Health & Illness*, vol. 33, n. 2, pp. 171-188, 2011.

WEEKS, Kathi. "Vida no e contra o trabalho: afetos, crítica feminista e política pós-fordista". *Lugar Comum*, n. 25-26, 2008.

ZELIZER, Viviana. "A Economia do care". In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya. *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho de care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.